

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SOBRE AS AMÉRICAS - CEPPAC**

**REDES TRANSNACIONAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM PROCESSO  
DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: EXPERIÊNCIAS  
BRASILEIRA E COLOMBIANA**

**Edélcio Vigna de Oliveira**

**BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2016**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Centro de Pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas

**REDES TRANSNACIONAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM PROCESSO  
DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: EXPERIÊNCIAS  
BRASILEIRA E COLOMBIANA**

**Edécio Vigna de Oliveira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Orientadora: Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto**

**Brasília, dezembro de 2016**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Sociais – ICS

Centro de Pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas

**REDES TRANSNACIONAIS DA SOCIEDADE CIVIL EM PROCESSO  
DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: EXPERIÊNCIAS  
BRASILEIRA E COLOMBIANA**

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente: Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto (CEPPAC/Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (CEPPAC/Universidade de Brasília)

Profa. Dra. Marisa Von Bülow (Instituto de Ciência Política/ Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Sérgio Sauer (FUP/Faculdade UnB Planaltina)

Prof. Dr. Raphael Seabra (UniCEUB - Centro Universitário de Brasília)

**SUPLENTE:**

Profa. Dra. Tatiana Samay Andia Reys (Universidad de los Andes/Bogotá)

**Aos meus pais, Antônio Peres de Oliveira e Eneide Vigna de Oliveira, in  
memoriam.**

## **RESUMO**

O objetivo é verificar a partir da percepção dos atores sociais se a atuação em dupla escala potencializa a capacidade das redes transnacionais de influenciarem a construção dos modelos de integração e de negociação dos tratados de livre comércio.

O tema se insere no tempo conjuntural da expansão do capitalismo financeiro globalizado e no campo temático da ação coletiva transnacional. O espaço temporal (1995/2005) abarca a criação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e a criação da Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio (Recalca), que são capítulos nacionais da Aliança Social

A atuação em dupla escala compõe o repertório da Teoria de Mobilização de Recursos, do Processo Político e a dos Novos Movimentos Sociais. Essas teorias associadas à percepção possibilita uma abordagem interdisciplinar no campo das ciências sociais.

Pressupõe-se que os resultados decorrem de experiências processadas enquanto conhecimento empírico e sensorial. Pode-se inferir que o resultado de um processo de intervenção de um grupo social passa a ser parte integrante da vivencia grupal, que pode ser recuperado por meio da percepção de cada sujeito participante.

Palavras chave: Rebrip, Recalca, redes transnacionais, ação coletiva, teoria de redes sociais, sistema-mundo, democracia.

## **RESUMEN**

El objetivo es comprobar la percepción de los actores sociales, si el desempeño en doble escala aumenta la capacidad de las redes transnacionales de influir en la construcción de modelos de integración y negociación de acuerdos de libre comercio.

El tema se localiza en el tiempo de la coyuntura de la expansión del capitalismo financiero globalizado y en el campo de la acción colectiva transnacional. El espacio temporal (1995/2005) incluye la creación de la Red Brasileña por la Integración de los Pueblos (REBRIP) y la creación de la Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio (RECALCA), que son los capítulos de la Alianza Social Nacional.

El desempeño en doble escala conforma el repertorio de la Teoría de Movilización de Recursos, Procesos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales. Estas teorías asociadas con la percepción permiten un enfoque interdisciplinario en las ciencias sociales.

Se supone que los resultados se derivan de experiencias procesadas como conocimiento empírico y sensorial. Se puede inferir que el resultado de un proceso de intervención de un grupo social se convierte en parte de las experiencias de grupo, que pueden ser recuperados a través de la percepción de cada sujeto participante.

Palabras clave: REBRIP, RECALCA, redes transnacionales, acción colectiva, teoría de las redes sociales, sistema mundo, democracia.

## **ABSTRACT**

We use social players' perceptions to observe whether double-scale performance enhances the ability of transnational networks to influence the production of models for integration and negotiation in free trade agreements.

The issue appeared during the expansion of globalized financial capitalism and is part of the thematic field of collective transnational action. The timeline (1995-2005) covers the creation of the Brazilian Network for the Integration of Peoples (Rebrip) and the creation of the Colombian Action Network on Free Trade (Recalca), both of which are members of the Social Alliance.

Double-scale operations fit into the repertoire of Theory on Resource Mobilization, Political Process and New Social Movements. These theories, associated with perception, enable an interdisciplinary approach in the social sciences.

It is assumed that the results stem from experiences processed as empirical and sensory knowledge. It can be inferred that the outcome of a process of intervention by a social group becomes part of the group's experience, which can be recovered through the perception of each individual participant.

Keywords: Rebrip, Recalca, transnational networks, collective action, social network theory, world-system, democracy.

## **AGRADECIMENTOS**

Engana-se quem avalia que escrever uma tese de doutorado é um processo solitário. É compartilhado com muitas pessoas. Umacompanham o trabalho de perto, como a orientadora e a família. Outras contribuem com conselhos, indicam bibliografia, se prontificam dar entrevistas, ajudam de alguma forma para que o texto ganhe corpo e densidade.

Retomei o programa de doutorado por sugestão da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Lesa de Barros, que foi coordenadora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Foi minha primeira orientadora neste processo e vejo que fiz bem em seguir seus conselhos.

Agradeço a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone Rodrigues Pinto, que assumiu como minha orientadora, quando a Dr<sup>a</sup> Flávia teve que se afastar do CEPPAC. Foi sob a orientação da Dr<sup>a</sup> Simone que parti para o trabalho de campo e concluí a tese. Apesar dos percalços de mudança de orientação sinto-me privilegiado.

Agradeço ao prof. Dr. Davi Fleischer que acreditou no meu trabalho e ao prof. Dr. Camilo Negri que contribuiu para que a apresentação ficasse mais interessante. É importante que os professores com os quais fiz cursos se identifiquem como coautores deste trabalho de pesquisa. Com eles aprendi a me despojar de conhecimentos solidificados, que já não se adequavam à contemporaneidade.

Com os/as colegas de classe aprendi a ouvir e replicar no momento conveniente. Na sala de aula aprendi respeitar e considerar as pessoas que defendiam suas opiniões por mais diversa que fossem das minhas.

Para escrever uma tese há que se contar com amigos e amigos dos amigos. Se não fossem eles não teria os documentos e nem as entrevistas que de boa-vontade me concederam. Tomei tempo deles e ainda me felicitaram.

Agradeço de coração: Adhemar S. Mineiro, Graziela Rodriguez, Iara Pietricovsky, Jocélio Drummond, Gonzalo Berrón, Kjeld Jakobsen e Maurren Silva. Todos espalhados por estes Brasis e que foram, e continuam sendo, a razão da Rebrip. Tenho uma dívida com o companheiro colombiano Hector Mondragón, que tive o prazer de conhecer assim que ele se refugiou no Brasil para não cair sob a repressão de Uribe. Foi em nome dele que me apresentei às lideranças da Recalca,

em Bogotá: Angélica Chaparro, Enrique Daza, Hector Moncoya, Laura Rangel Fonseca e aos professores doutores da Universidade de los Andes, Daniel Bonilla e Tatiana Samay Andia Reys. Cada um, a seu modo, me apresentou a sociedade civil colombiana, configurada na Recalca. A cada um tenho um débito de gratidão.

Agradeço com muito amor a Odete Machado Pinheiro, minha companheira que esteve sempre presente e me estimulou quando esmorecia. Fui gratificado com duas filhas, Cristianne P. Oliveira e Tauanna P. Oliveira, que compreenderam os meus momentos de incertezas.

Agradeço a CAPES (MEC) pela bolsa de estudos que facilitou meus estudos no ano de 2016. Ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP), que oportunizou, por meio do CEPPAC, um financiamento para o trabalho de campo na Colômbia. Foram recursos importantes que facilitaram o impulso final de tese, pois sem eles teria as dificuldades para encerrar esta etapa acadêmica.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ACOPI** - Asociación Colombiana de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas
- ACOLFA** – Asociación Colombiana de Fabricantes de Autopartes
- AGROPEMCA** - Associação de Pequenos e Médios Produtores Agropecuários do Cauca
- ALADI** - Associação Latino-Americana de Integração
- ALALC** - Associação Latino Americana de Livre Comércio
- ALBA** - Alternativa Bolivariana para as Américas
- ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas
- AMB** - Articulação das Mulheres Brasileiras
- ANDIARIOS** – Asociación Colombiana de Editores de Medios Informativos
- APEC** - Associação de Cooperação Econômica do Pacífico
- APP** - Aliança do Pacífico
- ASC** – Aliança Social Continental
- ASEAN** - Associação das Nações do Sudeste Asiático
- ASINFAR** – Asociación de los Laboratorios Farmacéuticos Nacionales
- ASOMEDIOS** - Asociación Nacional de Medios de Comunicación
- ASOPARTES** – Asociación del Sector Automotriz y sus Partes
- CAN** - Comunidade Andina de Nações
- CASA** - Comunidade Sul-Americana de Nações
- CEC** - Conferencia Episcopal Colômbia
- CEDETRABAJO** - Centro de Estudios de Trabajo
- CEI** - Comunidade de Estados Independentes
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- ECOWAS** - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- COMESA** - Mercado Comum da África Oriental e Austral
- CONALGODÓN** - Confederação Colombiana de Algodão
- CONTAG** - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura.
- CONALGODÓN** – Confederación Colombiana de Algodón
- CPC** - Confederación de Pensionados de Colombia,
- FECODE** – Federación Colombiana de Educadores
- FEDENGÁN** – Federación Nacional de Ganaderos
- FENALCE** - Federación Nacional de Cultivadores de Cereales
- FENAVI** - Federación Nacional de Avicultores
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FECODE** - Federación Colombiana de Educadores

**FEDEPALMA** - Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FSM** – Fórum Social Mundial

**IFARMA** – Instituto de investigación y de consultoría a los medicamentos

**ILSA** – Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Cone Sul

**MPA** – Movimentos dos Pequenos Agricultores

**MRE** - Ministério das Relações Exteriores

**MST** - Movimento dos Sem-Terra

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OPS** - Organização Panamericana de Saúde

**PYMES** - Pequeña y Mediana Empresas

**REAF** – Reunião Especializada do Mercosul

**REBRIP** - Rede Brasileira de Integração dos Povos

**RECALCA** - Red Colombiana contra a Alca

**SAC** - Sociedade de Agricultores da Colômbia

**SAYCO** - Sociedad de Autores y compositores de Colombia

**SGPR** - Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria-Geral da Presidência da República

**TLC** - Tratado de Livre Comércio

**UCEP** - Unión Colombiana de Empresas Publicitarias

**UNASUL**- União de Nações Sul-Americanas

**WEF** - Fórum Econômico Global

## **GRÁFICOS, TABELAS, QUADROS E PRINTSCAN**

### **Gráficos**

Gráfico 1 – Taxa de Homicídio, países selecionados, nas Américas (1995-2012)

Gráfico 2 – Tendências de la protesta social (1975-2010)

Gráfico 3 – Taxa de Homicídios - Brasil

Gráfico 4 – Estratégia Bumerangue

Gráfico 5 – Setores participantes do Fórum Brasileiro (1999)

Gráfico 6 – Principais setores em que trabalham as Ongs colombianas (2008)

Gráfico 7 - Estrutura Organizacional da Aliança Social Continental

Gráfico 8 - Fluxograma Organizacional da Rede Brasileira pela Integração dos povos (Rebrip)

Gráfico 9 – Organograma Geral da Rebrip

Gráfico 10 – Organograma da Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comércio (Recalca)

Gráfico 11 – 30 Palavras mais proferidas nas Entrevistas

### **Quadros**

Quadro 1 – Protestos sociais ocorridas na Colômbia (1975 a 2010)

Quadro 2 - Teorias e Metodologias

Quadro 3 – Papéis atribuídos aos Brokers

Quadro 4 – Entidades não lucrativas por natureza Jurídica (2008-2010)

Quadro 5 - História das crises financeiras (1990 a 2000)

Quadro 6 - Reuniões da Cúpula dos Povos

Quadro 7 – Três tipos de Brokers institucionalizados e características correlatas

### **PrintScan**

PrintScan 1 – Publicações da Rebrip

PrintScan 2 – Página WEB da Rebrip

PrintScan 3 – Página WEB da Recalca

PrintScan 4 - Publicações do Observatório TLC – Página Web (10/05/2016)

PrintScan 5 - Publicações digitais da Recalca (18/05/2016)

### **Tabelas**

Tabela 1 - Cronologia das negociações da ALCA (1990-2005)

Tabela 2 – Rondas de negociação do TLC Colômbia-EE.UU

Tabela 3 – Sumária dos Temas abordados nas entrevistas da

Rebrip e da Recalca

### **Fotos**

Foto 1 - Mobilização no espelho d'água do Itamaraty contra o TLC MERCOSUL-União Europeia

Foto 2 - Livros e folhetos publicados pela Recalca

### **Mapas**

Mapa 1 - território colombiano ocupado pelas FARC (2008)

Mapa 2 – População residente em favelas. Rio de Janeiro (2010)

Mapa 3 – O Mapa da Pacificação

### **Grafite**

Grafite 1 – Dessemelhanças entre a FARC e o Comando Vermelho

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
Temática, problema e objeto de pesquisa.....	19
Justificativa e importância da investigação.....	22
Síntese do contexto geral e do contexto mais específico.....	25
Principais pressupostos e questões norteadoras.....	43
<b>CAPITULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA DA PROBLEMÁTICA A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>48</b>
1.1. Elementos comparativos entre a Rebrip e a Recalca.....	55
1.2. Principais fontes dados e tipos de análise.....	58
1.3. A ação em dupla escala.....	60
1.4. Identificação e descrição do contexto socioeconômico.....	65
1.4.1. Contexto global e a formação da Rebrip e da Recalca.....	71
1.4.2. Década de crises do sistema capitalista contemporâneo.....	71
<b>CAPÍTULO 2 - REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>75</b>
2.1. Redes transnacionais, regionais e nacionais na América Latina.....	81
<b>CAPITULO 3 - REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP).....</b>	<b>84</b>
3.1. Fundação, contexto e missão da Rebrip.....	86
3.2. Composição da rede e Infraestrutura organizacional.....	89
3.3. Agenda e principais atividades.....	94
3.4. Articulações Rebrip.....	100
3.5. Apoios institucionais/cooperação internacional.....	101
<b>CAPÍTULO 4 - RED COLOMBIANA DE ACCIÓN FRENTE AL LIBRE COMERCIO (RECALCA).....</b>	<b>104</b>
3.6. Antecedentes históricos.....	106
3.7. Fundação, contexto e missão.....	108
3.8. Agenda e principais atividades.....	110
3.9. Composição da rede e Infraestrutura organizacional.....	120
3.10. Articulações Recalca.....	123
3.11. Recalca, o Estado Colombiano e os TLCs.....	129

<b>CAPÍTULO 5 - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>135</b>
<b>5.1. O problema central, os pressupostos teóricos e empíricos.....</b>	<b>137</b>
<b>CAPÍTULO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA.....</b>	<b>141</b>
<b>6.1. Três dimensões do mesmo problema.....</b>	<b>165</b>
<b>CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>184</b>
<b>ENTREVISTADOS.....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>197</b>

## INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste estudo de pós-graduação é a percepção que os atores sociais tiveram do momento em que perceberam que certas mudanças no contexto sociopolítico lhes atribuíam oportunidades políticas e ameaças, que possibilitavam a construção de sujeitos sociais coletivos.

Para escapar da armadilha estruturalista, que considera a estrutura de oportunidade a fonte primeira de explicação da criação dos movimentos sociais optou-se em utilizar o termo “atribuição de oportunidades<sup>1</sup>”, que nos remete a uma leitura dinâmica do contexto da ação social. Essa observação teórica metodológica auxilia compreender a importante função dos mecanismos<sup>2</sup> no processo de ação coletiva. Ou seja, esquivamo-nos de considerar as organizações sociais preexistentes como elementos fundantes de uma rede para conceber que a apropriação social<sup>3</sup> de uma base de apoio entre as organizações sociais.

A Rebrip e da Recalca, como sujeitos sociais coletivos em formato de redes sociais nacionais, são capítulos da Aliança Social Continental (ASC) e desenvolvem suas ações em dupla escala junto aos governos nacionais e junto a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Comunidade Andina de Nações (CAN).

Em termos temporais a pesquisa centra-se nos processos que possibilitaram a criação, o desenvolvimento e a desmobilização das redes brasileira e colombiana,

---

<sup>1</sup> “Em vez de contemplar “oportunidades e ameaças” como fatores estruturais objetivos, consideramos como algo sendo sujeito à atribuição. Nenhuma oportunidade, por mais objetivamente aberta que se encontre, convidará à mobilização (a) se não é visível para os potenciais atores e (b) percebida como uma oportunidade. O mesmo vale para as ameaças, um corolário pouco enfatizado do modelo (não obstante, veja-se Aminzade et al., em preparação, cap. 2). Enquanto a ameaça da repressão era mais palpável que a oportunidade de participar, surgiram numerosos movimentos por causa de que seus participantes ou não conseguiam a percebê-las ou se negavam a reconhecê-las como uma ameaça. A atribuição de oportunidade ou ameaça é um mecanismo ativador parcialmente responsável pela mobilização da população previamente inerte” (McAdam et al, 2005, p.47, tradução nossa).

<sup>2</sup> “... cremos que os mecanismos que temos deduzido também aparecem combinados em outras formas de contenda. O início de uma onda de greves, uma declaração de guerra, um episódio nacionalista ou o processo de democratização também implicam a atribuição interativa de oportunidades e ameaças, a apropriação de instituições e organizações existentes, a marcação ou a remarcação de aliados e inimigos, bons e maus, e uma combinação de formas inovadoras e contendas de ação coletiva” (McAdam et al, 2005:56, tradução nossa).

<sup>3</sup> “É a capacidade do desafiador para apropriar-se de uma organização e de suficientes personas que se preste a uma base social/organizativa – e não a organização em si mesma – o que faz possível a mobilização. Os possíveis ativistas (os membros tanto como os desafiadores e os sujeitos) devem criar um veículo organizativo ou utilizar um já existente e transformá-lo em um instrumento para a contenda” (McAdam et al, 2005:51, tradução nossa).

mas não se atém às fases pelas quais estes coletivos passaram. A cientista política Von Bülow (2013), por exemplo, divide metodologicamente o desenvolvimento da Rebrip em quatro fases: criação (1997-2001); consolidação (2002-2003); adaptação (2004-2008) e fragmentação (2009-...). Neste trabalho evitei avançar na proposta de fases das redes, apesar de não serem significativamente diferentes, porque a preocupação da pesquisa é explorar as atribuições de oportunidades e os demais mecanismos que compõem o processo da ação social. Também concordo com McAdam quando se refere que a mobilização ocorre no transcurso das manifestações e que a partir deste marco é que se pode iniciar a análise da desmobilização que é importante para a compreensão da contenda política. (MCADAM, 2005, p.55).

A Rebrip foi criada em 1998 e a Recalca em 2003 e ambas continuam em atividade mesmo tendo sido desmobilizadas, no caso brasileiro a partir da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata (Argentina) e no caso colombiano quando as negociações sobre o TLC Colômbia-EE.UU foram encerradas e o Governo Uribe aceitou todas as exigências dos Estados Unidos.

Diversos fatores orientaram a escolha da Rebrip e da Recalca. Entre eles foram considerados o fato de que ambas as redes são capítulos nacionais da ASC, terem os mesmos objetos de atividades e por estarem localizados em regiões sul-americanas distintas, além das características de similaridade e de desigualdade políticas e culturais entre os dois países. Entre as redes observam-se as seguintes semelhanças: objeto de ação; ativismo; capacidade de mobilização; desenvolvimento estudos, pesquisas e textos críticos; forte influencia na agenda da ASC. Como características desiguais: estratégias de ação; herança das lutas sociais específicas; cultura política nacional; postura (repressão/diálogo) dos governos diante das manifestações.

A proposta de tese insere-se no tempo conjuntural da expansão do capitalismo financeiro globalizado contemporâneo e no campo temático da ação coletiva transnacional. O campo das ações sociais coletivas tem historicamente utilizado os recursos inscritos no repertório de diversas teorias de redes sociais e seus mecanismos de ação coletiva podem ser encontrados em diversos processos sociais transgressivos ou contidos

O sociólogo Doug McAdam sublinha diversos mecanismos que são partes importantes de um processo de mobilização e podem vir combinados ou não, como os de “atribuição de oportunidades e ameaças, apropriação social, construção de quadros, situações, identidades e ação coletiva inovadora” (MCADAM et al, 2004, p.70). A ação em dupla escala tem se caracterizado como um novo tipo de ação recorrente no campo da teoria das redes e organizações seja nacional ou transnacional. Esse mecanismo não é novo, mas foi retomado a partir do final dos anos 90 e vem crescendo de características singulares que marcam o processo de globalização (VON BÜLOW, 2008, p.2)<sup>4</sup>. A expansão desta forma de operar tem enriquecido o conceito de repertório de políticas de contestação desenvolvido por Doug McAdam, Sidney Tarrow, Charles Tilly, no livro *Dynamics of Contention*, publicado em 2001 e traduzido para o castelhano por Joan Quesada, em 2005. O cientista político, Pedro Ibarra, ao elaborar o Prólogo à edição castelhana afirma que se faz justiça dizer que a obra é um ponto de inflexão nos estudos de ação política. A proposta dos autores é desenvolver um corpo analítico que abarque os processos políticos que evoluam para uma ação transgressiva. (McAdam et al, 2005, p. XVIII).

A Rebrip e a Recalca ao executar simultaneamente dois movimentos de pressão - um sobre o Executivo nacional em relação a sua política externa e outro sobre as agendas das instituições regionais - estabelece uma tensão nos dois polos que possuem recursos institucionais e políticos para alterar os modelos de integração regional. A sociedade civil, por seu lado, busca mobilizar forças sociais e promover alterações graduais, o que não significa que não haja um enfrentamento por meio de propostas políticas. Essa pressão em dupla escala pressupõe colocar em movimento os mecanismos conceituais das diversas vertentes teóricas dos movimentos sociais associados à teoria da percepção e respeitando a sua historicidade. Esse partilhamento de conhecimentos estabelece uma abordagem transdisciplinar<sup>5</sup> interessante e singular no campo das ciências sociais, que possibilita avançar sobre algumas áreas pouco exploradas.

---

<sup>4</sup> "Essas estratégias podem ser prioritariamente direcionadas a vários atores em escalas diferentes: algumas organizações da sociedade civil chegam aos aliados além das fronteiras nacionais, lançam campanhas e criam coalizões, mas outras priorizam o lobby das instituições domésticas" (Von Bülow, 2008: 2, tradução nossa).

<sup>5</sup> "A transdisciplinaridade é uma nova abordagem científica e cultural, uma nova forma de ver e entender a natureza, a vida e a humanidade. (...). A transdisciplinaridade transgride as fronteiras epistemológicas de cada ciência disciplinar e constrói um novo conhecimento "através" das ciências

O termo “percepção” trás em si uma polissemia que complica a sua conceituação. Por isso, o conceito de percepção vai ser operado neste trabalho a partir dos trabalhos de Marilene Chauí, Maria Lúcia Santaella, Charles Peirce, Serge Moscovici, entre outros. Há na literatura, especialmente na filosofia, sociologia, psicologia e semiótica, um extenso debate sobre o conceito de percepção e das ações sociais sobre a realidade dos sujeitos e das estruturas sociopolíticas e culturais. Esta controvérsia não impede que o conceito seja utilizado desde que definido os seus parâmetros.

Para a filósofa Marilene Chauí (2000, p.150) o “sujeito do conhecimento é aquele que reflete sobre as relações entre atos e significações e conhece a estrutura formada por eles (a percepção, a imaginação, a memória, a linguagem, o pensamento)”. O psicólogo social romeno Serge Moscovici (2007, p.32), por sua vez, entende que no “mundo feito por mãos humanas em que vivemos, a percepção das representações é tão importante como a percepção dos objetos reais”. Para a pesquisadora Maria de Lourdes Bacha (2003, p.46) a “teoria da percepção de Peirce, por ser triádica, constitui uma tentativa de romper a dicotomia do sujeito que percebe e o objeto que é percebido”. A Doutora Maria Virgínia Machado Dazzani, da UFBA, apoiando-se na teoria da percepção de Charles Peirce, declara que apesar das nossas sensações serem tão diversas quanto nossas relações com a realidade podemos, por meio das leis da percepção, “averiguar através do raciocínio, como efetiva e verdadeiramente as coisas são” (DAZZANI, 2008, p.296). Para o filósofo Merleau-Ponty (1999, p.6) “a percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”.

Assim, pressuponho que a percepção dos atores sociais é um dado concreto. Ou seja, parto do pressuposto que as ações e seus resultados são experiências vividas e processadas enquanto conhecimento empírico-sensorial. Dessa forma, pode-se inferir que o resultado de um processo dinâmico de intervenção por um grupo social passa a ser parte integrante da vivência grupal, que pode ser recuperado por meio da percepção de cada ator que participou do referido processo.

---

[...] Edgar Morin (2000) diz que um especialista que somente é especialista é um perigo para o mundo e para a humanidade” (Santos, A., 2005).

É importante esclarecer que - de acordo com a literatura sobre interações – os termos “redes sociais”, “redes sociais de organizações e movimentos sociais” e “redes sociais transnacionais” irão ser trabalhados como expressões similares. Entende-se, assim, que há uma gradação entre as denominações e a proposta é utilizar o conceito de “redes sociais” quando se refere às redes que podem ser identitárias ou pluritemáticas; “redes sociais de organizações e movimentos sociais” são essencialmente compostas por organizações heterogêneas e atuam em nível nacional ou internacional; “redes sociais transnacionais” são redes identitárias ou pluritemáticas que atuam em nível internacional associada a outras redes sociais. A Rebrip e a Recalca, por exemplo, são redes sociais compostas de organizações de interesses variados e estão associadas à Aliança Social Continental, que é uma rede hemisférica e transnacional, que é parte integrante da rede transnacional “Nosso Mundo não está a Venda” (Our World is not for Sale).

Os modelos teóricos sobre a mobilização social e os gatilhos que disparam os processos de ação coletiva constituído de mecanismos de ação em dupla escala, de repertório de contestação, de atribuição de oportunidades e ameaça, apropriação social, identidade, confiança, mediação, legitimidade, percepção, efeito bumerangue, perpassam o corpo do texto e são apreendidos como instrumentos de mobilização que se mantém como memória histórica do ativismo universal.

Ao conectar categorias de análise de diferentes modelos teóricos os estudos no campo das redes sociais reabriu um novo veio no campo da pesquisa transdisciplinar que possibilita não só comparar duas experiências vivenciadas em países com história e cultura diferenciada, mas também amplia a pauta de investigação que pode ser muito interessante para estudos posteriores.

### **Temática, problema e objeto de pesquisa**

A proposta desta tese insere-se no tempo conjuntural da expansão do capitalismo financeiro globalizado e no campo temático da ação coletiva transnacional, que utiliza como um dos recursos à atuação em dupla escala. Essa ação amplia o repertório de mobilização e de contestação das redes de organizações e movimentos sociais, que atuam sobre os modelos de integração e governança regional na América do Sul. O termo ação coletiva transnacional é utilizado neste trabalho, tal como empregado pela cientista política Von Bülow (2014, p.15-16),

como “processo pelo qual indivíduo, grupos e/ou organizações não estatais se mobilizam conjuntamente em torno de temas, objetivos e alvos que vinculam as arenas doméstica e internacional”.

A atuação em dupla escala, que está sendo apropriada pelas redes sociais contemporâneas, é um tipo ação que mobiliza dois polos de poder gerando uma dinâmica que os pressiona, simultaneamente, na direção dos objetivos das redes. Esta mobilização implica uma atuação harmônica sobre o governo nacional e as instituições regionais e internacionais, sem que haja uma seta direcional única que parta de um ou de outro polo de poder. A pressão social pode ter como objeto o Estado, visando alterar as normas que o regem ou mirar uma instituição regional, a partir de uma pressão organizada em nível nacional ou internacional.

Essa forma de operar o repertório de políticas de contenção não é historicamente nova (DELLA PORTA, 2014), porém a sua expansão na atual conjuntura de resistência por parte das redes de organizações e movimentos sociais contra a hegemonia dos países centrais, suas instituições financeiras e frente aos novos países que despontam como pretensos hegemóns, como a China, instala um espaço de investigação sobre a atuação das redes sociais sul-norte-americanas que não deve ser desprezado. Neste sentido, o mecanismo de dupla escala possibilita a transposição da fronteira social e organizativa entre o Norte e o Sul e os movimentos sociais dos países centrais, no mundo globalizado, perdem o privilégio de serem analisados de forma modelar. Este nivelamento oportuniza aos especialistas sul-americanos da teoria dos movimentos sociais pesquisarem novas vertentes teóricas de forma autônoma e de acordo com as peculiaridades regionais.

As redes sociais ao executarem simultaneamente dois movimentos de pressão instaura uma tensão sobre os dois polos institucionais que possuem os recursos para alterar os modelos de integração regional em disputa. A sociedade civil sul-norte-americana de espectro progressista, no atual sistema de representação, não têm poder político suficiente para modificar o padrão de procedimento das instituições em vigor, seja em nível nacional ou regional. Porém, as organizações mobilizam forças sociais suficientes para pressionar no sentido de alterar a conjuntura política em seu favor visando sempre mudanças incrementais, na medida em que as transformações radicais estão fora de seus projetos e planos de trabalho.

Ao estudar o poder de representação das redes sociais deve-se considerar a estrutura organizacional, que pode ser formada por relações horizontais ou verticais entre os atores, e a forma escolhida poderá estabelecer os arranjos de governanças que as legitimam, com maior ou menor força. Estas formações só se explicitam por meio do estudo de casos empíricos uma vez que a estrutura organizacional depende das experiências das organizações que compõem a rede. Por exemplo, nas redes onde as organizações sindicais são majoritárias tem-se uma estrutura mais hierarquizada do que nas redes coordenadas por organizações não governamentais (Ongs). O mesmo pode ocorrer em uma associação comunitária que possui um líder carismático e com força pessoal de convencimento. A Rebrip e a Recalca, por exemplo, como são organizações com estruturas organizacionais horizontais, o tema da integração regional ficou durante um tempo como um processo inconcluso e foi desenvolvido de forma descontínua.

Alguns setores sindicais vinculados à produção agroindustrial brasileira conseguiram associar com maior facilidade a questão dos direitos trabalhistas com a interação regional, em razão da experiência do NAFTA, e por isso ocuparam os espaços, ainda que restritos, junto a certas áreas de decisão do MERCOSUL e aprovaram a Carta Sócio-Laboral do MERCOSUL, em 1998. As organizações rurais colombianas, por outro lado, desde a fragmentação<sup>6</sup> da CAN viram-se desprotegidas do Sistema Andino de Franjas de Preços que funcionava como um mecanismo de salvaguarda aos produtos agrícolas.

No final dos anos de 1990, diversas de redes de organizações e movimentos sociais buscaram se inserir nos processos decisórios da política exterior em nível nacional, regional ou internacional por meio de diversas trajetórias e estratégias de inserção. A associação em redes e as mobilizações coletivas deflagraram processos de confronto ou relacionais com as autoridades instituídas utilizando inúmeros mecanismos de ação coletiva. Essa opção estratégica de setores expressivos do

---

<sup>6</sup> “Pode-se dizer que esta tendência se reafirmou em 2005 durante o XV Conselho Presidencial Andino levado a cabo em Lima. Lamentavelmente, o não cumprimento dos compromissos prévios, o início de negociações bilaterais por parte do Equador, Peru e Colômbia para concretizar tratados de livre comércio com os Estados Unidos, e a saída de Venezuela da CAN em abril de 2006, prejudicaram os avanços realizados nessas últimas reuniões e plantearam um novo panorama de crises, ao ponto que diversos setores tem apostado na desintegração do grupo” (Casas y Correa, 2007, p. 598)

movimento social<sup>7</sup> revelaram novos mecanismos de ação que enriqueceram o repertório de mobilização popular.

As articulações contemporâneas em redes transnacionais reclamam da literatura respostas em relação aos mecanismos de mobilização e os novos instrumentos e estratégias que estão sendo incorporados aos repertórios historicamente herdados. São essas interrogações que motivam esta tese, pois a opção das redes sociais heterogêneas em adotar ações em dupla escala, por exemplo, contraria o processo de globalização que estimula a competição entre as organizações sociais e o individualismo exacerbado.

As interrogações teóricas expressas em diferentes investigações acadêmicas foram, também, um dos critérios que levaram à escolha da Rebrip e da Recalca como sujeitos coletivos da pesquisa. O fato de ambas as redes ser integradas por organizações com interesses comuns e diferenciadas, de utilizarem estratégias de dupla escala, de manobrem com os mecanismos tradicionais de mobilização e de inovarem o repertório de contestação reforçaram a escolha.

### **Justificativa e importância da investigação**

A tese tem sua importância ao apresentar uma perspectiva sobre o tipo de repertório de mobilização social que compreende, entre outros mecanismos, a ação desdobrada, que as redes passaram a utilizar a partir dos anos de 1990 para se inserirem nos processos de integração regional e em outras atividades internacionais. Este tipo de mobilização, que tem como objetivo alterar o comportamento de uma instituição doméstica, internacional ou transnacional, pressupõe que a incidência em uma determinada escala, se intencionalmente conduzida, pode repercutir em outra escala institucional superior ou inferior. Esta estratégia, na literatura da ação coletiva, é denominada de “efeito bumerangue” (KECK and SIKKINK, 1999, p.93) tem sido utilizada largamente para fortalecer campanhas internacionais dirigidas a autoridades nacionais ou as instituições internacionais financeiras ou de cooperação. Este movimento de “fora para dentro” é “uma característica de rede transnacional e funciona onde o alvo de sua atividade é mudar o comportamento de um Estado” (KECK e SIKKINK, 1999, p.93) ou

---

<sup>7</sup> “Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet” (GOHN, 2011, p.336).

influenciar uma posição ou declaração de uma instituição internacional ou regional, como no caso da UNASUL, MERCOSUL ou CAN.

A Rebrip e a Recalca têm atuado em duas frentes que se interpenetram: a primeira frente rompe com a norma diplomática, que reservava às delegações oficiais somente às autoridades governamentais, e passam compor as delegações nos espaços internacionais, assim como participar dos fóruns internos de negociações dos TLCs; a segunda frente trata da forma de inserção no cenário conflitivo da integração sul-americana, no sentido de “ampliar nossa atuação para o âmbito multilateral da OMC, estabelecendo os nexos entre as negociações de livre comércio no continente e no sistema global” (REBRIP, 2007).

Tanto a Rebrip como a Recalca têm entre suas características a heterogeneidade e a promoção de ações coletivas em dupla escala, que é retomada no final dos anos 90. Até a última década do século XX as redes eram, em geral, monotemáticas e seu campo de atividade era o nacional. Elas se restringiam às questões específicas e agregavam interesses particulares de setores rurais, urbanos, ambientais, indígena, entre outras identidades. Apesar dos atores reconhecerem que havia interrelações entre as agendas havia poucas conexões efetivas entre as temáticas. Os diálogos eram restritos, e ainda o são, a encontros nacionais que reuniam representantes de diversos fóruns temáticos, mas que não concretizam as interações em uma agenda comum. Um exemplo é o Encontro dos Povos da Terra, promovido em 2003 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), que aprovou a “Carta da Terra: em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar<sup>8</sup>”. Esta dispõe sobre diversos temas como direitos humanos, mulheres, previdência social, água e educação, mas sempre vinculados à questão agrária e agrícola e não na amplitude e profundidade que esses temas merecem serem conectados. Ou seja, não houve uma interação entre a questão rural e outras questões sociais, mesmo tendo entre as integrantes do FNRA organizações multitemática ou com temáticas específicas. As organizações urbanas que

---

<sup>8</sup> A “**Carta da Terra. Em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar**”, aprovada em Brasília, 22 de abril de 2003, subscrita pelas seguintes organizações: CONTAG - MST - FETRAF-SUL/CUT - CPT - CÂRITAS - ANMTR - MPA - MAB - CNBB - CMP - CONIC - CONDSEF - Pastorais Sociais/CNBB - MNDH - MTL - ABRA - ABONG - APR - ASPTA - CAPOIB - Centro de Justiça Global - CESE - CIMI - CNASI - DESER - ESPLAR - FASE - FAZER - FEEAB - FIAN-Brasil - FISENGE - IBASE - IBRADES - IDACO - IECLB - IFAS - INESC - MLST - PJR - REDE BRASIL - Rede Social de Justiça - RENAP - SINPAF - TERRA DE DIREITOS. Publicada pelo site <http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/030603terra.htm> (acessado em: 27/12/2016)

participaram do Encontro dos Povos da Terra, por exemplo, não priorizaram em suas agendas as questões de reforma agrária por entenderem que não faz parte do seu objetivo imediato e que apenas se solidarizam com a causa da reforma agrária. Esse procedimento decorria e era legitimado por uma determinada visão cultural da época.

O que justifica o estudo comparativo de duas redes heterogêneas ou plurais - importantes capítulos nacionais da Aliança Social Continental - é a sua associação aos projetos de grupos de pesquisa que trabalham no sentido de ampliar o campo de investigação teórico-metodológica da literatura da ação coletiva, estratégia desenvolvida pela Rebrip e pela Recalca.

A tese, ao adotar uma perspectiva transdisciplinar, exige um pensamento organizador que perpassa e integra as disciplinas com o fim de construir uma unidade sob uma visão descontinua<sup>9</sup> do processo histórico e social, evitando uma abordagem linear, analítica e estática. Não seria possível, também, abordar as redes sociais sul-americanas fora do contexto da história das Américas, que emoldura e dá empiricidade temporal ao trabalho.

Quando se trata de pesquisar as redes sociais não se recomenda observar apenas a estrutura organizativa, mas preferencialmente os interesses, desejos, expectativas, crenças, idiosincrasias, emoções que se entrecruzam durante a vida dos atores. Por isso, o comportamento subjetivo, a percepção no caso, é um elemento importante da construção transdisciplinar. A teoria das relações internacionais e integração regional abrem a possibilidade de pensar o nacional e o regional em termos globais e entender, mesmo que parcialmente, as conexões dinâmicas que se produzem nas relações internacionais. A geografia crítica ou geopolítica, por exemplo, desenha o território sul-americano como um cenário em disputa que envolve como atores os Estados nacionais, os países centrais – EE.UU e União Europeia<sup>10</sup> -, as instituições internacionais, as grandes corporações multinacionais e as organizações sociais. No embate pela hegemonia territorial, na qual se dispõem

---

<sup>9</sup> “a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. Para a história [...] o descontínuo [...] devia ser apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. [...]. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel. Constitui, de início, uma operação deliberada do historiador, pois ele deve, pelo menos a título de hipótese sistemática, distinguir os níveis possíveis da análise, os métodos que são adequados a cada um, e as periodizações que lhes convém” (Foucault, 2008:10).

<sup>10</sup> A União Europeia é um bloco econômico, mas nesta tese vou tratá-lo como um país central em oposição aos Estados Unidos.

os tratados de livre comércio, as fronteiras políticas se diluem e se organizam grandes áreas estratégicas de exploração econômica e militar. A Colômbia, por exemplo, concordou com a instalação de sete novas bases militares norte-americanas em seu território, mesmo depois de ingressar na UNASUL, que tem como objetivo fortalecer a independência regional (CECEÑA, 2014, p.132).

Com Peru a abordagem tem se intensificado substancialmente desde 2008 e com o Paraguai os compromissos de capacitação oferecidos pelos colombianos não se interromperam inclusive com o governo de Fernando Lugo, mas hoje, depois do golpe de estado parlamentar e a mudança de governo tem perspectivas de intensificar-se (CECEÑA, 2014, p.135, tradução nossa).

Na perspectiva transdisciplinar a contribuição da psicologia cognitiva experimental viabiliza o destaque dado ao papel do indivíduo e da percepção nos processos de aprendizagem e memorização. A relação entre os diversos saberes é um atributo da democracia cognitiva<sup>11</sup>, que percorre todo o trabalho e vai se colocando de forma lógica e atribuindo coerência e maior poder explicativo ao texto (SANTOS, 2005).

O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com uma reorganização do saber; e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado, e nela renasceriam, de uma nova maneira, as noções pulverizadas pelo esmagamento disciplinar, o ser humano, a natureza, o cosmo, a realidade (MORIN, 2003, p.104).

### **Síntese do contexto geral e do contexto mais específico**

A América do sul conserva, em muitos aspectos, as características herdadas do período colonial. Os países continuam, em graus diferenciados, dependentes dos países centrais (NOVAIS, 1969, p.48) e apresentam as características de áreas semiperiféricas e periféricas<sup>12</sup>. Ao considerarmos o sistema-mundo observamos que

---

<sup>11</sup> “A transdisciplinaridade é a busca do sentido da vida através de relações entre os diversos saberes (ciências exatas, humanas e artes) numa democracia cognitiva. Nenhum saber é mais importante que outro. Todos são igualmente importantes” (Santos, 2005).

<sup>12</sup> “Centro-Periferia. Este é um par relacional, que começou a ser usado amplamente quando foi assumido por Raul Prebisch e a CEPAL nos anos cinquenta como uma descrição do eixo de divisão do trabalho da economia-mundo. Refere-se aos produtos, mas tem sido usado com frequência para se referir aos países nos quais tais produtos são dominantes. É o argumento deste livro que o elemento chave que distingue os processos centrais

as categorias centro/semiperiferia/periferia são conceitos relacionais e não pares necessariamente vinculados. Isto porque o que os caracterizam como centro e periferia é o grau de apropriação que cada um obtém no processo de produção (WALLERSTEIN, s/data, p.25).

O que tem marcado Brasil e a Colômbia não é a pauta de exportação e importação, ou seja, a balança comercial, mas a percepção da violência. A pesquisa Global Study on Homicide-2013, da ONU, realizada pelo Escritório de Controle de Drogas e Prevenção do Crime (UNDCP), publicada no “Mapa da Violência 2016: Mortes por Armas de Fogo”, financiada pelo governo brasileiro e pela UNESCO e organizada por Júlio Jacobo Waiselfisz, demonstra que as Américas são de longe a região mais violenta (mortes por arma de fogo) do planeta. Enquanto a média global de homicídio por arma de fogo é 41%, nas Américas atingem 66%. Em termos percentuais as Américas atingiram 36%, a África e Ásia 31% e 28%, respectivamente, a Europa 5% e a Oceania 0,3% (UNODC, 2014, p. 21). O Brasil é de longe o país que apresenta maior número de homicídio (40.974) seguido da Colômbia (15.459) e Venezuela (13.080). Em termos percentuais os mais violentos são a Venezuela (45,1%), Colômbia (33,4%) e Brasil (21%).

Para enfrentar esse desafio o governo colombiano tem buscado, todavia as experiências passadas não permitem que as desconfianças possam ser superadas. A proposta de acordo de paz apresentada pelo então presidente Belisário Betancourt (1982-1986) aos grupos de guerrilha para que participassem das eleições terminou em sucessivos assassinatos. Na época as FARC-EP, com apoio do Partido Comunista, fundaram o partido político denominado União Patriótica (UP), que elegeu 16 prefeitos, 256 conselheiros e 16 congressistas. Porém, o acordo de paz não foi mantido e o Exército e grupos paramilitares assassinaram, em uma década, cerca de quatro mil militantes, inclusive os dirigentes eleitos e dois candidatos a presidente da República. Em 2003 o Conselho Nacional Eleitoral caça a personalidade jurídica da União Patriótica (Lopes, 2005).

O então presidente Belisário Betancourt (1982-1986) propôs um acordo de paz com os grupos de guerrilha para que participassem das eleições. As FARC-EP, com apoio do Partido Comunista, fundaram o partido político denominado União

---

dos periféricos é o grau no que são monopolizados e por tanto gananciosos” (Wallerstein, s/data:71, tradução nossa).

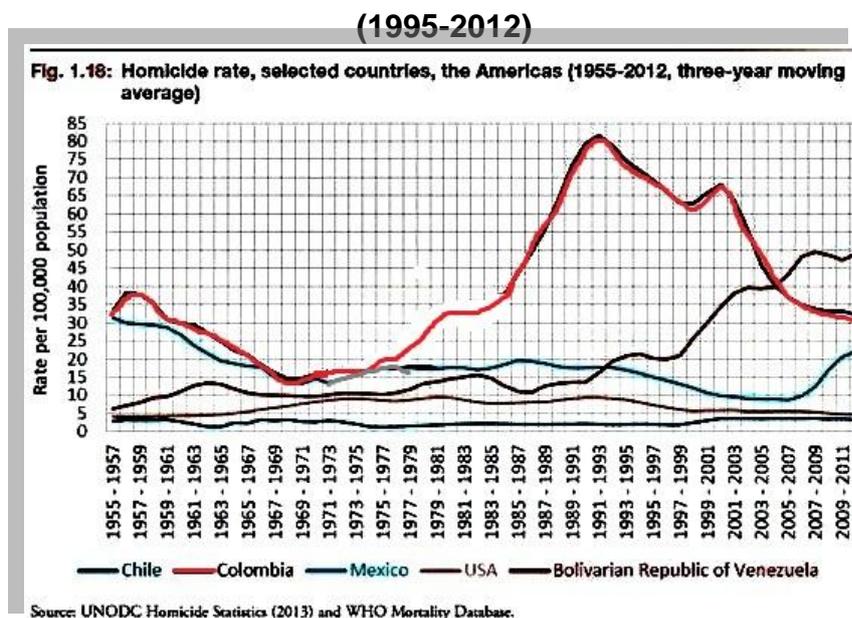
Patriótica (UP), que elegeu 16 prefeitos, 256 conselheiros e 16 congressistas. Porém, o acordo de paz não foi mantido e o Exército e os grupos paramilitares assassinaram, em uma década, cerca de quatro mil militantes da UP, inclusive os dirigentes eleitos e dois candidatos a presidente da República<sup>13</sup>. Com o rompimento da trégua diversos grupos, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), o M-19 e o Movimento Armado *Quintín Lame* (MAQL) retomaram as armas e abandonaram o cessar-fogo. O M-19, entre 1985 e 1989, entra em uma fase de esgotamento dos métodos de guerra e suas estratégias são questionadas. O modelo de guerra insurrecional perde espaço e o movimento se encontra militarmente reduzido. Nestas condições, o M-19 entrega as armas e opta pelo transito até a legalidade criando o partido da Aliança Democrática (Jaimes, 2012, p. 93).

Neste sentido, o governo colombiano está buscando um modelo de negociação com a guerrilha a quase cinco décadas. O governo de Juan Manuel Santos está negociando o tratado de paz há mais de três anos com o comandante da FARC, Timoleón Jiménez ("Timochenko"), sob a intermediação do governo cubano. O acordo de desarmamento deveria ser firmado em março de 2016, porém o governo e FARC discordaram com a data para o desarmamento e não definiram a área e o prazo para a entrega das armas, entre outros motivos. Em outubro de 2016, o plebiscito sobre o acordo de paz entre o governo e a FARC, foi recusado pela maioria da população colombiana. Os analistas debitam a derrota do plebiscito a abstenção de mais de 60% e a imagem equivocada que a sociedade tem das FARC.

---

<sup>13</sup> O Conselho Nacional Eleitoral, em 2003, caça a personalidade jurídica da União Patriótica (Lopes, 2005).

## Gráfico 1 – Taxa de Homicídio, países selecionados, nas Américas



Fonte: UNODC, 2014, p.36

O Brasil, por sua vez, busca estancar a violência por meios institucionais como a aprovação do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). Em 2005 foi realizado um plebiscito<sup>14</sup> sobre o projeto de lei que proibia o comércio de armas de fogo e munição no Brasil e a proposta foi rejeitada por 63% dos votos válidos. A consulta revelou o forte lobby das fábricas nacionais de armas associada a multinacionais e da Frente Parlamentar de Segurança Pública, conhecida como Bancada Parlamentar da Bala, criada no Congresso Nacional.

Nesse ambiente sul-americano, onde a arma de fogo ou branca é vista pela população como um instrumento de defesa, a cultura da violência é facilmente disseminada. Em razão da extensa fronteira terrestre e marinha brasileira um imenso arsenal de armas entra no país e é justificada pela não existência de uma política pública de inteligência repressivo-preventiva dotada recursos orçamentários e pessoais treinados para o combate ao tráfico fronteiriço. Com exceção de alguns pontos ao Sul, patrulhar no Norte é visto pelos militares como um castigo. O Instituto de Estudos da Religião (ISER), da ONG Viva Rio e do Small Arms Survey 2005 estimam que existam mais de 17 milhões de armas no país.

<sup>14</sup> Em 2003 foi aprovada a lei 10.826/03, que *proibida à comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional*, mas o §1º do art. 35, impunha um **referendo popular** para entrar em vigor. Juristas avaliam que houve um **plebiscito** e não referendo, pois a não havia norma a respeito do assunto.

Na história recente do Brasil houve grupos de extermínio e esquadrões da morte, formados por policiais militares e civis, ex-policiais, agentes de segurança privada e ex-torturadores, que atuaram durante a ditadura militar e ainda atuam em certas áreas onde os aparatos de repressão do Estado não alcançam, tem dificuldade de acesso ou são coniventes com grupos armados, que atuam sob a proteção de lideranças políticas ou das elites agrárias. Esses grupos paramilitares tiveram, em épocas diferentes, diversos grupos alvos de ataque. Em 1920 foram os anarquistas; ao longo dos anos 30, os comunistas; durante o regime militar, todos os que se opunham à ditadura; nos anos 80, os meninos de rua e os grupos indígenas; atualmente os afrodescendentes são alvos da violência ilegal do Estado e da sociedade (SUDBRACK, 2004, p.28).

Os dados demonstram que, tanto no Brasil quanto na Colômbia - respeitando as singularidades -, a violência se alastra devido a diversos fatores como a omissão do Estado, a morosidade do Judiciário e as proposições legislativas que não tem a mínima eficiência prática. A existência de um grupo de sobrecidadãos e uma massa de subcidadãos ou subintegrados (NEVES, 2016), em ambos os países, promove a apartação e leva a um formalismo jurídico que ressalta os direitos fundamentais sem lhes dar uma força normativa.

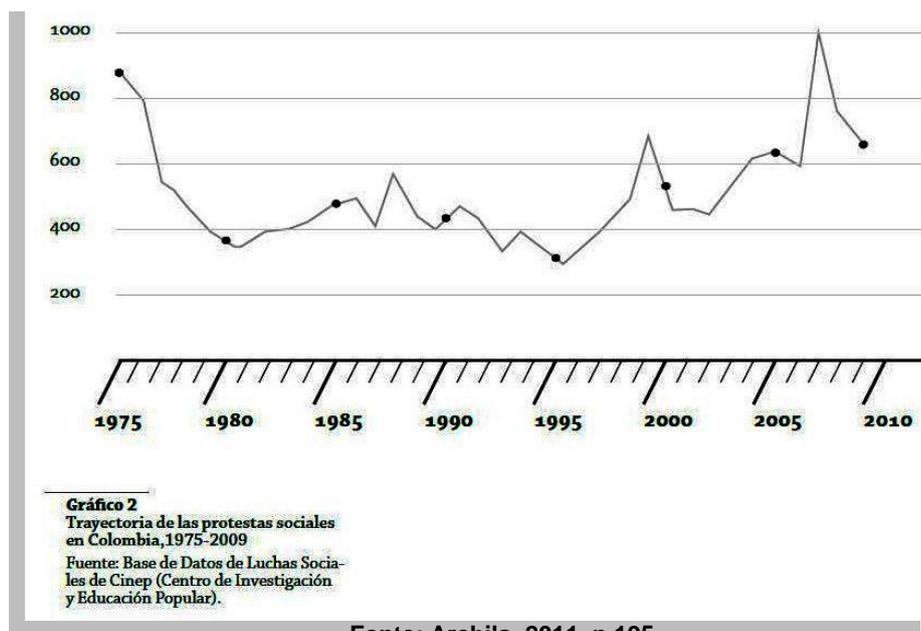
A violência como temática não é o único ponto de convergência entre o Brasil e a Colômbia, mas é um ponto importante porque esta tese trata de duas redes sociais que se opõem, mesmo que parcialmente, a política externa de seus governos. Esse enfrentamento entre grupos sociais e o governo encaixa-se na definição de McAdam (2005, p. 5) de que a luta política coletiva se caracteriza pela existência de (a) ao menos um governo é um dos reivindicadores, dos objetos das reivindicações ou é parte nas reivindicações, e (b) as reivindicações, caso de ser satisfeitas, afetariam aos interesses de ao menos um dos reivindicadores. Essas interações conflituosas é um tipo de desobediência civil, que pode gerar confrontos violentos.

Ademais, mostra como as distintas formas de contenda - movimentos sociais, revoluções, ondas de greves, nacionalismo, democratização, etc. - são resultados de mecanismos e processos similares. Sua aposta é que podemos aprender mais de todas elas mediante a comparação de suas respectivas dinâmicas que se as estudarmos em separado. Finalmente, explora diversas combinações de

mecanismos e processos a fim de descobrir as sequências causais recorrentes na contenda política (McAdam, 2005, p. 5).

Na Colômbia algumas organizações e setores sociais estão desenvolvendo um projeto político para a crise política que não passa pela continuação da luta armada. Evidente que o aumento da violência não ocorre somente devido a existência da guerrilha ou dos grupos paramilitares, mas do sistema econômico que atrelado aos interesses estrangeiros representa um peso considerável neste contexto. Os dados do Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP), coletados por Maurício Archila (2004), demonstra que existe uma trajetória que pode ser interpretada como ciclos de protestos. Os picos de maior emergência ocorreram durante os anos de 1975, 1985-1987 e 1999, que geraram repressão por parte do Estado e oportunidade política para a intervenção e o avanço do movimento social.

**Gráfico 2 – Tendências dos protestos sociais na Colômbia (1975-2010)**



Fonte: Archila, 2011, p.195.

No gráfico observam-se os momentos de picos dos protestos: nos anos de 1975, 1985, 1999, 2004 e 2007. Nestas datas, de acordo com o Quadro abaixo, pode-se perceber que a força motriz, que motivou a elevação no número de protestos, foi os temas debatidos nacionalmente e as propostas de políticas.



**Quadro 1: protestos sociais ocorridas na Colômbia (1975 a 2010)**

ANO	EVENTO
1975	Reformas antipopulares do Presidente Alfonso López Michelsen, (1974/1978, Partido Liberal).
1985	Reforma política do Presidente Belisario Betancur (1982-1986, Partido Conservador).
1999	Abertura de diálogo com as FARC no governo de Andrés Pastrana e Plano de Desenvolvimento Nacional (1999/2000, Partido Conservador).
2004	Propostas de referendo e primeira reeleição de Uribe Vélez
2007	Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional e sua candidatura para a segunda reeleição.

Fonte: Archila, 2011, p.202. Elaboração: Edélcio Vigna.

No quadro 1, os picos de protestos estão associados a períodos de atribuições de oportunidades e ameaças. As mobilizações sociais reagiram contra as propostas antipopulares apresentadas pelo governo ou se as que pretenderam reduzir os direitos políticos dos cidadãos. Estes movimentos de protestos estão vinculados ao déficit democrático na gestão governamental colombiana. Nos governos elencados, e nos ainda em exercício, há poucos canais de participação da sociedade civil. Essa carência é uma característica também do Congresso colombiano.

Estas observações confirmam as pesquisas do McTeam<sup>15</sup> de que as oportunidades políticas, que favorecem a mobilização social, surgem quando há mudanças políticas no Estado, abertura ou fechamento do sistema político institucionalizado, propensão repressiva do Estado, divisões entre as elites nacionais, entre outros elementos. O ambiente crítico do final da década de 90 favoreceu a criação da Frente Social e Político<sup>16</sup> (FSP).

Os movimentos criam oportunidades para si ou para outros. O fazem difundindo a ação coletiva através de redes sociais e estabelecendo coalizões de atores sociais, criando espaço político para movimentos similares e contra-movimentos, e incentivos para que respondam às elites (Tarrow, 2005, p.148, tradução nossa).

<sup>15</sup> “Ao final dos anos noventa McAdam, Tarrow y Tilly (McTeam, como gostavam chamar-se) levaram a cabo um esforço bem sustentado para repensar o paradigma do processo político desde uma perspectiva mais dinâmica e cultural” (Jasper, 2012:13, tradução nossa).

<sup>16</sup> “Em troca, o FSP foi uma expressão das esquerdas sociopolíticas que se projetou no atual Polo Democrático Alternativo (PDA)” (Archila, 2011:197, tradução nossa).

A partir dos anos 2000, há um arrefecimento dos protestos e uma retomada em 2003 que volta a cair em 2010, mas volta em 2016 com o plebiscito sobre o acordo de paz firmado entre o Governo de Santos e as FARC. Archila interpreta a reação de 2003 como o “início de um novo ciclo (...)”. Em todo caso o protesto social não tem desaparecido durante o governo da “Seguridade Democrática” e tende a aumentar à medida que o mandato presidencial avança” (ARCHILA, 2004, p.2, tradução nossa) e os acordos de paz não são efetivados em uma Nação formalmente unificada em um território dividido. As áreas ocupadas pelas FARC são regularmente administradas por um poder militar que não está sob a proteção ou tutela do Estado.

**Mapa 1 - território colombiano ocupado pelas FARC em 2008.**



Fonte: O Diário (Wiggers et al. 2014)

As oportunidades políticas, tanto no caso brasileiro quanto no colombiano, podem favorecer as atividades criadoras da sociedade civil, como podem ser igualmente destrutivas. As oportunidades podem impulsionar projetos progressistas ou fazê-los regredir. A expectativa de um acordo de paz entre o governo e a guerrilha tem sido seguidamente frustrada tanto pelo Estado colombiano como pela sociedade. Esses contratempos por que passam as propostas progressistas tem como autoria a crescente criminalização do movimento social, que se efetiva por meio judicial, por comissões parlamentares de inquérito ou por difamação midiática, que se verifica tanto na Colômbia como no Brasil. Nestes períodos as forças das propostas conservadoras se fortalecem. A teoria dos movimentos sociais demonstra de forma patente que as alterações que abrem expectativas de oportunidades políticas podem tanto inibir como estimular os atores sociais às práticas libertárias.

O movimento social brasileiro, desde a redemocratização dos anos oitenta, tem insistido na questão da participação social, na postura defensiva contra a desconstrução dos direitos fundamentais conquistados e da necessidade de uma

ampla reforma política, enquanto que o movimento colombiano tem se preocupado com as ondas de protestos, de violências e por uma saída política para a paz.

Pode-se dizer que os ciclos de protestos têm ocorridos em relação à defesa dos direitos fundamentais e sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, ou seja, são mobilizações em defesa de direitos constitucionalmente estabelecidos. São contestações pluritemáticas, tais como pela efetivação da reforma agrária e da agricultura familiar; pela moradia, contra a fome e a pobreza; por uma educação de qualidade; por um atendimento de saúde pública digna; por políticas de segurança, transporte público e contra a corrupção. Essas manifestações pacíficas tem sido recorrente nas áreas urbanas, mas há um tipo específico de protesto violento, que acontece em resposta a violação de direitos humanos, nos aglomerados subnormais<sup>17</sup> onde a população é predominante negra. As Ongs e entidades locais e/ou religiosas têm atuado nestas áreas a partir de projetos culturais ou arranjos produtivos, que promovem a inclusão social na busca da pacificação das relações sociais. Na Colômbia a *Corporação Cactus*, por exemplo, atua como intermediadora da produção e comercialização para exportação de flores produzidas por organizações de jovens e mulheres bogotanas.

O governo brasileiro e colombiano enfrentam outro desafio semelhante no que diz respeito à proteção da soberania nacional contra a ocupação e exploração de territórios por grupos de narcotraficantes, de paramilitares ou de policiais corruptos, que ocupam e exploram os habitantes das favelas brasileiras e os trabalhadores rurais. A FARC está ocupando e gerenciando partes significativas do território colombiano. De certa forma, a presença da FARC tem garantido a sobrevivência de comunidades rurais face aos ataques das milícias ou dos paramilitares. Essa defesa ainda que instável, diante da força de repressão estatal treinada e financiada por oficiais estadunidenses, tem promovido experiências de gestão e organização comunitária que o Estado não oferece.

---

<sup>17</sup> Conceito de Aglomerado Subnormal (IBGE, 2010): “áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. Características: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)”.

## Grafite 1 – Dessemelhanças entre a FARC e o Comando Vermelho



A FARC, que por diversos motivos tem se aproximado de narcotraficantes, possui objetivos diferentes das facções ou comandos do narcotráfico no Brasil, mas igualmente desafiam o Estado nacional. A diferença entre a preocupação da FARC e do Comando Vermelho é gritante ao se observar o grafite acima.

As estratégias utilizadas pelos dois países têm algo de semelhante, pois o governo brasileiro para recuperar espaços dominados por narcotraficantes inspirou-se nas experiências de ocupação territorial e integração, por meio de construção de postos policiais comunitários, que o governo colombiano usou para a pacificação parcial em Medellín<sup>18</sup> (Cabeleira, 2013, p. 170). No Brasil a estratégia de ocupação por meio da implantação de Unidades de Políticas Permanentes (UPP) é controversa na medida em que reduz o “papel das associações de moradores, debilitado em sua capacidade de representação tanto pelas práticas clientelistas como pelo controle que passa a ser nelas exercido por traficantes” (FLEURY, 2012, p.199).

<sup>18</sup> Medellín convive com um aumento dos homicídios, 70% deles atribuídos à atividade de organizações criminosas que operam em áreas distintas, segundo números oficiais. Entre abril/maio de 2016 os homicídios aumentaram 80% em consequência do início de uma estratégia integral contra a violência, cujo objetivo é tornar visíveis essas "estruturas criminais", segundo o prefeito Federico Gutiérrez (Sánchez, 2016).



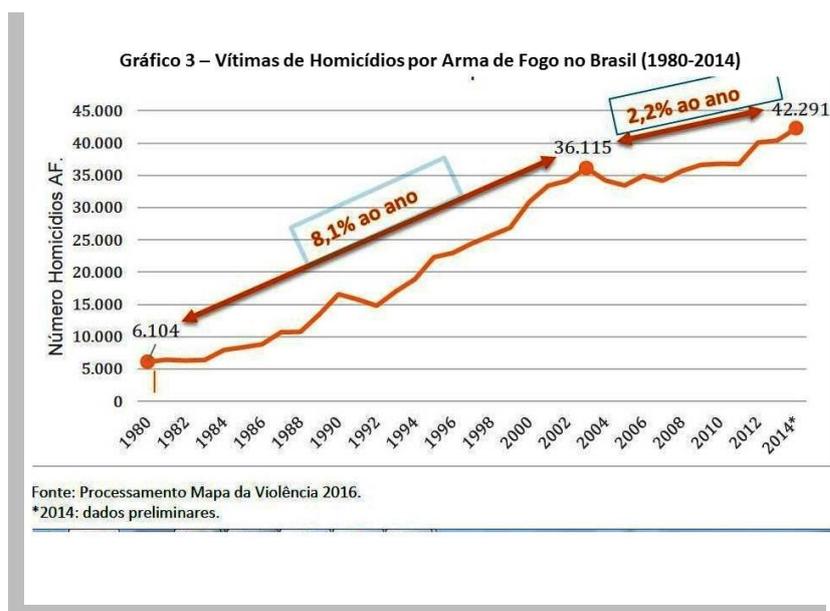
A política implementada via UPPs tem fragilidades e a principal é a institucional, pois a coordenação de diversos serviços públicos que são oferecidos pela UPP depende de vários programas desenvolvidos pelas secretarias estaduais. Outro problema é que ao resgatar a área estimula-se a expansão do mercado local, que não significa necessariamente que a comunidade está se integrando no mapa da cidade (FLEURY, 2012, p. 170). Aglomerados subnormais construídos a partir das interações entre pessoas e interesses heterogêneos formam um todo social segregado da *urbis*, onde se concentram os serviços públicos essenciais à vida urbana.

Os territórios conquistados pela guerrilha colombiana e as favelas paulistanas e baianas e os morros cariocas dominados pelo tráfico armado são desafios semelhantes e diferenciados que os Estados nacionais têm que enfrentar. Esse cenário impacta a forma de organização social, de repertório de mobilização e

estratégias, de discurso e prática das organizações e movimentos sociais que desenvolvem projetos sociais ou habitam estas áreas. Na Colômbia as redes sociais e os grandes movimentos seja identitários, étnicos ou sindicais têm que exercitar uma postura e adotar um discurso que se expresse por dentro de uma fina linha fronteiriça entre o Estado, a guerrilha e os paramilitares. Ranincheski e Moreno em artigo sobre o movimento indígena da região do norte do Cauca, na Colômbia, concluem que:

[...] os marcos de significado utilizados pelos indígenas da organização estudada em torno do tema do conflito armado parecem criar um distanciamento simbólico dos grupos armados e uma condenação às suas formas de luta, apelando a elementos de uma identidade indígena construída como resistente e alternativa, mas sobretudo que não está do lado nem da extrema esquerda nem da direita e sim do lado de seus projetos e autoridades próprias. Estes marcos seriam os que sustentam a opção pela via pacífica tomada pelo movimento e a criação de estratégias para se defenderem e se oporem ao conflito armado nos seus territórios (RANINCHESKI e MORENO, 2010, p.88).

No Brasil as lideranças ou coordenadores de Ongs laicas ou religiosas, que atuam nos morros e nas favelas atendendo ou contribuindo para a organização da população local, têm que ter um tipo de salvo-conduto dos chefes do tráfico para transitarem pela área, caso contrário podem sofrer severas penas. Esse tipo de castigo foi exemplarmente representado no filme “Tropa de Elite” quando o casal de coordenadores de uma Ong é queimado vivo pelo líder do tráfico do morro do Turano, que se situa entre os bairros da Tijuca e do Rio Comprido, na Zona Norte da capital fluminense.



Os dados e interpretações sobre a violência no Brasil e na Colômbia são necessários para este trabalho, porque têm implicação direta sobre a criação de organizações e redes sociais que atuam junto aos poderes do Estado e as instituições financeiras internacionais e as de integração regional. A postura destas instituições e movimentos sociais organizadas em rede, que não se engajam na luta armada ou não dá sustentabilidade ao tráfico, e que atuam em dupla escala aproveitam as oportunidades políticas que emergem no processo sociopolítico e se redefinem criando novas identidades sociais.

A Rebrip, por exemplo, cumpriu um papel de aglutinador nas rodadas de negociação da OMC e da ALCA, mas o fracasso da Rodada de Doha, em 2006, foi uma vitória importante para a sociedade civil dos países semi e periféricos, mas por outro lado, desconstruiu a estrutura da Rebrip, que teve que se recriar em termos organizacionais, de agenda e de objetivos. Gonzalo Berrón, membro da coordenação da REBRIP e da secretaria da Aliança Social Continental, declarou que “a suspensão das negociações é uma grande vitória para as organizações e movimentos sociais que resistiram à ALCA e ao livre comércio no Brasil, nas Américas e no mundo e que temos que sair nas ruas para comemorar” (FASE, 2006).

As intervenções da Rebrip e da Recalca em nível internacional produz efeitos paradoxais que as impulsionam em direção a novas temáticas. Essas transições

tendem a deslocar o eixo programático em razão do esgotamento do propósito de origem. A Rebrip ao contribuir, como força social, para travar a Rodada de Doha na OMC, esgotou a sua meta e, assim, teve que ampliar sua agenda com outros temas atrativos às organizações sociais para manter a rede unificada. A Recalca, após a aprovação do TLC Colômbia-EE.UU (2006), passou pelo mesmo processo de se recriar devido à perda do foco de atuação e desmobilização que se processou em seguida.

A reação das organizações da sociedade civil por meio de propostas e discursos alternativos leva, em contrapartida, as instituições estatais a criarem estratégias de proteção contra as ameaças ao *status quo* ou ao *hegemón* local, nacional e internacional (RANINCHESKI e MORENO, 2010, p.69). O procedimento das forças de repressão oficial diante de uma ameaça ou suposta ameaça oriunda de grupos sociais de oposição é sempre violenta e tem dois objetivos: ser exemplar e sinalizar os limites de tolerância do Estado.

Esse tipo de enfrentamento com o Estado dificilmente é resolução de uma rede heterogênea. Esse tipo de comportamento radical pode ser definido por uma organização ou uma rede de organização com propósitos semelhantes, como é o caso da organização indígena, de uma rede sindical ou de organizações direitos humanos ou identitária. Porém, esta mesma posição dificilmente pode ser decidida por uma rede plural onde as agendas são negociadas a fim de se chegar a uma pauta comum. Nestas condições, quanto mais objetivos forem os itens do programa e com o mínimo de arresta possível, mais facilmente poderá ser desenvolvido, atrair organizações e manter a rede coesa, enquanto uma unidade de ação.

O movimento social<sup>19</sup> latino-americano retomou, durante a década de 1990, o dinamismo perdido nos anos anteriores e novas formas de movimento emergiram sob a configuração de redes. De início, as redes ainda eram de organizações identitárias, de interesses semelhantes, e só foram se pluralizando no final da década. As oportunidades políticas abertas pelas manifestações contra a especulação financeira decorrente de políticas neoliberais globalizadas criaram as

---

<sup>19</sup> “Observa-se também, no novo milênio, a retomada do movimento popular urbano de bairros, ou movimento comunitário barrial, especialmente no México e na Argentina. Todos esses movimentos têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. [...]. Outros, ainda, articulam-se em redes compostas de movimentos sociais globais ou transnacionais [...]” (GOHN, 2011, p.337).

condições que foram aproveitadas com êxito pelos setores organizados da sociedade civil (GOHN, 2013, p.57). Na esteira da globalização financeira foram criados diversos sujeitos coletivos que foram denominados movimentos antiglobalização<sup>20</sup> ou altermundialistas, que configuraram um novo sujeito político plural e segmentado pela diversidade de organizações que agrupam (GOHN, 2013, p.49).

A Aliança Social Continental e seus capítulos nacionais, como a Rebrip e a Recalca, tiveram como uma das condições para suas criações a necessidade de ampliar a visão do local para a regional e desta para a continental e, então, se colocarem como sujeitos antiglobalização. Essa dinâmica não é necessariamente linear e pode ter início a partir do ponto de vista internacional ou do regional para o local.

Neste processo de expansão do conhecimento, as organizações sociais passam a constatar que os efeitos negativos da liberalização dos mercados nacionais não se restringem a um país e reagem reivindicando uma nova postura do Estado e a participação social nas discussões e decisões sobre as negociações e homologação dos tratados de livre comércio. Essa percepção recuperou o sentimento de solidariedade de um amplo espectro político progressista do campo social democrático sul-americano superando a velha concepção da esquerda ortodoxa, que crê que a mudança se faz somente por meio do Estado (GRACIELA RODRIGUEZ, Brasil, 30/06/2016<sup>21</sup>).

A dinâmica da globalização promoveu um novo campo epistemológico que facilita aos atores sociais uma visão conjuntural associada a uma consciência de totalidade estrutural. O internacional, o regional e o local, compreendido pelas organizações como uma totalidade social, manifestam-se enquanto possibilidade de emergir quanto combinação entre as três dimensões como uma estratégia que desencadeia um processo simultâneo onde a ação conjunta pode resultar no sucesso da atividade.

---

<sup>20</sup> “Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, como o movimento alter ou antiglobalização, presente no Fórum Social Mundial, que atuam através de redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação” (GOHN, 2011, p.338).

<sup>21</sup> Graciela Rodriguez participa da Coordenação da Rebrip. Coordenadora do GT Gênero da Rebrip. Coordenadora do Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental (ASC). Coordenadora Global do International Gender and Trade Network (IGTN). É Diretora do Instituto Equit, no Rio de Janeiro. Foi coordenadora do Ser Mulher (1989-2003). Entrevista realizada em 12/09/2015 e 30/06/2016.

Os movimentos urbanos estão recebendo a solidariedade ativa dos militantes dos movimentos rurais e vice-versa e ambos estão apoiando outras manifestações que estão ocorrendo fora das fronteiras nacionais. Por exemplo, em 23 de setembro de 2016, houve no Rio de Janeiro uma reunião de diversas organizações sociais e políticas para debater o processo de paz colombiano ilustra a compreensão das organizações brasileiras sobre a importância para o povo colombiano e para toda a América Latina o acordo que pode por fim a guerrilha sustentada pela FARC. No Brasil, liderados pela Marcha Patriótica e por outras organizações colombianas, foram realizadas manifestações em Vitória (ES), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Foz de Iguaçu (PR) e Porto Alegre (RS). As organizações brasileiras têm convocado movimentos populares e partidos políticos para contribuir para a construção da paz na Colômbia (LONDOÑO, 2016). É interessante ressaltar a pluralidade social da mobilização, a convocação emitida por organizações colombianas e não pelas grandes organizações sindicais ou partidos políticos, que assinaram a declaração do evento, mas não se colocaram como protagonistas do movimento. Esta manifestação, também, repercutiu junto ao governo e pressionou o Itamaraty a tomar uma posição favorável ao acordo de paz de consenso entre as FARC e o governo colombiano. No dia 03 de outubro, o Governo brasileiro se posicionou em pró do plebiscito do acordo de paz entre a Colômbia e a Farc<sup>22</sup>.

As pressões que decorrem das demandas sociais não questionam o poder e a legitimidade do Estado, o que não significava que não haja uma confrontação de interesses. Para pesquisar as estratégias de incidência da Rebrip e da Recalca, no combate aos TLCs e pela participação no processo de integração regional, foi necessário estabelecer algumas diferenças e as semelhanças entre o Brasil e a Colômbia para marcar um patamar de comparação.

Não se pode ignorar a influência que o contexto histórico, geográfico e sociopolítico, tem sobre as agendas nacionais e regionais das organizações. A expertise da Recalca, por exemplo, centra-se nas negociações de tratados de livre comércio em âmbito nacional, enquanto que a da Rebrip se destaca nas negociações multilaterais e no processo de integração sub-regional. A Rebrip se contextualiza no âmbito do MERCOSUL e volta suas preocupações às negociações entre este e a União

---

<sup>22</sup> Repórter NBR. <http://ultimasnoticiasdehoje.com.br/governo-brasileiro-se-posiciona-sobre-plebiscito-do-acordo-de-paz-entre-colombia-e-farc/> Acessado em: 28/12/2016.

Europeia e aos tratados e acordos em tramitação na Organização Mundial do Comércio (OMC). A Recalca, por sua vez, não se preocupa mais com as negociações da Comunidade dos Países Andinos (CAN), desde que este entrou em processo de desmantelamento após a saída da Venezuela e da Bolívia. A Red volta, assim, sua atenção aos tratados bilaterais de livre comércio que a Colômbia está negociando com diversos países (Hector Mondrangan, entrevistado em 27-07-2016). O Brasil somente pode negociar por meio do Bloco mercosulino, pois qualquer negociação de um Estado Parte deve assegurar as condições comuns a todos os outros Estados Partes, conforme o artigo 4 do Tratado de Assunção<sup>23</sup>.

O Brasil e a Colômbia, como estados nacionais que integram um território semiperiférico, estão hierarquizados de acordo com a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. As categorias – semiperiferia e periferia - não são conceitos abstratos, mas resultados de processos reais do capitalismo contemporâneo, que se desenvolve como um sistema histórico em constante mudança (WALLERSTEIN, 1974, P. 349)<sup>24</sup>. A hierarquização do espaço não implica somente em uma polarização entre os países centrais, mas também uma disputa entre os Estados que se encontram na semiperiferia e na periferia do sistema-mundo. São as áreas semi e periféricas que são tidas como cenários preferidos de acumulação de capital e palco de disputa entre as grandes empresas multinacionais por posições que possam melhor beneficiá-las. As relações construídas por meio da prática diplomática e dos interesses comerciais dos poderosos blocos econômicos que se beneficiam da vulnerabilidade dos blocos semiperiféricos não são produtos naturais da história, mas produção das relações dinâmicas do capitalismo contemporâneo. Os Estados Unidos e a União Europeia são as áreas centrais do sistema-mundo, enquanto que na semiperiferia latino-americana o Brasil, a Argentina e o Chile, disputam o status de hegemon regional, ao mesmo tempo em que a Colômbia se esforça por ser a parceira preferencial dos EE.UU.

---

<sup>23</sup> Tratado de Assunção, Art. 4<sup>o</sup> - “Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições equivalente de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para incluir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Parte coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial”.

<sup>24</sup> “A semiperiferia, no entanto, não é um artifício de pontos estatísticos de corte, nem é uma categoria residual. A semiperiferia é um elemento estrutural necessário em uma economia mundial” (WALLERSTEIN, 1974, P. 349).

O sociólogo Jaime Preciado (2008) afirma que a Venezuela, apesar de ser uma potência energética mundial tem sido categorizada como “um país que projeta um status de semiperiferia anti-hegemônica<sup>25</sup>”, ao contrário do Brasil que se projeta como uma semiperiferia que se pretende ser uma “potencia global autônoma” (PRECIADO, 2008, p.264). A Colômbia, por sua vez, tem se acomodado a uma posição subalterna aos acordos e tratados de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia. Não se pretende neste trabalho discutir a soberania do Estado colombiano, que desenvolve a estratégia político-econômica que considera a melhor para executar seus planos e projetos governamentais, mas não se pode deixar de observar que a nova Constituição colombiana de 1991, apesar de estabelecer um pacto social mais amplo ao convocar “numerosos setores da nação colombiana para lhe dar a nova carta política um ar mais plural e democrático” (TRUJILLO 2011, p.117) do que a Carta que foi firmada pelas elites dos anos cinquenta, porém foi normatizada de forma insuficiente para resolver a questão crônica da violência e do narcotráfico. Os projetos de combate às drogas e a guerrilha tem tido impactos nas políticas públicas nacionais e no plano de soberania nacional. “As políticas antinarcóticos dos diferentes governos colombianos não tem sido o resultado de uma deliberação interna e autônoma, mas sim das pressões exercidas pelos Estados Unidos” (TRUJILLO, 2011, p.165).

As grandes mobilizações não devem ser interpretadas como “coisas do passado” porque na história não existe passado, mas um processo contínuo de acontecimentos, fatos e episódios que se entrelaçam, independente da sua linearidade, resultando em um presente construído. Esse tempo deve ser compreendido como uma experiência que ainda inspira o repertório do movimento social e se soma com suas estratégias de mobilização.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI novas oportunidades políticas se abriram às perspectivas do movimento social. A percepção dos atores sociais do campo democrático e os fatos demonstram que a fase neoliberal do capitalismo contemporâneo está entrando em uma fase de instabilidade nos território semiperiféricos, em particular na América do Sul. Recentemente, alguns governos

---

<sup>25</sup> “As iniciativas Sul-Sul são comandadas pelo Brasil, e sua estratégia é conformar-se como potência global autônoma, sem orientação necessariamente dos Estados Unidos, enquanto que a Venezuela se configura como semiperiferia emergente, o que supõe resistências anti-hegemônica frente aos Estados Unidos”. (Preciado, 2008:255).

sul-americanos, que foram identificados no campo progressista e se incluem na “virada à esquerda”, adotaram agendas que buscaram caminhos heterodoxos, sem se afastar das diretrizes neoliberais. Essas experiências de gestão, além de não resolverem os problemas essenciais, como segurança alimentar e nutricional, o desemprego estrutural, as espirais inflacionárias e os meios dignos de vida, acumularam contradições que as forças sociais trarão à superfície em algum momento do seu desenvolvimento.

O resumo da construção e desconstrução dos movimentos sociais contestatórios pós-segunda guerra mundial possibilita uma perspectiva histórica que ilustra e possibilita uma visão sobre os movimentos da sociedade civil, que nos previne contra argumentos e visões romanceadas do futuro. O que esta tese aborda é a emergência de duas redes sociais contemporâneas – Rebrip e Recalca - que, mesmo carregando uma herança do passado, trazem novidades em termos organizacionais, de repertório e suas potencialidades ainda estão influenciando nos processos sociopolíticos do Brasil e da Colômbia. O ambiente de gestação dessas redes não é o partido político ou o chão da fábrica, mas as oscilantes transformações agudas da globalização e seus efeitos econômicos negativos sobre os segmentos menos favorecidos economicamente.

O conjunto de Estados nacionais não está isento da influência de novos atores nacionais e supranacionais de caráter antineoliberal, cujas resistências condicionam as projeções geopolíticas de regiões subnacionais, países e blocos supranacionais (...), ao mesmo tempo em que tais atores são portadores de outro imaginário social do sistema-mundo (PRECIADO, 2008, p.254).

### **Principais pressupostos e questões norteadoras**

Para fundamentar a questão de pesquisa foi necessário adotar um conjunto de pressupostos teóricos:

- **Sistema-mundo moderno ou sistema capitalista mundial:** pressupõe a interdependência das partes do sistema que interagem de forma sincrônica expressando uma unidade na qual integra a realidade sul-americana.
- **Visões de globalização neoliberal:** de um lado, há uma disputa entre os países centrais e mesmo entre países semiperiféricos em ascensão (China, Rússia), pela hegemonia do mercado internacional, em especial do sul-americano; de outro, as jornadas sociais contra a globalização construíram um discurso antissistêmico com base em três elementos: questionamento das

estruturas de dominação; rejeição a mercantilização das relações sociais; defesa dos direitos culturais e territoriais.

- **Integração regional sul-americana:** processo econômico e político conflituoso onde as interações e as disputas – que envolvem atores institucionais e sociais - se concatenam em um tempo-espaço simultâneo, sob a interferência nacional, regional, internacional e global.
- **Neoliberalismo:** ideologia dominante da globalização que, como fase atual do capitalismo financeiro, impõem aos estados e órgãos institucionais de integração sul-americana os valores de mercado como parâmetros organizacional e ético.
- **Estado nacional:** mantém-se como importante ator no cenário regional e internacional, mesmo tensionado pela globalização em razão da conjuntura política e econômica contemporânea.
- **Dependência estrutural e cultural:** o território latino-americano se organiza sob uma dupla hegemonia - política estadunidense e a hegemonia cultural eurocentrista.
- **Novas formas de organização da sociedade civil:** impulsionadas por fatores materiais e imateriais, como os efeitos negativos das políticas neoliberais, a partir do final dos anos de 1990; as oportunidades política que emergiram com a Constituição de 1988; as novas formas sociais identitárias e a relevância crescente dos fatores abstratos como a emoção, a afetividade, o sentimento e a percepção das lideranças sociais captados pelos novos movimentos sociais.
- **Rede de organizações e movimentos sociais:** forma associativa que reúne organizações heterogêneas (identitárias, sindicalistas, de defesa de direitos humanos, de gênero, raça/etnia, de sexo, ambientalistas, entre outras) em torno de uma proposta comum sob um mesmo ideal e uma mesma proposta estratégica e política a ser executada.

**Questão central:** Quais são as percepções que os atores das redes sociais vivenciam ao demandarem espaços de participação no processo de integração regional ou nas negociações dos TLCs?

Para facilitar a exposição dos argumentos desdobrei a questão central em uma pergunta analítica. A pergunta servirá como força motriz da narrativa para analisar como os integrantes da Rebrip e da Recalca tiveram a percepção da oportunidade política e de ameaça e souberam aproveitá-las, a partir dos seus recursos mobilizados e do repertório de contestação<sup>26</sup> herdado de gerações anteriores e

<sup>26</sup> Repertório pode ser compreendido como um conjunto de recursos intelectuais e organizativos que são utilizados como ferramentas para compreender a realidade e incidir sobre ela. O conceito de “repertório” é utilizado aqui no sentido proposto por Charles Tilly, 1978 (Von Bullow, 2007:5).

vivências contemporânea, para desenvolver suas atividades. A segmentação da questão central em pergunta analítica é para que se possa visualizar que o texto envolve duas visões que se entrelaçam.

**Pergunta analítica:** Como a atribuição de oportunidades políticas e de ameaças, que envolvem fatores materiais e imateriais, foram percebidas pelos atores sociais durante o processo de construção das redes Rebrip e Recalca.

Foram estabelecidas três dimensões de análise para poder cercar a questão analítica ou, seja, foram formulados três blocos de questões auxiliares que abrangem (i) o lócus de construção das estratégias; ii) as relações de poder entre as organizações integrantes do capítulo nacional; e iii) formas de atuação frente aos governos nacionais e as instituições regionais..

**i. Em quais os espaços de poder interno à Aliança Social Continental (ASC) o repertório de mobilização de dupla escala é construída?**

- Considerando a relativa autonomia dos capítulos nacionais como funciona a cadeia de comando da Aliança Social Continental (ASC)?
- Quais são as formas de mobilização (marchas, caminhadas, barricadas, bloqueio de estrada e ruas, ocupação de instalações, comício, protesto, etc.) mais recomendadas pela ASC e utilizadas pelo capítulo Nacional?
- Se a coordenação da ASC determina um tipo de mobilização para uma ação local, sem consultar o capítulo nacional qual a reação das organizações nacionais?
- O capítulo nacional da ASC tem autonomia para selecionar seu repertório de mobilização em nível local e regional?
- Qual é a forma de mobilização de recursos estratégicos (financeiro, infraestrutura, aliados, militantes, comunicação, informação, etc.) mais utilizados pelo capítulo nacional?
- Qual a diferenças, para o capítulo nacional, em se mobilizar para atuar em nível local e regional?
- Qual a diferença entre o militante/ativista nacional e o regional?
- Se os capítulos nacionais mobilizam recursos de forma desigual, como a ASC

contribui para as mobilizações regionais?

- De que forma os grupos locais menos favorecidos são incluídos no processo de construção das agendas nacionais e regional?

**ii. O Capítulo Nacional da ASC ao construir campos de relações junto ao Estado nacional e junto a UNASUL, CAN e MERCOSUL, afeta, também, as relações de poder entre as organizações integrantes do Capítulo?**

- Como os capítulos nacionais se relacionam com as autoridades nacionais e com os representantes da UNASUL, CAN e MERCOSUL?
- Nas ações junto a UNASUL, CAN e MERCOSUL, o capítulo demandante articula, comunica ou informa sobre a ação que vai ser executada aos outros capítulos nacionais?
- No processo de mobilização há algum fator que leva um capítulo se empoderar mais que os outros?
- O que mantém o capítulo nacional vinculado à ASC?

**iii. Como as redes de organizações da ASC trabalham para influenciar a política externa de seus governos e o modelo de integração implementado pela UNASUL, CAN e MERCOSUL?**

- A ASC orienta a ação dos capítulos nacionais sobre como proceder diante das instituições de integração regional?
- Quando falta de orientação por parte da ASC como o capítulo define sua agenda nacional e regional?
- O capítulo nacional ao incidir sobre a UNASUL, CAN e MERCOSUL, significa um fortalecimento da influencia enquanto ASC ou só enquanto capítulo?
- Como a disputa entre os modelos de integração – UNASUL, ALBA e MERCOSUL - afeta a integração do capítulo nacional?
- Como as instituições regionais sul-americanas não são sujeitos passivos, como elas afetam as redes?

Para testar a validade das questões foi necessário criar um bloco de indicadores:

- **Comunicação interna e externa:** verificar se as comunicações entre o capítulo nacional e a coordenação da ASC e com os demais capítulos nos momentos de mobilização social e nos momentos inatividade eram frequentes, descontinuas ou espaçadas.
- **Visibilidade:** verificar se as mobilizações mais importantes foram registradas pela mídia oficial ou alternativa.
- **Poder de convocação:** verificar se as atividades realizadas tiveram apoios de outras organizações, além das integrantes do capítulo nacional.
- **Unidade de ação:** verificar se as atividades agendadas pela ASC foram realizadas em conjunto pelos capítulos nacionais.
- **Representação:** verificar o reconhecimento do capítulo nacional junto às outras organizações e autoridades estatais.
- **Formação técnica-política:** verificar se houve seminários, reuniões ou cursos de capacitação aos integrantes das organizações do capítulo nacional.

A proposta é analisar a importância atribuída a estes indicadores de acordo com os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Outros indicadores poderão ser criados no processo de elaboração da pesquisa.

## CAPITULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA DA PROBLEMÁTICA A PARTIR DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao abordar a questão das organizações e dos movimentos sociais operando em rede na América Latina, em especial no Brasil e na Colômbia, é imprescindível adotar uma postura transdisciplinar. As teorias desenvolvidas por Sidney Tarrow, Charles Tilly e Doug McAdam - Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) - e as novas teorias que trazem um arcabouço culturalista marcado pelos estudos de Ernesto Laclau, James Jasper, Ilse Scherer-Warren, Maria da Gloria Gohn, Fernando Calderón - Teoria dos Novos ou Novíssimos Movimentos Sociais -, que caracterizam os a atores coletivos do século XXI. Essas novas abordagens não são apenas complementares, pois constituem outras leituras que necessitam das novas categorias para serem compreendidas em sua integralidade. Ou seja, as categorias formam uma articulação complexa que definem um conceito de movimento social organizado que não pode ser explicado convenientemente por uma única característica.

**Quadro 2 – Teorias e abordagens**

Teorias Abordagens	Principais autores	Ênfase	Palavras chave	Cultura	Classes Sociais	Política
Mobilização de Recursos (TMR)	Oberschall; McCarthy; Gusfield; Tilly	Aspectos organizativos vinculados à lógica econômica.	Organização e racionalidade	Não Considera	Não Considera	Não considera canais e arenas do sistema político
Mobilização e Processo Político (TPP)	Klandermaas, Freudman, Tarrow, Jonhson, Fantasia, Muller, Morris, Kriesi, Laraña, Inghart, Amenta	Estrutura das oportunidades políticas, no grau de organização dos grupos e análise cultural na interpretação dos discursos.	Mobilização e estrutura. Frames. Oportunidades políticas.	É trabalhada a dimensão da práxis-ação.	Considera estrutura, mas como oportunidades políticas, interesses e projetos.	Não aborda classes sociais. Centra-se nas oportunidades políticas. Localiza as ações nas estruturas macrosociais.
Novos Movimentos Sociais (NMS)	Toraine, Offe, Melucci, Laclau, Moffe	Cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, construção de alianças e processos identitários.	Identidade coletiva, consciência e micromobilização.	Tem como base a cultura. Discursos como expressões culturais	Nega, pois considera que questões ao nível das estruturas subjugam o cultural e político ao econômico.	Ganha centralidade é redefinida em dimensões microsociais e cultural
Paradigma marxista	Gramsci Castells, Lojkine, Hobsbawm, Thompos, Rudé	Lutas sociais voltadas para a transformação social.	Luta de classes, Práxis social e Consciência.	Elementos dispersos e fragmentados do cotidiano contém germe da transformação social.	Reflexão sobre origem, interesses e programa ideológico que movimentam as ações.	Fatores políticos têm centralidade. Cultura política.

Elaboração: Valdiones, APG, Xavier, EM, Ferraz, I, Bitencourt, PR, e Abdo, RA. In Gohn, MG. Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

Um conceito é uma convenção teórica que se explica dentro de um campo de relações e de força em contraposição a outros campos teóricos. O que se apresenta não é um embate de soma zero, o que se expõe é um espaço de troca de aprendizagem, onde o que se busca não é a origem do conceito, nem o movimento perfeito, mas estar o mais próximo possível da realidade plural dos movimentos sociais. É evidente que não há movimentos sociais puros devido à multidimensionalidade das relações sociais e a condensação de múltiplos interesses, sob um objetivo, caracterizando a ação coletiva. A mobilização deixa de ser de uma categoria trabalhista, de uma identidade, de uma geração, para ser uma expressão de indignação e de confronto com os guardiões do *status quo*, sejam autoridades, elites, aparatos de repressão do Estado ou empresas transnacionais.

Cada ciclo de movimentos tem sua periodicidade e é profundamente marcado pelas condições que os constituíram. O movimento indígena na Colômbia ou no Equador, os piqueteros na Argentina, a revolta d'água na Bolívia, a revolta dos 20 centavos e as ocupações de escolas no Brasil, fundaram novas formas de ações coletivas na luta por direitos, que carregam um vivo conteúdo cultural preconizando uma nova politicidade na região (CALDERÓN, 2011, p.77).

Para esta tese foi importante o diálogo que se fez possível entre a teoria dos movimentos sociais e a teoria da percepção, que se firma entre a fenomenologia e a filosofia, para que a proposta da tese tivesse como base principal a percepção dos entrevistados. É no contexto de construção das novas abordagens que a pesquisa se insere e busca contribuir a partir do método comparativo, que se ocupa de duas redes nacionais que possuem todas as características designativas das novas formas de ação coletiva, recuperando e resignificando o repertório historicamente herdado.

Para explicitar as vertentes teóricas que Vão emergindo no decorrer das mais variadas abordagens a medida em que as pesquisas vão ganhando profundidade, é importante situar a fase do capitalismo contemporâneo e do sistema econômico neoliberal no contexto de globalização do sistema-mundo a fim de posicionar a América do Sul - no processo de desenvolvimento histórico-social a partir da última década do século XX - e nela o Brasil e a Colômbia, pois é neste quadro mais amplo do processo histórico do sistema-mundo contemporâneo que a pesquisa está contextualizada. De acordo com Wallerstein (1976) o sistema-mundo, que se

originou no século XVI, não só mudou a geografia política global, mas redefiniu os centros de poder e os domínios territoriais – países semiperiféricos e periféricos. Wallerstein não se refere a um sistema existente no mundo, mas a um sistema que é um mundo. “Um sistema-mundo é um sistema social, que tem fronteiras, estruturas, grupos de membros, regras de legitimação e coerência” (WALLERSTEIN, 1976, p.347). Ou seja, o mundo atual euro-americano tem narrado à história sul-americana como uma formação periférica ao centro capitalista moderno.

Immanuel Wallerstein não se refere a Estados periféricos, mas a áreas periféricas que se colocam entre o centro e a periferia, pois entende que uma das características da área periférica é que o Estado é fraco devido ao processo colonial e ao baixo grau de autonomia. Essas áreas periféricas são resultado do processo de desenvolvimento macroeconômico e das disputas geopolíticas territoriais entre países que emergiram como potências mundiais. A história demonstra como territórios e Estados erigidos, em algum momento da expansão da economia mundial, a categoria de impérios são atualmente área semiperiféricas ou periféricas (WALLERSTEIN, 1976, p.349).

Dessa forma, as categorias semiperiferia e periferia não são uma criação intelectual, mas elementos estruturais e necessários para o conceito de sistema-mundo, na medida em que exercem diversas funções como de produzir matérias primas, consumir produtos manufaturados excedentes dos Estados centrais e, principalmente, servir de peças no jogo hegemônico global a fim de garantir as posições privilegiadas daqueles Estados. Esta posição de dependência econômica e de uma relativa autonomia no jogo entre as nações centrais pode, em certas conjunturas, abrir espaços de oportunidade política para os países semiperiféricos. Assim, vou considerar que não só as áreas estão inseridas na categoria de Wallerstein, mas igualmente os Estados nacionais que jogam posições econômicas e geoestratégicas no continente de origem. Não há como negar que, na conjuntura atual, o Estado chinês é centro das atividades do continente asiático, com impacto global, ou que o Brasil é o país dominante no continente sul-americano, apesar de serem considerados semiperiferias no sistema-mundo. De acordo com a doutora Isabela Nogueira, a China é considerada um país semiperiférico que pode ocupar uma posição central na economia-mundo ao estruturar uma “relação virtuosa” com os países centrais, em especial com os Estados Unidos.

Os sociólogos Chase-Dunn e Peter Grimes ressaltam que os países periféricos ou semiperiféricos são por força do sistema – das suas elites dominantes, da forma de governo, do modelo econômico adotado – a reproduzirem os mesmos processos de dominação central que conduzem a sua própria condição de subordinação. “Simplificando, é todo o sistema que se desenvolve, e não simplesmente as sociedades nacionais que são suas partes” (CHASE-DUNN e GRIMES, 1995, p.389, tradução nossa). Não se coloca neste comentário o debate entre posições que defendem que a modificação das partes altera a totalidade ou se a totalidade pode impedir o poder transformador das partes, pois nenhum dos autores citados segue os modelos unilineares e redutores de determinismo. Louis Althusser, neste diálogo entre totalidade e partes, contribui com o conceito de “sobredeterminação”, adotando um modelo de causalidades múltiplas utilizado na Psicanálise e aplicado a situações históricas e políticas (ALTHUSSER, 1979, p.111<sup>27</sup>, BARROS, 2011, p.101). Entendemos, como Wallerstein, que o padrão no qual a economia mundial se desenvolve as estruturas estatais são relativamente fortes nas áreas centrais e relativamente fracas na periferia, mas “em algumas áreas, a máquina do estado é mais forte do que em outros” (WALLERSTEIN, 1976, p.355). As mudanças da conjuntura econômica e política nos países centrais podem alterar a posição dos países semiperiféricos e periféricos no sistema-mundo e provocar modificações nas relações entre os Estados nacionais em situação de subordinação. Assim, o sistema-mundo ou sistema capitalista mundial pressupõe a interdependência das partes do sistema que interagem de forma sincrônica expressando uma totalidade na qual integra a realidade socioeconômica e cultural sul-americana. Jaime Preciado se filia à interpretação destas interações e as explica a partir da construção político-econômica dos blocos supranacionais regionais<sup>28</sup>, que postulam “uma nova projeção geopolítica [que] abrange também negociações crescentes de espaços e âmbitos de poder entre o centro e a periferia” (PRECIADO,

---

<sup>27</sup> “As vontades individuais produzem acontecimentos históricos! Mas quando se considera de perto, pode-se com extremo rigor admitir que o esquema nos dá a possibilidade do acontecimento, mas em absoluto a possibilidade do acontecimento histórico, em absoluto a razão que distingue da infinidade de coisas que sobrevêm aos homens nos seus dias e nas suas noites, anônimas à força de serem singulares, o acontecimento histórico como tal”. (Althusser, 1979:111)

<sup>28</sup> Principais Blocos Supranacionais: Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), da Aliança para a Segurança e Prosperidade da América do Norte (ASpan), Plano Puebla Panamá+Colômbia (PPP+C), Tratado de Livre Comércio entre República Dominicana, América Central e Estados Unidos da América (DR-CAFTA), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Comunidade Andina (CAN), Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA).

2008, p.253). A emergência dos blocos supranacionais, para além da América Latina, “conduz a um reagrupamento ou uma reorganização das relações internacionais, que configura os blocos do poder central em direção à periferia, e dela emergem estratégias que influem na nova configuração do sistema-mundo” (PRECIADO, 2008, p.253).

O processo de globalização, no pós-II Guerra, se organiza a partir de dois pontos principais: por um lado, a emergência de um poder hegemônico, representado pelos Estados Unidos, que exige para sua expansão econômica e política uma reordenação da estrutura do sistema econômico global e, por outro o fortalecimento das grandes empresas privadas que vão imperar no século XXI - as multinacionais - tornando mais complexa a formação da estrutura e a dinâmica da sociedade. Em meados do século XX – no qual a América Latina ganha nova projeção no contexto do sistema-mundo contemporâneo - a nova divisão internacional do trabalho necessita para sua concretização que as áreas semiperiféricas e periféricas instaurem processos de transição do modelo de desenvolvimento agroexportador primário dependente do mercado externo para um modelo de substituição de importações, que demanda a montagem de unidades industriais antes de ter uma política industrial autônoma, estabelecendo um campo propício para a emergência de uma industrialização periférica e, em seguida, para o domínio da grande indústria (COUTINHO, 2001, p.38). Diversos economistas, como João M.C. de Mello (1975), caracterizam este período como capitalismo tardio<sup>29</sup>. Esta terceira fase de desenvolvimento do capitalismo – não se identifica com o capitalismo clássico do *laissez-faire* (Adam Smith, John Locke, David Ricardo), do monopolista (Paul Sweezy, Paul Baran) ou do imperialismo (Lenin; Rudolf Hilferding) – que se caracteriza pelo aumento das taxas de lucros, pela expansão acelerada do processo de acumulação seletivo e se desenrola como um período de crise sistêmica do capitalista se reproduzindo por meio dos choques econômicos do mercado internacional. O economista e político belga Ernest Mandel aborda “o período como senilidade de um sistema econômico específico e o surgimento de um novo sistema

---

<sup>29</sup> Capitalismo tardio é um conceito neomarxista para se referir ao capitalismo pós-1945, fase denominada "era de ouro do capitalismo" (1970). Fredric Jameson utiliza a expressão "capitalismo recente". Jacques Derrida usa o termo "neocapitalismo". Silva, influenciado por Celso Furtado e CEPAL, empregou o termo capitalismo tardio para expressar a organização do modo capitalista de produção no Brasil (Coutinho, 2001:39). Da Hora Pereira (2012) pesquisa o termo capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas.

econômico; eles coexistem, mas um em declínio, e o outro em fase embrionária” (ALMEIDA, 2012, p.20).

A fase de declínio de um sistema de produção, não do modo de produção no sentido marxista, implica em um processo de transição cujas fronteiras não são claramente definidas (DOBB, 1977, p.72). Pode-se demarcar uma data, um fato histórico, mas isso é uma ação discricionária que pode ser evidente para um pesquisador, mas não o será para outro, necessariamente. As transformações contínuas do modo de produção capitalista impostas pela dinâmica da economia mundial globalizada dos meados do século XX, por exemplo, deslocou a centralidade do sistema-mundo da Europa Ocidental para os Estados Unidos (EE.UU) e definiu, em um processo constante, a geopolítica estabelecida desde o século XVII em uma nova divisão de poder global. Essa nova composição de forças instituiu uma bipolaridade entre EE.UU e a União Soviética, sem retirar de cena a influência europeia. A disputa pela hegemonia global se manteve até o final dos anos oitenta, quando houve a queda do Muro de Berlim e novos reequilíbrios na estrutura das relações internacionais da segunda metade do século XX. As disputas pela hegemonia global entre os EE.UU e a União Europeia se sucederam até que o governo dos Estados Unidos se impôs como a nação militarmente mais poderosa. O historiador Luís Fernando Ayerbe, entre as diversas peculiaridades desta fase em relação às anteriores, “a emergência de uma nova potência precipitou o desmoronamento do antigo poder: Inglaterra em relação à Holanda, Estados Unidos em relação à Inglaterra” (AYERBE, 2001, p.335). Ana Esther Ceceña (2002, p.181), experta em geopolítica e doutora em Relaciones Económicas Internacionales, aponta que a “hegemonía estadounidense sobre el mundo actual es indiscutible y no hay potencia visible capaz de disputarla, a pesar de desenvolverse en un contexto de permanente contradicción y competencia en todos los niveles”. Porém, completa “La hegemonía estadounidense, como portadora y constructora de la legitimidad sistémica occidental y/o capitalista, está en franca declinación” (CECEÑA, 2002, p.181).

Estes parágrafos são importantes para situarmos o movimento social latino-americano no âmbito do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Se não caracterizarmos historicamente a região e seus territórios geograficamente demarcados perde-se a visão de continuidade e de rupturas pelas

quais o território e a dinâmica dos movimentos sociais foram submetidos em razão de interesses exógenos. O espaço geográfico latino-americano é descrito na literatura sociológica como uma área periférica com alguns traços de semiperiferia, ou seja, não se insere ou está pouco inserida no sistema de poder mercantil-capitalista. Apesar desta catalogação – na qual não se inscreve a dinâmica da história do capitalismo – a expansão global do capital sempre necessita de novas matérias primas e fontes de recursos naturais que se encontram nas áreas semi e periféricas. Estrategicamente os países centrais do sistema capitalista classificam depreciativamente os territórios não-centrais a fim de reduzir os preços dos produtos necessários para sua expansão. Essa discriminação tem estimulado a emergência de movimentos ou pautas sociais em defesa dos recursos naturais. Um dos itens mais debatidos nos TLCs são os que tratam das questões que afetam o meio ambiente. A jornalista Cristina Fontenele denunciou que “a mineração ilegal, que representa 60% da produção da Colômbia”. É elevado o número de mortes por falta de condições de trabalho e de saúde ocupacional. O emprego de mão de obra infantil, a situação de contrabando e escravidão, a proliferação de doenças devido à ausência de ventilação, os danos ambientais causados pelo ouro e mercúrio são comuns nas áreas de mineração, inclusive nas áreas urbanas, como em Bogotá (BRASIL DE FATO, 2014).

A cientista Catalina Toro Pérez, da Universidade Nacional de Colômbia, ressalta que “o investimento estrangeiro direto dirigido à atividade mineira e a de gás na Colômbia aumentou significativamente sua participação ao passar de 21 % a 82 % entre os anos de 2000 e 2009, sendo que em 2010 chegou aos 85 %”. O Conselho Regional Indígena de Cauca/Colômbia denunciou que a mineração tem afetado as águas e outros recursos naturais necessários à sobrevivência de diversos *pueblos*. O Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC) em artigo “A batalha contra a mineração na Colômbia (2015)” destacou as preocupações das comunidades camponesas, indígenas, afrodescendentes e setores populares do departamento de Cauca em razão do “crescente número de solicitações e de concessões indiscriminadas de grandes extensões de terra para a extração de minerais”.

O mercado internacional atua contraditoriamente ao reestruturar as formas de relações econômicas entre os diversos setores sociais, pois ao degradar o meio ambiente e as condições de sobrevivência das populações, por outro lado,

impulsiona a emergência de uma classe média com comportamento crítico em relação aos produtos consumidos no que diz respeito ao meio ambiente, a forma de extração, produção, a transgenia, entre outros. Essas alterações podem se refletir nas escolhas seletivas dos representantes políticos. Esta possibilidade se evidencia na trajetória da Bancada Ruralista (1995-2007), que mantém uma representação significativa no Congresso Nacional e uma forte capacidade de influenciar o Estado. A Bancada oscilou em número de integrantes, durante os diversos mandatos eletivos, mas não perdeu sua capacidade de agregar e manter os espaços conquistados junto ao Congresso Nacional e tem mantido a titularidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e as presidências da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Comissão de Meio Ambiente e Consumidor<sup>30</sup> (INESC, 2007). Diante desse grupo de pressão parlamentar é fundamental a atuação dos movimentos sociais agrários no cenário regional e internacional para a mudança de comportamento dos setores médios da sociedade brasileira diante do poder da elite fundiária. O que se pondera é que há uma relação entre as forças internas e externas que podem fortalecer as tendências de mudanças sociais.

### **1.5. Elementos comparativos entre a Rebrip e a Recalca**

As entrevistas e as leituras dos documentos da Rebrip e da Recalca indicam que há muitos pontos semelhantes e dessemelhantes em razão das opções políticas e estratégicas adotadas pelas redes contra a ALCA. Essas características são marcadas pela expansão do neoliberalismo na América Latina, pelas ameaças de repressão por parte do governo, por situarem em sub-regiões organizadas em blocos diferenciados e pela história cultural, que marca ambos os países.

As entrevistas além de demonstrarem as diferenças entre os dois capítulos nacionais, brasileiro e colombiano, também trouxeram algumas percepções divergentes entre os atores entrevistados a respeito de como as redes trataram a questão da integração regional em relação ao lançamento da ALBA e em relação à

---

<sup>30</sup> “A queda na representação da bancada, que foi reduzida de 117 deputados (1995/1999), para 89 (1999/2003) e depois 73 (2003/2007), em três legislaturas consecutivas, não enfraqueceu os ruralistas, pois eles obtiveram conquistas significativas nesse período. Na última eleição (2006), a bancada saltou de 73 para 116 membros. Cresceu, portanto, 58,9% em relação à última legislatura. No balanço geral, percebe-se que a oscilação na representação da bancada não deve ser vista como uma debilidade. Mesmo durante os anos magros, os ruralistas mantiveram um poder de pressão considerável no Legislativo e também sobre o Executivo” (INESC, 2007).

aproximação com os governos nacionais. Essas divergências demonstram que a percepção de como a Rede funcionou depende da posição do ator social entrevistado em relação às atividades que a organização protagonizou ou que vem desenvolvendo. Assim, não se pode descartar a versão perceptiva de cada entrevistado, mas tomá-la como uma forma de ter, em um dado momento, percebido a realidade possível de ser percebida. Como uma das hipóteses da tese se apoia na teoria da percepção de Charles Peirce, pode-se dizer que a tese está operando com uma teoria triádica, que rompe com a dicotomia sujeito e objeto. A Teoria Peirceana envolve três elementos: o percipuum, que é o contato abrupto com o objeto; o percepto reage ao sentido de exterioridade; e o julgamento perceptivo que interpreta o objeto. Essas fases são realizadas em um *continuum* instantâneo perceptivo (SANTAELLA, s/data, p.51).

De acordo com a cientista Maria Lucia Santaella, Peirce concluiu que existem três categorias perceptivas em que os fenômenos tendem a convergir: a primeiridade é um modo de qualidade que responde pela unidade, enquanto elemento interior, e na diversidade, enquanto elemento exterior; a segundidade corresponde ao modo reação diante do percebido, na interioridade a partir da experiência e ao não-eu na exterioridade; e a terceiridade que corresponde ao modo de ordem, que representa na interioridade a permanência e na exterioridade a regularidade (Santaella, 2005, p.7). Assim, as entrevistas se encontram nas categorias da segundidade e da terceiridade, ou seja, entre a reação do percebido e a sua categorização como ordem ou permanência.

[...] os elementos de segundidade têm mais intensidade e são mais vívidos porque as exigências práticas da vida tornam a segundidade mais proeminente, porque não é uma concepção nem uma qualidade peculiar, é uma experiência que se manifesta. A característica mais simples comum à segunda categoria é o elemento de luta (SANTAELLA, s/data, p.39).

Como estamos tratando de operar nesta tese com diversas disciplinas, na forma transdisciplinar, Peirce nos dá uma demonstração exemplar de como conectou a semiótica com a fenomenologia e extraiu uma teoria dos signos ou dos quase-signos abertos.

É desta [fusão] que advém a possibilidade de se considerar os signos e interpretações de primeira categoria (meros sentimentos e emoções), de segunda categoria (percepções, ações e reações) e de terceira categoria (discursos e pensamentos abstratos), que tornam muito próximos o sentir, o reagir, o experimentar e o pensar. São essas misturas que estão muito justamente fundamentadas nas diferentes classes de signos estudadas por Peirce (SANTAELLA, 2005, p.11).

É importante retomar a questão da teoria da percepção a fim de reforçar a proposta de abordagem do objeto de pesquisa que é a percepção dos atores sociais ativamente envolvidos no processo de construção e desenvolvimento da Rebrip e Recalca sobre a demanda por espaços de participação na construção do processo de integração regional, considerando as especificidades nacionais. A questão central é pesquisar as percepções em relação às ações em dupla escala junto aos governos nacionais e junto às instituições regionais, em um contexto de emergência de novas formas de organizações da sociedade civil.

Neste sentido, é de suma importância a categoria “percepção” utilizada por Peirce e profundamente debatida por diversos autores (SANTAELLA, 1993, 1995, 2000). Os autores que tratam, de acordo com Santaella, da questão da percepção não afirmam que o julgamento perceptivo é infalível de equívocos. Rosenthal, por exemplo, declara que percepção contém uma verdade “não no sentido de que a descoberta de sua falsidade é inconcebível (...), mas antes no sentido de que não há bases positivas para estimular a dúvida” (SANTAELLA, s/data, p.61). Embora os sujeitos sejam falíveis, não se podem levantar dúvidas quando não há uma base para o questionamento da situação perceptiva. Santaella, citando Rosenthal, afirma que “a percepção de uma aparência não é certamente verdadeira em oposição ao possivelmente falso. Ela é certa no sentido de que nem a verdade nem a falsidade é aplicável a ela” (SANTAELLA, s/data, p.65). Peirce, inclusive, propõem alguns testes de veracidade ou de falsidade. O primeiro teste busca esclarecer se a percepção não foi estimulada por uma fantasia, devaneio ou alucinação. O segundo teste, consiste em perguntar para outras pessoas se confirmam a percepção da primeira pessoa. E, um terceiro teste, estimula o pesquisador a fazer uso do seu conhecimento “para predizer que, se meu percepto tiver sua causa no mundo real, o

experimento deve ter um resultado certo (...). Se o resultado não ocorre, meu percepto é ilusório: se ocorre, recebe forte afirmação” (SANTAELLA, s/data, p. 63-64).

Seguindo a sugestão de Peirce, as entrevistas realizadas com os diversos atores sociais, brasileiros e colombianos, seguiram a mesma estrutura de questões. Essas entrevistas semiestruturadas reportavam às mesmas questões para que depois pudessem ser comparadas e qualificar sua veracidade ou não. As respostas que se apresentaram muito fora da curva foram descartadas. As entrevistas cobriam uma série de campos temáticos que serviram de elementos comparativos: contexto; recursos; expectativas; experiências; alianças; influência; comunicação; integração regional; Aliança Social Continental; Rebrip/MERCOSUL e Recalca/CAN; Rebrip/Recalca/ALCA; Rebrip/Recalca/UNASUL; MERCOSUL ≠ ALBA; crise das redes; ganhos e perdas. Algumas declarações ou percepções se mostraram em alguns pontos contraditórios, mas nada que pudesse invalidar os campos questionados. Neste sentido, é importante ressaltá-las na análise comparativa porque nem sempre o evidente esclarece o processo.

### **1.6. Principais fontes dados e tipos de análise**

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, documentos, notícias na imprensa, entre outras fontes. Os dados colhidos foram utilizados como fonte de informação para subsidiar a análise do processo de construção da Rebrip e da Recalca e das pistas sugeridas pela percepção dos coordenadores destas redes sociais. Para captar a percepção a proposta é identificar certos enquadramentos discursivos, de imagens ou de palavras de ordem, que compreendam como os indivíduos classificam e organizam “suas experiências de vida para a elas atribuir sentido – como produziam ‘esquemas de interpretação’ ou ‘quadros de sentido’<sup>31</sup> (...)”. (ANTUNES, 2009, p.87).

As fontes primárias foram coletadas por meio de entrevistas que foram preparadas de acordo com o perfil dos entrevistados. Há quatro grupos de atores que serão entrevistados: (1) representantes da Rebrip e da Recalca; (2) representantes de organizações da sociedade civil que estiveram presentes na criação de ambos os

<sup>31</sup> “A configuração essencial de toda cultura, cosmologia ou sistema de crenças - que Goffman define «*framework or frameworks*» - está constituída por uma serie definida de modelos e esquemas interpretativos fundamentais que os indivíduos assumem como a base relativamente estável de sua representação da realidade” (Gómez et al, 2004:70, tradução nossa).

capítulos nacionais; (3) alguns acadêmicos que trabalham com movimentos sociais; (4) alguns participantes do Fórum de Participação Cidadã, da UNASUL.

Nas fontes secundárias foram coletadas informações sobre a Rebrip e a Recalca, por meio de atas de congressos e reuniões de coordenação, boletins, publicações, declarações, pesquisas e publicações acadêmicas, publicações da grande imprensa, da mídia alternativa e das organizações não governamentais.

A análise dos dados colhidos foi realizada de forma transdisciplinar a partir das teorias disponíveis na literatura do movimento social, considerando a realidade histórico-social sul-americana e das experiências acumuladas, ideais, desejos e emoções dos indivíduos, que representaram as organizações na tomada de decisão de criar os capítulos nacionais.

A definição estratégica de ambas as redes de atuar em dupla escala, considerando a especificidade de cada movimento e o contexto sócio-histórico em que estão incluídos, é um dos elementos fundamentais para a compreensão de como a Rebrip e a Recalca, trabalharam para influenciar a política externa nacional e os processos de negociação dos TLCs e de integração regional. A radicalidade com que os EE.UU propôs a ALCA provocou uma reação social, em termos continentais, que agregou diferentes setores sociais na maioria dos países centro e sul-americanos. Diante da resposta das sociedades civis os EE.UU recuaram do propósito de implementar a ALCA, que simbolizava o ápice da política neoliberal em escala global, quando demais governos propuseram emendas ao TLC que estabelecia um comércio livre de subsídios e de práticas distorcidas.

(...) Para tanto, mantemos nosso compromisso de celebrar um Acordo da ALCA equilibrado e abrangente, voltado para a expansão dos fluxos comerciais e, no nível global, um comércio livre de subsídios e de práticas que o distorçam, com benefícios concretos e substantivos para todos, levando em consideração as diferenças de tamanho e nível de desenvolvimento das economias participantes e as necessidades especiais e o tratamento especial e diferenciado das economias menores e vulneráveis (DECLARAÇÃO DE MAR DEL PLATA, 19.a.).

Esta parte do item 19.a. da Declaração, provavelmente, deve ter soado aos ouvidos dos negociadores estadunidenses como um desaforo por parte dos países

periféricos à política econômica estadunidense. Em apenas meio parágrafo os países latino-americanos se atreveram a desafiar a hegemonia do império econômico global. Nestas circunstâncias, só restava aos negociadores dos EE.UU esquecerem a ALCA e partirem para Plano B. A partir de então, “entra en operar el plan alternativo de los Estados Unidos de firmar tratados bilaterales (o plurilaterales) equivalentes con cada uno de los países” (MONCAYO, 2006, p.18).

Este curto período de tempo perpassa a criação da Rebrip (1998) e a criação da Recalca (2003), sofre uma brusca mudança em de 2005, quando durante a IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, foi reconhecida as “dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”, ou seja, houve a interrupção das negociações do projeto da ALCA.

### **1.7. A ação em dupla escala**

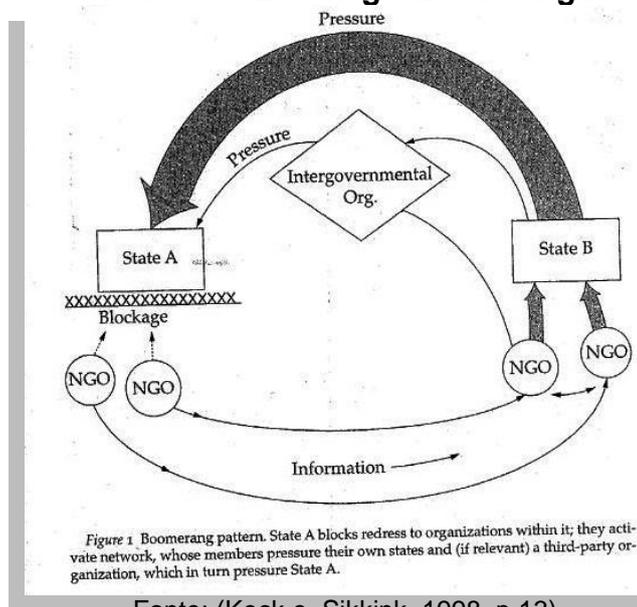
A estratégia de dupla escala tem sido utilizada na história dos movimentos sociais, porém não em uma série recorrente que se seguiu depois dos anos noventa. Os pesquisadores perceberam a utilização desta estratégia pelas novas organizações sociais nas manifestações e protestos e se preocuparam em destacá-la como uma categoria importante que enriqueceu o repertório de ação e mobilização dos movimentos sociais. As estratégias de pressão “de fora” para alterar uma situação interna foram utilizadas durante as manifestações populares que garantiram o direito ao voto às mulheres norte-americanas e impressionou a Europa (Clemens, 2010). O movimento contra a tradição chinesa de atar os pés das jovens pés para produzir “lírios de três polegadas” mobilizou os ingleses e os intelectuais chineses (Whitefield, 2008). O movimento pela abolição da escravidão no Brasil construiu uma rede abolicionista transnacional ativa no final do século XIX (ALONSO, 2010; KECK e SIKKINK, 1998, p.10). Estes fatos históricos sensibilizaram a comunidade internacional que se alinharam às pressões estabelecidas dentro dos países e reconheceram, em parte, a universalidade dos direitos humanos fundamentais.

Há uma estreita vinculação entre a estratégia em dupla escala e o processo de globalização que promoveu uma transformação na percepção dos atores sociais quanto ao encaminhamento das resoluções de suas demandas. Segundo as cientistas sociais Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998), as redes sociais ou grupos de pressão a estratégia de mobilização em dupla escala ocorre em no

mínimo três circunstâncias: 1) quando os canais entre grupos domésticos e seus governos estão bloqueados ou são ineficientes para resolver os problemas; 2) os ativistas avaliam que a formação de uma rede facilita a missão, campanhas e atividades; 3) as conferências e outras formas de contatos criam arenas e fortalecem as redes (KECK e SIKKINK, 1998, p.12).

Muitas questões locais têm como elemento disparador um gatilho internacional. Esta percepção por parte dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (Ong), em especial as ambientalistas e as defensoras de direitos humanos, aproxima-as da academia (WANDERLEY, 2012, p.56), que a partir de pesquisas sobre as ações promovidas explicita as variadas formas de mobilização, estratégias e, entre estas as de “efeito bumerangue” (KECK e SIKKINK, 1999). Ou seja, um movimento que parte das organizações locais para que as organizações, movimentos ou redes internacionais pressionem o governo nacional a alterar sua posição referente a um determinado assunto. Keck e Sikkink elaboraram o gráfico abaixo:

**Gráfico 4 – Estratégia Bumerangue**



Este movimento de “fora para dentro” é denominado de “padrão bumerangue”, e é “uma característica de rede transnacional e funciona onde o alvo de sua atividade é mudar o comportamento de um Estado” (KECK e SIKKINK, 1999, p.12).

Esse tipo de estratégia tem sido comumente utilizado nas questões ambientais

decorrentes das atividades das grandes mineradoras internacionais em território amazônico. As organizações do Estado do Pará, por exemplo, que criaram a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO-PA), contam com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), para organizar as estratégias de enfrentamento e tecer alianças nacionais e internacionais em defesa do território contra as ameaças de ocupação de territórios (WANDERLEY, 2012, p.56-65).

Outro exemplo foi o problema das papelarias que ativou um debate jurídico-político entre o Uruguai e a Argentina envolvendo as organizações ambientalistas de ambos os países. O fato revelou às organizações da sociedade civil que enquanto as fábricas de celulose europeias e norte-americanas encerravam suas atividades nos países de origem, os empresários elegiam o Cone Sul – no caso o Uruguai - como parte da cadeia econômica do setor como alternativa para continuar produzindo e reproduzindo mais-valia a partir da exploração relativa<sup>32</sup> independente dos impactos ao meio-ambiente. O embate, que somente foi resolvido após resoluções da Corte Internacional de Justiça, envolveu as populações ribeirinhas dos dois países.

... a possível poluição do rio preocupou a população ribeirinha da Argentina, que apoiada por ativistas (...), iniciou manifestações em setembro de 2003. A partir de dezembro de 2005 as manifestações evoluíram para eventuais bloqueios às pontes que unem os dois Estados, impedindo o trânsito de turistas argentinos exatamente durante a temporada de veraneio uruguaia. Estes bloqueios intensificaram-se ao ponto de ser permanente, o que criou descontentamento por parte do governo do Uruguai (BARBOSA e HAINES, 2013).

Uma mobilização em dupla escala, que serviu como paradigma para a criação da Rebrip foi a articulação construída por ocasião da ratificação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement-NAFTA*), em 1993, que levou a Frente Auténtico del Trabajo (FAT-México) a criar a Red

---

<sup>32</sup> “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (Marx, 1996:432).

Mexicana de Ação Frente al Libre Comercio (RMALC) à semelhança da Canadá Rede (Action Canada Network). A RMALC agrupou cerca de uma centena de organizações que “conduziu a luta contra o NAFTA dentro do México e serviu como uma contrapartida local para organizações de trabalho nos EE.UU e no Canadá” (VON BÜLOW, 2003, p.10). A atuação em dupla escala da RMALC ocorreu, em grande parte por falta de canais internos de diálogo entre a sociedade civil e o governo e, neste cenário restritivo, a rede concentrou sua capacidade de articulação junto às organizações canadenses, norte-americanas e centro-sul-americanas para acionar a estratégia de bumerangue.

Tanto a mobilização em dupla escala como a estratégia bumerangue foram oportunidades que se apresentaram durante o processo de globalização contemporâneo. A globalização implica a ideia de interdependência não só entre o mercado e a política em nível mundial, mas também entre as formas de estruturação, encaminhamentos das demandas e funções das organizações sociais. Entre a possibilidade e a realidade concreta de um acontecimento existe a perplexidade de descobrir que a terra se tornou mundo e que o “globo não é mais uma figura astronômica, e sim o território no qual todos se encontram relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos – essa descoberta surpreende, encanta e atemoriza” (IANNI, 2001, p.13).

Até as últimas décadas do século XX, a incidência dos movimentos sociais sobre o Estado e instituições internacionais ocorria de forma direta, ou seja, a iniciativa partia de uma organização social demandante que se dirigia aos centros de decisão das instituições nacionais demandadas sem necessidade de intermediários ou *broker*, pois o diálogo ocorria dentro das fronteiras nacionais. As reivindicações eram dirigidas diretamente a um órgão do Estado ou a um ministro de governo. A organização buscava individualmente as informações e, respaldadas em dados oficiais, faziam valer sua representatividade singular.

A *brokerage* existe desde que se formaram grupos sociais e foi necessário ter uma representação destes coletivos. De acordo com Von Bülow (2014, p.126) os *broker* “são entendidos como organizações criadas por um grupo mais ou menos delimitado de atores coletivos para cumprir papéis específicos e predeterminados de intermediação”. Essa função delegada pelo coletivo a uma ou mais organizações específicas não é meramente de representação, mas de articulação, tradução e

coordenação. No processo de incidência sobre as negociações junto a OMC, o papel de mediador tem sido atribuído às Ongs, por representarem uma posição menos sectária ou unilateral que a dos ativistas dos movimentos sociais populares ou sindicais.

**Quadro 3 – Papeis atribuídos aos Brokers**

<b>Tipo de papel exercido</b>	<b>Principais tarefas internas</b>	<b>Principais tarefas externas</b>
Tradutor	Recepção, decodificação e difusão da informação.	Transmissão, codificação e difusão da informação.
Coordenador	Divisão de trabalho entre os participantes. Recepção e distribuição de recursos. Busca de contato com novos participantes potenciais.	Definição de compromissos comuns. Procura e negociação de recursos. Busca de contato com atores relevantes.
Articulador	Promoção de diálogo para construir consenso. Capacitação. Monitoramento de negociações e/ou debates.	Promoção do diálogo para promover plataformas discursivas compartilhadas. Acompanhamento dos rumos de leis, eventos e debates.
Representante	Consulta sobre decisões específicas. Informações sobre desdobramentos relacionados a tarefas de representação. Harmonização de agendas internas e externas.	Falar em nome dos membros em comitês, conselhos, audiências públicas, e/ou mesas de negociação. Expressão de reivindicações e posições na esfera pública.

**Fonte:** Adaptado de von Bülow (2011, p. 169).

Partindo do quadro 3, pode-se afirmar que tanto a Rebrip quanto a Recalca em sua trajetória perpassaram os diversos papeis a elas conferidos. Ambas, considerando as singularidades, foram tradutoras não só das informações contidas nos TLCs, mas também na tradução do cenário político e conjuntural necessário para pensar as devidas estratégias. A Rebrip e a Recalca foram coordenadoras na medida em que foram secretaria-executiva da Aliança Social Continental e se empenharam na busca de aliados e de recursos para financiar suas atividades. Foram articuladoras ao promoverem seminários e debates nos Parlamentos e entre as organizações integrantes. Foram representantes, porta-vozes do conjunto social que formava a redes ao comporem as mesas ou as delegações oficiais que negociavam os tratados de livre comércio.

A Recalca, no final da segunda década do século XXI, mesmo enfrentado uma

conjuntura de descenso das mobilizações sociais no campo econômico, está cumprindo o papel de tradutora ao decodificar e difundir as ameaças contidas nos acordos comerciais que o governo colombiano vem negociando com diversos países. A Rebrip, por sua vez, mesmo vivendo um tempo de desarticulação ou da hierarquização das lutas sociais, tal como a Colômbia, se comporta como tradutora de uma conjuntura na qual a democracia mal se equilibra após o golpe parlamentar de Estado, promovido pelas forças conservadoras e em sintonia com os interesses hegemônicos dos Estados Unidos.

### **1.8. Identificação e descrição do contexto socioeconômico**

Os movimentos coletivos criados durante os anos de 1990 marcaram uma virada na organização da sociedade sul-americana. Os pesquisadores apontam alguns fatores que, com a emergência das Ongs, aceleraram a reestruturação da sociedade. A maioria dos fatores se refere aos crescentes subsídios ofertados pelos países membros da OECD (*Organization for Economic Cooperation and Development*) e pela Comunidade Econômica Europeia. Os subsídios da OECD subiram de US\$778.2 milhões em 1973 para US\$1.5 bilhões, em 1980. A Comunidade Econômica Europeia, que financiavam as Ongs com US\$4.8 milhões, em 1976, aumentou este volume para US\$22.7 milhões, em 1982 (Landim, 1993, p.12). O Banco Mundial se encarregou de patrocinar, com apoio de instituições financeiras multilaterais, as organizações dos países periféricos do sistema-mundo durante os anos de 1970 e 1980. As ditaduras militares ao perderem apoio da comunidade internacional estimularam e multiplicaram as mobilizações sociais que reivindicavam a volta da democracia. As Ongs ganharam status de novos atores políticos na cooperação internacional e concorriam por financiamentos que chegavam de diversas fontes, em especial das organizações de desenvolvimento dos países centrais<sup>33</sup>. Pode-se inferir que o estímulo para a criação de Ongs na periferia global tem como um dos fatores de sua proliferação as influências que derivam dos países centrais. Segundo Landim, “não se pode deixar de considerar, quanto ao aumento significativo de “ONGs” brasileiras nos últimos 10 a 20 anos, o paralelo aumento do

---

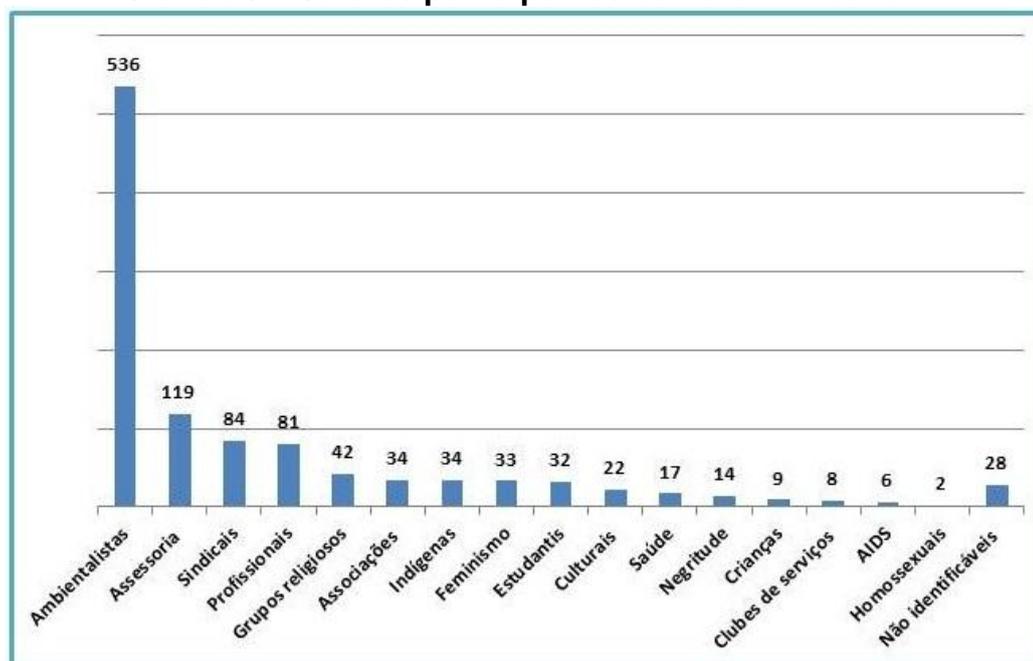
<sup>33</sup> “Organizações, tais como o Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement (CCFD), francesa; o Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED), alemão; a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e a Organização para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento (NOVIB), holandesas; OXFAM, inglesa” (Coutinho, 2003:57-Nota de rodapé).

volume de recursos internacionais alocados para esse tipo de instituição, a nível mundial” (LANDIM, 1993, p.12).

O sociólogo James Petra (2000) tem um olhar crítico sobre a atuação das Ongs latino-americanas. Lhes atribui um lugar no pós-marxismo, sobre a forma como são financiadas pela cooperação internacional e em razão de seus projetos estarem mais ao gosto dos doadores do que em função da transformação social. A postura das Ongs, segundo Petras, está despolitizando e desmobilizando os setores mais empobrecidos e, assim, reforçando as políticas neoliberais. O discurso da solidariedade, conforme o autor, oculta uma conformidade conservadora.

“As ONG e seus contingentes de profissionais pós-marxistas competem diretamente com os movimentos sócio-políticos pela influencia sobre os pobres, as mulheres, os racialmente excluídos, etc. Sua ideologia e prática desvia a atenção das fontes e das soluções da pobreza (mirando até atrás e ao interior em vez de fazê-lo até acima e ao exterior)” (PETRAS, 2000, p.12, tradução nossa).

Em 1990 as organizações sociais se prepararam para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que se realizou em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. O evento ficou conhecido internacionalmente como Rio-92 ou Eco-92. O Fórum Brasileiro de Ongs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi um grande evento com a participação ativa de mais de mil organizações. O poder de convocação do FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) chamou a atenção do Estado por dois motivos, primeiro porque o FBOMS era um ator novo no cenário brasileiro e, em segundo, por ter agregado uma diversidade de organizações (Ongs, organizações profissionais, movimentos populares e sindicais, entidades ambientalistas, organizações de direitos humanos, de mulheres, negros, entre outras) em torno de uma mesma temática.

**Gráfico 5 – Setores participantes do Fórum Brasileiro**

Fonte: Landim, L. - Montagem: Vigna, E.

A emergência acelerada de organizações civis sem fins lucrativos foi um fenômeno sul-americano. De acordo com Gómez-Quintero (2013, p.360) este “fenômeno tem sido denominado por alguns como sociedade civil global (SALAMON, 1999; KALDOR, 2003) e obedece a uma espécie de revolução associacional global (SALAMON, 1999) ou a uma verdadeira explosão da sociedade civil” (ROSENAU, 1997). As Ongs passaram da invisibilidade social para a “presença crescente no imaginário da sociedade. Se tem consolidado como atores sociais e como atores políticos” (GÓMEZ-QUINTERO, 2013, p.361). Nem o Brasil nem a Colômbia escaparam deste processo. Além dos fatores econômicos identificados, outros como a ineficiência do Estado, o desencanto com os resultados das políticas públicas sociais e o não atendimento das demandas populares, também podem ser ressaltados.

A quebra da relação de confiança entre sociedade civil tradicional e Estado levou a abertura de oportunidades políticas que foram aproveitadas pelas Ongs para se colocarem como atores eficazes, eficientes e legitimados pelos setores sociais mais empobrecidos, que passaram a se beneficiar desse novo cenário. Autores, como Petras, por exemplo, colocam em discussão tanto autodefinição das Ongs, como ao benefício que enunciam. Fatores macropolíticos, como as diretrizes neoliberais que

implicavam na redução do Estado e na terceirização de seus programas sociais, favorecem a criação das Ongs. Esta parcerização<sup>34</sup> é questionada por setores de esquerda, mas por outro lado, incrementa a participação e a relação entre as Ongs e o Estado, abre espaços de oportunidade para alterar a estrutura relacional entre as duas dimensões.

Na Colômbia a primeira pesquisa sobre as organizações sociais – que agrupam todo um espectro da sociedade civil colombiana - foi realizada em 1999 por Lester Salamon, a partir do Censo Económico Nacional de 1990. O resultado apontou a existência de mais de 42 mil organizações – sob a categoria de Juntas de Ação Comunal (organizações voluntárias de vizinhos de barros e povoados), que filiou 15% da população adulta. Uma década depois, Rodrigo Villar (2001) calculou que havia 135 mil organizações não governamentais (GÓMEZ-QUINTERO, 2014, p.367).

Os dados levantados por Gómez-Quintero junto a Coordenadora Colombiana de ONG, em 2009, demonstram que há um forte desequilíbrio de representação entre as organizações de base e as outras instituições sociais. Como a pesquisa ocorre a partir da natureza jurídica pode-se inferir que muitas associações populares não se registram e a sua atuação comunitária é que lhe atribui legitimidade. Mas, os dados levantados são pertinentes e o quadro elaborado por Gómez-Quintero e sua interpretação não pode ser desprezada.

---

<sup>34</sup> “No Brasil, as primeiras experiências de parcerização com o setor privado ocorreram durante o governo FHC, com a transferência ao setor privado de várias atividades de interesse público até então executadas diretamente pelo Estado (tais como as de telefonia e energia elétrica), criando-se, em contrapartida, agências reguladoras específicas para tais atividades (a exemplo da ANATEL e da ANEEL) (Labanca et. al, 2012:5).

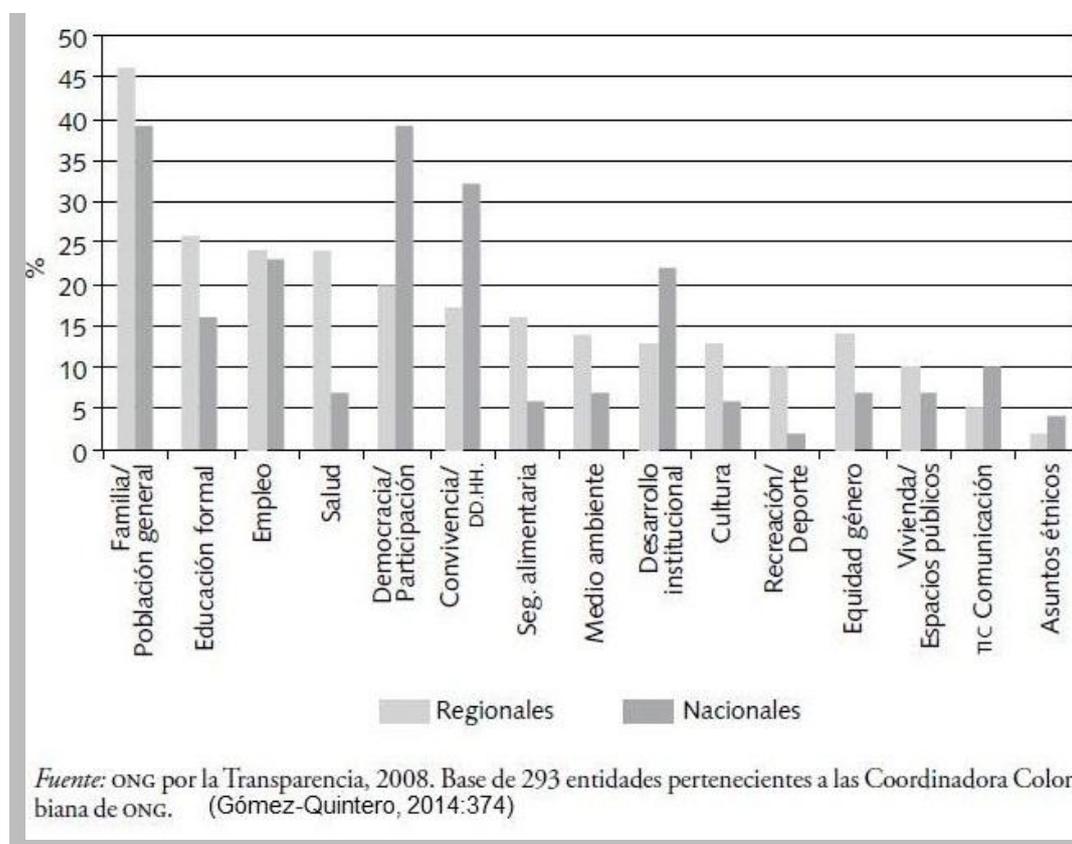
**Quadro 4 – Entidades não lucrativas por natureza Jurídica (2008-2010)**

	2008		2009		2010	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Asociaciones	47	17.5	44	19.6	8	13.3
Corporaciones	87	32.4	87	38.8	25	41.6
Fundaciones	130	48.5	78	34.8	25	41.6
Instituciones	–	–	15	6.7	–	–
Federaciones/confederaciones	4	1.5	–	–	2	3.3
Total entidades	268	100.0	224	100.0	60	100.0

*Fuentes:* 2008: ONG por la Transparencia, Coordinadora Colombiana de ONG. 2009: *Directorio-guía de entidades sin ánimo de lucro 2009*, Codesarrollo 2009. 2010: ONG por la Transparencia, Coordinadora Colombiana de ONG, 60 entidades de ámbito nacional que presentaron informe de rendición de cuentas en 2010. (Gómez-Quintero, 2014:373)

O quadro 4, demonstra que as fundações e corporações representam a maior parte das organizações sociais colombianas. Somados seus percentuais chega-se a 80.9% em 2008, 73.6% em 2009 e 83.2% em 2010. As associações, que possuem base social ampla, configuram menos de 1/5 das organizações. Tem-se, portanto, na Colômbia uma estrutura social organizativa de cima para baixo, ou seja, “un predominio de organizaciones creadas por empresas, gremios profesionales o particulares influyentes que destinan su patrimonio a fines sociales” (GÓMEZ-QUINTERO, 2014, p.373).

As Organizações colombianas assemelham as do Brasil e as de outros países sul-americanos quando se observa as temáticas trabalhadas.

**Gráfico 6 – Principais setores em que trabalham as Ongs colombianas - 2008**

As organizações sociais, colombianas e brasileiras são uma força econômica significativa, pois empregam um número considerável de pessoas e mobilizam para seus gastos operativos milhares de dólares. São socialmente bem articuladas, pois recebem apoios de setores importantes como a Igreja Católica, partidos políticos, parlamentares, sindicatos de classe, acadêmicos e intelectuais, entre outras figuras importantes e renomadas. A sobrevivência financeira é garantida por meio da articulação com instituições e organizações de cooperação internacional e seguem o mesmo modelo de financiamento das Ongs latino-americanas.

As informações apresentadas demonstram que o setor não lucrativo da Colômbia, assim como do Brasil, se apresenta como um conjunto complexo e diverso, que se institui como uma força socioeconômica e contribui para pressionar o governo a abrir espaços de participação das organizações sociais junto às instâncias de negociação de livre comércio. Paradoxalmente, a sociedade civil continua sendo um organismo frágil tanto na Colômbia como no Brasil (SALAMON, 1999, p.513) e essa fragilidade possibilita que os países centrais imponham tratados de livre comércio e políticas

neoliberais.

### **1.8.1. Contexto global que ambientou a formação da Rebrip e da Recalca**

A expansão do novo sistema internacional construído pelo capitalismo financeiro neoliberal, sob o signo da globalização, nas últimas décadas do século XX, gerou uma série de crises especulativas que atingiu, em diferentes graus, toda a estrutura financeira organizada. Os países periféricos do sistema-mundo foram os que mais sentiram o impacto dessas crises.

Como o objeto da tese (capítulos Brasil e Colômbia da ASC) está inserido em um contexto de encadeamento de crises, ou seja, em um processo que possibilita oportunidades e ameaças políticas que podem ser exploradas por diversos tipos de organizações e movimentos sociais, é importante abordar, ainda que de forma resumida, a sequência de crises ocorridas na última década dos anos de 1990 para considerar sua importância para a emergência dos novos atores no processo de construção da integração sul-americana.

### **1.8.2. Década de crises do sistema capitalista contemporâneo**

As crises financeiras (1992 a 2008), que aprofundaram a inflação, a violência, a pobreza, a falência, moldaram o contexto deste período. Ao analisar as crises no México e na Argentina, Ferrer escreveu que a situação demonstrava:

(...) a fase recessiva do ciclo financeiro de stop-go instalado na economia nacional (...). Trata-se, pois, de um comportamento sistêmico e não de um fenômeno conjuntural. O ciclo tem duas décadas de existência e as duas condições que o iniciaram são a globalização das praças financeiras internacionais e a abertura e desregulação do regime (...) (FERRER, 1995, p.366, tradução nossa).

O sistema financeiro sul-americano, e de outros países não centrais, ao se integrar ao mercado econômico internacional, ao flexibilizar suas barreiras cambiais e abrir seu mercado financeiro à entrada de capitais voláteis, permitiram que crises impactassem, em diferentes graus, a economia dos Estados nacionais, com maior gravidade os periféricos. Os setores populares e médios das sociedades nacionais foram os primeiros a sentir os impactos inflacionários, o desemprego, o corte de crédito e o fechamento de oportunidades de manter um patamar mínimo de

sobrevivência digna. As normas pactuadas entre os Estados e o Banco Mundial, desde o Consenso de Washington, impediram os governos de expandir o crédito ou elaborar políticas econômicas próprias, e os tratados de livre comércio tem garantido o livre acesso aos mercados em muitos países centro-sul-americanos. O quadro 5, elenca a história das crises financeiras neoliberais do final dos anos 1990 e início dos anos de 2000, e registra a presença de um ciclo financeiro<sup>35</sup> denominado de “*stop-go*” (FERRER, 1995, p. 366).

<b>Quadro 5 - História das crises financeiras (1990 a 2008)</b>	
<b>ANO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1992	Banco da Inglaterra sofre um ataque especulativo que produz um prejuízo de 3.4 bilhões de libras. O “ <i>Black Wednesday</i> ” ou o dia em que o George Soros’s Quantum Fund quebrou o Banco da Inglaterra em um único dia.
1994	Crise econômica chega à periferia do sistema capitalista. O peso mexicano foi desvalorizado em 116% frente ao dólar. A crise mexicana se expandiu pelos países latino-americanos em uma onda que ficou conhecida como “ <i>efeito tequila</i> ”.
1997	Crise chega aos países conhecidos como “Tigres Asiáticos” (Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong). O transbordamento regional da crise ameaçou a economia japonesa, credora daqueles países.
1998	Crise chega à Rússia, depois da “terapia de choque” receitada ao governo russo por economistas ocidentais reformistas ortodoxos. Os resultados dessa terapia foram a apropriação do Estado pelos interesses particulares e os ativos estatais e a riqueza fosse assenhorada por uma casta de novos empresários russos e <i>holdings</i> transnacionais.
2000	Estourou nos Estados Unidos a crise conhecida como “ <i>bolha pontocom</i> ”, a bolha da internet. A supervalorização das ações na bolsa eletrônica de valores Nasdaq alertou os analistas para o perigo. As ações foram se desvalorizando e as empresas entraram em processo de venda, fusão, redução ou falência.
2001	Crise atinge a Argentina e quebra o sistema bancário gerando uma corrida aos bancos. O presidente Fernando de la Rúa decreta um confisco bancário para proteger o sistema financeiro, que ficou conhecido como “ <i>corralito</i> ”. Provoca os protestos sociais conhecidos como “ <i>cacerolazo</i> ”. Esse foi o “Efeito Tango”.
2008	Nos Estados Unidos acontece a crise mais profunda do capitalismo contemporâneo com estouro da bolha imobiliária, que envolveu os maiores bancos do mundo e alastrou-se rapidamente provocando pânico no mercado financeiro.

A expansão do ciclo financeiro neoliberal, no qual se localiza a criação da ASC e dos seus capítulos brasileiro e colombiano, deixou um rastro de desemprego,

<sup>35</sup> “El ciclo tiene varios rasgos principales: i) Es irregular. Sus fases y duración dependen de la situación de las plazas internacionales y de la profundidad del ajuste (...). ii) Al final de cada ciclo, la deuda externa es mayor que al inicio. (...). iii) El ciclo se desarrolla en un entorno de estancamiento de largo plazo, con aumento del desempleo, la marginalidad y la concentración del ingreso (...). Esto contribuye a amarrar más el sistema a las decisiones de los acreedores y a reducir el margen de libertad de las autoridades económicas” (FERRER, 1995:367).

marginalidade, recessão, concentração de riqueza, exclusão e enfraquecimento da soberania nacional. O ciclo não é uma anomalia do mercado internacional nem é um desvario da natureza intrínseca do capital, mas é uma construção engendrada em uma janela de oportunidade, que tem como agentes principais o setor financeiro internacional, os acionistas dos fundos de pensão e os proprietários de títulos do tesouro nacional dos países endividados.

As datas acima encadeadas demonstram a fase recessiva do ciclo financeiro de *stop-go*. Esses períodos de avanço e recessão favoreceram os setores de esquerda latino-americana, sejam os grupos de oposição ou os partidos políticos no poder na medida em que cria uma massa crítica, que incorpora a classe média e as classes populares. Abre espaço para a organização de frentes sociais que buscam combater e se prevenir das incertezas sociopolíticas, que possam atingir os setores mais empobrecidos da população. Neste cenário o inimigo comum fica desnudo e sua visibilidade possibilita a sociedade civil se organizar em redes sociais que comportam diferentes setores e diversas temáticas. A reação das elites no poder diante destas novas organizações pode ser a de incorporar algumas reivindicações ou promover um fechamento, um endurecimento militar por meio das forças repressivas do Estado.

No caso brasileiro a crise financeira, associado ao esgotamento do pensamento neoliberal, favoreceu tanto a criação da Rebrip (1998), como a vitória presidencial de uma coalizão de centro-esquerda que tinha como cabeça de chapa Luís Ignácio Lula da Silva, em 2002, quando se abre o ciclo de “virada à esquerda”. No caso colombiano, sob a presidência conservadora de Andrés Pastrana (1998-2002), o ciclo recessivo representa um declínio dos protestos sociais devido à violência política, a militarização das zonas rurais e a luta armada da guerrilha com os grupos paramilitares pelo controle de alguns territórios. A conjuntura crítica aumentou o número de violações aos direitos humanos, mesmo sob um enganoso plano “Cambio para construir la paz”. No período posterior, no governo do “presidente paramilitar de la narcodemocracia colombiana Alvaro Uribe Vélez” (2002-2006), de acordo com o Centro de Estudios Políticos para las Relaciones Internacionales y el Desarrollo (CEPRID), quando se criou a Recalca (2003), foi implementado o plano “seguridade democrática”, onde o “gasto militar se privilegia sobre el social y los esfuerzos se realizan alrededor del ajuste fiscal”, seguindo as orientações do FMI,

os acordos com a ALCA e os termos do tratado bilateral com os EE.UU (PRADA, 2003, p.57-58).

A autonomia plena dos governos brasileiro e colombiano está, historicamente, sob a forte pressão da política hegemônica norte-americana. Nem mesmo a possibilidade de firmar tratados com a União Europeia os livra do *lobby* estadunidense. São esses fatores socioeconômico e geopolítico, que prescrevem o alcance das políticas públicas elaboradas pelos governos que têm suas soberanias restringidas por meio de acordos internacionais ou por pressões diplomáticas.

## **CAPÍTULO 2 - REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**

A literatura do movimento social<sup>36</sup> ressalta reiteradas vezes que a simplicidade, a flexibilidade e a agilidade são características dos novos movimentos sociais (GOHN, 2011, 2007; SCHERER-WARREN, 1996, 2006, 2008). A estrutura organizacional não é uma determinação, mas uma escolha que pode ser adaptada conforme as circunstâncias a partir das experiências que demonstraram praticidade nos momentos de tomadas de decisão. Ou seja, o modelo organizacional não é uma exclusividade, mas advém da prática histórica dos movimentos sociais que responderam positivamente aos desafios políticos encontrados e resolveram de forma pragmática os problemas sociais.

A Aliança Social Continental (ASC), por exemplo, possui uma estrutura organizativa simples para imprimir rapidez diante das decisões tomadas. Sua estrutura é formada por um Conselho Hemisférico, um Grupo de Coordenação Continental formado por um representante de cada um dos blocos sub-regionais (Norte América, Centro América e Caribe, Região Andina e o Cone Sul). As funções operativas e financeiras são executadas por uma Secretaria Executiva. A primeira secretaria foi exercida pela RMALC/México; depois, por dois mandatos pela Rebrip/Brasil e atualmente é exercida pela Recalca/Colômbia.

Uma rede de organizações, em especial as que integram instituições multitemáticas, necessita de ter um objetivo muito claro para que possa operar como um conjunto harmônico. Patrícia Mousinho, mestra em Ciência da Informação, diz que uma rede sem intencionalidade não é um sistema vivo, mas apenas um amontoado de organizações (MOUSINHO, 2007, p.303). O número de redes criadas nas últimas décadas tem sido não só interpretado como um fenômeno social, mas como uma nova forma de organização transnacional, que tem como objetivo atuar dentro e fora das fronteiras nacionais. As redes podem atuar contra ou em colaboração com o Estado. Há, também, a possibilidade de uma atuação híbrida, em que as redes

---

<sup>36</sup> “Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (GOHN, 2011, p.336).

colaboram pontualmente com programas sociais, mas não apoiam incondicionalmente as políticas adotadas pelos governos. Apoiadas em suas experiências anteriores de resistência, as redes de movimentos conseguiram construir conexões entre as demandas materiais cotidianas com o significado subjetivo dessas necessidades e traduziram essas conexões em uma pauta política comum possibilitando a emergência de uma identidade coletiva e uma unidade de ação concreta. Trata-se de traduzir demandas específicas em ideários políticos inclusivos. Com isso, a transformação dos sujeitos em atores e estes em sujeitos políticos com projetos e utopias de mudança (SCHERER-WARREN, 2008, p.507). Neste processo dialético, operam alguns elementos essenciais como o respeito à diversidade e a complementariedade de objetivos em uma agenda de luta comum, que é impulsionada por um ideário de horizontalidade organizacional e uma unidade de ação, sem deixar de lado a importância de uma representação hierarquizada.

Neste processo de tradução das demandas em propostas políticas foi criada a Aliança Social Continental (ASC), que se autoidentifica com um espaço de diálogo e articulação entre as organizações sul-americanas, norte-americanas, canadenses e mexicanas, que tinham conhecimento dos efeitos socioeconômicos negativos que o tratado firmado entre EE.UU-Canadá-México (NAFTA) estava provocando nas sociedades, em especial na mexicana. As organizações internacionais alertaram que a situação do NAFTA poderia se estender à América Latina. Diante dessa ameaça, surgiu a oportunidade de articular uma rede transnacional que se opusesse à expansão dos tratados de livre comércio (Kjeld Jakobsen, Graciela Rodriguez, Brasil).

Em 1997, Belo Horizonte sediou o Congresso Ministerial da ALCA e, aproveitando a oportunidade, um grupo de organizações nacionais e internacionais composto de setores sindicais, Ongs, movimentos rurais, de direitos humanos, mulheres, ambientalistas e outras ligadas às igrejas, reuniram-se para debater e criar uma rede social de caráter supranacional. Essa rede transnacional foi denominada de Aliança Social Continental (ASC) e tinha como objetivo opor-se à proposta estadunidense de estabelecer nas Américas um tratado de Área de Livre Comércio. Uma de suas novidades está no número de organizações, que tratam de temas diversos, que a integra, sua credibilidade profissional e a densidade de relações internacionais que estabeleceu em curto espaço de tempo. A partir destas características, desenvolveu

uma habilidade para associar informações estratégicas para elaborar um discurso contra o neoliberalismo e os TLCs (DE LA TORRE, 2009, p.188).

Um grupo de organizações nortistas e sul-americanas – opositores à expansão do neoliberalismo e aos acordos de comércio - estabeleceu a estrutura de coordenação da Aliança Social Continental (ASC), que assumiu a tarefa de convencer outras organizações sociais importantes a aderirem ao processo de resistência à política neoliberal e ao processo de integração regional (ALCA), a fim de ampliar a representação política e geográfica da ASC (BERRÓN, 2007, p.42; ADHEMAR MINEIRO<sup>37</sup>, Brasil).

Diversas centrais sindicais filiadas à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), por exemplo, se dispuseram a estabelecer alianças com outras centrais, em especial com as sul-americanas, porém nem todas as centrais se associaram à ASC, coordenada por Ongs. A tensão relacional entre sindicatos e Ongs nunca foi bem resolvida, mas foi a “batalha de Seattle”, que aproximou o mundo das ONGs e o mundo sindical (ADHEMAR MINEIRO, Brasil). A adesão da ORIT foi importante para motivar o campo sindical, pois ela é a secção para a América da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). Essa aliança entre as entidades do norte e as do sul expressa uma ruptura com a perspectiva latino-americana pela qual uma aproximação com organizações norte-americanas se mostrava incompatível com os interesses sul-americanos (VON BÜLOW, 2009, p.35).

Associado a construção da ASC - e seus capítulos nacionais -, há um cenário de crises financeiras de longo prazo no qual o governo dos EE.UU se volta para as economias latino-americanas a fim de reforçar sua hegemonia por meio da proposta de integração latino-americana: a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que é apresentada durante a Cúpula das Américas, em Miami, em 1994. O principal objetivo da ALCA era eliminar as barreiras alfandegárias entre os países americanos. Esse momento é reconhecido pela teoria das redes como um momento de abertura de oportunidade política e ameaças que colocam em estado de alerta algumas organizações da sociedade civil. Os termos da proposta, além de

---

<sup>37</sup> Economista, técnico do DIEESE e assessor da REBRIP e da SRI/CUT. Entrevista realizada em 13/07/2016.

reanimar a hegemonia estadunidense sob o Continente, reforçavam os ajustes estruturais e aprofundava a política neoliberal.

A ameaça não pairava apenas sobre um país, mas sobre todos os países da América Latina. A percepção social das ameaças não se restringe apenas ao interesse nacional, mas se revela nas condições de sobrevivência, de vida digna do dia a dia. Os Estados com governos progressistas, como Brasil, Equador, Bolívia, Venezuela e Equador, não demoraram a perceber que a ALCA, como um TLC, é um acordo que promove a disputa entre os países sul-americanos pelo acesso ao mercado dos Estados Unidos. Os países periféricos dificilmente vão conquistar o consumidor estadunidense, por inúmeras razões, como o *marketing*, o crédito, a tecnologia e a política de proteção e reserva de mercado às empresas e indústrias norte-americanas. A ALCA e os outros TLCs nada mais são que tratados de anexação dos países aos Estados Unidos (RECALCA, 2006, p.32).

Nestas condições, a proposta da ALCA, apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994, foi elevada a inimigo número um pelas organizações sociais e chefes de Estados, fortaleceu a percepção de alguns grupos sociais sobre a possibilidade de sucesso de uma rede transnacional que integram aliados regionais e internacionais. A internet possibilitou intercâmbios e criou condições efetivas para que os representantes de setores sociais e governamentais, progressistas ou nacionalistas, que se posicionavam contra a proposta dos EE.UU debatessem uma agenda de resistência contra a ALCA.

A Aliança Social Continental foi o resultado desses debates e sua missão era promover as “Cumbres de los Pueblos” a fim de reunir o máximo de organizações, movimentos sociais, sindicatos e associações de todos os países latino-americanos. A realização das Cumbres era o ponto forte da ASC, pois “cada vez que um governo fazia uma Cumbre dos Presidentes, nós fazíamos uma Cumbre de los Pueblos, então (...) não é supressa que nos mantínhamos porque nosso objetivo era fazer uma Cumbre cada vez que houvesse uma Cumbre dos Presidentes” (HECTOR MONCOYA<sup>38</sup>, Colômbia). As organizações promotoras da Aliança Social Continental conseguiram manter a união entre as entidades, estimular a troca informações,

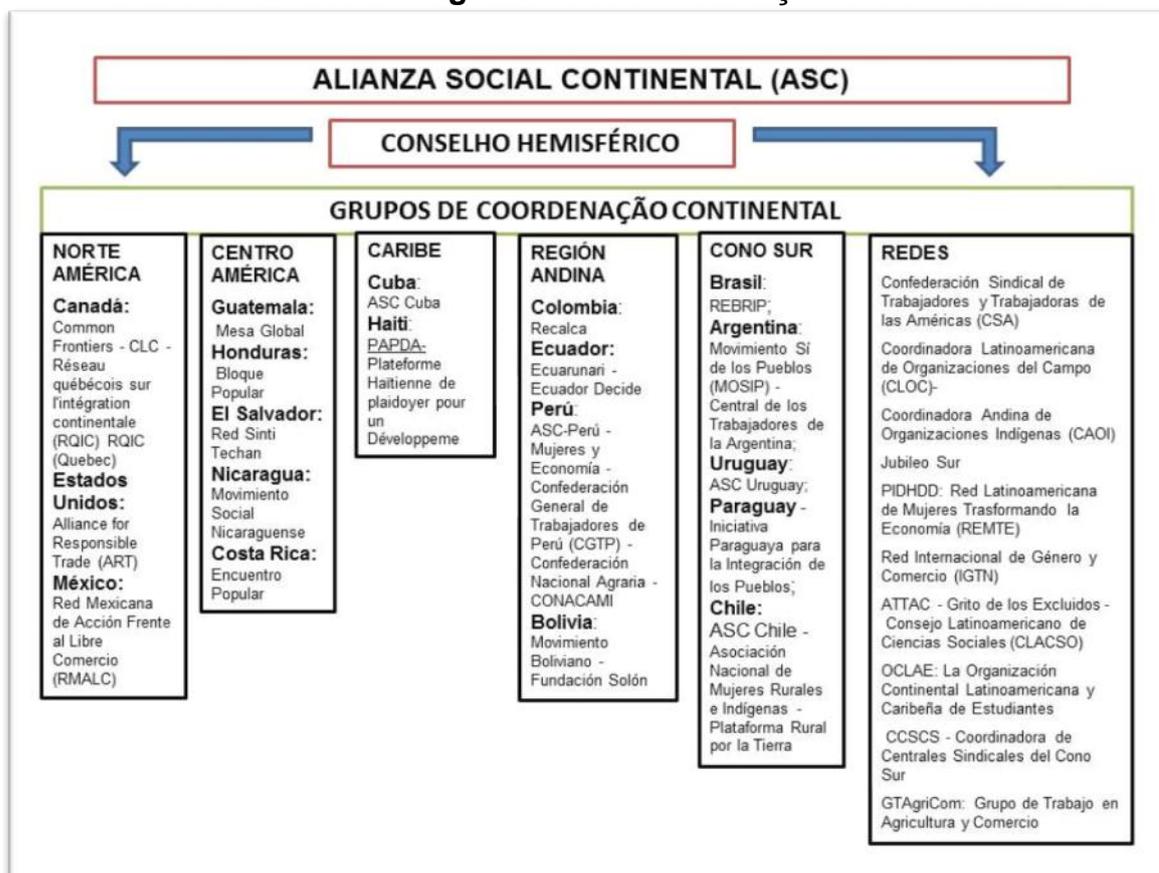
---

<sup>38</sup> Foi um dos coordenadores da Recalca. Trabalha no ILSA – Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos. Foi um dos coordenadores da Recalca. Entrevista realizada em 22/09 de 2016.

debater estratégias e formas de mobilização e promover ações conjuntas contra a ALCA.

A ASC era mais um espaço de articulação do que uma estrutura de coordenação dos capítulos nacionais, que tinham autonomia para definir suas agendas e pautas de luta local e regional. Mesmo no campo internacional os capítulos eram informados sobre as mobilizações que iriam ocorrer, mas sem uma característica de obrigatoriedade. A Aliança cumpriu uma função mediadora entre os capítulos nacionais e organizadora de conexões para que as Cumbres e outros eventos acontecessem com êxito. Essa propriedade de *broker* social permitiu que muitas organizações tivessem acesso a documentos que se publicavam nos EE.UU e informações específicas sobre os debates no Capitólio e a posição dos congressistas em relação a ALCA e dos TLCs em negociação. Para cumprir esta finalidade a ASC construiu uma estrutura organizacional flexível, em que os capítulos nacionais se coordenavam interna e externamente com ampla autonomia.

**Gráfico 7 - Estrutura Organizacional da Aliança Social Continental**



Fonte: ASC. Elaboração: Edécio Vigna

A Cúpula dos Povos, por uma década, constituiu mesas de diálogos multitemáticos

regionais contra a ALCA e promoveu campanhas e passeatas pelas ruas das cidades anfitriãs das reuniões presidenciais ou ministeriais. Essas atividades foram realizadas em Santiago/Chile (1998); Québec/Canadá (2001) e em Mar del Plata/Argentina (2005). A 1ª Cúpula Social pela Integração dos Povos ocorreu em Cochabamba/Bolívia (2006); a Cúpula pela Amizade e Interação dos Povos em Santiago/Chile (2007) e a IV Cúpula dos Povos das Américas em Trinidad y Tobago (2009).

Esses eventos aprimoraram e diversificaram o repertório de confronto e contestação ao reforçar o sentimento e crença nas experiências de mobilização herdadas e aperfeiçoadas. O conceito de “repertories of contention”, utilizado pelo McTeam, Della Porta, entre outros pesquisadores, tem sido traduzido como “repertório de confronto”. Na tradução espanhola (*Dinamica de la contienda politica*, 2005), o tradutor, Joan Quesada, faz uma breve exposição sobre a dificuldade de traduzir o termo do inglês para o espanhol e, por fim escolhe o termo “contienda”, acrescido do qualificativo “política” (MCADAM, 2005). Além da literalidade do termo original “contention”, a tradução espanhola “contienda política” e “contestação”, estão etimologicamente relacionadas. Para esta pesquisa teórica vou considerar o termo “repertório de contestação”, que não perde o sentido de confronto, mas abrandá-lo, pois o repertório de mobilização do movimento social sul-americano, com exceção dos países onde a guerrilha se mantém, as ações coletivas têm se manifestado dentro de um padrão de legalidade, por meios de marchas, comícios, greves e protestos pacíficos. A opção demonstra também que é importante a posição geográfica do observador para interpretar e conceituar os eventos sociopolíticos.

Em 2005, os presidentes dos países sul-americanos após participar da IV Cúpula de Presidentes das Américas, na cidade de Mar del Plata, Argentina, assinaram a Declaração final que explicitou a divisão do grupo. Uma minoria ponderava diplomaticamente que deviam levar em conta as dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e uma maioria defendia que não existiam condições necessárias para um TLC equilibrado e equitativo. Quando a correlação de forças pendeu para o bloqueio das negociações os EE.UU, e seus aliados, percebeu não havia mais condições de continuar a discutir a continuidade do processo de criação da Área de Livre Comércio. Assim, a ALCA foi enterrada com uma expressão pouco elegante para um presidente, mas

não quando esse presidente era Hugo Chávez: "ALCA, ALCA, al Carajo!"<sup>39</sup>. Dessa forma, o mais ambicioso projeto dos Estados Unidos para as Américas foi literalmente descartado.

Para o cientista político Atílio Boron (2013), a mobilização do movimento social nas ruas foi um dos fatores que impediu a iniciativa norte-americana e alertou os presidentes que aprovar a ALCA significaria reforçar o papel subalterno da América do Sul na estratégia hegemônica norte-americana, além da possibilidade de alimentar crises internas nos países.

### **2.1. Redes transnacionais, regionais e nacionais na América Latina**

As redes transnacionais e continentais contemporâneas não são uma novidade histórica, mas é um fenômeno singular da globalização contemporânea<sup>40</sup>. Assim como as redes do século XVIII foram articulações de seu tempo, as redes sociais atuais não só reagem aos estímulos sociais e históricos, mas expressam necessidades materiais/imateriais e relações de confiança entre os atores individuais e/ou institucionais, que dizem respeito a sua contemporaneidade. As redes sociais, mesmo sendo singulares em seus propósitos e em seus repertórios de contestação, mantêm sua principal função que é a de protestar, de forma pacífica ou violenta, contra o Estado ou contra as elites dominantes.

De acordo com as pesquisadoras Grabner-Kräuter e Bitter (2009, p.51), na literatura de confiança organizacional ou confiança disposicional<sup>41</sup>, o termo confiança é definido como uma "crença ou expectativa" sobre os outros integrantes do grupo ou "intenção comportamental" ou "vontade de depender ou confiar" nos outros (MAYER et al. 1995;. ROUSSEAU et al., 1998). A confiança é conceituada como um constructo situacional, mas é interpretada também como uma construção pessoal através do situacional, pois envolve características individuais. Os pesquisadores Harrison McKnight e Norman Chervany desenvolveram uma tipologia de

---

<sup>39</sup> Discurso de Chávez en Mar del Plata. Acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=477S-EXGm4E>

<sup>40</sup> "Apesar de ter ganhado maior disseminação na literatura sobre movimentos sociais apenas nas últimas duas décadas, a associação entre "redes" e ação coletiva não é nova". Nota de rodapé nº 12, in Abers e Von Bülow, 2011:72, que cita Georg Simmel (1922), Curtis e Zurcher (1973), Alberto Melucci, Castells 2000.

<sup>41</sup> "Erikson descreve a confiança disposicional como "um senso de confiança básica, que é uma atitude generalizada em direção a si mesmo e do mundo", uma "plenitude confiança essencial de outros, bem como um sentido fundamental da própria confiabilidade" (McKnight et al., 1996:8).

classificação de confiança que compreende seis dimensões: Comportamento de Intenção, Comportamento de confiança, Crença de Confiar, Sistema de confiança, Confiança disposicional, e a Decisão Situacional para Confiar (MCKNIGHTe CHERVANY, 1996, p.26). As relações de confiança funcionam como mecanismos de coesão das redes sociais e o termo carrega, também, uma intenção ideológica que se condensa em um projeto político. O sociólogo Alberto Melucci enfatiza que os laços de amizade ou confiança entre membros importantes de diferentes organizações constroem uma “rede latente” ou “submersa” (ABER et al., 2011, p.75).

As redes de confiança apresentam algumas características, tais como a presença de organizações que se relacionam há algum tempo, que possuem posições políticas compatíveis, ou de lideranças que estão em posição de coordenação ou de comando em suas organizações e possuem influencia sobre outras entidades do mesmo campo político. As relações de confiança implicam em um campo subjetivo que se coaduna com as propostas da teoria culturalista.

Na América Latina há uma variedade de redes identitárias, que abrangem temáticas ambientais, indígenas, mulheres, mulheres camponesas, sexualidade, agricultura familiar, entre outras. A maioria das organizações locais da sociedade civil está integrada a uma rede nacional heterogênea que, por sua vez, integra-se a uma rede continental, que mantém laços de solidariedade com uma rede transnacional. Esse encadeamento, que Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005) denominam de “redes de rede”, não ocorre apenas para reforçar atividades das organizações nacionais em nível de comunicação e informação, mas também se efetiva porque há uma rede de confiança prévia entre lideranças e um entendimento comum de que muitas políticas executadas em nível doméstico, apoiadas por acordos bi/multilaterais ou por instituições financeiras internacionais (IFIs), não podem ser confrontadas apenas em nível local, devido à assimetria de recursos e poder.

As organizações das redes sul-americanas que integram o campo democrático, mesmo possuindo identidades, valores, crenças e posições políticas semelhantes, estruturam de forma diferenciada seus repertórios de contestação. O que tem agregado as articulações sul-americanas no combate aos tratados comerciais é o impacto de suas políticas em todas as dimensões da vida individual e coletiva das populações e a preocupação com os rumos da integração regional. O incômodo pode ser diferenciado, mas o opositor é sempre o Estado, o mercado ou setores da

elite nacional ou internacional. As redes andinas enfrentam as grandes empresas multinacionais de mineração; as redes sul-americanas vinculadas à agricultura familiar têm como opositores os grandes proprietários de terras; as redes bolivianas e equatorianas inquietam-se pela causa indígena, a expropriação de territórios e a exploração dos recursos naturais. Essas pautas prevaletentes são atravessadas por outras que tecem o amplo pano de fundo das questões sociais.

Grosso modo, pode-se dizer que as redes nacionais focam questões locais, as redes regionais desenvolvem suas atividades em torno da temática da integração e as redes transacionais centram-se nas questões mais amplas, tais como o modelo de globalização e a oposição ao projeto neoliberal capitalista. Contudo, esta lógica nem sempre corresponde à realidade conjuntural ou se coaduna à ambição ativista das organizações. A Rebrip, por exemplo, tem atuado nas três dimensões e entende que a atividade internacional fortalece seu reconhecimento como rede proativa.

A pesquisa realizada pela pesquisadora Von Bülow possibilitou a identificação de dois tipos de internacionalização: a temporária, “descritas como um movimento de ioiô”, ou seja, as organizações sociais oscilam entre as escalas doméstica e internacional; e a contínua, quando as organizações objetivam a arena internacional como um espaço de ação política de longo prazo. Essas interações podem se alterar em razão de novas oportunidades ou ameaças no cenário político (2014, p. 42-45). A autora sabe que esse olhar esquemático não reflete a realidade, pois esta é construída por diversos matizes que se entrecruzam sem exclusão, mas o exercício tipológico é importante para orientar a análises posteriores. Organizações locais, que integram redes regionais ou internacionais, constroem agendas que se adequam às pautas internacionais sem que estas sobreponham à nacional. Esta é uma tendência que se justifica como um reforço político da organização.

### **CAPITULO 3 - REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)**

A criação da Rebrip, mesmo impulsionada por organizações sociais e sindicais internacionais, não foi um fenômeno novo no Brasil. Durante a década de 90 foi criada a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil), que é uma rede plural e congregava mais de 80 organizações. A Rede Brasil tinha um orçamento superior ao da Rebrip (IARA PIETRICOVSKY<sup>42</sup>, Brasil). Foi em organizações como a Rede Brasil que a:

... esquerda e principalmente as organizações sociais mais mobilizadas agrupam todas as instituições financeiras multilaterais em um único bloco, que seria o responsável pela imposição aos países em desenvolvimento de políticas econômicas conservadoras, voltadas para a geração de superávit primário e pagamento da dívida (ALMEIDA, 2005, p.177).

Desde o final dos anos 70, a sociedade civil brasileira foi convocada para se mobilizar coletivamente seja em favor da anistia aos presos políticos, seja pela volta das lideranças exiladas durante a ditadura militar. Em paralelo a esta atividade de resistência foi necessário desenvolver um exercício de construção de alternativas que exigiam um trabalho comum entre os diversos setores sociais e, portanto, as organizações brasileiras tinham uma experiência acumulada desde o processo da Assembleia Nacional Constituinte, a luta contra a dívida externa, o Movimento pela Ética na Política<sup>43</sup> e a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou amplos segmentos da sociedade. Essas mobilizações, essas experiências de trabalhar junto com sucesso, acrescentou uma bagagem considerável ao repertório de mobilização da sociedade civil brasileira e facilitou na criação da Rebrip (ADHEMAR MINEIRO, op. cit. Brasil).

Assim, a Rebrip teve, em primeiro lugar, que se adequar à proposta político-organizacional da ASC - estrutura flexível, sem uma infraestrutura pesada e uma

---

<sup>42</sup> Graduada em Antropologia e mestra em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Atriz. Participa da Coordenação da Rebrip. Faz parte do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Entrevista realizada em 28/06/2016.

<sup>43</sup> O Movimento pela Ética na Política chegou a reunir aproximadamente 900 entidades em coalizão. A "Vigília pela Ética na Política", em 1992, reuniu 183 entidades, 70 parlamentares e mais de 1.000 pessoas no auditório Petrônio Portella no Senado Federal (Fico, 2011).

coordenação decisória horizontal formada por capítulos nacionais. A Rede Brasileira Pela Integração dos Povos foi formalizada em ata durante a 1ª Assembleia Geral, realizada em setembro de 2001. A REBRIP é uma articulação de Ongs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas, que atuam sobre os processos de integração regional e comércio, comprometidas com a construção de uma sociedade democrática. O primeiro capítulo nacional da ASC foi a Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC-1991), para interferir nas negociações entre EE.UU-Canadá-México (North American Free Trade Agreement-NAFTA). A Rebrip, inspirada na experiência mexicana, constituiu-se em uma coalizão heterogênea intermediadora entre as organizações que atuavam nos níveis nacional e internacional, que se identificassem nas posições comuns contra a ALCA e contra o impacto negativo dos TLCs propostos pelos países centrais (GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit.; JOCÉLIO DRUMMOND<sup>44</sup>, KJELD JAKOBSEN<sup>45</sup> e MAURREN SANTOS<sup>46</sup>, Brasil).

A reação em rede de algumas organizações americanas democratas contra a expansão do sistema comercial neoliberal facultou a construção de um novo campo de ação coletiva transnacional cujas principais características são: a) presença das redes nos níveis doméstico e transnacional; b) dinamismo, tanto no sentido das práticas e das subjetividades, como também no número de participantes; c) articulação com outros espaços de ação coletiva doméstica e transnacional; d) heterogeneidade e assimetria interna; e) a pluralidade de trajetórias transnacionais (VON BÜLOW, 2009, p.28). Atendendo a estes atributos a Rebrip tem acompanhado e incidido sobre a política externa brasileira e defendido uma proposta alternativa de integração hemisférica oposta à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos TLCs. A Assembleia Geral da Rebrip, em 2010, ampliou o escopo de atuação para poder monitorar as negociações que ocorriam no cenário internacional, a política externa e propor ao governo a criação de um Conselho

---

<sup>44</sup> Médico, sindicalista no setor Saúde. Atualmente secretário do Sindicato Mundial Internacional dos Serviços Públicos, sendo o responsável pelas Américas e membro da coordenação da Rebrip, a Rede Brasileira de Integração dos Povos. Entrevista realizada em 26/07 de 2016.

<sup>45</sup> Participou da Coordenação da Rebrip. Presidente do Instituto Observatório Social desde 2006, com sede em São Paulo. Foi Secretário de Relações Internacionais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) entre os anos de 1994 a 2003. Secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo (2003-2004). Entrevista realizada em 29/06/2016.

<sup>46</sup> Participou da Coordenação da Rebrip e foi coordenadora do GT de Serviços. Trabalha na Heinrich Boll Stiftung (BOLI). Entrevista realizada em 21/07 de 2016.

Nacional de Política Externa, com participação social (ADHEMAR MINEIRO, op. cit. Brasil).

### **3.1. Fundação, contexto e missão da Rebrip**

A Rebrip constitui-se, atualmente, um polo de articulação e divulgação de iniciativas sociais coletivas frente ao TLC MERCOSUL-União Europeia, que impõem a desregulamentação financeira-comercial e obstaculizam a execução de uma política industrial autônoma a partir do atual nível de desenvolvimento tecnológico. A Rede brasileira também tem se posicionado frente à conjuntura política do país: tem acompanhado as negociações dos BRICS e da nova estratégia norte-americana de impor a Aliança do Pacífico e desarticular o MERCOSUL. A ALCA não ficou no passado, pois faz parte da estratégia de elevar à sua máxima potência o cumprimento das políticas recebidas pelo Consenso de Washington que “em solo 13 años, han devastado em Colômbia y em América Latina la capacidade instalada agrícola e industrial, la organización social y la soberania nacional” (RECALCA, 2006, p.219).

A Organização Mundial do Comércio (OMC) e as instituições financeiras internacionais (IFIs) foram criadas para favorecer e estimular os acordos bilaterais ou plurilaterais. Tais acordos fortalecem a hegemonia norte-americana no campo internacional ao assenhorem economicamente do maior território contínuo do mundo. Regionalmente os EE.UU impõem sua estratégia de negociar sem nada conceder e exigir constantemente maior abertura por parte das contrapartes. Frente as imposições estadunidenses a Colômbia adotou uma curiosa contra estratégia, “una astuta estratégia secreta (...) de acatar sin objeciones las exigencias norte-americanas” (RECALCA, 2006, p.39). Os países sul-americanos ao recepcionarem as cláusulas de rapina impostas pelos EE.UU, como é o caso das inversões de capital, das compras governamentais ou da garantia de mercado para suas empresas, aumentam a dependência estrutural.

A Rebrip, mesmo acompanhando as negociações da ALCA e o processo de criação do MERCOSUL, decidiu monitorar e incidir sobre a institucionalização da UNASUL, acrescentando assim mais um lócus de ação e mobilização coletiva. A UNASUL, compreendida como marco da cooperação e arquitetura financeira internacional (IARA PIETRICOVSKY, op. cit.), cresceu em importância enquanto o Brasil e a

Argentina apoiaram o processo de integração regional, mas depois que o Movimento da ALBA<sup>47</sup> foi criado, em 2013, gerou um ambiente embaraçoso entre as organizações e movimentos sociais integrantes da Rebrip. Algumas organizações da ALBA passaram a caracterizar a Rebrip como uma organização que mantém um discurso da autonomia institucionalizada, governamental. Esses contratempos no interior da Rede ficaram ocultos para a sociedade civil (IARA PIETRICOVSKY, op. cit. GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit. Brasil).

A Rebrip, junto com a CUT, MST e organizações eclesiais de base da Igreja Católica, foram fortes pilares na campanha contra a ALCA. No Brasil foi lançado o plebiscito contra a ALCA e o êxito repercutiu positivamente em diversos países sul-americanos. “Se han lanzado la consigna de forzar la realización de consultas o referendos populares: en Brasil resulta exitosa. Casi diez millones votan en contra en septiembre de 2002” (RECALCA, 2006, p.17).

A III Cumbre de los Pueblos (2005) realizada em Mar del Plata aumentou consideravelmente a pressão sobre os presidentes sul-americanos ao colocar em marcha mais de 35 mil pessoas contestando a proposta dos EE.UU e festejando o fim da ALCA (RECALCA, 2006, p.172). A Rebrip, nas atividades coletivas em que participou e nas que promoveu conseguiu acumular experiências que foram incorporadas pelos grupos de trabalhos temáticos. A participação em fóruns internacionais e regionais (conferência sobre o clima, reuniões da UNCTAD/ONU, reuniões do MERCOSUL e da UNASUL, conferencias da OMC, reuniões com instituições financeiras multilaterais e reuniões ministeriais no Brasil, onde defendeu a incorporação nos textos dos TLCs a perspectiva dos direitos humanos e o combate a desigualdade social) resultou em um repertório de experiência de ações e mobilizações internas e externas.

---

<sup>47</sup> Entre os dias 16 e 20 de maio de 2013, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que fica em Guararema (SP), recebeu a 1ª Assembleia Continental dos Movimentos Sociais da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA). Participaram 200 representantes de 22 países, de diversos movimentos sociais da América Latina. A Assembleia teve como principais objetivos fortalecer a integração dos povos e organizações do continente americano e concretizar um projeto de articulação política através de suas lutas em comum.  
<http://www.sof.org.br/2013/06/03/1a-assembleia-continental-dos-movimentos-sociais-da-alba-pela-emancipacao-da-america-latina/>

**Foto 1 - Mobilização contra o TLC MERCOSUL-União Europeia**



Foto: Mobilização no espelho d'água do Itamaraty contra o TLC MERCOSUL-União Europeia e acordos junto a OMC. que prejudicam os produtores

O sociólogo Sidney Tarrow e seus colegas concebem atividades como esta realizada no espelho d'água do Itamaraty como performances, pois envolve surpresa, improviso e criatividade a maneira do jazz e do teatro de rua. “Estas performances se agrupam em repertórios, conjuntos de interações possíveis conhecidas que caracterizam um conjunto particular de atores. (...). As performances inovam a partir dos repertórios herdados” (TARROW et al, 2005, p.53).

São acúmulos de experiências como estes, além da postura propositiva da Rebrip que a legitimam como proponente da criação do Conselho Nacional de Política Externa; da participação crítica no MERCOSUL, na UNASUL, no Banco do Sul, na CELAC e junto aos BRICS. A Rede é composta de pessoas que pensam propositivamente e possuem capacidades técnicas e de liderança para serem centros mobilizadores e formuladores de posições no cenário nacional e internacional. Essas pessoas conseguem distinguir uma proposta que promove a união das organizações e uma proposta apenas ideológica, que muitas vezes traz a cizânia e o desconforto ao grupo (IARA PIETRICOVSKY, op. cit. Brasil).

A REBRIP a partir dos acúmulos temáticos das organizações, que a integraram, em áreas como agricultura familiar, propriedade intelectual, serviços, investimentos, meio ambiente e sobre o papel do parlamento, examina, com uma qualidade e

competência singular, as implicações dos TLCs para setores vulneráveis da população brasileira. As manifestações da Rebrip são importantes reforços às atividades da Aliança Social Continental que reúne dados dos capítulos nacionais para sistematizar as agendas comuns que seguem os princípios de resistência aos TLCs e de construção de alternativas democráticas e sustentáveis.

### 3.2. Composição da rede e Infraestrutura organizacional

A Rebrip, para operar as tarefas definidas pela Assembleia Geral, criou uma estrutura que tem garantido a agilidade e a flexibilidade da cadeia de decisões. A Coordenação da Rede, por exemplo, é formada não só por representantes da secretaria executiva e da Coordenação Geral, mas pelos coordenadores dos grupos de trabalho. É este coletivo que rege e define as pautas da organização. Em um resumo gráfico pode-se apresentar o fluxograma da seguinte forma:



Os debates coletivos em nível de coordenação são, em geral, repassados aos coordenadores dos grupos de trabalhos, que repassam aos membros dos GTs. Essa corrente de transmissão de informação nem sempre funciona a contento em alguns GTs e isso não se deve ao fluxograma, mas a situações específicas enfrentadas por um ou outro coordenador de grupo de trabalho. Estes GTs são o locus de participação das organizações da Rede e são nestes espaços que se decidem as ações nacionais e a forma de participação nas mobilizações nacionais e internacionais, em comum acordo com a secretaria executiva. Por outro lado, as decisões que se associam à agenda internacional podem ser apresentadas pela

secretaria executiva aos outros capítulos nacionais, que podem ser envolvidos, e a coordenação geral da Aliança Social Continental.

Para facilitar a visualização da extensão da Rede segue um organograma que agrega as instâncias de decisão com suas organizações integrantes. Ao observar o organograma pode-se inferir a diversidade de organizações civis e as multirrelações que podem ser articuladas neste universo. Uma atividade pode ser desenvolvida em nível comunitário ou regional em razão de uma demanda específica com o apoio e a contribuição de outras organizações que atuam no mesmo espaço geográfico. O organograma abaixo traz em primeiro nível, a estrutura de coordenação e seus membros.

**Gráfico 9 – Organograma Geral da Rebrip**



<b>MEMBROS:</b>	
ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS	GAPA – RS
Ação Educativa	GAPA – SP
ActionAid Brasil	GEMDAC – Gênero, mulher, Desenvolvimento e Ação para a Cidadania
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural	GESTOS
AGENDE - Ações em gênero, cidadania e desenvolvimento	GIV – Grupo de Incentivo a Vida
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras	GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
Associação Civil Alternativa Terrazul	IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
ATTAC Brasil	IBISS/CO - Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste / Rede Brasil
Cáritas - Arquidiocesana de Manaus	ICEM
Casa da Mulher 8 de Março	IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor
CDH Palmas	INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	Instituto EQUIT - Gênero, Economia e Cidadania Global
CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação	Instituto Palmares
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Instituto TerraMar
CNTE - Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação	INTERVOZES
CNTSS - Confederação Nacional de Trabalhadores em Segurança Social Coletivo Leila Diniz	ISP BRASIL - Internacional dos Serviços Públicos
CONNECTAS Direitos Humanos	MAMA - Movimento de Articulação de Mulheres da Amazônia
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Marcha Mundial das Mulheres
CORECON – RJ	MSF - Médicos Sem Fronteiras
CRIOLA	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
CUT NACIONAL - Central Única dos Trabalhadores	MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
CUT RJ- Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro	MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais	Nova Pesquisa e Assessoria em Educação
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	MIN - Organização de Mulheres Negras Maria do Egito
ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria	OXFAM
FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional	PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
FENAFAR - Federação Nacional dos Farmacêuticos	Pela Vida
FETRAF- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar	Ser Mulher
FNU - Federação Nacional dos Urbanitários da CUT	SNMT/CUT - Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora
Fórum de Mulheres de Salvador / Coletivo de Mulheres do Calafate	SOF - Sempre Viva Organizações Feminista
Fórum de Mulheres do Piauí	SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia
Fórum Maranhão de ONGs AIDS	Terra de Direitos
Fundação VPP- Fundação Viver, Produzir e Preservar / Movimento de Mulheres da Transamazônica do Xingu	
FUP - Federação Única dos Petroleiros	

Fonte: REBRIP. Elaboração: Edécio Vigna

A grande heterogeneidade existente na composição de membros da Rebrip não impossibilita que as organizações atuem em conjunto, que contribuam com a execução das atividades comuns e que exerçam a solidariedade política, mas não se descarta a possibilidade de divergências. Nestas circunstancias, um membro da coordenação pode ser destacado, quando necessário, para intermediar o contratempo. Porém, sem ou com alguns desacertos, a Rebrip contribuiu ativa e positivamente com as mobilizações da Aliança Social Continental por mais de uma década.

Esteve presente em todas as Cúpulas dos Povos<sup>48</sup> criando oportunidades para realização de mesas de diálogos multitemáticos regionais contra a ALCA e cooperou na organização de passeatas pelas ruas das cidades anfitriãs das reuniões oficiais da ALCA e da OMC. O ativismo e presença da Rebrip junto à ASC foi uma característica que marcou a organização. “Diria que na sociedade colombiana – diferente do Brasil onde a sociedade civil é vista com orgulho por terem sido os avaliadores da democratização e derrubou a ditadura – isso não existe porque é um país que valoriza muito a tecnocracia, o tecnicismo e o pragmatismo” (TATIANA SAMAY ANDIA REYS<sup>49</sup>, Colômbia).

**Quadro 6 – Cúpulas dos Povos**

Cúpulas dos Povos Santiago/Chile	1998
Cúpulas dos Povos Québec/Canadá	2001
Mar del Plata/Argentina	2005
Cúpula Social pela Integração dos Povos, em Cochabamba/Bolívia	2006
Cúpula pela Amizade e Interação dos Povos em Santiago/Chile	2007
Cúpula dos Povos das Américas, em Trinidad y Tobago	2009
Cúpula dos Povos Rio+20	2012
Elaboração: Edélcio Vigna	

Esses eventos, elencados no quadro 6, promovidos pela ASC em conjunto com os capítulos nacionais, no caso Rebrip e Recalca, não só consolidaram as pautas de lutas, mas foram as arenas onde os laços de solidariedade foram reforçados e onde

<sup>48</sup> “La intención de la Cumbre de los Pueblos es recibir las demandas de los sectores populares, a través de sus organizaciones sindicales, sociales, etc., y proponer soluciones. La idea surgió porque en estos encuentros los jefes de Estado acostumbran a hacer compromisos, con supuestos planes sociales y políticas “desarrollistas”, pero que a la hora de la verdad no se cumplen” (Beluche, 2015).

<sup>49</sup> Professora de sociologia na Universidade de los Andes. Doutora em sociologia Brown University. Maestría/Magister London School of Economics and Political Science MSC in Development Studies (2005); Pregrado Universitario Universidad De Los Andes – Uniandes Economía (2002).

se avaliou que as organizações latino-americanas tinham construído estratégias corretas e eficientes no embate contra a ALCA e contra os TLCs.

O processo de negociação da ALCA abrangeu um período de mais de uma década, desde o lançamento da proposta pelos EE.UU, de criar uma área de livre comércio latino-americano para proveito próprio, até a sua frustração na conferência de Mar del Plata. Naquela ocasião os países firmaram a Declaração, que explicitava o incomodo dos países em assinar o acordo da ALCA, contrariando os interesses dos Estados Unidos, que pressionavam pela aprovação do TLC. Diante dessa situação os negociadores dos EE.UU perceberam que a ALCA estava fadada ao fracasso e que novas reuniões não levariam a proposta a bom termo, segundo os desejos estadunidenses.

Avaliamos que é importante elaborar uma tabela cronológica dos fatos e reuniões a fim de possibilitar uma perspectiva do complexo processo de negociações que envolveram ameaças e pressões sobre os países sul-americanos.

**Tabela 1 - Cronologia das negociações da ALCA 1990-2005**

<b>1994</b>	<b>Dezembro</b>
Em 1994, com o NAFTA já em vigência, o sucessor de Bush, Bill Clinton, reúne os líderes de 34 países americanos num encontro de cúpula em Miami e formaliza o projeto da ALCA.	O Chile firma um TLC com os EE.UU, enfraquecendo o MERCOSUL e a posição do Brasil na negociação da ALCA.
<b>1997</b>	<b>2003</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>Fevereiro</b>
O subsecretário para Assuntos Econômicos do Departamento de Estado, Stuart Eizenstat, em um encontro na Suíça exige do Brasil uma abertura comercial mais acelerada. O presidente FHC responde dizendo que só o Brasil decide seu destino.	Os EE.UU apresenta sua proposta oficial sobre a ALCA sugerindo o acesso ao mercado estadunidense aos produtos da América Central e Caribe, mas não aos do Brasil e aos do MERCOSUL.
<b>Mai</b>	<b>Março</b>
Washington propõe derrubar as tarifas dentro da ALCA em 1998, os países liderados pelo Brasil conseguem mais tempo para negociar.	Reunião interministerial, em Brasília, para discutir o processo de preparação das ofertas iniciais do Brasil nas negociações da ALCA.
<b>Outubro</b>	<b>Junho</b>
O presidente Bill Clinton e FHC fazem um acordo: Clinton faz pela primeira vez um pronunciamento em apoio à manutenção do MERCOSUL e FHC concorda em iniciar as negociações da ALCA.	Os presidentes Lula e George W. Bush se reúnem na Casa Branca e discutem a negociação da ALCA.
<b>1998</b>	<b>Setembro</b>
<b>Abril</b>	A diplomacia estadunidense ataca a posição do Brasil e o acusa de atrasar a formação da ALCA.
A Cúpula das Américas é realizada no Chile e termina com o lançamento formal das negociações em torno da	Realizada, em São Paulo, a I Reunião Temática do Comitê de

ALCA.	Representantes Governamentais sobre a Participação da Sociedade Civil na ALCA.
<b>2000</b>	<b>Outubro</b>
<b>Agosto</b>	Em um seminário sobre a ALCA no Congresso Nacional, o presidente Lula afirma que o governo quer negociar a criação do bloco, mas diz que não abre mão de um acordo "equilibrado".
A secretária de Estado dos EE.UU, Madeleine Albright, vem ao Brasil para discutir a ALCA. O chanceler do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, comunica que o país só assinará o acordo do bloco se os EE.UU aceitarem rever pelo menos dez pontos da política alfandegária.	Realizada, em Trinidad e Tobago, a XV Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA. DIAS 29 de setembro - 3 outubro
<b>Dezembro</b>	O Ministro Amorim, das Relações Exteriores, viaja a Washington para participar da Reunião Miniministerial sobre a ALCA.
Em reunião de cúpula do MERCOSUL, o presidente FHC entra publicamente na discussão sobre a ALCA ao condenar o protecionismo dos EE.UU.	Realizada, em Miami, a VIII Reunião Ministerial da ALCA.
<b>2001</b>	<b>2004</b>
<b>Março</b>	Realizada, em Puebla, México, a XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA.
Os presidentes FHC e Bush se reúnem na Casa Branca mas não entram em acordo sobre a ALCA	O Ministro Amorim participa, em Buenos Aires, de reuniões dos Chanceleres do MERCOSUL e países da Comunidade Andina, a fim de examinar negociações comerciais em andamento, em particular a ALCA.
<b>Abril</b>	Em comunicado conjunto, o MERCOSUL reitera sua disposição de negociar um acordo equilibrado com vistas ao estabelecimento da ALCA.
Na sessão preparatória da ALCA, em Buenos Aires, o documento sobre a criação do bloco tem 900 páginas e 800 pontos sobre os quais nenhum dos países envolvidos está de acordo.	<b>2005</b>
<b>2002</b>	O Brasil e os EE.UU buscam formas de reavivar as negociações da ALCA.
<b>Outubro</b>	Reunião em Washington para tentar destravar as negociações para a criação ALCA.
O secretário de Comércio dos EE.UU, Robert Zoellick, pressiona o Brasil dizendo que o país precisa escolher entre "a ALCA e a Antártida".	IV Cúpula das Américas "Criar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática", em Mar del Plata, discute prevenção ao terrorismo e o combate ao tráfico de pessoas.

<b>Novembro</b>	Declaração de Mar del Plata. IV Cúpula das Américas. Argentina. Item 19, A.: “Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)”.
Lula como presidente eleito do Brasil promete propor aos países das Américas a formação de um bloco de integração política antes da criação de uma nova aliança comercial entre eles.	

Elaboração: Edécio Vigna

A Rebrip, depois do fracasso da ALCA e do travamento das negociações na OMC (GENEBRA, 2008), passou a priorizar as questões de integração regional latino-americana. A OMC – órgão regulamentador dos acordos multilaterais que ocorrem no mercado internacional - possui uma grande infraestrutura e continua a reger as controvérsias comerciais que ocorrem entre os Estados Partes e dificilmente será desmontada, como propõe algumas organizações que compõem os capítulos nacionais da ASC. A ALCA, como projeto hegemônico regional dos EE.UU, depois do fracasso de Mar del Plata, voltou a se organizar em uma série de países sob o nome de Aliança do Pacífico (AP).

A AP é uma proposta cujo objetivo é aprofundar a integração regional a partir da formação de uma área de livre comércio, tal como a ALCA, mas que se inicia com a institucionalização de um TLC entre alguns países (PROTOCOLO ADICIONAL AL ACUERDO MARCO DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012).

### 3.3. Agenda e principais atividades

A Coordenação da Rebrip, após o desbaratamento da ALCA, apoiada em sua história de resistência e do acúmulo de experiência em negociações regional e internacional, aprovou em Assembleia a revisão de metas e decidiu priorizar a pauta de incidência junto aos processos de integração regional, em especial junto ao MERCOSUL e UNASUL. Assim, o capítulo brasileiro, que atuou em uma conjuntura favorável durante os primeiros anos de 2000, passa a enfrentar um cenário de fechamento de oportunidades políticas. O diálogo entre a Rebrip e o Executivo, que fluiu no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), foi rareando e o diálogo transformou-se, no governo Dilma Rousseff (2011-2014), em apenas algumas consultas sobre a política externa brasileira. Continuaram em funcionamento os

Conselhos Nacionais e o projeto MERCOSUL Social e Participativo. Há percepções paradoxais, mas não contraditórias, entre alguns entrevistados que participaram do processo de incidência da Rebrip junto ao Executivo, quanto à mudança de comportamento dos governos Lula e Dilma Rousseff em relação à participação dos movimentos sociais junto ao governo.

Alguns entrevistados ponderaram que os governos Lula e Dilma Rousseff fizeram com que a Rebrip alterasse seu foco de atenção. Foi apontada uma situação paradoxal à medida que a questão internacional ganhou espaço institucional, mas perde na luta das entidades. Deste ponto de vista, no governo Dilma “a questão internacional foi perdendo espaço e assume uma posição mais conservadora. Isso poderia dar força de resistência para a Rebrip porque manteria o espaço de diálogo e significaria uma maior coalisão das entidades para fazer pressão contra o governo” (JOCÉLIO DRUMMOND, op. cit. Brasil). Por outro lado, há depoimentos que a Rebrip continua obtendo as informações e as relações entre a Rede e o governo continuam “azeitadas”. O governo Dilma tem “tanto chamado como sendo chamada para questões internas, trocas de opiniões ou de trocas de informação nos esquemas de reuniões bilaterais – tudo isso continua até a troca de governo (Michel Temer)” (ADHEMAR MINEIRO, op. cit. Brasil).

Desde o início a Rebrip demandou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a criar uma assessoria internacional vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro, com fim de conduzir as propostas sobre a agricultura familiar junto a OMC, com participação dos movimentos sociais. Esse canal de participação abriu uma oportunidade para que a Rebrip-MDA elaborassem diversas contrapropostas às propostas dos EE.UU e as da União Europeia nas negociações da OMC. O GT Agricultura da Rebrip e o MDA construíram propostas sobre a questão do subsídio à exportação, salvaguardas aos produtos de origem familiar, a lista negativa dos produtos familiares, entre outras.

No espaço internacional o GT Agricultura foi um dos avaliadores da criação da Rede Especialista da Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF). A CONTAG, secretaria da COPROFAM<sup>50</sup> e integrante do GT Agricultura da Rebrip, vinha desde 2003

---

<sup>50</sup> A Confederação de Organizações de Produtores Familiares do MERCOSUR (COPROFAM) foi criada em 1994. Seu objetivo é incidir na formulação de políticas públicas para a Agricultura Familiar, Campesina e Indígena. São membros da COPROFAM 12 organizações de caráter nacional em

demandando junto ao Itamaraty a criação de um espaço de concertação no MERCOSUL para que as propostas das organizações latino-americanas rurais pudessem chegar ao Grupo do Mercado Comum do MERCOSUL. Essa demanda só foi atendida quando em uma reunião do GMC a CONTAG e o MDA, respaldada pelo Ministro Celso Amorim, apresentaram a proposta de criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF). O Paraguai e o Uruguai não se mostraram favoráveis à proposição da Contag e do MDA. A Argentina por desconhecer a categoria jurídica de “agricultores familiares” se posicionou contra. A proposta da REAF foi rejeitada, mas depois os Estados Partes foram solicitados a criar uma nova REs e para isso tiveram que negociar a criação da REAF. De acordo com o depoimento de Maureen Santos (Brasil) “o GT Agricultura conseguiu construir um processo interessante que os movimentos puderam continuar participando, a CONTAG e a FETRAF, mesmo com a ausência do MST” (MAUREEN SANTOS, op. cit. Brasil).

O MRE e o MDA foram convencidos pelas organizações a incorporar as propostas técnicas formuladas de acordo com os padrões exigidos pela OMC. Essas propostas, elaboradas em conjunto Rebrip-MRE-MDA, foram defendidas pelos negociadores oficiais nas rodadas da OMC. O MRE, por sua parte, reconheceu a qualidade das propostas da Rebrip e criou uma Mesa de Diálogo com a Sociedade Civil, onde o Ministro e os diplomatas expunham o estado de desenvolvimento das negociações junto a OMC e outras instituições multilaterais.

As atividades promovidas pela Rebrip são divulgadas por meio de sua página WEB, na internet. A produção de informações por meio de livros, cartilhas e outras formas de publicações foram e são produzidas pelas organizações integrantes da Rebrip. Seguem algumas publicações como exemplo da produção intelectual da Rede.

## PrintScan 1 – Publicações da Rebrip



Fonte: Rebrip. Elaboração: Edécio Vigna

Na página Web, a Rebrip publica notícias e entrevistas (multimídia) e informações sobre o andamento dos grupos de trabalhos. Esta referência mediática é uma das ferramentas mais importantes de comunicação e de informação que as redes sociais incorporaram na interlocução com suas organizações, com as redes parceiras, com o governo e seus órgãos.

## PrintScan 2 – Página WEB da Rebrip

Fonte: Web Rebrip.

A interação entre algumas organizações da Rebrip e setores governamentais – interpretadas por alguns ativistas como cooptação - mostrou-se como uma nova forma de relações entre as formas correntes. Alguns pesquisadores interpretam a relação – governo e sociedade civil - como “diplomacia civil” (Barros, 2010:67). A socióloga Flávia Barros tem ressaltado que o termo “diplomacia civil”<sup>51</sup> caracteriza o protagonismo de atores não-governamentais, integrantes de redes sociais, que se

<sup>51</sup> “... gestação da noção da diplomacia civil no país está relacionada a novas estruturas e dinâmicas nas inter-relações de atores da sociedade civil com papéis estratégicos junto aos sistemas de controle e regulação política em âmbito internacional-global estabelecido por meio das agências de cooperação multilaterais” (Barros, 2010:67).

relacionam com a diplomacia oficial e com os negociadores internacionais, de forma independente. Na mesma linha interpretativa outros estudiosos utilizam o termo *brokers*<sup>52</sup>, que significa, grosso modo, representantes ou mediadores de setores sociais da sociedade civil para negociar projetos e programas governamentais (LAVALLE e VON BÜLOW, 2014, p.134). Lavalle e Von Bülow fizeram um exercício para definir os papéis entre os vários tipos de *brokers*, conforme o quadro 7:

**Quadro 7 – Três tipos de Brokers institucionalizados e características correlatas**

Tipos	Regras de pertencimento		Características correlacionadas		Principais papéis de intermediação		Exemplos
	Formalização	Pluralidade	Relacionamento com membros	Definição de objetivos	Externos	Internos	
Associações pico	Fronteiras são rígidas e normalmente definidas por regras jurídicas.	Restrita a um subconjunto específico de atores.	Membros tendem a ser filiados.	Objetivos amplos derivados dos interesses dos filiados	Tradutoras Coordenadoras Articuladoras Representantes	Coordenadoras Articuladoras Representantes	Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia (Convergencia); Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
Conglomerados associativos	Limites são flexíveis, mas definidos por regras explícitas.	Abertos a uma ampla gama de atores.	Membros tendem a ser aliados (como em campanhas ou coalizões).	Objetivos explícitos compartilhados pelos aliados	Tradutores Coordenadores Articuladores Representantes	Tradutores Coordenadores Articuladores Representantes	Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio; Rede Brasileira pela Integração dos Povos
Entidades multissetoriais	Sem limites claros, embora existam regras implícitas vagas.	Abertas a uma ampla gama de atores.	Membros tendem a ser participantes de espaços afins.	Adesão de consensos sobre questões relacionadas a políticas.	Tradutoras	Tradutoras Coordenadoras Articuladoras	Red Social por un México Libre de Adicciones; Fórum da Saúde

**Fonte:** Adaptado de Gurza Lavalle e von Bülow (no prelo) e von Bülow (2011, p. 169).

A Rebrip e a Recalca se enquadram no tipo Conglomerados Associativos à medida que cumprem os principais papéis de intermediação elencados no quadro. Para além desses tipos, Lavalle e Von Bülow (2014) destacaram a transição que houve entre os “regimes centrados em núcleos sindical-partidários (*union-party hub* ou UP-Hub) para configurações emergentes estribadas em redes associativas (*associational networks* ou *A-Net*)” (Lavalle e Von Bülow, 2014, p. 135). De fato, as redes plurais são coordenadas, em geral, por Ongs que em princípio buscam manter uma posição neutral em relação a interesses específicos, contrário dos sindicatos e movimentos sociais de base, que têm demandas específicas, quando mantém relações com o Estado (Lavalle e Von Bülow, 2014, p.135). A Recalca foi

<sup>52</sup> McAdam, Tarrow e Tilly (2001:26) definem a intermediação (“*brokerage*”) como “o vínculo entre dois ou mais lugares sociais atualmente desconectados” (Lavalle e Bülow, 2014:134).

coordenada pelas Ongs ILSA e Cedetrabajo e a Rebrip foi coordenada pela Ong FASE por dois mandatos, porém nos últimos anos a CUT assumiu a coordenação da Rebrip por falta de uma organização não-governamental que a sediasse.

A cientista política Von Bülow não discorda de que a Rebrip cumpriu, em diversos períodos, os principais papéis de intermediação externa (tradutor, coordenação, articulador e representante), isso porque havia um grupo de coordenação profissional altamente capacitado política e tecnicamente. Tanto a secretaria-executiva quanto os coordenadores(as) dos grupos de trabalho detêm, em geral, posição de direção ou assessoria em suas organizações, o que lhes habilita a se colocarem em reuniões de acordo com diretrizes comuns da Rede. Assumir a *brokerage* é avocar uma responsabilidade por decisões importantes, contudo abre possibilidades de reconhecimento dentro e fora da organização.

### **3.4. Articulações Rebrip**

A Rebrip mantinha uma relação muito próxima do poder Legislativo, em especial, com os membros das Comissões de Relações Exteriores, de Direitos Humanos, de Legislação Participativa, de Meio Ambiente e alguns membros da Comissão de Agricultura. A Rede promoveu, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e a de Agricultura, seminários e audiências públicas, comparecendo representantes do MERCOSUL, deputados do PARLASUL e autoridades nacionais e sul-americanas. O fluxo dialógico que se estabeleceu entre a Rebrip e o Congresso Nacional permitiu que se concretizassem diversas atividades que não seriam possíveis se não houvesse uma relação de confiança entre os parlamentares e alguns setores da sociedade civil.

A cooperação entre a Rebrip e diversos setores do governo possibilitou uma forte incidência junto ao Estado brasileiro. A Rebrip participou de diversos Conselhos Nacionais, foi membro do CONEX/CAMEX<sup>53</sup>, manteve reuniões periódicas com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o Ministério das Relações Exteriores e com a Secretaria Geral da Presidência (ASSEMBLEIA DA REBRIP, 2007, Anexo). Essas alianças possibilitaram à Rede ampliar e consolidar seu reconhecimento como uma rede transnacional junto ao Estado e à sociedade brasileira.

---

<sup>53</sup> O Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) é o núcleo de assessoramento privado da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Mesmo com o reconhecimento institucional e social a questão da solidariedade e da desconfiança sempre atravessou o espaço de construção das organizações sociais, pois há uma constante disputa pela direção política-ideológica ou por cargos de mando entre os seus membros. Em razão disso, uma entrevistada declarou que “a diversidade, a articulação e a unidade na diferença é um discurso que a esquerda não aprendeu. A esquerda não conseguiu superar os velhos esquemas que tem *modus operandi* que não funciona mais” (GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit. Brasil). É importante ressaltar esses desencontros internos das organizações sociais para que não se dissemine uma imagem falsa de que as Ongs, movimentos sociais e sindicatos são sujeitos do bem. Muitas ações da Rebrip foram realizadas de forma unificada em um espaço interno conflituoso.

A Rebrip, mesmo com o afastamento de algumas organizações do movimento social em relação ao Estado - que se iniciou a partir do final do governo Lula e se aprofundou durante os mandatos da presidenta Dilma Rousseff -, manteve-se enquanto rede nacional de referência internacional. A sobrevivência da Rebrip comprova o que a literatura registra ao apontar que as redes sociais tem um tempo de vida maior que as campanhas que as originaram, no caso a Campanha contra a ALCA. A maioria das organizações que foram criadas por ocasião de campanhas ou mobilizações não se mantém e se desagregam logo após o término do evento por não terem gerado identidades fortes o suficiente para manter laços de confiança e solidariedade por um longo tempo.

### **3.5. Apoios institucionais/cooperação internacional**

A Rebrip tem sido apoiada financeiramente por diversas organizações nacionais e de cooperação internacional. O apoio não é todo institucional, que financie os custos de uma secretaria-executiva, há apoios pontuais para realizar atividades ou publicar pesquisas e textos analíticos de alguns grupos de trabalho (GTs) ou integrantes da Rede. A Rebrip, em algumas atividades contou com apoio governamental para poder participar de viagens nacionais e mesmo regional.

As publicações e atividades da Rebrip são produzidas, geralmente, em parceria visto que este procedimento valoriza as organizações integrantes, os grupos de trabalho e os atores individuais. A Rebrip publicou, por exemplo, o texto “Tratado Internacional dos Povos para o Controle das Empresas Transnacionais”, que foi apoiado e

traduzido pela ActionAid Brasil. O documento “BRICS Voice” (original inglês) foi iniciativa do grupo formado pela sociedade civil dos BRICS em parceria com a Oxfam Índia. O Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI) instruiu uma nota “Quando a Saúde é moeda de Troca: quem sai no prejuízo é você”. A Rebrip publicou e divulgou o artigo “A captura corporativa na política externa brasileira”, do cientista político Gonzalo Berrón, membro do grupo Vigência-IIEP e do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais/GR-RI. No “Seminário sobre captura corporativa e privatização da democracia”, realizado em São Paulo (2016), observou-se a preocupação da Coordenação da Rebrip em garantir a qualidade da informação. As mesas de debate do seminário foram compostas por organizações de alta credibilidade tais como a Universidade de Massachusetts-Boston, a Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), a OUS/Oxfam EE.UU, a Oxfam Brasil, o Movimento de Atingidos por Barragens (MBA), a ABIA/GTPI/REBRIP, o INESC, o Instituto Equit/REBRIP e CUT/DIEESE.

A Fundação Ford, a Oxfam Brasil e a ActionAid Brasil apoiaram, por um largo tempo, a Rebrip e grupos de trabalho. Por alguns anos, a Oxfam e a ActionAid foram coordenadores do GT Agricultura e, por conseguinte, participaram da coordenação da Rede. As relações com a Ford, a Oxfam e a ActionAid e diversas organizações suíças possibilitou a estadia da CUT e do INESC em Genebra, por algum tempo. Manter um ponto de apoio na cidade considerada o centro da diplomacia e da cooperação internacional foi um ganho político-institucional muito importante para a Rebrip (IARA PIETRICOVSKY, op. cit. Brasil). Esse grupo fez um trabalho competente de convencimento e conseguiu que a Comissão Europeia firmasse um projeto de financiamento às atividades da Rebrip. Esses apoios diretos garantiram a execução de diversas atividades da Rede.

O apoio ou o financiamento indireto é uma das formas de solidariedade. Ao participar ativamente do programa MERCOSUL Social e Participativo (2008), da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e do MRE, além de abrir um novo capítulo nas relações entre o governo brasileiro e a sociedade civil, no que se refere à participação social no Bloco, possibilitou o acesso a passagens aéreas e outras vantagens oferecidas pelo governo aos seus parceiros.

A Rebrip, ao construir uma ampla aliança que abarcou desde setores governamentais, parlamentares progressistas e setores do empresariado comercial

e industrial, que não concordavam com diversas cláusulas do tratado de livre comércio, somado a um apoio financeiro da cooperação internacional e de organizações europeias, tem conseguido se manter em atividade por quase duas décadas. Esse tempo considerado longo para a existência de uma rede heterogênea é resultado do reconhecimento por parte da sociedade civil da importância da resistência frente a ALCA e dos resultados obtidos pela Rebrip.

## **CAPÍTULO 4 - RED COLOMBIANA DE ACCIÓN FRENTE AL LIBRE COMERCIO (RECALCA)**

A construção da Recalca foi um importante capítulo da história da resistência da sociedade civil latino-americana contra os projetos hegemônicos dos Estados Unidos e do avanço da política neoliberal. Foi uma abertura de oportunidade política que, alicerçada em uma articulação eficiente, sustentou o crescimento da Red. Houve uma confluência entre o contexto nacional e o internacional, quando diversos economistas e uma corrente de intelectuais passaram a refletir sobre os efeitos negativos que os TLCs estavam provocando no Chile (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit; HECTOR MONDRAGÓN<sup>54</sup>, Colômbia). Em conformidade com uma perspectiva histórica de médio alcance, pode-se dizer que a Recalca foi construída em um momento singular que se refletia no elevado número de lutas populares articuladas em todo Continente. A única comparação deste período é com o ciclo de lutas dos finais dos anos de 1960 e princípio de 1970. O período de auge das lutas populares continentais começa em 1998 e se consolida com o triunfo de Hugo Chávez, na Venezuela. Neste processo havia que distinguir dois projetos: um processo de lutas nacionais contra o neoliberalismo do qual resultou a Recalca e a Aliança Social Continental; outro, que buscava impor os tratados de livre comércio a partir dos interesses econômicos e políticos dos EE.UU (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

O processo de criação e desenvolvimento da Recalca não deve ser visto como uma simples reação coletiva diante da ALCA e dos TLCs, mas como um exercício de cidadania, dignidade e soberania para as organizações, que ainda se mantém unidas frente aos TLCs e ao imperialismo norte-americano em uma luta que ainda não cessou (ENRIQUE DAZA, 2006, p.7). A abertura de oportunidade política seguida da ameaça da ALCA permitiu que a Recalca se desenvolvesse com perspectivas de êxito.

O Fórum de criação da Recalca teve a participação de muitos setores que nunca haviam se reunido. Havia uma mobilização não

---

<sup>54</sup> Professor de Economia na Universidade Pontifícia Católica de São Paulo. Foi o coordenador dos Grupos de Trabalhos da Aliança Social Continental. Entrevista realizada em 27/07 de 2016.

somente de organizações sociais, mas de forças políticas e partidos, que tinham posições e conhecimentos diversos (LAURA FONSECA<sup>55</sup>, Colômbia).

Os documentos publicados pela Recalca ressaltam a importância das análises conjunturais, dos informes que alimentaram a solidariedade, o espírito unitário e a certeza de que o projeto recolonizador - a ALCA – poderia ser detido. A Red foi um movimento que marcou as mobilizações populares colombianas, ao combinar distintas forças e promover diversas atividades que reuniram milhares de pessoas durante a primeira década dos anos de 2000.

As organizações colombianas vinham acompanhando desde 2002, o desenvolvimento das negociações do TLC com os Estados Unidos, mas foi somente no ano de 2003, que a sociedade civil resolveu criar um mecanismo que coordenasse um coletivo de organizações com o objetivo de mobilizar conhecimentos adquiridos para educar, divulgar e sensibilizar as “fuerzas vivas de la sociedad colombiana para alertar sobre el peligro que representa la incorporación de Colômbia a estos tratados” (RECALCA, 2006, p.27). A Recalca para cumprir seus objetivos, assim como todas as redes latino-americanas utilizou de todos os instrumentos legais, em especial da desobediência civil, existentes no repertório de mobilização contestatória, inscrito na teoria das redes sociais.

A Constituição de 1991 consagrou uma série de direitos, porém abriu a porta para a política neoliberal de regulação e privatização tanto dos programas de políticas públicas como do mercado interno. “Isso era uma espécie de armadilha que as Ongs, o movimento social campesino, sindical e cívico contra a onda neoliberal, haviam caído” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia). As relações dos movimentos sociais com as organizações internacionais eram escassas. O mundo sindical tinha relações com a Federação Sindical Mundial, com a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO) e com outras federações independentes, mas os movimentos comunitários se bastavam com as relações locais. “Os movimentos sociais eram muito locais e quem mais tinha relacionamentos internacionais eram as Ongs de mulheres, de direitos

---

<sup>55</sup> Abogada defensora de los derechos laborales y derechos de las mujeres. Integrante del equipo de trabajo de Recalca. Entrevista realizada em 20/07 e 20/09 de 2016.

humanos, os que lutavam contra a dívida externa, e não os movimentos sociais” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

Além da falta de relacionamentos internacionais das organizações sociais houve uma dificuldade em definir o programa de ação, pois “não havia suficiente clareza de toda problemática da ALCA e de seu significado” (ENRIQUE DAZA<sup>56</sup>, Colômbia). Para superar este obstáculo houve um processo de discussão interno que priorizou a atuação sobre a ALCA e, secundariamente, outros pontos que poderiam atrair as organizações para a Recalca. A necessidade de agregar mais de um foco é compreensível diante da realidade colombiana que é muito complexa em razão dos problemas da violência, da guerrilha e do crescimento no número de violações de direitos humanos.

De começo, conseguimos que todos os temas que deveriam ser objeto da Recalca seriam tratado de forma equilibrada. Isso não foi fácil, pois muitas organizações queriam que sua agenda fosse incorporada a agenda da Recalca. Então, limitamos os objetivos a ALCA e aos TLCs, mesmo com organizações com posições ideológicas e políticas distintas o que se constituiu em uma das fortalezas da Recalca (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

#### **4.1. Antecedentes históricos**

A proposta de criação da Recalca surgiu durante o Fórum “ALCA y TLC, el espejismo del libre comercio, los verdaderos efectos sobre la sociedad colombiana”, realizado em Bogotá, em 2003, e promovido pela Aliança Social Continental. A coordenação da ASC apresentou às organizações que integrariam a Recalca uma proposta denominada “Alternativa para las Américas”, que estabelecia uma agenda de mobilizações e ações de resistência contra o projeto da ALCA, recomendado pelo presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, durante a Cúpula das Américas de Miami (1994). Um dos pontos que levaram as organizações a se colocarem contra a proposta norte-americana foi a existência de uma cláusula que pressupunha a predominância dos termos do acordo sobre as legislações nacionais, impedindo

---

<sup>56</sup> Director del Centro de Estudios del Trabajo, secretario de la Alianza social continental hasta 2012, director de la revista Deslinde. Coordinador de la Recalca. Entrevista realizada em 12/07 e 19/09/2016.

assim a execução de políticas autodeterminantes que decidem sobre as formas de organização e uso do território e de seus recursos naturais.

Os efeitos negativos do NAFTA no México colocou em alerta todos os países sul-americanos a respeito do livre comércio. A declaração final do Fórum, no qual foi criada a Recalca, recomendou “una agenda imediata que [...] inclui a formação de una organización estable, amplia, incluyente y democrática que dirija este proceso”. As organizações sociais, ao identificar nos TLCs a retomada da hegemonia política e comercial dos EE.UU sobre o continente latino-americano e informadas de que setores empresariais não apoiavam os TLCs perceberam que poderiam se organizar e bloquear a tramitação da ALCA. “Na Colômbia não havia rede social e então foi um processo muito dificultoso a criação da Recalca” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia). Neste caso, a pouca experiência de organizações identitárias ou com projetos específicos de trabalhar em conjunto se coloca como um entrave a ser superado não por uma forma organizacional, mas por uma tomada de consciência coletiva sobre uma questão maior que as idiosincrasias individuais ou das organizações.

A percepção, por parte das organizações sociais e a possibilidade de alianças com setores produtivos, abriu uma janela de oportunidade política para a criação da Recalca e para que outras organizações a ela se incorporassem. A adesão de setores produtivos importantes a Recalca ocorreu de forma progressiva à medida que as negociações do TLC Colômbia-EE.UU foram se aprofundando e ia ficando mais evidente os prejuízos socioeconômicos que os diversos ramos da economia iam sofrer. A Federación Nacional de los Ganaderos (FEDEGAN), a Asociación Nacional por la Salvación Agropecuária, a Sociedade de Agricultores da Colômbia (SAC), Federación Nacional de Avicultores (FENAVI), a Asociación Nacional de los Laboratórios Farmaceuticos Nacionales (ASINFAR), a Federación Colombiana de Educadores (FECODE), as Centrales Obreras (CUT, CGTD, CTC), Universidades, a Confederación de Pensionados de Colombia (CPC), a ASOPARTES, a Federación Nacional de Cultivadores de Palma de Aceite (FEDEPALMA), a IFARMA, a ACOLFA (auto-partes), a Asociación de los Pequeños e Medianos Empresarios (PYMES), ANDIARIOS, SAYCO, ASOMEDIOS, UCEP, Coalición Colombiana por la Diversidad Cultural, entre outras organizações sociais influentes, juntaram-se à luta contra o TLC e engrossaram as marchas promovidas pela Recalca e outras organizações

parceiras (RECALCA, 2006, p. 41-42). Essas adesões foram atribuindo densidade social e política ao movimento contra a ALCA e aos TLCs, porém não impediu que o governo Uribe firmasse o TLC com os EE.UU.

A pesar da retórica governamental sobre a preservação da unidade latino-americana, a Comunidade Andina de Nações ficou gravemente fraturada e para fechar às negociações a Colômbia teve que passar por cima da normatividade andina e desacatar um pronunciamento recente do Tribunal Andino de Justiça sobre propriedade intelectual. Para completar o cenário de arbitrariedades, também, desacatou a declaração do Tribunal Administrativo de Cundinamarca que proibia subscrever o tratado (RECALCA, 2006, p.196).

#### **4.2. Fundação, contexto e missão**

A Recalca foi criada em 2003 com a finalidade de disseminar junto à sociedade os efeitos negativos provocados pelos tratados de livre comércio e denunciar a postura subalterna que o governo tem tido diante dos EE.UU diretos interessados na exploração das riquezas do país. A Red, atual coordenadora da Aliança Social Continental, é composta de 27 organizações da sociedade civil e o objetivo é criar espaços de análises e elaboração de alternativas para defender o bem-estar da população.

A Recalca é uma organização não-governamental, política e progressista, que busca alertar a “sociedade colombiana e ao Parlamento” no sentido de monitorar, discutir as propostas do governo e adotar posições de acordo com os interesses nacionais. A rede colombiana se esforça para educar, divulgar e mobilizar as forças vivas da sociedade no sentido de alertar sobre o perigo que representa a incorporação da Colômbia a estes tratados e, para isso, mantém vínculos com redes e organizações locais, intelectuais, centros de pesquisa e investigação.

A Recalca, desde sua criação, se colocou em oposição ao governo neoliberal colombiano, que aceitou todas as exigências norte-americanas, depois de dois anos de negociação do tratado de livre comércio.

O governo foi a todo tempo antagônico, foi contrario a Recalca, foi muito crítico não em uma perspectiva sã, mas de desqualificação. (...). Então se dizia que as organizações tinham vínculos com os grupos armados, que tinham interesses não claros com os TLCs, que

eram antipatriotas, em contrario ao interesse nacional (ANGÉLICA CHAPARRO<sup>57</sup>, Colômbia).

O relacionamento com o governo durante o processo de negociação do TLC foi tenso, pois o Executivo, além de criminalizar as instituições que lhe eram contrárias, defendia de forma homogênea a consolidação do TLC e jogava na esperança de ter um “tratamento especial” devido ao seu “caráter de aliado estratégico de Washington” (RECALCA, 2006). “Como não estávamos em uma etapa de implementação e sim de negociação, que era muito simples: EE.UU defendia que se firmasse e o governo colombiano firmava. Não havia margem de negociação” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

Como um dos objetivos da Recalca é denunciar os efeitos negativos da abertura do mercado interno colombiano em favor dos Estados Unidos, todas as publicações tem um caráter crítico e são documentalmente embasadas. Dessa forma, o governo para legitimar a sua posição inflexível a favor do TLC teve que procurar os setores produtivos mais dependentes dos recursos do Estado.

A negociação do TLC era entre os setores nacionais – teria que negociar internamente, teria que por de acordo com os grêmios e a sociedade. Mas, o governo demorou três ou quatro anos negociando internamente para convencer ou obrigar aos grêmios econômicos que havia que negociar. O argumento do governo é que os grêmios teriam que se sacrificar tão grandes era as vantagens seriam compensadas no futuro com o êxito do tratado (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

Esta opção política do governo dificultou o acesso às informações sobre os textos do TLC e o principio da transparência foi totalmente violado. O contato da Recalca com as autoridades governamentais praticamente não existiu, os canais de diálogo eram precários e as informações sobre as negociações internacionais eram obtidas por meio de um insistente trabalho de pressão ou de parlamentares aliados, em especial os congressistas do Polo Democrático. A estas dificuldades acrescenta-se uma

---

<sup>57</sup> Periodista y comunicadora social, con énfasis en comunicación institucional, con 14 años de experiencia en el trabajo con organizaciones de Derechos Humanos Civiles, Políticos y Económicos, Sociales y Culturales, DHESC. Tallerista y conferencista sobre libre comercio y derechos de las mujeres, . Experiencia en radio comercial, comunitaria, prensa alternativa. Entrevista realizada em 27/07 e 23/09/2016.

conjuntura de confronto com as guerrilhas, que tem servido como um pretexto para alimentar desconfiança a entre o Estado e a sociedade civil.

Nos oito anos do presidente Uribe nossa posição era vista como uma posição de guerrilheiros. Então, o presidente dizia que os que estavam contra os TLCs dos EE.UU eram guerrilheiros disfarçados de civis. Nossas posições eram estigmatizadas e diziam que somos radicais como os comunistas (LAURA FONSECA, op. cit. Colômbia).

Essas inverdades, veiculadas pela mídia conservadora junto à população menos esclarecida, obrigaram as organizações da Recalca a se voltarem na defesa de suas posições e demonstrar que as notícias propagadas pelo governo não eram confiáveis. O Ministério de Comercio, Indústria e Turismo, por exemplo, no manual “Abc del acuerdo de promocion comercial entre Colombia y Estados Unidos”, explica que o TLC com EE.UU é importante porque “permite a los empresarios colombianos colocar sus productos en condiciones preferenciales permanentes en el mercado más grande del mundo: EE.UU” (MCIT, 2012). O senador Robledo afirmou ao jornal El Espectador, que “El 63% de las nuevas exportaciones son inferiores a US\$10.000. Lo exportado por las empresas nuevas es tan solo el 2% del total de las exportaciones. Lo que dicen, cuatro años después, es para ocultar el fracaso de la política económica” (EL ESPECTADOR, 15 Mayo 2016).

Os movimentos sociais não enfrentam só o Estado, os paramilitares e a direita, mas a sociedade colombiana que possui uma resistência intrínseca contra as entidades sociais. “A sociedade colombiana valoriza muito a tecnocracia, o tecnicismo e o pragmatismo. Assim criticam os movimentos sociais dizendo que não são pragmáticos, que não buscam as soluções possíveis” (TATIANA SAMAY ANDIA REYS, op. cit. Colômbia).

### **4.3. Agenda e principais atividades**

A Recalca possui uma história que marcou a sociedade colombiana por ter, durante anos, interferido criticamente no processo de negociação do TLC com os EE.UU. A incidência ocorreu em todos os temas que estavam incluídos nas cláusulas dos tratados. O leque temático incluía saúde, gênero, educação, cultura, propriedade intelectual, agricultura, segurança alimentar, serviços, entre outros. O movimento das mulheres se mobilizou, produziu conhecimento e entrevistou frente a Corte

Institucional em defesa dos direitos a igualdade, para evitar que esse TLC fosse declarado constitucional.

O Estado colombiano tem subscrito tratados internacionais de direitos humanos das mulheres que obrigam a pensar todas as políticas sob a luz de superar a discriminação, a pobreza, e a violência contra as mulheres. Se a política desenvolver sem essa perspectiva, é inconstitucional. Como nenhum tratado faz referencia a este direito das mulheres, toda política internacional [TLC] é inconstitucional, mas nenhuma Corte vai declarar assim (LAURA FONSECA, op. cit. Colômbia).

As instituições dos pecuaristas cobravam do governo uma reciprocidade nos termos do tratado com os Estados Unidos. Os empresários agrícolas cobravam a garantia de acesso ao mercado dos EE.UU. Os avicultores manifestaram a preocupação com a importação de aves. As indústrias nacionais de produtos farmacêuticos advertiam sobre os perigos para a saúde pública face aos itens do TLC que tratam da propriedade intelectual. A Conferência Episcopal Colômbia manifestou sua preocupação ante a alta dos preços dos remédios enquanto o projeto de lei N° 246/2016, que dispõem sobre os genéricos, apresentado pelo deputado Hernando José Padaui (Partido Cambio Radical), que está em tramitação no Congresso da República. Tal proposição proíbe “la prescripción de medicamentos genéricos dentro de los planes de salud tanto subsidiado, contributivo y especiales vigentes<sup>58</sup>” e obriga todos os hospitais a entregar o medicamento original. A federação dos educadores publica um jornal chamado “El Tiempo”, onde proclama que a educação não é uma mercadoria e convoca os estudantes e a população para participar das atividades contra os TLCs. Apesar dessas manifestações o governo continuou negociando em segredo enquanto milhares de colombianos marchavam pelas ruas. Os negociadores andinos prognosticavam uma negociação rápida, mas as dificuldades foram se acumulando a cada rodada. Estes contratempos também emergiram em outros países – Peru e Equador - que participam das negociações do TLC com os Estados Unidos. As contradições entre os países e no interior deles emergem a cada tema que os EE.UU colocam à mesa.

---

<sup>58</sup> COLPRENSA. Mitos y realidades de los medicamentos genéricos en Colombia. Bogotá, 3 de Junio de 2016. <http://www.eluniversal.com.co/salud/mitos-y-realidades-de-los-medicamentos-genericos-en-colombia-227667>

Enquanto que os chefes da negociação do Peru e Equador se atreveram a manifestar na entrevista de imprensa seu incômodo pela insistência norte-americana em vender roupas velhas e sua falta de resposta em temas como o agrário, biodiversidade e outros, o negociador colombiano aplaudia os avanços em bens industriais (RECALCA, 2006, p.105).

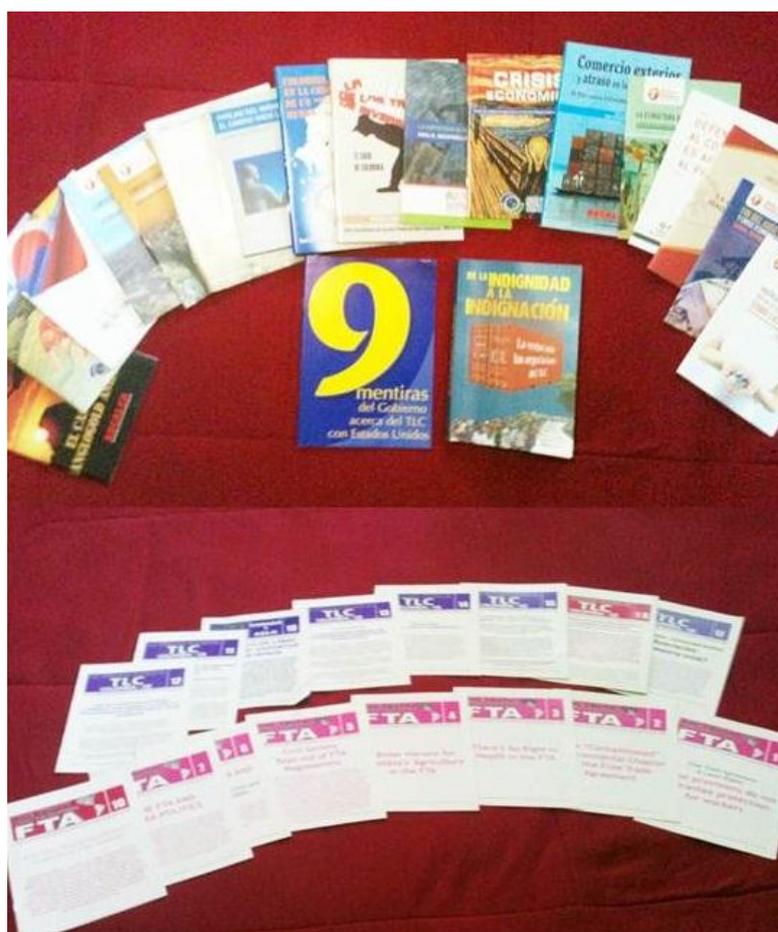
A questão da propriedade intelectual, que vem para proteger as patentes das multinacionais da saúde (ou da doença), ficou tão tensa que o presidente Uribe retirou o chefe da equipe de negociação depois que este entregou uma proposta aos estadunidenses outorgando exclusividade as multinacionais o uso das informações e os dados de prova das patentes por mais de vinte anos. Esta proposta contrariava as posições do Ministério de Proteção Social e rompia o acordo feito com os laboratórios nacionais e os defensores da saúde pública. O governo teve que retirar a proposta colocando a culpa no chefe da delegação oficial e qualificou o equívoco como um erro técnico e de procedimento. Diante dessas manobras desastradas alguns parlamentares que apoiavam a política de Uribe se afastaram diante das críticas da Conferencia Episcopal Colombiana e da declaração dos bispos equatorianos que o povo desconhecia as implicações negativas do TLC.

Um dos maiores impactos na opinião pública e política ocorreu com a consulta indígena promovida por lideranças indígenas no departamento de Cauca. A participação foi maior que a que tinham sido registradas nas eleições de *alcaldes* municipais. A consulta teve observadores nacionais e internacionais, vindos do Equador, Bolívia, Peru, EE.UU e a Christian Aid, uma Ong internacional. “Esta consulta marca en la zona un hito histórico de participación popular” (RECALCA, 2006, p.114). A consulta transbordou as fronteiras regionais e foi para a América Latina um exemplo de como os mecanismos da democracia devem ser utilizados em favor de populações minoritárias.

Foram estas mobilizações de protesto que alimentaram e inspiraram a produção intelectual da Recalca, que se multiplicou e se difundiu entre a população, lideranças sociais, militantes, estudantes, professores e servidores públicos. Os negociadores do governo não tinham nem podiam se desculpar e dizer que desconheciam as ameaças que os tratados de livre comércio traziam em suas cláusulas. O problema é que o governo Uribe, instituído no âmbito de uma cultura de tradição autoritária, nunca se dispôs a ouvir as lideranças sociais colombianas, fossem religiosas ou

laicas, produtoras de bens de consumo ou criadoras de novos ou mantenedores de conhecimentos tradicionais. A crítica constante das organizações de que o governo negociava às costas da população corrobora a tese de que as oportunidades políticas e as ameaças emergem quando o Estado se fecha às demandas da sociedade civil. Neste sentido, a Recalca foi produto de uma conjuntura histórica, mas também de um momento de oportunidade no qual as organizações buscaram canais de participação e não encontraram um interlocutor. Assim, foi imprescindível criar um interlocutor que fizesse o papel de descompressor das demandas acumuladas e as traduzisse por meio de uma agenda política. Essa agenda foi sendo colocada em diversas publicações sejam em folhetos bilíngues seriados (“A Verdade sobre el TLC” e “*The Truth about the Colombian FTA*”) ou em livros avulsos da Recalca.

**Foto 2 - Livros e folhetos publicados pela Recalca**



Fonte: foto Edélcio Vigna

Atualmente, a Recalca está passando por um período de desmobilização e baixo ativismo prático, apesar de manter viva uma página WEB e produzir informes

importantes. A Recalca, como no caso da Rebrip, está em transição de uma função de coordenação para a de tradução. Essa fase transitória do tipo de intermediação (*brokerage*) não altera a importância da Red, apenas explicita sua restrição diante das diversas formas de mediação.

Apesar dos obstáculos, a rede colombiana ainda desenvolve um forte ativismo pouco encontrado em outras redes que se estão em descenso, inclusive na Rebrip. Sua página na Web é bem organizada e apresenta uma diversidade de análises sobre os TLCs em negociação e sobre a situação política sul-americana.

### PrintScan 3 – Página WEB da Recalca

**RECALCA**  
Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio

TLC al desahogo.com

Inicio Quiénes somos? Actualidad Recalca SIA Documentos Educación TLCs Internacional

**Polémica por compromisos laborales derivados del TLC**  
El Tiempo 1 de mayo de 2016 Gobierno define acciones del Plan de Acción

**Informe: 'Tempestad de los TLCs'**  
8% cayeron exportaciones de café colombiano en abril  
Las ventas al exterior ya completan 18 meses a la baja  
Comercio publica documentos sobre negociación TPP  
Perú quiere abandonar la negociación del TPP 'Tempestad de los TLCs'

**8% cayeron exportaciones de café colombiano en abril**  
DataFX 2016-05-06 En abril las exportaciones de café colombiano fueron de 500 mil sacos de 60 kilos, una reducción de 8% frente a...

**Las ventas al exterior ya completan 18 meses a la baja**  
El Tiempo 3 de mayo de 2016 Venta de productos colombianos sumó solo 2.303 millones de dólares, un retroceso de 31 \$ por...

**TLC con Corea y la Convención Nacional**  
25 de septiembre de 2015 A comienzos de septiembre de 2015...

**OBSERVATORIO TLC**  
El Observatorio de los TLC es una iniciativa de Catedraabajo y las centrales sindicales colombianas para hacer una investigación y divulgación sobre los impactos de estos tratados sobre los trabajadores, especialmente sobre los derechos laborales y la...

**VER INFORMES Y BOLETINES**

Síguenos en Twitter

Fonte: Web Recalca. Elaboração: Edélcio Vigna (10/05/2016)

Atualmente, o governo colombiano tem TLCs com os EE.UU, União Europeia, Associação Europeia de Livre Comércio, CAFTA\TLCAN, Peru-EE.UU, Chile-EE.UU,

entre outros. A Recalca tem recorrido para obter informações e divulgar as análises sobre os TLCs aos parlamentares e às relações triangulares com outras organizações e por meio da internet. O número de negociações que as equipes do governo iniciam é muito superior a capacidade de resposta da Recalca, por diversos fatores, isso não significa que as redes não tem uma efetividade em suas críticas e denúncias.

A ASC trazia muitas informações (esboços dos acordos da Alca) e nos inteirávamos das lutas que estavam andando. Também se analisava os documentos oficiais, mas não era uma discussão de opinião pública. Liámos os documentos que se publicavam nos EE.UU e nos sítios WEB, nos ministérios, mas não tínhamos uma fonte oficial direta (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit. Colômbia).

Para organizar os recursos financeiros e materiais, representar, divulgar as agendas, manter as relações com as diversas organizações integrantes, com os demais capítulos nacionais, foi necessário criar uma estrutura física capaz de dar conta dessas operações e normatizar o seu funcionamento. A secretaria da Recalca foi assumida pelo Centro de Estudios del Trabajo (Cedetrabajo) e pelo Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos (ILSA), o que manteve o equilíbrio político e financeiro da entidade. Esta forma de dupla responsabilidade pela Red foi aprovada pelas demais organizações integrantes, provavelmente porque a Cedetrabajo é uma entidade próxima ao Polo Democrático e a ILSA uma entidade de análises socioeconômicas e a junção das duas na coordenação promove um equilíbrio político.

A atuação da Recalca em acompanhar todo processo de negociação do TLC não foi solitária, mas foi acompanhada por manifestações, protestos e marchas da sociedade colombiana que foram se engajando na rejeição do tratado à medida que iam tomando consciência dos prejuízos setoriais que estavam nas entrelinhas das cláusulas escritas por assessores das grandes multinacionais estadunidenses.

A base temática dos TLC Colômbia-Ecuador-Peru-EE.UU se manteve em todas as rodadas: agricultura, inversões de capitais, propriedade intelectual, serviços, entre outras. Na tabela elaborada para uma melhor visualização das dinâmicas das rodadas de negociações pode-se perceber como os setores produtivos, que antes não estavam atentos aos TLCs, vão se envolvendo à medida que as rondas vão se

processando. O número de pessoas, as comunidade étnicas, os jovens, as mulheres e, mesmo algumas organizações multilaterais, seguem num crescendo diante do mutismo do governo Uribe.

**Tabela 2 – Rondas de negociação do TLC Colômbia-EE.UU**

<b>1 Ronda:</b> <b>Cartagena/Colômbia, maio,</b> <b>18-19 de 2004</b>	O TLC foi precedido de uma abertura econômica que preparou as condições necessárias para aplicação do TLC. Mais de 80 mil pessoas marcharam em todo o país contra o tratado.
<b>2 Ronda: Atlanta/EUA,</b> <b>junho 14 a 18 de 2004</b>	50 organizações (Colômbia-Ecuador-Peru) enviaram um comunicado ao Congresso dos EUA rechaçando os critérios do TLC.
<b>3 Ronda: Lima/Peru, 26 a</b> <b>30 de julho de 2004</b>	O prefeito de Bogotá expressou sua preocupação em razão dos efeitos do TLC sobre telefonia, energia, soberania alimentar e acesso a medicamentos genéricos.
<b>4 Ronda: Puerto Rico, 13 a</b> <b>17 de Setembro de 2004</b>	Mais de 20 mil pessoas marcharam pelas ruas de Bogotá protesto contra o TLC e a reeleição de Uribe. Mais de 60 mil indígenas marcharam em Cali. A ronda demonstrou que em cada negociação os EUA pressionavam para reiterar os acordos obtidos na OMC.
<b>5 Ronda:</b> <b>Guayaquil/Ecuador, 25 a</b> <b>29 de outubro de 2004</b>	Na Jornada Continental contra o TLC marcharam mais de um milhão de colombianos. Foi considerada a maior mobilização dos últimos anos. Estudo da OPS alertou contra o risco dos EUA aumentar a proteção aos medicamentos de marca.
<b>6 Ronda: Tucson/EUA, 30</b> <b>a 4 de dezembro, de 2004</b>	Agricultores da Salvação Agropecuária marcharam com reses, cavalos, tratores e fizeram um enterro simbólico da agricultura e da pecuária. O Comando Nacional Unitário declarou que “o livre comércio é incompatível com os direitos trabalhistas”.
<b>7 Ronda:</b> <b>Cartagena/Colômbia, 07 a</b> <b>11 de fevereiro de 2005</b>	A ACOPI chamou de arrogantes os negociadores gringos e qualificou de clandestina a forma como a equipe da Colômbia está negociando o TLC. 15 mil pessoas voltaram a marchar em Cartagena.
<b>8 Ronda:</b> <b>Washington/EUA, 14 a 22</b> <b>de março de 2005</b>	Os indígenas caucanos organizaram uma consulta popular sobre o TLC. Dos 51.330 votos, 98% votaram NÃO e 1,3% votaram SIM.
<b>9 Ronda: Lima/Peru, 18 a</b> <b>22 de abril de 2005</b>	No XII Congresso Regional Indígena participaram 15 mil delegados que rechaçaram o TLC. Setores diversos como o dos artistas, músicos, palmicultores, cerealistas, sojeiros, autopartes e pequenos e médios empresários pediram a saída da Colômbia das próximas rondas.
<b>10 Ronda:</b> <b>Guayaquil/Ecuador, 06 a</b> <b>10 de junho de 2005</b>	Na Consulta Popular de Produtores de Arroz sobre o TLC, participaram 69% dos votantes. 99,6% votaram NÃO pela exclusão do arroz do TLC e pela exclusão dos produtos subsidiados pelo EUA.

<b>11 Ronda: Miami/EUA, 18 a 22 de julho de 2005</b>	A AGROPEMCA realizou uma consulta sobre o TLC. 5.289 associados votaram NÃO e 223 votaram SIM. FENAVI criticou a falta de correspondência entre a generosa oferta da Colômbia e que a mesquinhez estadunidense.
<b>12 Ronda: Cartagena/Colômbia, 13 a 19 de setembro de 2005</b>	A CONALGODÓN alertou que o governo abrisse as portas do mercado à fibra de algodão norte-americana. 15 mil pessoas acompanhadas de congressistas marcharam pelas ruas. Em Cali o estudante Jhonny Silva Aranguren foi assassinado por policiais durante uma marcha.
<b>13 Ronda (min-ronda): Washington/EUA, 14 a 22 de novembro de 2005</b>	ASINFAR e FENALCE declararam que o TLC é uma ameaça para o campo e aos medicamentos. FECODE convocou uma greve nacional. XXXIII Congresso da SAC declarou que as negociações são uma adesão na qual o perdedor é a agricultura colombiana. O Fórum TLC e Saúde e a OPS recomendaram não firmar compromisso sobre propriedade intelectual.
<b>14 Ronda: Washington/EUA, 25 a 03 de fevereiro de 2006</b>	Missão Saúde declarou que a adesão conferirá à Colômbia a vergonha de ser o único dos países do mundo que mais concessões fez as multinacionais farmacêuticas. FEDENGÁN disse que o TLC não é mora nem política defensável.
<b>28 de fevereiro de 2006 Entrega Total (Recalca, 2006:195)</b>	Depois de quase dois anos os EUA e a Colômbia encerraram as negociações. Governo Uribe aceitou todas as exigências norte-americanas. Os EUA poderão exportar seus excedentes, controlar a economia colombiana, explorar a mão de obra barata e apoderar-se de seus recursos naturais – a biodiversidade, a água e seus conhecimentos ancestrais.

Fonte: Recalca. Elaboração: Edélcio Vigna.

Outro dado importante que implica no perfil democrático da Recalca é a forma de descentralizar tarefas para que haja uma dinâmica comum de trabalho sob uma unidade de ação. Neste sentido, é exemplar a iniciativa do Cedetrabajo e de outras centrais sindicais em criar o Observatório TLC, cujo objetivo é produzir boletins e informes que compõem uma série de estudos acerca dos impactos dos TLC sobre os trabalhadores e trabalhadoras.

## PrintScan 4 - Publicações do Observatório TLC – Página Web (10/05/2016)

The screenshot displays the homepage of the Observatorio TLC website. The layout includes a header with the site name and navigation icons. The main content area is divided into several sections:

- Informe 3: Recomendaciones de la OCDE a Colombia: cómo trasladar la crisis a los trabajadores**: Accompanied by an image of workers in a factory.
- Trasnacionales farmacéuticas se apoyan en el TLC para acabar con los medicamentos genéricos de Colombia**: Accompanied by an image of various medicine bottles.
- trabajadores**: A section with a 'Read more' button.
- genéricos de Colombia**: A section with a 'Read more' button.
- Corte Constitucional permite implementar TLC con Corea**: Accompanied by an image of the South Korean flag.
- Los TLC paper's**: Accompanied by an image of a person in a suit holding a tray with papers.

On the right side, there is a 'recientes' section with a list of news items and a 'Nuestro Twitter' section displaying tweets from the organization's account.

Fonte: Web Recalca. Elaboração: Edélcio Vigna

As seções de informes da página Web da Recalca, ao trazer diversos artigos e documentos educativos demonstram a importância dos novos meios de comunicação e informação para o movimento social expressos na literatura sobre o movimento social. O Boletim denominado “TLC al desnudo<sup>59</sup>”, que está em sua vigésima segunda edição (BOLETÍN, N°22/2014).

<sup>59</sup> “TCL al desnudo.com, está conformado por um grupo de empresários, trabalhadores e cidadão em geral, afetados pelos TLC que se tem implementado. A través desta iniciativa brindamos información útil, oportuna e veraz, sobre os impactos que estão gerando os TLC” (tradução nossa). <http://www.recalca.org.co/gobierno-emite-falsos-resultados-comerciales-de-colombia/>

### PrintScan 5 - Publicações digitais da Recalca (18/05/2016)

**Japón y TPP, el desastre de los TLC continúa**

**En 4 años de TLC con EE.UU. el país no ha podido exportar carne de res**

**Cambia la compra a Corea del Sur mercancías que compiten con producción y empleo local**

**Tlc con corea y la conveniencia nacional**

**Arroceros colombianos asumen caída de 33% en precio de su producto**

Fonte: Recalca. Elaboração: Edélcio Vigna

A Recalca, utilizando de uma nova gramática democrática de resistência ao questionar o modelo excludente do Estado neoliberal, a supremacia do poder econômico e a financeirização da vida, questiona a forma de como a democracia colombiana estabelece a representatividade, organiza a governança e exerce a governabilidade no país. A tradição de dois partidos no poder, o Conservador e o Liberal, tem impedido que haja uma representação fora deste espectro ideológico, em que o conservador é conservador e o liberal nem tanto assim. Os blocos partidários ou os partidos minoritários conquistam assentos no Congresso Nacional, mas não em número suficiente para influenciar na correlação de forças parlamentar. Mesmo na oposição o partido Liberal tem votado com o então governo conservador de Álvaro Uribe. Isso ocorreu, por exemplo, na aprovação do TLC.

Quando começaram as discussões no Congresso o Partido Liberal não tinha uma posição crítica frente ao tratado, estão entramos em contato com eles e nos pusemos de acordo. (...). O executivo brigou no Congresso para aprovar o argumento de que o tratado não podia

ser discutido por capítulos, mas que o Congresso devia dizer SIM ou NÃO. Aí, o Partido Liberal nos atraçou uma vez mais e aprovou a proposta do Executivo (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

Para aprovar o TLC e fortalecer sua governabilidade, o Executivo, em diferentes ocasiões, buscou dialogar com a sociedade civil, em especial sobre os pontos não consensuais do tratado, que foram denominados de “*líneas rojas*”. Essas linhas continham pontos que o governo poderia ceder face às reivindicações sociais. O TLC tinha 22 capítulos e em cada um havia “*líneas rojas*” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia). Os capítulos mais debatidos foram os que tratavam das normas trabalhistas, o de propriedade intelectual e ambiental. Mesmo entre as organizações sociais havia diferenças, pois algumas entidades eram próximas ao governo e criticavam apenas o processo e não o mérito. “Então, buscamos uma forma de nos unir com eles para apoiar suas exigências. O governo teve que aceitar algum tipo de interlocução, mas não tomou a sério nenhuma das propostas das organizações” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia). Essa postura governamental adotada em todo o processo de discussão e aprovação do TLC levou inevitavelmente a quebra de confiança entre os demandantes e os demandados, provocando prejuízos para o sistema político da democracia representativa colombiana.

#### **4.4. Composição da rede e Infraestrutura organizacional**

A fim de manter a operacionalidade, a Assembleia Geral da Recalca estabeleceu uma estrutura de coordenação e um corpo de integrantes que compõem um organograma simples, que se mostrou ágil na prática. Segue, em geral, os organogramas dos outros capítulos nacionais da Aliança Social Continental. A Assembleia Geral é a instância máxima de decisão e sua função é definir os grupos de trabalho e estudos, a agenda de atividades, as datas das reuniões ordinárias e as ações nacionais.

O gráfico 10 possibilita uma melhor visualização do organograma da Recalca com as instancias decisórias e as organizações integrantes.

## Gráfico 10 – Organograma da Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio



Fonte: Recalca. Elaboração: Edélcio Vigna

Teoricamente a flexibilidade, agilidade e coordenação horizontal, que tem sido atribuído como características dos novos movimentos sociais promove uma experiência democrática na estrutura de organizações sociais inexistente em outros períodos. A centralidade e a hierarquia foram traços peculiares dos movimentos das décadas de 1950, 1960 e 1970. Nestes períodos, a definição do interesse de classe estabeleceu a diretriz política do movimento, em especial o do operário-camponês. Os novos movimentos sociais romperam com o discurso tradicional das esquerdas, que se centrava na esfera da produção, e sem descartar a dimensão de classe ou a luta pela igualdade socioeconômica, incluíram e enfatizaram a luta por direitos que não levam necessariamente a tomada revolucionária do poder como pregavam as esquerdas latino-americanas (ARCHILA, 2011, p.180). Nestas circunstancias “los movimientos sociales renuevan el ideario de la izquierda en compañía de nuevas fuerzas políticas lejanas del vanguardismo de otras épocas” (ARCHILA, 2011,

p.191). Importante ressaltar que a renovação de agendas, de estratégias de ação, de convocação e de incorporação de dimensões éticas, ambientais, sexuais e ambientais por parte dos NMS significa um avanço na teoria da mobilização social, que vem acrescentar novas formas de resistência ao repertório dos movimentos sociais. Assim, a expressão entre “velhos e novos” movimentos é mais uma divisão metodológica com conotação histórica, em referência a um período datado, do que uma superação conceitual e prática. Importante observar que, apesar de existir uma extensa bibliografia tanto nos países centrais como nos periféricos, autores como Alan Scott (1990), duvidam que os novos movimentos sociais possam ser explicados por uma teoria unitária diante da diversidade de movimentos que esta terminologia abrange. Esse debate que está colocado desde os anos 90 se complexificou com a adoção da terminologia “novíssimos movimentos sociais” por Maria da Glória Gohn.

Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos. Preocupam-se com a formação de seus militantes, pela experiência direta, e não tanto com a formação em escolas, com leituras e estudos de textos (GOHN, 2011, p.338).

Neste cenário de ascensão de movimentos que se renovaram, no qual a formação técnica-política da militância está presente, Archila (2011) tem ressaltado a perda de visibilidade dos movimentos camponeses e a crescente presença dos indígenas, mesmo sendo apenas 3% da população colombiana, devido às lutas que tem travado contra o governo e contra a guerrilha. Suas reivindicações e amplas alianças têm envolvidos setores urbanos e as agendas comportam interesses nacionais, além da luta pela preservação de sua autonomia territorial e cultural, que defendem operando com maestria instrumentos simbólicos que sensibilizam o sentimento de nacionalidade. “Por ello es uno de los actores más dinámicos de las protestas en Colombia” (ARCHILA, 2011, p.196). Outros setores como o movimento estudantil tem se mostrado fértil em inovar a ação social coletiva, os coletivos de GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros) e de mulheres realizam performances e rituais em marchas silenciosas.

A Recalca tem divulgado e registrado essas movimentações sociais, em geral por meio da mídia alternativa, como a Radio Mundo Real que é um projeto de

comunicação alternativa a serviço dos movimentos sociais com um enfoque latino-americano. A Red tem se preocupado com a qualidade das informações e das análises publicadas para manter a credibilidade em seus documentos e visibilidade da organização. A mídia oficial tem concedido pouco espaço às atividades da Recalca. O indicador, elaborado para verificar se a mídia oficial ou alternativa tem registrado as atividades da Recalca, aponta que a Red sofreu e sofre um boicote das empresas de comunicação. Por isso, a Recalca tem que recorrer aos seus próprios comunicados, livros e folhetos e a mídia alternativa, em geral boletins, elaborados por outras organizações, que podem ou não ser integrantes da Red.

A Recalca, para conquistar a respeitabilidade de suas análises, elaborou um Sistema de Informação Alternativo (SIA) que analisa o desempenho comercial e econômico da Colômbia, qualifica as críticas e produz dados que permitam serem acrescentados ao argumento contra os TLCs ratificados ou em processo de negociação. Os indicadores elaborados para a operação do SAI permitem não só levantar dados dos acordos atuais, mas também os efeitos econômicos dos tratados firmados durante a última década de 1990. Outra operação importante que o SIA trabalha é que a análise não se resume a um só TLC, mas ao grupo de tratados comerciais que envolvem a Colômbia, tendo em conta que até os anos de 2003 havia treze acordos em vigência, sendo nove com os EE.UU e a União Europeia, quatro com a Coreia do Sul, Panamá, Costa Rica e Israel e três em negociação (Aliança do Pacífico, Japão e Turquia). Este acompanhamento possibilita uma visão geral do desempenho econômico e comercial da Colômbia.

Estas inovações empregadas pelas organizações coordenadoras da Recalca evidenciam que a preocupação dos seus integrantes vai além do mero aperfeiçoamento da infraestrutura e abrange a qualidade e a maior veracidade possível dos dados apresentados.

#### **4.5. Articulações Recalca**

A Recalca tem uma história de resistência e uma série de propostas concretas que oferece à sociedade como uma pauta contra-hegemônica ao liberalismo e às políticas governamentais. Essa narrativa começa bem antes da sua própria criação quando algumas organizações colombianas, como a ILSA, entram em contato com as redes norte-americanas compostas de ativistas sindicais dos EE.UU, do Canadá e do México, que estavam se organizando para denunciar os efeitos da NAFTA. Em

1993, o movimento social colombiano estava mais preocupado com o neoliberalismo do que com os TLCs e os alertas das redes internacionais não foram suficientes para reunir um grupo de organizações sob uma única plataforma. A percepção de que a ameaça era grave só vai ocorrer depois que se firmou o NFTA e quando houve a reunião de Miami, onde os presidentes começaram a falar dos tratados de livre comércio e lançaram a proposta da ALCA. Em 1998, durante a reunião de Santiago, onde se consolidou a ASC, compareceram algumas organizações colombianas que, após o contato com diversas lideranças sul-americanas, chegaram a um acordo da importância de criar uma instituição aglutinadora que se opusesse aos TLCs (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

Nas primeiras convocatórias dois temas são amplamente debatidos em razão do próprio desnivelamento de informações das diferentes organizações que se reuniam. O primeiro tema se concentrou na dinâmica da mobilização de Seattle, onde os movimentos antiglobalização enfrentaram violenta resistência policial. O segundo, a nova forma de organização adotada pelo Fórum Social Mundial e a forma tradicional, que vem sendo empregada pelo Fórum de São Paulo<sup>60</sup>, para a reunião das esquerdas latino-americanas. Como o objetivo da nova organização era agregar o maior espectro de forças sociais possíveis para criar alianças e formar preferências, foi definido que entre as duas formas a do FSM é que possibilitava ampliar a articulação entre diversos setores produtivos e movimentos sociais.

A ALCA era estrategicamente apresentada pelo governo de Uribe como uma proposta de integração regional, enquanto era interpretada pelos colombianos como uma proposta de hegemonia dos EE.UU e das corporações multilaterais.

A esquerda criou um Comitê de Luta contra a ALCA e como tiveram algum êxito colocaram mais temas como paz e outros que não tinham acordo entre os diferentes setores da esquerda. Nesta situação convocamos uma luta contra a ALCA e pudemos reunir vários setores em um grande fórum e como resultado se criou a Recalca com uma declaração só contra o livre comércio. Os do

---

<sup>60</sup> Foro de São Paulo (FSP) é uma conferência de partidos políticos de esquerda criada em 1990 a partir de um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil, que convidaram outros partidos e organizações da América Latina e do Caribe para discutir alternativas às políticas neoliberais dominantes na região durante a década de 1990 e promover a integração latino-americana no âmbito econômico, político e cultural (<http://forodesaopaulo.org/>).

Comitê a princípio se mantiveram, mas depois desistiram e se incorporaram a Recalca (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

O processo de integração do Comitê de Luta não foi uma decisão internamente fácil, pois as visões de mundo das diversas correntes de esquerda variavam entre o enfrentamento específico, no caso a ALCA, e crença que a tomada do Estado, por via eleitoral, era o único meio de impedir negociações que colocassem em perigo a soberania nacional. Situações de indecisões como esta têm sido destacadas pela teoria das redes sociais ao afirmar que certos compromissos anteriores e redes estabelecidas podem tornar difíceis novos padrões de mobilização (CLEMENS, 2010, p.180). A Recalca ao se apresentar como uma organização que vinha compor um novo campo de ação coletiva transnacional, com tomadas de decisão horizontalizadas, propunha um tipo de relação entre suas partes integrantes como algo relativamente novo, mesmo criticando o discurso de igualdade de condições, que pertence à linguagem da esquerda latino-americana. O que soava como novo para a esquerda tradicional era a tradução do conceito igualdade, cotidianamente utilizada como expressão econômica, em termos não hierárquicos, ou seja, ampliando o significado do vocábulo igualdade. Ao agregar novas forças sociais a Recalca vai se caracterizando como um polo de atração na luta contra a ALCA e reforça seu poder de convocação.

Para além dos obstáculos de ordem política, a Recalca enfrentou a questão da captação de recursos financeiros. Para certos setores da sociologia, que se norteia pela abordagem econômica, a questão dos recursos financeiros são à base do sucesso da ação coordenada. Outros setores, denominados de funcionalistas, buscam demonstrar que a estrutura organizacional é um fator essencial. Terceiros reconhecem que há uma dinâmica totalizante que não permite apontar um só fator para explicar o êxito das mobilizações e ações de uma rede social. O sociólogo Aldon Morris (1981) demonstrou que o movimento “*Sit-in*”, promovido pelos movimentos de estudantes negros independentes na Carolina do Norte, em 1960, e que se propagou por todo Estado, só foi possível devido à existência de apoios significativos, que envolveram recursos materiais e subjetivos. O primeiro é a pré-existência de estruturas sociais que fornecem os recursos e espaços físicos cruciais

para o início e a propagação de ação coletiva<sup>61</sup>. De acordo com Tilly (1978), a ação coletiva é definida, neste caso, como uma ação conjunta por grupos de protesto que se identificam a partir de objetivos comuns. O segundo tipo de apoio se refere à forma como as organizações vão se comportar diante das estratégias e táticas que são adotadas, propagadas e sustentadas<sup>62</sup>. O terceiro requisito é a interação entre o tipo de organizações pré-existentes e o tipo de inovações estratégicas e táticas que podem ser rapidamente adotadas e distribuídas por um grupo de protesto<sup>63</sup>.

O movimento "Sit-in" só foi exitoso porque, além dos requisitos apontados por Morris (1981), havia um efervescente movimento pelos direitos civis nos EE.UU. Em dado momento conjuntural, uma série de contradições emergem e o sistema comportamental político, social e cultural não tem mecanismos suficientes para absorvê-las. Para resolver impasses desse tipo são necessários que sejam renovados os pactos sociais a fim de promover um novo consenso nacional.

A criação da Recalca emerge em um destes momentos críticos em que se abrem novas oportunidades políticas em razão da negociação da ALCA e dos TLCs, que ameaçam a soberania nacional e a sobrevivência dos setores menos capitalizados. Pode-se inferir que o conceito de oportunidade política, adotada pelas teorias da mobilização de recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais, que sustentam que as mobilizações de protesto, as alianças sociopolíticas e o ativismo social são condições importantes para que se forje um ator coletivo politicamente solidário sustentado por uma identidade coletiva, por um novo campo de ação coletiva, que tem como base um projeto sociopolítico-cultural emancipatório.

O que moveu as organizações sociais a criarem a Recalca não foi somente uma reação diante da ameaça da ALCA, mas a existência de um sentimento de solidariedade comum diante de uma possibilidade de enfrentar coletivamente e com êxito as políticas e o discurso único do Estado neoliberal. A essa força inicial soma-se uma atitude racional-emocional, que motivou as organizações a questionar as

---

<sup>61</sup> "Esta proposição é central para a teoria da mobilização de recursos e recebeu um apoio considerável de uma série de estudos empíricos" (Morris, 1981:746, tradução nossa).

<sup>62</sup> "Um centro de movimento local tem duas propriedades principais. Primeiro, inclui todas as organizações de protesto e líderes de uma comunidade específica que estão ativamente engajados na organização e produção de ações coletivas. (...). Em segundo lugar, um centro de movimento local contém uma unidade que coordena as atividades de protesto dentro do movimento local e entre o centro local e outras instituições da comunidade maior" (Morris, 1981: 746, tradução nossa).

<sup>63</sup> "Esta proposição aborda a questão de por que um grupo de protesto adota uma inovação tática particular em vez de outra" (Morris, 1981: 746, tradução nossa).

políticas públicas seletivas do governo Uribe, que concentraram renda e poder em alguns setores da elite colombiana e favoreceram as elites internacionais, representadas pelas multinacionais e pelos acionistas de fundos rentistas em detrimento dos setores empobrecidos da sociedade nacional. A postura política da Recalca, estabelecida na Declaração do Fórum “ALCA y TLC”, como “dar prioridad en sus relaciones comerciales a la Comunidad Andina y al Mercosur, y diversificar sus relaciones comerciales fomentando las relaciones con Europa y Asia”, antecipa a construção de uma ação estratégica em dupla escala, que leva a Rede colombiana a incidir no campo nacional e internacional, ao demandar por uma democracia participativa em nível nacional e regional<sup>64</sup>. Ao atuar em dupla escala, pressionando o então governo Uribe contra a aprovação do TLC, divulgando e distribuindo nos fóruns internacionais as cartilhas e folhetos bilíngues, a Recalca reforçou sua presença no cenário nacional e supranacional.

A Recalca e os demais capítulos da ASC representam os novos atores no espaço regional-global. O termo “novos atores” pode se restringir ou expandir a ponto de ser reduzido ao senso comum ou a desconstrução de um conceito em construção. Boaventura estimula o debate ao perguntar se o Estado não é o “novíssimo movimento social do século XXI” (PRECIADO, 2014, p.29). O debate sobre o papel emancipador do Estado ganhou evidência na literatura depois da criação de modelos como o “Vivir bien”, pelo governo boliviano, e “Buen Vivir/Sumak Kawsay”, como um princípio constitucional do Equador. James Jasper pontua que o “Estado es tanto un escenario como un actor” (JASPER, 2012, p.37).

O Estado colombiano, de acordo com os pronunciamentos da Recalca, não é um ator de mudança uma vez que governa com um restrito setor da sociedade e seus confrontos com a sociedade civil democrática não resultam em políticas e processos libertários. Pelo contrário, têm recrudescido as perseguições, as prisões e mantido impune os crimes cometidos pelos paramilitares e pelo corpo oficial de militares. Segundo relatos das lideranças, a criação da Recalca aconteceu no pior momento de repressão política dos governos de Uribe.

---

<sup>64</sup> “A partir de uma análise do funcionamento da Aliança Social Continental (ASC), argumenta-se que não é possível pensar em coalizões comerciais em termos de uma separação rígida entre o nível doméstico e o nível internacional” (Von Bülow, 2009:26).

Existia uma espionagem tremenda contra as organizações sociais, permanentes sinais do governo e da imprensa tentando criminalizar muitos diretores sociais. Não fez uma proibição explícita da Recalca, mas a perseguição de todo movimento social no período foi ao máximo e se tentou criminalizar senadores e muitas pessoas foram estigmatizadas, grampeadas, com objetivo, inclusive, de matar as pessoas (...). A mobilização indígena (La Minga), em 2008, foi contida à bala, foram repressões muito fortes e também uma ofensiva legislativa do governo que estava assinando os TLCs e aproveitando dessa repressão contra a população para aprovar leis que eram pré-requisitos para que os TLCs entrassem em vigência (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

A Recalca tem lutado contra o Executivo, a retórica do Partido Liberal e do Conservador, as manobras das mesas diretivas e as sentenças da Corte Constitucional, em que as organizações se esforçam para alcançar alguns poucos ganhos. A reivindicação mais elementar, que era conhecer como inconstitucional os termos dos TLCs, era negada aos movimentos sociais e o discurso da transparência não passava de adorno no discurso do governo de Uribe.

Os setores governamentais produziam dados, faziam levantamentos, pesquisas, mas nada era divulgado para a sociedade colombiana, pois contradiziam as afirmações altruístas sobre os efeitos sobre os TLCs. Há uma entrevista que retrata com singular competência uma destas situações, quando uma Diretora de um órgão do governo, que trata de questões de gênero, mostrou às representantes do movimento feminista os dados sobre as cláusulas dos TLCs que afetavam os direitos das mulheres. Indignadas as ativistas questionaram:

As informações foram produzidas pelo governo, mas onde estavam estas cifras durante a negociação dos tratados? O Estado produz as cifras e não as usam? Agora são apresentadas pelo governo como grande avanço na política para as mulheres? Que papel jogou as cifras desagregadas na negociação dos TLCs? Para o movimento das mulheres, que se mobilizaram e produziram conhecimento e incidência, foi frustrante (...). Fizemos uma intervenção junto a Corte Institucional, falando dos direitos a igualdade, para evitar que esse TLC fosse declarado constitucional. E esses dados nunca foram

mencionados, e são agora apresentados por uma Diretora Conselheira do Governo que jamais apareceu em uma negociação (LAURA FONSECA, op. cit. Colômbia).

Eram atitudes fraudulentas, como estas do governo Uribe, que acabavam por consolidar as alianças entre as organizações integrantes da Recalca. A indignação, quando afronta a indignidade, torna-se um poderoso cimento entre os atores sociais, impulsionando-os ao extremo dos atos, como o do pequeno trabalhador rural coreano Lee Kyung-Hae, que se imolou em Cancun como sinal de protesto acenando um cartaz “OMC assassina agricultores!”. Assim como a morte do estudante brasileiro Edson Luís pelas forças militares da ditadura mobilizou o país, o assassinato do estudante Jhonny Arangueren mobilizou a Colômbia. Uma minga, em Tolima, colocou milhares de indígenas em marcha, houve debates nas Universidades de Antioquia e Nacional, organizações sociais apresentaram ações populares junto aos tribunais, parlamentares colombianos e andinos firmaram uma Declaração, entre outras manifestações contra a violência da milícia (RECALCA, 2006, p.98-99). O presidente Uribe ficou calado tal como as urnas no momento em que pleiteou a reeleição em 2007.

#### **4.6. Recalca, o Estado Colombiano e os TLCs**

A Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio tem enfrentado a oposição dos governos conservadores e liberais que tem negociado os interesses dos setores produtivos e populares em favor dos interesses das transnacionais estadunidense, canadenses, europeias e chinesas, sem qualquer consulta ou debate com os setores afetados de forma negativa. Essa forma restritiva e autoritária com que os governos procedem diante do movimento social, fica evidente diante das negativas aos pedidos de participação junto aos debates oficiais, pela transparência e acesso aos textos dos TLCs.

A Recalca tem desenvolvido suas atividades junto a UNASUL e a CAN, mas o tema da integração regional não era prioritário diante da urgência de ampliar o debate sobre os TLCs. A posição da Recalca, que se apresenta nas entrevistas, é bastante cética em relação ao cenário internacional, pois há desconfiança em relação aos países que mantêm um discurso em favor da integração regional, colocam-se como esquerda ou progressista, e negociam ou firmam tratados bilaterais de inversão de capitais com os EE.UU. “A questão não é a integração, mas a integração que

queremos” (Laura, Colômbia). O diretor do Cedetrabajo, Enrique Daza (Colômbia), confirma que a integração regional foi “um fenômeno posterior, essa discussão na América Latina e em Colômbia só sucedeu depois da derrota da ALCA. Na primeira etapa não se discutia problemas da integração”.

Esperava-se que a Colômbia, por fazer parte da Comunidade dos Países Andinos, tivesse um relacionamento com os outros membros da CAN e contribuísse para o fortalecimento da Comunidade, mas as informações mostram um país fechado para o exterior, com exceção dos EE.UU.

A Colômbia é um país ensimesmado, com pouca capacidade de exteriorizar seu pensamento. Sempre pensamos que o problema econômico era nosso, nosso trabalho, nossa exportação, mas não ligava ao modelo global. A Recalca, ao conseguir que as organizações e movimentos sociais entendessem que o problema do país está relacionado ao modelo econômico global amplia o espectro de pensamento das organizações de que o que passa em Colômbia, passa no mundo (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit. Colômbia).

A Rede tem um ponto de vista crítico quanto ao papel da CAN no cenário regional e a sua possibilidade de promover a integração andina, como acontece, com limitações, com o MERCOSUL. Era previsível para analistas mais aguçados<sup>65</sup> que em um cenário de negociação crescente de TLCs e conflitos, a CAN poderia se desagregar em vez de se fortalecer. Nesta perspectiva, há uma possibilidade da Recalca se firmar como uma organização de resistência anti-hegemônica.

À medida que a CAN foi se enfraquecendo as organizações foram percebendo que no âmbito institucional cada vez menos era possível à integração dos países andinos e que organizações como a Recalca eram núcleos que permitiam resistir (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

Frente à perda de poder de influencia da CAN sobre as negociações dos TLCs, os Estados Partes mais importantes buscaram migrar para o MERCOSUL ou não buscar mais a mediação da Comunidade Andina para resolução de suas questões.

---

<sup>65</sup> “Uribe Vélez não teve dúvidas em apoiar Bush na aventureira guerra contra o Iraque. (...). Isto nos deixa bastante isolados no concerto latino-americano, conforme ocorre atualmente na ameaça da Venezuela – nosso segundo sócio comercial – de retirar-se da já debilitada Comunidade Andina de Nações (CAN), à qual a Colômbia não prestou muita atenção ao voltar seus olhos para a “estrela polar” (Archila, 2007:117).

A Venezuela e a Bolívia praticamente já se desligaram da CAN, ficaram apenas a Colômbia e o Peru.

A CAN não se tornou um processo atrativo, mas ao contrário um processo de decadência, de decomposição. A Recalca defende a CAN propondo que se restaure e que se recoloque, mas com a aprovação do TLC-EE.UU a CAN perdeu força como um polo de atração para os governos (ENRIQUE DAZA, Colômbia).

As crises entre os países integrantes da CAN provocaram um debilitamento político, que prejudica a execução do objetivo da Comunidade de ser um mediador entre os Estados Partes e promover a integração regional. Neste cenário de crise comercial e institucional, a Recalca centra seus recursos na análise crítica dos TLCs que estão sendo negociados pela Colômbia. Assim, a Rede vai perdendo a força de atuação em dupla escala ao restringir seu campo de atuação, devido à desmobilização após a aprovação do TLC-EE.UU, e se volta ao seu objetivo principal que é denunciar os efeitos negativos dos TLCs que estão em vigor na América Latina.

A visível desintegração da CAN, devido o afastamento de seus principais países integrantes, leva a Colômbia a se “associar a UNASUL, mas nunca apostou suas fichas na região, pois sua preocupação tem sido sempre com os EE.UU e, logo, com a União Europeia” (TATIANA SAMAY ANDIA REYS, op. cit. Colômbia).

A UNASUL é vista pela sociedade civil colombiana de duas maneiras: uma de forma utilitária, ou seja, como um espaço contra-hegemônico aos Estados Unidos; e outra como uma instituição defensora do princípio dos direitos humanos com participação social<sup>66</sup>. Porém, “Os governos de esquerdas criaram mecanismos próprios de participação e fomentaram uma discussão dentro da instituição sobre a sociedade civil como um ponto menor” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia). A Recalca se esforçou para atuar junto a UNASUL, em especial na implementação do Banco do Sul, mas perceberam que os governos fazem cálculos de conveniência e que não vão investir, de fato, para a construção do Banco do Sul. Esta percepção negativa das lideranças sociais colombianas estendeu-se aos blocos regionais, CAN,

---

<sup>66</sup> “As organizações sociais veem na UNASUR uma possibilidade de criar um espaço autónomo, com participação da sociedade e que sirva para afrontar os problemas reais de nossos povos. (...). As organizações sociais e os movimentos populares sul-americanos demandamos um espaço real de decisão no desenho e implementação da UNASUR”. (Alianza Social Continental, UNASUR debe servir para fortalecer integración de Suramérica 29/05/2008. (tradução nossa). [www.alainet.org/es/active/24382](http://www.alainet.org/es/active/24382)

MERCOSUL e ALBA. “Então nos demos conta que os governos progressistas também raciocinavam em termos de conveniências de Estado e não iam fazer a integração” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

A Recalca, mesmo sofrendo as resistências apontadas, apoiou a criação de mecanismos de participação quando a Bolívia foi secretaria da UNASUL. Nas Cúpulas da UNASUL, houve uma participação significativa da sociedade civil e houve um diálogo entre as organizações sociais, a UNASUL, o Chile e o Equador. Essas experiências positivas mantiveram-se enquanto a Bolívia foi responsável pela secretaria da UNASUL, pois os secretariados seguintes perderam todo interesse pela participação social, “em parte por desacordos ideológicos e a decisão que tomaram era que a sociedade civil na UNASUL era aquela que cada governo decidisse que era sociedade civil e cada governo chegava às reuniões com suas próprias sociedades civis” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

A crise da CAN não aconteceu apenas pelas dissidências e opções políticas dos países andinos, mas também pela estratégia dos EE.UU de assediar os governos propondo negociações de tratados bilaterais. A intenção do governo americano em debilitar os blocos organizados no Sul e Centro-América decorria da vitória eleitoral dos candidatos de esquerda, que apresentavam restrições em formatar as propostas de TLCs e da ALCA.

Quando as negociações da ALCA foram interrompidas, os Estados Unidos perceberam que a possibilidade de criar um espaço continental de livre comércio, que corresponderia aos seus interesses tinha sido bloqueado. Então, os EE.UU colocou em jogo o plano alternativo e se concentrou em duas vertentes: estimular e pressionar para a aprovação dos TLCs bilaterais ou plurilaterais; e organizar uma nova proposta de integração continental sob sua orientação hegemônica. A primeira parte do plano foi concretizada e diversos TLCs foram firmados; a segunda está em desenvolvimento com a proposta de criação da Aliança do Pacífico (AP<sup>67</sup>).

A relação entre Recalca e governo colombiano tencionou-se ainda mais quando o Estado ratificou o Acordo Marco da Aliança do Pacífico. Esse Acordo foi publicamente denunciado pela Recalca, em 2014, no documento denominado “La

---

<sup>67</sup> “Com um mercado de uns 217 milhões de pessoas, com um PIB per capita promédio de 9,910 dólares (...), a Aliança do Pacífico é ideal para incentivar negócios conjuntos, brinda oportunidades para a inversão estrangeira e está aberta a novos empreendimentos e inovação em diversas áreas”. (tradução nossa). Acessar: <https://alianzapacifico.net/#negocios-e-inversion>

Alianza del Pacífico: otro TLC mal camuflado”, no qual faz um alerta à sociedade colombiana:

Na realidade a Aliança é um TLC, para pertencer a ela tem que ter TLC com Estados Unidos, a União Europeia [...]. Os temas que se negociam são os que se incluem todos os TLC e que se incluíram na fracassada Área de Libre Comercio das Américas, ALCA [...]. Não é uma proposta de integração regional nem latino-americana. É um elo na liberalização comercial mundial patrocinada pela OMC [...]. (RECALCA<sup>68</sup>, tradução nossa).

O acordo foi declarado inexecutável pela Corte Constitucional Colombiana e duramente criticado por alguns parlamentares e partidos políticos. É importante ressaltar a aproximação entre os partidos políticos e a Recalca, em especial com o Polo Democrático, que se opôs à aprovação da AP, afirmando que “este tratado se hará sobre la sangre de los afros e indígenas de esa región, sobre la base de los niños que mueren de hambre y desnutrición” (COLPRENSA, 2014). O partido Centro Democrático exigiu explicações sobre os compromissos da AP com o setor agropecuário e as possíveis consequências negativas sobre a produção agrícola. Os documentos da Recalca confirmam que a aprovação do Acordo da Aliança do Pacífico eliminou unilateralmente os instrumentos da CAN, que protegiam os produtos colombianos e que se encontram agora desprotegidos. Os mecanismos de política agrícola, como o Sistema Andino de Franjas de Preços, foram desarticulados e, como o Tratado é plurilateral, o Estado colombiano não pode nem contar com os instrumentos de salvaguarda, nem com o direito antidumping consagrados na OMC. A opção do governo de se incorporar à Aliança do Pacífico é traduzida pela Recalca como uma ação política que prejudica à economia colombiana e à relação comercial com os países vizinhos, bem como é um obstáculo ao processo de integração regional via UNASUL.

As mobilizações coletivas massivas promovidas pela Recalca (e pela Rebrip) tinham como objetivo evitar que a hegemonia norte-americana se tornasse uma hegemonia impositiva de política econômica. O lema da ASC “Descarrilhar a ALCA” não significou apenas o enfrentamento a uma questão econômica, mas simbolizou uma

---

<sup>68</sup> Ver: <http://www.recalca.org.co/la-alianza-del-pacifico-otro-tlc-mal-camuflado/> (Acessado em 18/08/2015).

postura política e cultural de setores democráticos sul-americanos, que se aliaram com setores empresariais progressistas.

A Recalca, como ator coletivo e secretaria executiva da ASC, representa o movimento social sul-americano, que expressa uma coalizão continental, que atua como novo sujeito no cenário contemporâneo com objetivo de estimular as organizações sociais a participar do governo e a das instituições de integração regional, com intenção de contribuir com a construção de uma cidadania latino-americana participativa.

Porém, as redes já não existem enquanto um coletivo que se reúne periodicamente para dialogar e decidir suas atividades. A desarticulação da Recalca começou depois da última rodada de negociações do TLC na Conferencia de Cartagena (2005). As seguintes rodadas foram realizadas em Washington a fim de restringir os movimentos de protestos. Estas reuniões coincidiram com o processo eleitoral na Colômbia, que provocou na Recalca discussões internas em virtude das candidaturas presidenciais.

A Rede, sediada na Cedetrabajo, está operando com vários grupos de estudo, como o “TLC em desnudo”, o “Justiça Tributaria”, mas é um coletivo distante daquele que foi nos anos de ativa militância. A Recalca é um símbolo de resistência e, por isso, ainda mantém uma vigilância sobre os efeitos os TLCs e os difunde na página WEB. A advogada e militante Laura Fonseca (Colômbia), disse que a “Recalca se converteu em uma consciência e aí vai se depositando a memória histórica como um testemunho do que vai se passando. As lutas são outras”.

## **CAPÍTULO 5 - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Trabalhar uma temática onde os atores principais pouco se dialogam representa um desafio para qualquer pesquisador. A história social no Brasil e na Colômbia se entrecruza e se distancia a todo o momento tecendo um cenário onde a comparação se explicita no detalhe e não no geral. Por isso, o estudo comparativo, nestas condições, é uma busca de variantes que possam permitir a comparabilidade. As ciências sociais da Colômbia são uma ciência da exceção, pois há poucos campos epistemológicos, com exceção o da violência, que possam ser devidamente comparados a dos outros países.

Ao abordar o campo teórico dos movimentos sociais, o observador se encontra em um país onde o Estado não permitiu que a sociedade civil participasse da organização da estrutura estatal e construísse, em conjunto, as políticas sociais públicas. Diferente do Brasil onde a história da política pública de saúde, por exemplo, é uma história dos movimentos sociais. Na Colômbia, a desconfiança e a criminalização tornou o Estado inimigo dos movimentos sociais e de qualquer organização que tenha propostas alternativas às que o governo esteja executando. Não há, em resumo, um círculo dialógico virtuoso entre o Estado e os movimentos sociais.

Em virtude das condições expostas, que se afirmaram no processo de elaboração desse trabalho, o desenvolvimento da Rebrip e da Recalca pode ser estudada considerando os pressupostos existentes no âmbito da teoria dos movimentos sociais e das redes locais e internacionais, construídos por Sidney Tarrow, Doug McAdam, Charles Tilly, James Jasper, Maria da Gloria Gohn, Ilse Scherer-Warren, Marisa Von Bülow, Mauricio Archila, entre outros, que operam dentro da Teoria de Mobilização de Recursos, do Processo Político, do Culturalismo e a dos Novos Movimentos Sociais.

O pressuposto da oportunidade política e ameaças, elaboradas e testadas exaustivamente pelo McTeam, foram importantes para esclarecer alguns fatores que influenciaram a criação e o desenvolvimento de ambas as redes nacionais. O pesquisador, porém, não pode desconsiderar as críticas dos autores culturalistas, como Jasper, de que as teorias elaboradas pelo McTeam não deram a devida atenção aos fatores subjetivos, tal como as emoções, que impulsionam o êxito ou o

fracasso de uma organização social. Em situações desse porte teórico não é aconselhável apenas incorporar as críticas, pois elas alteram os pressupostos preliminares. Assim, é necessário dar as críticas uma dimensão correspondente aos que os pressupostos originais tiveram dentro das estruturas explicativas. Ou seja, a importância dada aos recursos financeiros e de infraestrutura, às alianças sociopolíticas, à preexistência de organizações parceiras, à dissidência das elites, às eleições, entre outras, não podem desconsiderar aos fatores subjetivos, aos humores que ambientam a situação conjuntural. Esses cuidados foram cultivados nesta tese para uma melhor exposição teórica do trabalho.

A recuperação da história das redes, a postura política dos ativistas, os setores sociais envolvidos e a percepção dos sujeitos participantes do processo de construção e desenvolvimento da Recalca possibilitou a aplicação de uma abordagem interdisciplinar. Ao conceber como categoria relevante a ação em dupla escala, que aciona os dois níveis da estrutura de governança nacional e regional realimentando o objetivo comum, permitiu verificar com a Rebrip e a Recalca, enquanto unidades de ação, utilizaram os mais diversos instrumentos, que compõem o repertório das mobilizações sociais – das grandes marchas ao efeito bumerangue.

Levando em conta a importância dos atores envolvidos na construção das redes adotou-se a metodologia de ouvi-los criticamente e de lhes dar voz. A conjuntura e os recursos materiais e imateriais falam, assim como as teorias explicam. Mas, para esta tese o importante era ouvir as lideranças sociais que impulsionaram a criação das redes sociais, por isso elas falam muito neste texto. Não há percepção melhor do que as dos sujeitos ativamente envolvidos nos processos, desde que essa percepção passe por crivo crítico. Nenhum analista pode falar ou sentir por esses atores. Neste sentido a minha formação histórica foi muito importante, pois o que propunha aos entrevistados era não uma volta ao passado – coisa que a História está superando -, mas a percepção do ativista que foram e continuam sendo.

Por isso, não foram realizadas dezenas de entrevistas nem lido centenas de documentos das duas redes; foram ouvidos apenas os atores político-militantes considerados necessários e lidos somente os documentos que foram recomendados pelos entrevistados/as. Isso não significa que conduziram os resultados da pesquisa no sentido de comprovar as suas narrativas, pois a análise comparativa das entrevistas é verificada pela confrontação das informações obtidas. Não se compara

apenas uma rede com outra ou um país com outro, mas se confronta também as percepções dos entrevistados. Desse modo, não é o volume de informação que produz uma boa argumentação, mas a qualidade delas, a fonte original e os dados primários, que são traduzidos pelos próprios atores da ação.

Foi importante, durante o percurso da descrição do processo de ambas as redes, relacionar as diferenças e as similitudes entre os países e os impactos que essas características têm sobre a organização da sociedade civil. Esse exercício de comparação constante permitiu um olhar crítico sobre o Brasil e a Colômbia, sem que precisasse criar itens específicos e, somente depois, relacioná-los. Este procedimento metodológico integra melhor as informações e facilita à narrativa.

## **5.2. O problema central, os pressupostos teóricos e empíricos.**

Ao levantar o objetivo da tese - verificar a partir da percepção dos atores sociais se a atuação em dupla escala potencializa a capacidade das redes transnacionais de influenciarem a construção dos modelos de integração e de negociação dos tratados de livre comércio – foi necessário reelaborar uma questão central que acrescenta a demanda por participação no espaço nacional e internacional. A busca por elementos que permitissem comprovar que a atuação em dupla escala tinha tido efeitos na criação e nas demandas das redes não facilita a pesquisa, pois os dados se apresentaram esparsos, pouco explicitados e para identificá-los era necessário ler nas entrelinhas das entrevistas e dos documentos.

A fim de esclarecer os rumos da pesquisa formulei duas perguntas: uma analítica e outra empírica. A pergunta analítica se reporta a categoria de estrutura de oportunidades e ameaças e como estas oportunidades contribuem para o processo de construção de novas formas organizativas da sociedade civil. Ou seja, busca comprovar se a teoria das redes de movimentos sociais pode conduzir a pesquisa a um resultado lógico em relação à criação da Rebrip e da Recalca. A pergunta empírica trata da percepção do impacto da atuação em dupla escala sobre os modelos e os processos de integração.

A resposta à primeira pergunta confirmou a teoria de McAdam Tarrow e Tilly, que a criação de novas formas de organização social ocorre quando há um desequilíbrio na conjuntura sociopolítica ou ameaças que podem resultar de processos internos ou externos, assim como podem ser construídas pelas forças sociais. Nas entrevistas

fica evidente que a construção das redes foi favorecida pela ameaça dos TLCs e da ALCA.

Como o Brasil integra o MERCOSUL, as negociações com outros blocos ou países são realizadas de forma multilateral e não há a ameaça dos TLCs, mas sim a da ALCA. Uma similaridade que facilitou a construção da Rebrip e da Recalca decorreu da preexistência de organizações que se alinharam sob o mesmo objetivo e aumentaram as expectativas de êxito. Havia também uma postura governamental diante da sociedade civil: no caso brasileiro o governo facilitou a participação em diversas esferas governamentais; no caso colombiano, deu-se o contrário devido ao fechamento dos canais de diálogo em razão do ambiente conflituoso existente entre o governo e a sociedade civil.

A pergunta empírica que trata da percepção do impacto da atuação em dupla escala sobre os modelos e os processos de integração deve ser respondida em duas partes. A primeira é que os atores entrevistados reconheceram que o trabalho em dupla escala fortaleceu a pressão nacional. Reconheceram igualmente que a participação junto a ASC e nas Cúpulas dos Povos contribuiu para uma maior informação sobre as ameaças contidas nos processos de integração regional, que ocorriam em nível continental. Ou seja, os bloqueios e as perseguições às lideranças sociais não eram exclusividades apenas de um país, mas aconteciam em diversos países latino-americanos. A segunda parte da resposta tem dupla perspectiva: a Rebrip, depois da ALCA, priorizou em sua agenda a questão da integração regional. Algumas razões apontadas foram o envolvimento do governo Lula no fortalecimento do MERCOSUL e da UNASUL; ambas as instituições têm uma estrutura melhor consolidada e há mais facilidade de participação do que no processo da ALBA. A participação das organizações sociais no espaço regional foi estimulada pelo Executivo brasileiro ao criar o programa MERCOSUL Social e Participativo. Por outro lado, a Recalca enfrentou o governo urubista<sup>69</sup> que não dialogava com a sociedade civil, que era filiado a CAN e a UNASUL, mas que se alinhava incondicionalmente com os Estados Unidos em detrimento de qualquer instituição ou país.

---

<sup>69</sup> “O golpe de 1943 não foi dirigido pela ultradireita nacionalista, mas estes passaram a associá-lo às reivindicações de restabelecimento do projeto nacionalista militar urubista” (ZAGNI, 2012, p. 12).

Essas evidências mostram dois países e dois atores coletivos que dialogam e se estranham. Assim, para fundamentar a questão de pesquisa foi necessário adotar um conjunto de pressupostos teóricos: Sistema-mundo; Visões de globalização neoliberal; Integração regional sul-americana; Neoliberalismo; Estado nacional; Dependência estrutural e cultural; Novas formas de organização da sociedade civil; Rede de organizações e movimentos sociais. Esses pressupostos não operam isoladamente, mas sim em uma dinâmica dialética que os reforçam e os resignificam de acordo com o jogo das forças no campo do poder. Esta foi a importante contribuição destes pressupostos, que se afirmaram no processo de pesquisa. Pode-se acrescentar ou diminuir o número de pressupostos, mas os elencados podem levar a pesquisa a bom termo. Independente da quantidade o importante é apresentá-los de forma concatenada e não como se cada um se afirmasse por si próprio.

Ambos os países estão ambientados em um sistema-mundo, que os torna partes da interdependência global. Essa conexão não os torna menos ou mais dependentes da hegemonia dos países centrais. O que os pode diferenciar é em que lado da visão de globalização neoliberal vão se postar. A Colômbia tem se colocado entre a disputa dos Estados Unidos e da União Europeia pela hegemonia comercial do espaço globalizado sul-americano, esperando que o alinhamento com os EE.UU a situe como um país em um patamar que o favoreça. Como a posição colombiana não altera o embate, pois na dinâmica do sistema-mundo o país estará sempre em uma posição de subalternidade. O Brasil, nas relações exteriores, tem adotado uma postura independente, contudo o discurso do governo tem mudado de acordo com a conjuntura internacional e com o governante no poder. Como o sistema-mundo é um sistema construído pelas relações socioeconômicas e políticas nada o impede de oferecer períodos ou momentos de oportunidades e ameaças que possibilite aberturas ou fechamentos de regimes de governo levando-os a novas posturas na estrutura global.

A questão da integração regional sul-americana é uma das grandes utopias sul-americana que ressoa desde o século XIX nos discursos de Bolívar, em especial nos países de colonização espanhola. A integração já se constitui um lema para as novas gerações, que percebem a importância das relações culturais antes das comerciais. Nesta questão os governos do Brasil e da Colômbia estão apostando

suas fichas em cores diferentes, mas a juventude brasileira e a colombiana estão conectadas com o futuro onde as fronteiras se dissolvem. Estão aproveitando ou sofrendo com a ameaça neoliberal, que é uma fase atual do capitalismo financeiro, mas nem a característica transitória do sistema é aceita passivamente pelos jovens. A juventude está nas ruas, são os novos atores que entram em cena. Pressionado pela conjuntura de crise global o Estado vem perdendo sua capacidade de governabilidade devido a sua história de dependência, mesmo se mantendo como um ator importante no cenário nacional e internacional. As oportunidades políticas estão se abrindo e os mecanismos de modulação do capitalismo se mostram incapazes de absorver o impacto das novas formas de organização da sociedade civil, que se apresentam em redes sociais heterogêneas em torno de uma proposta comum com uma estratégia política de mobilização por canais tradicionais e mediáticos.

## **CAPÍTULO 6 - ANÁLISE COMPARATIVA**

As análises comparativas entre a Rebrip e a Recalca seguem o padrão de características de construção de redes sociais, expressas pela teoria dos movimentos sociais, que ressaltam como fatores fundantes a importância de uma situação de abertura de oportunidade política e ameaça a diversos setores sociais; a existência de organizações que possam ser agregadas no processo de pressão e lobby; o acesso a recursos financeiros, materiais e humanos; a divisão dos setores dominantes ou das elites; a construção de uma identidade comum coletiva a partir dos elementos subjetivos que marcam os atores e as organizações sociais. Dessa forma, a análise comparativa segue a ordem dos temas pesquisados: Contexto; Recursos e Expectativas; Experiências; Alianças; Influência; Comunicação; Rebrip/Recalca/ALCA; Integração; Rebrip/ MERCOSUL e Recalca/CAN; Rebrip/Recalca/ALBA e MERCOSUL; Rebrip e Recalca/UNASUL; ASC; Crise das Redes; Ganhos e Perdas.

A construção de ambas as redes refletiu com clareza a importância da conjuntura nacional e internacional, que abriu as oportunidades políticas para que houvesse uma reação da sociedade civil contra a imposição da proposta da ALCA pelos Estados Unidos e a existência de organizações nacionais dispostas a se unificarem, como uma rede nacional com conexões internacionais. O processo de resistência ao neoliberalismo e aos TLCs marcou e marca a persistência da Rebrip e da Recalca em continuar atuando no cenário como difusoras das ameaças e dos impactos negativos dos tratados bilaterais, como é o caso da Colômbia, ou mesmo multilateral, como o do MERCOSUL-União Europeia. Outra característica marcante foi o esforço de unificar uma agenda comum entre os setores sindicais, movimentos sociais e Ongs para o processo de embate contra as políticas neoliberais. Essa unificação tem sido entendida por alguns setores sociais como uma situação conjuntural transitória que tem uma duração definida.

De acordo com Jocélio Drummond (Brasil)

A convocação do mundo sindical ao mundo das organizações sociais só aconteceu no Brasil e em nenhum outro país da América Latina. Ao contrário, a relação sindicato-Ongs é sempre uma relação

complicada e difícil em qualquer um dos países. Pode-se dizer que na luta contra a ALCA isso ocorreu, mas criar uma coesão real com as Ongs... .

Entre os entrevistados colombianos, essa tensão entre Ongs e setores sindicais não ficou evidente, a não ser indiretamente como a expressada pela jornalista Angélica Chaparro de que “as organizações não receberam muito bem esta combinação de agendas, a combinação dos partidaristas com a luta mais ampla dos movimentos sociais e de um setor da esquerda, um setor cristão-popular” (Angélica, Colômbia). Um ponto comum que pode ser comprovado é que em ambas as redes, depois do sucesso da resistência ao processo da ALCA e a relativa suspensão das negociações da OMC, houve um recuo das organizações em direção às suas agendas próprias. No caso do Brasil, ao ser retirado do horizonte a ameaça da ALCA e o travamento das negociações multilaterais na OMC, em razão da questão agrícola, começou uma desmobilização por parte das organizações. Na Colômbia, a desmobilização social da Recalca deu-se por outras razões que envolveram a aprovação do TLC com os Estados Unidos, além da queda da ALCA.

As entrevistas demonstram que a criação das redes tem duplo impulso: o primeiro foi o entusiasmo das organizações diante da possibilidade de êxito contra as articulações da ALCA; o segundo impulso decorreu da tomada de consciência ao saber o que estava em negociação ou em jogo para as sociedades latino-americanas, associado a um sentimento antiamericanista. A esta expectativa juntou-se o apoio das organizações sociais e sindicais do Norte e a disposição de agências de cooperação internacional, como a Oxfam, ActionAid, Cristian Aid, Fundação Ford do Brasil e Fundação Friedrich Ebert, entre outras. Pelas entrevistas percebe-se que a Rebrip teve mais recursos orçamentário financiado pelas agências internacionais do que a Recalca, que se manteve por meio dos aportes das organizações locais e um financiamento por parte da Oxfam.

A questão da experiência internacional foi um problema comum às redes. Até o final dos anos de 1980, as organizações se restringiram a atuação nacional. Poucas eram as organizações, além dos sindicatos, que se aventuravam no campo das relações que ultrapassassem as fronteiras geográficas. “A Rebrip trouxe experiência internacional para a FASE e outras Ongs, para além dos contatos com as agências de cooperação, trouxe também a experiência de trabalhar em rede internacional”

(Maureen, Brasil). Pelo lado colombiano, “só ILSA tinha um olhar mais global. [...]. A reunião na Colômbia com as organizações internacionais trouxe a experiência da RMALC/México” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia). Um dos fatores apresentados para este distanciamento era que a Colômbia é um país ensimesmado ou “um país com pouca capacidade de exteriorizar seu pensamento” (ANGÉLICA, op. cit. Colômbia). A questão do distanciamento da arena internacional, por parte das organizações e movimentos sociais da Rebrip, não foi explicitado nas entrevistas. Até os anos de 1990 as organizações não percebiam a clara vinculação entre os problemas que emergiam a partir da microeconomia nacional e a macroeconomia capitalista internacional e, assim, se propunham a “acabar” com os efeitos da seca e da fome sem enfrentar a origem sistêmica do problema.

As Alianças realizadas pela Rebrip e pela Recalca, que estimularam suas criações, foram as vindas das organizações sindicais do Norte que denunciavam os efeitos negativos do NAFTA e que tinham entrada e relações junto as centrais sindicais sul-americanas. As redes, depois de criadas, buscaram ampliar suas alianças. A Recalca agregou os movimentos de base popular, setores produtivos e vários parlamentares liberais e conservadores. A Rebrip seguiu o mesmo caminho, mas diferente da rede colombiana, teve maior acesso aos parlamentares e ao governo federal. Em ambos os processos de ampliação de força, a integração de setores produtivos significativos foi importante para impulsionar e abrir canais de pressão contra os setores governamentais favoráveis à ALCA e aos TLCs. Na Colômbia, setores patronais agropecuaristas, diante das ameaças de liberação do mercado aos produtos estadunidenses subsidiados, se colocaram tanto contra a ALCA como contra as negociações do TLC com os Estados Unidos. No Brasil foram os setores industriais que se manifestaram em razão da política industrial que se viu ameaçada pela inversão de capitais, pelas compras governamentais. No campo agrícola brasileiro, manifestaram-se os pequenos e médios produtores vinculados às cadeias produtivas dominadas pelas empresas multinacionais.

A capacidade de pressão de ambos os capítulos nacionais da Aliança Social Continental foi definida, em grande parte, pelas alianças internas e externas. Porém, o grau de abertura e ameaças, tanto dos TLCs como do governo nacional, influenciou o desenvolvimento e a atuação de ambas as redes. No Brasil a presença de Lula como presidente da República, facilitou a abertura de canais de diálogo

entre a Rebrip e diversos setores da administração federal. O MDA, que se envolveu no processo de negociação da OMC e da ALCA, defendendo as propostas apresentadas pelas organizações e movimentos sociais do campo, institucionalizou uma assessoria de relações internacionais, vinculada ao Gabinete do Ministro, para dialogar com a Rebrip. O Ministério apoiou, junto com as organizações sociais, a criação da REAF no MERCOSUL, onde se discute políticas públicas relativas à agricultura familiar. A produção intelectual da Rebrip sobre temas agrícolas, de integração regional e sobre as negociações que tramitavam nas reuniões do mercado internacional, foi largamente utilizada tanto pelo MDA como pelo Ministério das Relações Exteriores. A Rebrip conquistou reconhecimento por parte do governo federal e legitimou-se diante do Estado em razão de suas incidências. A Recalca, por outro lado, enfrentou uma conjuntura de fechamento no momento mais crítico da repressão política do governo de Uribe, quando existia uma espionagem e uma criminalização contra as organizações sociais. A Recalca não teve um reconhecimento e nem uma agenda em comum com o governo, porém se legitimou diante da sociedade civil pela qualidade de suas análises e pelas atividades que desenvolvia junto aos setores ameaçados pelos TLCs. O governo nunca fez uma proibição explícita contra a Recalca, mas...

[...] a perseguição de todo movimento social no período foi ao máximo e se tentou criminalizar senadores e muitas pessoas foram estigmatizadas, grampeadas, com objetivo, inclusive, de matar as pessoas, de ameaças, donde esse regime de perseguição política muito forte atingiu a Recalca e também as organizações de massa que se fizeram contra os TLCs, especialmente no período que se negociou os TLCs com os EE.UU (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

Os canais de comunicação no final dos anos de 1990 eram restritos, em relação aos que se tem atualmente, e, portanto, as informações demoravam mais para serem apropriadas e as reações, muitas vezes, se faziam intempestiva<sup>70</sup>. A Rebrip dispunha para sua comunicação com as organizações nacionais e internacionais uma lista de e-mails e, de vez em quando realizava teleconferências. A Recalca

---

<sup>70</sup> No Brasil o IBASE, uma Ong do Rio de Janeiro, durante os anos noventa foi protagonista de um projeto de implantação de uma rede de internet que tinha o nome ou o domínio de Alternex que não se sustentou por muito tempo devido o atraso tecnológico da indústria e do mercado brasileiro.

passou igualmente pelas mesmas dificuldades para estabelecer comunicação com as organizações da América Latina que produziam análises sobre a ALCA. A produção de estudos das organizações da Recalca era significativa e conquistou um espaço na página WEB do Ministério do Planejamento, onde colocava análises, estudos e documentos com aportes variados. A questão da comunicação interna e externa é uma preocupação constante de ambas as redes e é um dos indicadores escolhidos para validar a importância das questões levantadas no corpo da tese.

A sustentação da luta contra a ALCA durou onze anos (1994/2005). A Rebrip se manteve ativa durante grande parte desse embate e a Recalca, apesar dos obstáculos, se movimentou e reuniu em torno de uma agenda amplos setores da sociedade civil durante o processo de discussão. Apesar da Recalca limitar seus objetivos à pauta dos TLCs, que era a ameaça mais imediata, a questão ALCA foi ganhando espaço entre as distintas posições e interesses até se constituir em uma das fortalezas da Rede.

Falar de ALCA neste momento era como arar no mar. Há em nosso país um problema estrutural dos temas da agenda política para operar em setores da população, que são despolitizadas. O tema da ALCA não entrava nem sequer dentro das organizações clássicas defensoras dos direitos humanos (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit. Colômbia).

A questão da ALCA foi quase que imediatamente incorporada pela Rebrip. A reunião com as organizações sindicais do Norte, em Belo Horizonte, convenceram as lideranças brasileiras da ameaça que o TLC trazia embutido. Nas entrevistas percebe-se a reiteração de que sem a ameaça da ALCA não haveria a ASC e nem Rebrip. A experiência da sociedade civil brasileira em trabalhar em redes heterogêneas facilitou a criação da Rebrip. Outro fator a ser considerado é que este período foi o de menor fragmentação da sociedade civil. Antecedeu a Rebrip um ciclo de mobilizações massivas que mexeram com o imaginário popular, tais como impeachment do então presidente Collor de Melo e a campanha contra a fome. Esta predisposição da sociedade para se mobilizar foi um fator importante e, para isso, uma das tarefas do movimento era estar atento às ameaças ou oportunidades e vinculá-las a situações semelhantes e construir marcos de significado “más amplios que puedan encontrar eco en la predisposición cultural de una población y transmitir

un mensaje uniforme a quienes ostentan el poder y a otros estamentos” (Tarrow, 1997, p.215). McAdam sustenta que em uma “situacion de riesgo, los participantes suelen buscar entre ellos señales de predisposición a sufrir costes sin desertar, y modulan su conducta de acuerdo con la valoración de la probabilidad de que los demás huyan” (McAdam, 2005, p.28).

A Rebrip e a Recalca tiveram dificuldade de conectar a temática da integração regional com o combate contra a ALCA. Para identificar as situações de oportunidade ou ameaça é necessário que as organizações estejam conectadas com a conjuntura nacional, regional e internacional. Para isso, necessitam de instrumentos de comunicação, que pouco existia no período em que a Rebrip e a Recalca foram criadas. Assim, diante da precariedade das comunicações, o tema da integração regional só chegava às organizações por meio de reuniões presenciais ou de conferências telefônicas mantidas com as instituições regionais. As redes se pautavam mais pelo desafio imediato, que era a ALCA. Esta era a ameaça que pairava sobre as sociedades latino-americanas e, assim, a sociedade civil reagiu contra a possibilidade da agressão. A temática da integração entrou na agenda da Rebrip mais como uma alternativa do que como um elemento estratégico.

A impressão que tenho é que a política de integração nunca foi realmente integração, sempre foi formação de blocos para uma inserção internacional fortalecida. Muita gente falava de integração regional, mas se pegar o histórico de atuação da Rebrip é mais ligada a tratado de livre comércio (JOCÉLIO DRUMMOND, op. cit. Brasil).

Divergente da declaração acima Graciela Rodrigues (Brasil) declara que “o tema da integração regional, MERCOSUL, UNASUL, que vinha crescendo, nesta época (2008-2009) deram um marco bem claro para a Rebrip”. Adhemar Mineiro (Brasil) adianta que a “Rebrip insiste no seu papel da integração regional, agora não como alternativa à ALCA [...], mas como uma tentativa de seguir adiante discutindo temas como o MERCOSUL, UNASUL e CELAC, e toda essa discussão regional, que vai acontecendo [...]”.

Observa-se que a polêmica sobre a integração regional se confunde com os debates sobre o MERCOSUL. A Rebrip anuncia o bloco regional como um instrumento essencial à integração regional latino-americana, mas as atividades regional e

internacional demonstram que há pouca incidência sobre o Mercado Comum. Por causa disso a eficiência da Rede é questionada: se não tiver eficiência em influir no interior do bloco regional do qual o Brasil é parte, como poderá influenciar blocos mais amplos como a UNASUL? As entrevistas mostram que há uma prática de atuar aqui e ali, de forma desarticulada com um plano de trabalho mais geral. Nestas circunstâncias, a atuação da Rebrip demonstra, no campo da integração, um amplo desconforto entre os diversos atores. As organizações zelosas de suas autonomias, muitas vezes vão participar de atividades regionais ou internacionais que são importantes, mas que pouco se concatenam com o plano de trabalho da Rebrip. Por isso, o surgimento de declarações, em mais de uma entrevista, que mostram esta perspectiva.

as pessoas defendiam as atividades do MERCOSUL Social Participativo, que não dava em nada. Como era o Itamaraty que a Rebrip influenciava e o Itamaraty não participava (...), acabava que influência, mesmo, as organizações não tinham. [Pois] Quem negociava dentro do MERCOSUL era o Itamaraty e não a Secretaria-Geral (MAUREEN SANTOS, op. cit. Brasil).

A conjuntura brasileira da época era de múltiplas oportunidades políticas e as organizações, em muitas dessas oportunidades, agiam segundo suas agendas que se conectavam, ainda que de forma pouco eficaz, com a agenda da Rebrip. Uma conjuntura de múltiplas oportunidades, caso não seja aproveitada, pode provocar um desconcerto entre as agendas se houver uma falta de diálogo estratégico entre as organizações sociais. Tal situação não foi exclusiva da Rebrip, pois o mesmo cenário se manifestou com igual intensidade nas entrevistas da Rede colombiana. Para as organizações da Recalca, a integração regional foi uma proposta alternativa, estimulada pela vitória dos novos governos regionais progressistas e pelo documento da ASC “Alternativas para as Américas”. Para as organizações colombianas, conforme as entrevistas, o debate sobre a integração só chegou depois da derrota da ALCA.

Na primeira etapa não se discutia os problemas da integração. Para nós o tema do MERCOSUL era um tema muito longínquo (...) tanto como a UNASUL. [...] Inicialmente a ALBA era uma proposta de Chávez que não tinha nenhum conteúdo e, depois, se lançou como um acordo comercial. [...]. Porque queriam ditar o ritmo, a

problemática, a agenda do movimento social de todo Continente a agenda dos governos da ALBA e a Recalca nunca aceitou e houve uma relação agridoce entre Recalca e os governos da ALBA (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit. Colômbia).

Diante destas circunstâncias, a pauta rebaixada da integração regional não se incorpora como prioridade as agendas nem da Rebrip nem da Recalca. Fica claro que a questão da integração regional só aparece depois da definição da ALCA, mas as pistas encontradas nos documentos e nas entrevistas demonstram que o debate da integração, de um modo ou outro, perpassou as preocupações dos atores envolvidos nas redes nacionais.

Na IV Assembleia Geral da REBRIP (2007), o documento “Um breve retrospecto e uma avaliação do cenário no período 2005-2007” assinala que a reunião “ocorre em meio a uma conjuntura marcada por mudanças significativas no ambiente dos movimentos sociais, das campanhas e das redes, e também nas agendas de negociações comerciais e de integração regional” (Anexo). O documento da IV Assembleia Geral retoma a pauta aprovada durante a III Assembleia (2003):

[...] aprovamos importantes diretrizes, entre elas a necessidade de avançarmos em duas frentes adicionais: a relação entre os acordos de livre comércio (TLCs) e o modelo de desenvolvimento dominante, e a necessidade de acumularmos debate no que diz respeito à integração regional como alternativa ao livre comércio (REBRIP, 2007, anexo).

Ainda na IV Assembleia se reconhece que a Rebrip avançou nos debates da integração regional, que “incorporamos totalmente o debate à nossa agenda, obviamente tendo sido facilitados pelo embalo da evolução da conjuntura na região e dos desdobramentos da mesma para a agenda dos movimentos sociais e da ASC” (REBRIP, 2007, anexo).

Em 2013, a Assembleia Geral da REBRIP realizada no Colégio Assunção, em São Paulo, continua a apontar a relevância de, pelo menos, cinco temas estratégicos. Entre eles, se mantinha em destaque à questão da integração regional. Assim, a integração foi considerada importante para reestruturar os grupos de trabalho que “pode ser pensada como uma forma de articulação possível para voltar a dar vida e dinamismo à rede e a estrutura dos GTs” (REBRIP, 2013, anexo).

A Recalca, por sua vez, na declaração do Fórum "ALCA y TLC", em 2003, concluiu que:

No marco da ação continental se tem formulado uma contraproposta de integração. Não obstante, cabe ali a inquietude de se não seria melhor avançar em uma integração somente latino-americana e do Caribe, dado que estamos enfrentando precisamente um plano de expansão e recolonização por parte dos Estados Unidos (RECALCA, 2003, anexo).

A Aliança Social Continental, por seu lado, emitiu a nota "UNASUR debe servir para fortalecer integración de Suramérica" (2008), onde declara que:

Estados Unidos, com o apoio incondicional dos governos de Álvaro Uribe e Alan García, tem impulsado uma estratégia divisionista que ameaça o fracionamento de nações e a desintegração dos processos unitários que se tem construído e fortalecido por décadas (ASC, 2008, anexo).

A ASC completa a nota afirmando positivamente que há nesta conjuntura "una oportunidad de ensayar mecanismos alternativos de integración, llamamos a los pueblos del Continente a luchar por los cambios estructurales que se requieren para lograr el desarrollo" (Anexo). Na "Carta abierta a los presidentes de UNASUR", a Aliança Social Continental (2009) manifesta as inquietudes sobre los acontecimientos que "afectan la estabilidad del continente y las perspectivas de integración materializadas en procesos como el de UNASUR" (ASC, 2009, anexo).

Apoiado nos documentos pode-se afirmar que a Rebrip, a Recalca e a ASC incidiram sobre os espaços institucionais utilizando-se dos canais nacionais e internacionais para pressionar os governos e a UNASUL, utilizando da estratégia bumerangue, dos canais de diálogos possíveis junto aos governos e a sociedade civil. Assim, mesmo com algumas divergências que emergiram nas entrevistas, é importante considerar que as demandas por participação foram realizadas de modo eficaz, mas não foram eficientes para sensibilizar os governos ou a alta diplomacia da UNASUL.

As relações entre a Rebrip e o MERCOSUL, assim como entre a Recalca e a CAN, se mostraram débeis e com pouca eficiência para alterar normas, procedimento regimental ou alguma estrutura de ambos os blocos regionais. O MERCOSUL,

criado no início dos anos de 1990, se expressou como um instrumento protecionista aos produtos brasileiros, e somente os setores patronais e os sindicais tinham acesso às atividades do MERCOSUL. Depois de quinze anos, no período de criação do PARLASUL como órgão de representação dos povos do Cone Sul, as organizações e movimentos sociais brasileiros começaram a participar a partir dos debates sobre essas instituições realizados no Congresso Nacional. As intervenções junto ao MERCOSUL ou ao PARLASUL ocorreram de forma esporádica, sem uma pauta estratégica, o que ocasionou uma superficialidade nas relações entre a Rebrip e o MERCOSUL.

As relações entre a Recalca e a Comunidade Andina seguiram o mesmo padrão, mas por motivos diferentes. A CAN é o bloco natural de incidência da Recalca por integrar os países andinos e é o bloco econômico com maior tempo em atividade no continente sul-americano. Está em vigência há quase cinquenta anos desde que foi estabelecido no Acordo de Cartagena (1969). A partir dos anos de 2000, a CAN se compromete em estabelecer uma zona de livre comércio com o MERCOSUL, mas um ano depois, os chanceleres do Equador, Peru e Colômbia, sem a participação da Bolívia e Venezuela, iniciam uma negociação com os Estados Unidos sobre propriedade intelectual, em especial sobre medicamentos. No mesmo ano, a Venezuela deixa a CAN e a Bolívia também anuncia sua saída. A quebra de confiança entre os Estados que compunham a Comunidade perde a força política de negociação no cenário internacional.

A CAN começou uma negociação com os TLCs. Venezuela se retirou da CAN e como a Bolívia se retirou das negociações, ficaram somente Colômbia e Peru, que significou uma destruição política da CAN. Ao contrario do MERCOSUL a CAN não se tornou um processo atrativo, mas ao contrário um processo de decadência, de decomposição – logicamente a Recalca defende a CAN propondo que se restaure e que se recoloca, mas com o TLC-EE.UU a CAN perdeu força como um polo de atração para os governos (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

Algumas entrevistas mostram que houve uma expectativa de que o enfraquecimento da CAN fortalecesse a Recalca como a última perspectiva de resistir ao processo neoliberal que esmagou a CAN como instrumento de integração regional. Importante

ressaltar que os entrevistados(as) não insinuaram, em nenhum momento, que a Recalca poderia substituir a CAN, que representa outro nível de articulação. À medida que a Comunidade foi se enfraquecendo as organizações da Recalca perceberam que era impossível à reintegração dos países andinos. A Rede ficou como a única trincheira contra o neoliberalismo e os TLCs. Mas, a aprovação do TLC com os Estados Unidos desarmou a unidade conseguida pela Recalca.

O que debilitou a Recalca foi a vigência dos TLCs e não há uma luta completamente coordenada para derrubar esses tratados. A melhor expressão foi a Greve Geral dos Camponeses em 2013 contra os TLCs, que durou 27 dias. Mas, depois disso a luta de massas contra os TLCs tem tido um declive e pelas mesmas razões a Recalca (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

Ao destruir a CAN e ameaçar a desarticular o MERCOSUL, os Estados Unidos colocou em curso a estratégia de recompor a ALCA por meio de um TLC denominado de Aliança do Pacífico. Esta nova proposta de TLC, que o governo dos Estados Unidos vem articulando desde que a ALCA foi bloqueada, é parte de uma estratégia de pressão aos países partes do MERCOSUL e outros governos progressistas levando-os a repensar em negociações via tratados bilaterais ou plurilaterais.

[...] até agora, sem contar com a chamada Aliança do Pacífico, que não se via uma ofensiva do capital transnacional sobre os governos progressistas e para destruir a possibilidade de um MERCOSUL autônomo, para não falar de uma ALBA que era a possibilidade que se via na vanguarda de uma possibilidade de uma integração diferente (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

O processo de debate sobre a integração regional foi impactado não só pela desarticulação da CAN, pela desmobilização do MERCOSUL, mas também pela criação da ALBA, que recebeu críticas de diversas organizações, movimentos sociais e de setores da esquerda. As entrevistas com ativistas da Rebrip e da Recalca demonstram que a proposta venezuelana não foi suficientemente socializada entre o movimento social sul-americano, antes de ser divulgada. Os integrantes da Recalca declararam que foram surpreendidos durante um Encontro

Hemisférico (2004), em Havana, Cuba, quando o presidente venezuelano Chávez, anunciou a proposta da ALBA sem consultar as organizações da Recalca.

A Recalca considera que a ALBA surgiu em um momento inapropriado na medida em que as organizações colombianas estavam enfrentando, em um debate interno a questão dos TLCs. A proposta da ALBA, pelo governo de Chávez, lançada em Cuba, sofreu sérias resistências do movimento social porque as diretrizes políticas e as ações se mostravam confusas. O debate naquele período se organizava em torno da participação cidadã dos movimentos sociais e na ALBA este debate não encontrou eco. Ou seja, “o que observamos é que os movimentos sociais da ALBA não tem sua agenda como movimento, tem a agenda da aposta de Estado de um governo” (LAURA FONSECA, op. cit. Colômbia).

O papel dos Movimentos Sociais da ALBA foi uma questão que enfraqueceu a Aliança Social Continental porque um setor considerou que Aliança já não tinha vigência, senão que era preciso fortalecer os Movimentos da ALBA, como alternativa. Recalca não está de acordo com esta visão. Isso enfraqueceu a Aliança Social Continental em um momento que tínhamos que fortalecê-la porque, como estamos agora assistindo, vinha uma ofensiva muito forte do capital transnacional para ameaçar a existência da autonomia e independência do processo de integração do MERCOSUL e da própria ALBA (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

Outra crítica que se encontra nas entrevistas é que a ALBA, mesmo legitimada por Cuba e Venezuela, estava contaminada pelo estadocentrismo, que se autoafirmava por meio da política do petróleo. A saída da Venezuela e da Bolívia da CAN em direção ao MERCOSUL foi vista, por organizações da Recalca, como uma conveniência politico-financeira. Neste sentido, “a ALBA quando começa a falar sobre acordos regionais fere os princípios da autonomia, pois, não se pode circunscrever um governo ao outro, em tudo que significa” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia). A Recalca, que esteve presente no lançamento da ALBA em Havana, expressou sua posição e deu seu apoio crítico. Assim, a Recalca “avaliou positivamente a ALBA, mas não participou da criação do Movimento Social da ALBA, porque não houve um processo de socialização coletiva” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

Nas entrevistas realizadas com as lideranças da Rebrip, a percepção é de que a ALBA se colocou como uma forma de integração, mas para uma parte importante da sociedade civil não era “a” integração. No Encontro Hemisférico em Havana (2004), a Rebrip era secretaria da ASC e a criação da ALBA foi vista como positivo pelo fato de que a proposta tinha como base o documento “Alternativo para as Américas”, publicado pela Aliança Social Continental. Porém, a radicalização chavista provocou uma resistência em algumas organizações, que entrevistaram na proposta uma quebra da autonomia dos movimentos sociais (MAUREEN SANTOS, op. cit.; GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit. Brasil).

Vivi a formação da ALBA e vi que não tinha sentido do ponto de vista dos governos chamarem os movimentos e formar o Movimento da Alba. Formar o Movimento da Alba tinha que ter surgido dos movimentos e não do governo venezuelano. As organizações que não quiseram ir ficaram com um discurso que parecia... “ah, esses são os reformistas”, “são os atrasados” que querem a proposta do Lula, que já não era tão revolucionária (GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit., Brasil).

Por outro lado, a UNASUL foi reconhecida como um modelo de integração regional que tem como característica principal ser um espaço político para harmonizar as dissenções que ocorrem entre os Estados sul-americanos.

Mesmo a proposta de criar o Banco do Sul, que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, apresentou na reunião dos Ministros de sete países da América do Sul, no Rio de Janeiro, não descaracterizou o aspecto político da UNASUL. “A UNASUL é importante porque articula um bloco de países do Sul para fazer frente, de maneira conjunta, aos debates internacionais, particularmente, aos tratados de livre comércio e às políticas do Banco Mundial” (JOCÉLIO DRUMMOND, op. cit. Brasil).

Após a derrota da ALCA, a conformação de uma comunidade de nações, expressa na UNASUL – União de Nações da América do Sul –, vem se tornando uma das estratégias dos governos para a incorporação soberana da região nos âmbitos globais e pode vir a se constituir em um espaço de defesa dos interesses dos setores populares dos países envolvidos (REBRIP, 2008, anexo).

A UNASUL não era um locus ou tema que a Rebrip incorporava sem restrições em sua agenda. Diante da sub-regionalização do Continente, que torna o MERCOSUL e a CAN polos atrativos e defensivos para os países do Cone Sul e para os países andinos frente às ameaças de hegemonia dos países centrais, a UNASUL mantém em seu Tratado Constitutivo (2008) a determinação de construir uma identidade e uma cidadania sul-americana. Porém, a crise econômica global de 2008 reduziu ao mínimo o orçamento da UNASUL, que passa a operar burocraticamente para vencer a estagnação inerente aos tempos de transição política. O impacto da crise econômica sobre a sociedade civil se fez sentir pelo corte orçamentário feito pelos Estados europeus às agências de cooperação. Nesta conjuntura de escassez de recursos a Rebrip buscou atuar, por meio do Grupo de Trabalho de Propriedade Intelectual (GTPI), propondo a criação do Fundo para Doenças Negligenciadas, porém as multinacionais de medicamentos e planos de saúde utilizaram a força do lobby para obstaculizar a proposição.

Então, a integração vem como uma alternativa para enfrentar mazelas que a região enfrenta como um todo. E aí há algumas potencialidades, mas com o atraso do Banco da UNASUL, fora que o Equador, que era o que mais puxava, ficou muito preso a sua própria posição política. O Brasil tinha muitas reservas e isso acabou criando uma dificuldade maior para a Rebrip (MAUREEN SANTOS, op. cit. Brasil).

A participação da Rebrip em espaços de integração regional, como a UNASUL, era entendida pelas organizações como um meio de influenciar o governo brasileiro. Esta estratégia conhecida como “efeito bumerangue”, que se incorporou no repertório dos movimentos sociais nas últimas décadas, é um expediente de pressão que foi utilizado em campanhas passadas como as da abolição da escravatura e dos direitos civis, mas com a globalização e a expansão das modernas tecnologias de comunicação ganhou força e seus efeitos ficaram mais imediatos.

A REBRIP participa diretamente das discussões sobre a criação de um espaço social de interlocução na UNASUL, o Fórum de Participação Social, e tenta influenciar como rede por meio de suas articulações regionais, que vem especialmente desde a época da campanha contra a ALCA (ADHEMAR MINEIRO, op. cit. Brasil).

A Rebrip, ao se destacar nacional e internacionalmente, por meio de suas propostas e argumentos, conquistou a oportunidade de se colocar como um interlocutor privilegiado da sociedade civil brasileira em relação a diversos setores governamentais. Os estudos e os debates entre os GTs ampliaram o leque temático da Rede que aos poucos foi formando especialistas, que debatiam diversos temas de negociação comercial, que ocorriam na OMC, no G20, e na UNASUL. “Especificamente em relação à UNASUL centrou a interlocução na arquitetura financeira regional, incluindo o chamado Banco do Sul, focou também na participação e nos planos de infraestrutura, como o IIRSA<sup>71</sup> e depois COSIPLAN<sup>72</sup>” (GONZALO BERRÓN<sup>73</sup>, Brasil).

A Recalca, apesar de não se envolver ativamente junto à UNASUL, apoiava a instituição enquanto instância importante para a integração regional e para embate contra os tratados de livre comércio. Como não tinham canais de comunicação com o governo colombiano para demandar mecanismos de participação que considerasse os direitos humanos, buscaram apoio em outros Estados, porém suas reivindicações foram silenciadas. Em consonância com os receios da Recalca a Rebrip, em uma nota sobre a UNASUL declara que:

Para a UNASUL se tornar um projeto transformador de integração, precisa se orientar pela primazia dos direitos humanos e coletivos, e incluir como princípios a soberania, a segurança alimentar, a justiça socioambiental, a criação de empregos de qualidade, os direitos dos migrantes, a universalização da educação pública e dos serviços públicos essenciais, a redistribuição da riqueza superando as desigualdades, inclusive as de gênero, raça e etnia. Estes temas devem ser priorizados e colocados no centro da agenda (NOTA DA REBRIP SOBRE A UNASUL, 2008. Anexo).

---

<sup>71</sup> A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (2000), é um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul para promover a integração sul-americana através da integração física desses países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

<sup>72</sup> Um dos órgãos integrantes da UNASUL é o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Destaca-se o projeto de Exportação por Envios Postais, desenvolvido no âmbito da IIRSA. O projeto se expandiu e o serviço Exporta Fácil foi implantado no Peru, Uruguai, Colômbia e no Equador. Está em desenvolvimento na Argentina e Chile.

<sup>73</sup> Participou da Coordenação da Rebrip. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Foi Assessor de relações internacionais da Central Sindical das Américas (CSA). É assessor da Fundação Friedrich Ebert (FES). Entrevista realizada em 12/09/2015.

A Rede colombiana, que tinha como meta impedir o avanço dos TLCs, percebeu que as instituições de integração regional, como a CAN, o MERCOSUL, a ALBA e a UNASUL tinham suas limitações. A desconfiança aumentava quando verificavam que esses blocos aceitavam negociar ou intermediar processos de livre comércio. “Começamos a trabalhar junto ao Banco do Sul, mas logo nos demos conta de que os governos não são sinceros porque tem uma retórica, um discurso todo de acordo com seus cálculos e conveniências” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

A UNASUL, a principio, foi vista como um espaço importante que pudesse se contrapor aos interesses dos Estados Unidos. Contudo, isso não se mostrou palpável em razão das agendas que se restringem a temas generalizantes como promover a inclusão social, a competitividade econômica com as demais regiões do mundo e a efetivação de uma participação cidadã no subcontinente. Neste sentido, a Recalca “participou muito pouco da UNASUL, (...), mas a participação foi sempre por meio da ASC, que desenvolveu uma maior atividade própria com respeito à UNASUL” (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

A Recalca apoiou a UNASUL e tentamos formar mecanismos de participação da sociedade civil e conseguimos alguns avanços quando a secretaria da UNASUL esteve com a Bolívia, que criaram uma série de mecanismo possibilitando que a sociedade civil participasse (...), mas isso durou enquanto Bolívia esteve encarregada. Posteriormente, quando a Bolívia saiu, os demais governos que se seguiram perderam todo interesse pela participação social, em parte por desacordos ideológicos e a decisão que tomaram era que a sociedade civil na UNASUL era aquela que cada governo decidisse que era sociedade civil (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia).

O que as entrevistas e a pesquisa demonstram é a constante perda de oportunidades políticas que a sociedade civil e os governos progressistas deixaram de aproveitar para realizar o avanço da democratização das instituições nacionais e regionais de integração sul-americana. Os descaminhos dos governos progressistas em contraposição aos estatutos partidários ou ao programa de campanha eleitoral, pelo qual foram eleitos e reeleitos, custaram após algum tempo a derrota, o avanço conservador, o fortalecimento das forças de direita e os golpes parlamentares, que ocorreram ou ameaçam os governos ainda no poder.

A oportunidade histórica para avançar na construção da verdadeira integração soberana dos povos não pode ser desperdiçada, e para tal a transparência e a participação social são cruciais. Ressaltamos que às vésperas da assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL os povos da região continuam sem conhecer seu conteúdo e seu Plano de Ação, contrariando a Resolução firmada entre os governos em dezembro de 2006, que afirma: Na interação com a sociedade civil será levada especialmente em consideração à experiência adquirida na Cúpula Social de Cochabamba (NOTA DA REBRIP SOBRE A UNASUL, 2008. Anexo).

A criação da Aliança Social Continental, como resultado de uma conjuntura sul-americana e internacional específica e de um estágio de maturação das forças sociais em ebulição na América do Sul, que começa no final dos anos de 1990, surgiu como possibilidade de se elaborar um projeto de poder calcado sobre as lutas nacionais contra o neoliberalismo. Como a história não retrocede - senão enquanto farsa - será necessário construir novos movimentos conjunturais para criar uma nova coligação de dimensão continental que busque responder aos distintos desafios que se colocam nesta “virada conservadora” da segunda década dos anos de 2000.

O período de auge de lutas populares começa em 1998 e se consolida com o triunfo de Chávez, na Venezuela. Havia que distinguir dois projetos: um processo de lutas nacionais contra o neoliberalismo que deu como resultado todo este processo de mobilização gerando as redes e a Aliança Social Continental (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia).

A confluência dos esforços dos diferentes setores nacionais, que haviam se colocado contra a ALCA e aos TLCs, criou um ambiente favorável para que as agências internacionais de cooperação se interessassem pelo processo social participativo, que mobilizava grande parte das instituições sociais organizadas no Continente. Assim a Aliança Social Continental conseguiu aprovar junto às agências de cooperação um financiamento mínimo que sustentasse suas primeiras atividades.

A ASC toma outros temas que não só os TLCs, senão toda luta contra o neoliberalismo e também a unidade dos movimentos de massa, como é o caso dos movimentos indígenas e camponeses na Colômbia pela reforma agrária e contra o estatuto rural. Essas lutas

unitárias contribuíram para a criação da ASC. Lutas que estavam presentes antes de se formar a Recalca (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit., Colômbia).

A Rebrip e a Aliança Social Continental foram criadas na mesma Assembleia, em um clima efusivo de redemocratização e, paradoxalmente, no auge da execução de políticas neoliberais, que vinham justapostas aos tratados de livre comércio. Os analistas da grande mídia e os porta-vozes do neoliberalismo argumentavam sobre os benefícios que a abertura comercial traria aos consumidores, devido ao rebaixamento dos preços dos produtos, pela entrada de aparelhos tecnológicos de última geração e pelo acesso dos setores produtivos aos mercados estadunidenses. As organizações sociais, como a Rebrip e a Recalca, por meio de análises contundentes se contrapuseram a esses discursos e alertaram a sociedade que sob o manto dos acordos e dos tratados estava o aprofundamento da desigualdade, em razão do peso das economias em jogo, a expansão da pobreza e as ameaças à soberania dos Estados nacionais.

Entrei na Rebrip em 2001, quando foi feita a primeira Assembleia. A Aliança Social Continental estava sendo criada simultaneamente. Tinha uma conjuntura propícia a isso. A Rebrip tinha uma convergência de agendas que estavam sendo construídas na região. O Brasil vindo de um processo de redemocratização estava com as agendas abertas no auge do neoliberalismo sendo implementado. Então, as agendas de debates em relação ao tema da integração regional, as críticas das esquerdas e movimentos pró-democracia às regras de negociação nas rondas do Uruguai em relação à posição do Brasil, além dos debates do IRSA e de uma nova proposta que era a ALCA (IARA PIETRICOVSKY, op. cit. Brasil).

A avaliação da importância da Aliança Social Continental era consenso no interior da Rebrip. As organizações e movimentos sociais integrantes ponderavam que a ASC significava a capacidade de articulação e construção crítica em conjunto com as organizações latino-americanas, caribenhas e as do Norte. No período entre 1997 e 1998 favoreceu a agregação dos movimentos sociais sul-americanos, em que as pautas se ajustavam e as conexões dialógicas fluíam em perfeita sincronia. As divergências entre organizações do Sul e do Norte eram afinadas, em reuniões e encontros, sem maiores disputas e a concordância prevalecia em nome de uma luta

maior. Foi um ambiente onde prevaleceu o entendimento de que o combate contra a hegemonia das empresas multilaterais sobre os interesses dos Estados nacionais não era somente uma tarefa do Estado, mas igualmente da sociedade civil; a percepção de que os cidadãos e as cidadãs, como sujeitos de direito, tinham que tomar em suas mãos os seus destinos. Essas inferências se alastravam entre os diversos setores progressistas e animaram a criação da Rebrip e da Aliança Social Continental.

O plebiscito<sup>74</sup> de 2002 sobre a ALCA foi o ponto mais alto que a sociedade brasileira alcançou ao depositar nas urnas mais de 10 milhões de votos contra o tratado de livre comércio.

Este foi o período em que a REBRIP deslanchou: participamos ativamente da coordenação da Campanha, produzimos muitos materiais de formação, e nosso vínculo com a Aliança Social Continental nos deu um sólido referencial político, ao mesmo tempo em que nos colocou o imenso desafio de sediarmos a secretaria continental da ASC em seu período de maior mobilização (UM BREVE RETROSPECTO E UMA AVALIAÇÃO DO CENÁRIO NO PERÍODO 2005-2007. Anexo).

A Aliança Social Continental foi uma referência significativa nas últimas décadas, não só para a construção de um espaço de atração política para a sociedade civil latino-americana em relação à questão da integração regional, mas também como uma influência marcante na postura de alguns países, como a Venezuela, em relação às suas posições políticas. A diferença, por exemplo, da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) ou das alianças ou movimentos indígenas latino-americanos, é que a ASC é uma rede heterogênea e não identitária.

A teoria dispõe que toda a articulação ou rede decorrente de Campanha não tem vida longa, pois em geral, as organizações integradas se descompromissam assim que a campanha se encerra. A Aliança Social Continental, infelizmente, confirmou

---

<sup>74</sup> “A iniciativa do Brasil de esvaziar as negociações da ALCA, atendendo a fortes pressões de uma Campanha Continental contra a ALCA que teve forte adesão da sociedade brasileira – vide o plebiscito aqui realizado que colheu 10 milhões de assinaturas – foi uma primeira sinalização de que os movimentos que o Brasil faria na arena externa poderiam se posicionar na disputa por um sistema internacional mais democrático e em prol da redução das assimetrias econômicas e de poder” (REBRIP, 2010, anexo).

essa predição teórica, a campanha abolicionista, o movimento dos direitos civis dos negros nos EE.UU, a campanha pelo voto feminino, que conquistaram êxitos exemplares, foram se desmobilizando assim que a ameaça ou janela de oportunidade foi se extinguindo. Os dados das entrevistas demonstram que essa dispersão se inicia quando as redes perdem o tema principal que era a ALCA.

A Rebrip e a Recalca buscam uma sobrevivência incorporando novos temas, mas já não correspondem mais as demandas conjunturais que se alteraram. Assim, as redes desmobilizadas, que teimam em se manter assemelham-se a signos errantes em um mundo que não mais as reconhece, apesar da sua verdade reunir tudo o que ela fez e da experiência indelével deixou atrás de si (FOUCAULT, 1999, p.63).

A Aliança Social Continental morreu em 2012. Atualmente, acho que não teríamos condição nem recursos financeiros para uma coisa desse nível, de reviver a Aliança. Mas, falta um espaço regional que envolva essas organizações do movimento social. Agora a Jornada Hemisférica foi lançada no ano passado, teve uma reunião em Havana. [...]. Apesar de já ter mudado muito, a situação é outra, mas a galera é muito saudosista. E o pessoal tem dificuldade de pensar criativamente do que pode ser este novo do ponto de vista estratégico e ficam umas coisas do arco da velha que não funcionam mais para este cenário (MAUREEN SANTOS, op. cit. Brasil).

As redes não são apenas signos que marcam o tempo da linguagem, mas relações vivas entre organizações e pessoas que criam relações de confiança. Assim, não se perdem no espaço da semelhança e da dessemelhança próprias os jogos antigos da similitude e dos signos narrados por Foucault em “Dom Quixote”. Isso porque as redes transitam de um tipo de mediação (*brokerage*) a outro, assim que deixam de comportar a função de coordenação, mas assumem uma nova função: a de tradutores das ameaças, que ainda se processam nas negociações dos tratados de livre comércio. Nestas condições identificamos a Rebrip e a Recalca, que ainda se mantêm em atividade.

O fracasso da Rodada de Doha em Hong-Kong trouxe para a Rebrip um desafio muito grande porque desconstruiu completamente a estrutura da Rebrip. Com a rodada de Doha em crise qual seria o objetivo da Rebrip? Junto a isso teve um problema de financiamento e de reestruturação da agenda e forma de funcionamento. Essa crise

que permanece até hoje e a Rebrip nunca mais conseguiu, de fato, construir uma agenda de identificação (IARA PIETRICOVSKY, op. cit. Brasil).

A desmobilização produz um afastamento de agendas e o foco da rede começa a perder espaço para as atividades pragmáticas das organizações e dos movimentos sociais. A força da Rebrip e da Recalca advém da confluência de prioridades entre as organizações. As redes têm uma diretriz e esta necessita estar vinculada a de seus integrantes, pois a rede coletiva não é uma entidade em si, mas o resultado complexo de diferentes objetivos. Somente assim ela terá algum significado.

Os temas da Rebrip continuavam fortes, mas sem articulação, porque esse é o momento em que muitas organizações vão sair da Aliança e sair da Rebrip. MST e Marcha Mundial das Mulheres vão apostar na Alba e sair da Rebrip. A Aliança Social Continental sofre um baque terrível e, praticamente, começa aí o momento de quebra da Aliança. Os capítulos permaneceram, o que houve foram rachas internos (GRACIELA RODRIGUEZ, op. cit. Brasil)

Na Recalca a situação é praticamente a mesma da Rebrip após o encerramento das negociações da ALCA e a assinatura pelo governo colombiano do tratado de livre comércio com os Estados Unidos.

[Na Recalca] existe vários grupos de estudo, TLC em desnudo, Justiça Tributaria... A organização, que neste momento, mantém a liderança é o Centro de Estudos de Trabalho, mas o funcionamento da Recalca como rede, com reuniões semanais não está funcionando. Depois da Conferência de Cartagena começou uma série de desarticulação e coincidiu com o processo eleitoral na Colômbia. Os painéis de política, as discussões ao redor da candidatura presidencial – todos esses aspectos eleitorais influíram nas organizações da Recalca como uma Rede (LAURA FONSECA, op. cit. Colômbia).

O que se observa na desmobilização das duas redes é que um dos fatores originários foi o afastamento das organizações ao começarem a se pautar por razões políticas. A Rebrip, de acordo com a percepção dos e das entrevistadas, se fragmenta devido às discussões e a criação do Movimento da Alba, enquanto que na Recalca as razões da desmobilização são a assinatura do TLC e o processo político-

eleitoral, que acirrou o debate interno e resultou no distanciamento entre as organizações da Rede.

A teoria da oportunidade e ameaça política insere os períodos eleitorais, entre os vários momentos de possibilidade da sociedade civil em intervir com êxito no processo conjuntural. Esses períodos possibilitam o debate e abrem chances de avanços, assim como de retrocessos no panorama das forças políticas. Essas alternativas podem agrupar ou desagrupar os coletivos sociais que se organizam em prol de uma luta maior.

Na Colômbia, depois que o tema do TLC-EE.UU sai da agenda houve um debate se as organizações manteriam ou não a Recalca. “Chegamos à conclusão de manter a Recalca como um observatório de vigilância ao TLC, mas já não se pode admitir uma dinâmica de mobilização” (HECTOR MONCOYA, op. cit. Colômbia). Essa decisão desarmou a Recalca enquanto rede propriamente dita, mas por outro lado ela se manteve como “uma organização que está buscando ser um Observatório dos TLCs que vai analisar os impactos dos tratados” (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia). O trabalho de broker de informar e traduzir os termos técnicos dos TLCs para uma linguagem acessível é importante para que a sociedade civil possa se articular quando a conjuntura sociopolítica apresentar novas oportunidades.

A Recalca foi uma construção cíclica, houve uma conjuntura que favoreceu isso. Quando as coisas não estavam aprovadas e a luta está vigente era muito mais fácil mobilizar. De qualquer maneira a assinatura dos TLCs, queira ou não, finalizou a luta. Era mais emblemático o TLC-EE.UU, depois seguiram outros, mas não despertaram o mesmo entusiasmo (ANGÉLICA CHAPARRO, op. cit. Colômbia)

Há declarações diferentes entre as/os entrevistados a respeito da longevidade da Recalca. Por mais paradoxais que possam parecer, não se excluem à medida que reconhecem a importância da continuidade da memória da Rede por meio de atividades que ainda estão sendo continuadas pela Cedetrabajo.

Recalca realmente não existe. Foi morrendo à medida que passou todo o processo de aprovação do TLC com os EE.UU, Canadá e U.E. e foi decrescendo e temos algumas ferramentas que persistem como a página WEB, postagem de matérias que são fontes de

informação sobre o tema, iniciativas posteriores como ecos de Recalca (LAURA FONSECA, op. cit., Colômbia).

A Recalca e a Rebrip ainda persiste como redes e como alternativas de uma possível retomada coletiva contra os tratados de livre comércio bilaterais ou plurilaterais. O governo colombiano segue negociando TLCs com o Japão, Coreia do Sul, Panamá. Os prejuízos que virão destes acordos estão sendo divulgados pela Recalca, em sua WEB site, por exemplo, caso a Colômbia mantenha a alta de impostos sobre calçados e têxteis panamenhos, o Panamá poderá elevar os impostos de importação sobre diversas linhas de produção colombianas em até 30% do cobrado atualmente, pois esta é uma decisão aprovada no âmbito da OMC. Por sua vez, a Rebrip em sua Sétima Assembleia Geral (2016), por meio da sua página WEB, denuncia que:

Nesse momento a ruptura institucional no país se coloca na resistência a esse processo, e em particular ao programa conservador de redução de direitos e de uma nova inserção internacional subordinada que ele representa, se propondo a juntar forças com amplos setores da sociedade brasileira nesse processo de enfrentamento estratégico no próximo período no país (REBRIP, 2016, anexo).

Entre as posições da Rebrip e da Recalca, há uma divergência de interesse em face da conjuntura atual que as situa em campos de prioridade diferenciada. A Recalca segue buscando despertar a sociedade sobre os perigos do livre comércio e os prejuízos que poderão causar sobre as cadeias produtivas e ao custo de vida da população colombiana. A Rebrip se coloca no movimento de resistência contra o golpe parlamentar<sup>75</sup>, contra a redução de direitos sociais e trabalhistas e contra uma estratégia governamental de inserção internacional subordinada aos interesses dos Estados Unidos. O que há em comum entre as duas redes é que elas se colocam não mais como protagonistas de um movimento, mas como contribuintes para a congregação de forças entre os diferentes setores da sociedade civil, seja para

---

<sup>75</sup> Segundo Boaventura de Sousa Santos, “O perfil é de um golpe parlamentar relativamente diferente daquele que aconteceu em Honduras e no Paraguai, mas tem, no fundo, o mesmo objetivo que é, sem qualquer alteração constitucional, sem qualquer ditadura militar, interromper realmente o processo democrático” (Cruz-Stefani, 2016).

combater os TLCs seja para enfrentar o processo conservador em curso na América Latina, em especial no Brasil.

A história da Aliança Social Continental ainda precisa ser pesquisada com maior profundidade, mas a partir dos capítulos brasileiros e colombianos, podem-se vislumbrar os ganhos e perdas desta experiência de mobilização social em rede continental. Para a sociedade civil foi um ganho memorável a criação da Recalca em uma conjuntura desfavorável, sob um governo autoritário; elaborar e difundir as críticas reconhecidas e propositivas aos TLCs na Colômbia e em Centro-América e acompanhar as estratégias de combate ao neoliberalismo na América do Sul. De acordo com Hector Mondragón e Angélica Chaparro, a resistência às ofensivas - derrotar o Estatuto Rural da Colômbia, as leis de privatização, levantar os movimentos contra os desastres ambientais, sociais e culturais ocasionados pela grande mineração, denunciar a repressão e os assassinatos de líderes populares – e “construir uma posição própria autônoma dos movimentos no Continente sobre os principais temas econômicos e políticos durante vários anos, atribuir uma personalidade própria a um ator social reconhecido no movimento social das Américas, esta foi a conquista principal” (HECTOR MONDRAGÓN, op. cit. Colômbia).

Os ganhos mais ressaltados da Rebrip foram: criação de diversas instâncias na estrutura governamental para dialogar com as organizações sociais, como a REAF/MERCOSUL, a Assessoria Internacional do MDA, as Mesas de Diálogo no MRE, a experiência internacional de atuar em rede e o tratamento com as agências de cooperação.

A Rebrip trouxe experiência internacional para a FASE e outras Ongs. Para além dos contatos com as agências de cooperação trouxe a experiência de trabalhar em rede internacional. A OWINFS<sup>76</sup> (“Nosso Mundo não está a Venda”) tinha uma experiência de trabalho em rede que foi muito importante para as organizações

---

<sup>76</sup> “A rede “O Nosso Mundo não está à venda” (OWINFS) é um grupo de organizações, ativistas e movimentos sociais em todo o mundo que combatem o modelo atual de globalização corporativa encarnado no sistema de comércio global. A OWINFS está comprometida com um sistema de comércio multilateral sustentável, socialmente justo, democrático e responsável” (Acessado em 12/01/2017: <http://notforsale.mayfirst.org/en>)

membros da Rebrip e isso acabou ficando de certa forma (MAUREEN SANTOS, op. cit. Brasil).

Outros ganhos obtidos pela Rebrip foram as experiências de participação junto a instituições nacionais (Conselho Consultivo do Setor Privado - Conex), regionais (ALCA, MERCOSUL e PARLASUL) e internacionais (OMC e UNCTAD). Nestas experiências muitos ganhos ficaram restritos a uma ou outra organização ou se dissipam na medida em que a conjuntura política mudou. A coordenação da Rebrip continua apostando que pode ampliar a participação social, mesmo quando as negociações junto a OMC seguem de forma morosa.

Os ganhos com as atividades realizadas podem não ser, muitas vezes, utilizadas em outras esferas de atuação, contudo ficam na memória dos participantes da rede. Ou seja, as estratégias empregadas em uma dada conjuntura, por ser específica, não são integradas de imediato ao repertório de mobilização. Isso não significa que as experiências, no caso da Rebrip e da Recalca, se perderam em razão das alterações políticas e sociais que ocorreram no interior e fora da rede, isso porque muitas ações poderão ficar imersas no imaginário de resistência e, em um dado momento, podem voltar à tona e servir de referência às futuras mobilizações.

## **6.2. Três dimensões do mesmo problema**

Após revisar os documentos, as entrevistas e exercitar a comparação entre as características e desenvolvimento da Rebrip e da Recalca, outro procedimento para comprovar os pontos da hipótese principal é textualizar as questões de forma resumida. A pergunta inicial dos três blocos foi desdobrada em outras questões para que agrupadas possam responder a hipótese principal, que diz respeito à percepção que a Rebrip e a Recalca têm sobre a demanda por espaços de participação na construção do processo de integração regional e dos tratados de livre comércio.

Os blocos se constituem em três dimensões de um mesmo problema, que se resume na atuação da Rebrip e da Recalca. As três dimensões tratam das seguintes questões: primeira dimensão, detectar em quais espaços de poder o repertório de mobilização de dupla escala é construída; segunda dimensão, como a construção de campos de relações nacionais e regional afeta a relação de poder entre as

organizações; e terceira dimensão, como as redes influenciam política externa dos governos e os modelos de integração.

Na primeira dimensão, interessa identificar em quais espaços de poder o repertório de mobilização de dupla escala é construída. Coloca-se então a questão da autonomia das organizações sociais frente às outras organizações e ao Estado. Essa autossuficiência possui diversas faces, seja diante de organizações semelhantes em organização e legitimidade ou em relação um coletivo de organizações ou a uma rede constituída.

A Aliança Social Continental caracterizada pela organização horizontal preza pela agilidade e suas atividades e diretrizes são aprovadas por consenso em Assembleia Geral. Sua estrutura organizativa foi pensada para operar de forma simples, a fim de imprimir rapidez diante das decisões a serem tomadas. O Conselho Hemisférico, o Grupo de Coordenação Continental, integrado por representantes dos blocos sub-regionais e a Secretaria Executiva, para captação e administração de recursos. Assim, a ASC não é uma instituição *lato sensu*, mas uma rede que congrega organizações e movimentos sociais sem exercer uma rígida cadeia de comando. Dessa forma, os capítulos nacionais operam de forma autônoma seguindo apenas as diretrizes políticas comuns de atuarem contra a ALCA e aos TLCs. As organizações têm suas agendas próprias, mas aceitam a incorporação de atividades aprovadas no Conselho Hemisférico. Neste sentido, há um equilíbrio e respeito entre a execução dos projetos institucionais da organização e a diretriz estratégica da Aliança Social Continental.

Assim, a ASC não determina ou recomenda as formas de mobilização que as organizações do capítulo nacional adotam. As estratégias de mobilização são dadas a partir da cultura de resistência e dos repertórios que os capítulos herdaram de confrontos anteriores. Em geral, a secretaria-executiva nacional em reuniões com as lideranças propositoras de uma mobilização específica define as estratégias de ação. A mobilização pode partir de uma proposta de um dos Grupos de Trabalho e, então, será com este GT que será definida a manifestação. Cada evento, por seu caráter, comporta um repertório de atividades, que pode ser uma declaração acompanhada de uma pequena representação que é entregue a uma autoridade; pode ser uma grande mobilização de protesto; uma marcha de resistência; um bloqueio de estrada ou apoio a uma greve de um setor que se identifica com os

objetivos da rede. Essas mobilizações são definidas pelo capítulo nacional que podem convidar outros capítulos nacionais e/ou lideranças da ASC, caso entendam a necessidade de haver uma representação ampliada.

Não há registro em que a ASC determinou uma ação local. Primeiro, por desconhecer as necessidades locais; segundo, por respeitar a autonomia dos capítulos. Caso houvesse tal atitude por parte de alguma instancia da ASC isso provocaria um intenso debate interno e, provavelmente, o capítulo não atenderia a demanda se não houvesse elementos concretos para executar a proposta da ASC. É importante lembrar que a existência da rede se dá pela preexistência das organizações nacionais que se agregaram a um objetivo comum. Isso significa que é o capítulo nacional que tem o poder de convocação ao qual a ASC empresta-lhe o poder simbólico ou político.

O capítulo nacional tem autonomia para construir suas formas de incidência em nível local e, inclusive regional sem necessidade de informar a ASC e nem aos outros capítulos nacionais. No nível local a autonomia dos capítulos é quase absoluta e em nível regional o que se recomenda é uma articulação com outros capítulos nacionais, inclusive com apoio da ASC. Ressalte-se que a autonomia é dada como princípio e pela apropriação cultural de um repertório comum da cultura de resistência.

O capítulo nacional, em geral, depende dos recursos aportados pelas agências de cooperação internacional e pelas organizações nacionais integrantes, seja diretamente ou por meio de projetos específicos que se complementam com a agenda do capítulo nacional. Ainda assim, há uma defesa expressa da autonomia operacional e política frente às agências cooperação internacional.

As atividades, que exigem recursos, podem ser executadas por uma organização ou por uma articulação de organizações. Para algumas atividades, como participar de cúpulas internacionais, os recursos podem ser obtidos junto ao Estado nacional ou agências de cooperação sediadas no país. Há casos em que a mobilização financeira é fundamental para o sucesso do evento e nesta situação a existência dos recursos pode determinar o êxito ou o fracasso de uma manifestação.

A mobilização em nível local, usualmente, requer um aporte menor de recursos. Porém, a participação pode ser maior ou menor de acordo com o objetivo e é de

responsabilidade do capítulo nacional. Uma mobilização regional comporta uma participação mais restrita, uma pequena delegação, devido aos custos financeiros, mas exige-se uma maior qualidade de representação. A questão não se reduz, portanto, aos custos financeiros, mas principalmente a qualidade técnica e política dos representantes. Para otimizar a participação as organizações recorrem às experiências que se encontram disponíveis nos repertórios de mobilização, entregando abaixo-assinados ou declarações de militantes reconhecidos internacionalmente.

A representação, seja qual for o seu nível, está vinculada a um compromisso e se apresenta como um porta-voz ou mediador entre a base e a organização representada. Importante ressaltar que aqui está se tratando de mediadores (*brokers*), que independem do espaço específico de atuação para sua qualificação. Não se presume que um seja mais importante que outro, apenas que atuam em campos diferentes.

O que se pode diferenciar, ainda que com certa prudência, é entre o ativista nacional e regional ou internacional. O militante nacional, mesmo tendo um ponto de vista internacional, atua essencialmente junto as bases e suas relações são diretas com os líderes comunitários ou de outras organizações locais. Sua participação é importante, pois representa as vozes silenciadas das comunidades e das periferias. São lideranças que advogam causas concretas e suas análises tem como base as necessidades imediatas das populações empobrecidas.

O ativista regional ou internacional possui um campo de relações mais amplo e tem uma visão da política internacional, que possibilita relacionar os problemas nacionais com a conjuntura e a história internacional. São lideranças que percebem as ameaças ou as oportunidades contidas nas propostas apresentadas pelos negociadores internacionais e como podem ser bloqueadas. Essas representações têm relações amplas no campo internacional e facilidades de argumentar com autoridades nacionais e internacionais.

A questão da representação e participação tem emergido como um problema secundário no campo das organizações e movimentos sociais. A questão das atividades de captação de recursos é que tem provocado algumas disputas entre as organizações nacionais ou mesmo com a Aliança Social Continental. Algumas

organizações expressaram essa competição e assinalaram que as entidades mais estruturadas têm vantagem neste campo.

A ASC possui recursos limitados e, em geral, não contribui para as mobilizações regionais. Sua contribuição é política enviando representante para participar de uma atividade expressiva ou com autoridades governamentais, onde sua voz empodera a demanda nacional. Os recursos financeiros, para realização das atividades, são responsabilidade de cada capítulo nacional. O princípio implícito da não dependência financeira entre os capítulos e a ASC busca prevenir a competição por recursos financeiros junto às instituições de cooperação internacional.

O capítulo nacional estimula, sempre que possível, a participação dos grupos de base ou as associações comunitárias nas conferências e seminários. Por ocasião da Assembleia Geral, onde são definidas as agendas anuais e aprovadas as diretrizes políticas e organizativas, o capítulo nacional financia a vinda de lideranças locais. Os grupos de base regional são importantes nas mobilizações estaduais ou departamentais, quando os ativistas comparecem em grande número. São essas lideranças que definem, normalmente, as agendas locais e, independente, promovem atividades.

A segunda dimensão, diz respeito à construção de campos de relações nacionais e regional e como isso afeta a relação de poder entre as organizações. Este ponto trata da relação de uma, diversas ou da representação coletiva de organizações diante do Estado. Neste sentido, onde nem todas as organizações de uma rede podem estar presentes, infere-se que somente algumas organizações são legitimadas pelo poder estatal. Isso pressupõe que há um desequilíbrio de acúmulo de recursos e mesmo de repertório por parte das organizações mais estruturadas.

O relacionamento com as autoridades nacionais depende de cada país. No Brasil, a Rebrip construiu canais de participação direta com diversos ministérios e órgãos governamentais. Na UNASUL e no MERCOSUL esta participação se dá por meio dos fóruns ou grupos de estudos. Não há canais abertos diretamente com o presidente pró-tempore ou com o secretário geral, de uma ou outra instituição. Na Colômbia esta relação entre Recalca e governo é mais conflituosa devido ao caráter autoritário do Estado. Não há canais concretos de diálogo aberto, há alguns contatos com escalões menores do governo e da burocracia. As atividades junto a UNASUL

foram muito esparsas e não podem ser consideradas porque a Recalca pós-ALCA voltou sua preocupação com as negociações dos TLCs.

A busca de relações da sociedade civil com autoridades que detém o poder de mando é importante, mas não é suficiente se essas autoridades quiserem impor suas agendas as agendas das organizações sociais. Nos países de governo autoritário, como a Colômbia, esse procedimento por parte dos governantes é comum. Mesmo países que se proclamam democráticos ou de esquerda, como a Venezuela, Cuba e Brasil, métodos semelhantes tem sido utilizados. A Rebrip, por exemplo, tem resistido às constantes imposições de agendas temáticas nas conferências do MERCOSUL. Esses canais de diálogo construídos pelas organizações sociais são, teoricamente, utilizados para demonstrar que o governo e a elite governante não são homogêneos em seus interesses e as dissidências disputam a hegemonia do poder.

Nesta conjuntura de competição pelo poder os capítulos nacionais buscam se qualificar, apesar das restrições existentes. As relações entre os capítulos nacionais se circunscreveram em participar de algumas reuniões ampliadas. Mesmo assim, devido à restrição financeira, a prática é enviar representante de uma organização que se disponha a participar da atividade a partir de seus próprios interesses e recursos.

No trajeto da ASC houve pouca comunicação ou troca de informação entre os capítulos nacionais, mesmo havendo uma compreensão por parte das organizações da importância da interlocução. Em todas as entrevistas ou nos documentos consultados não há, nem por parte da Rebrip ou da Recalca, nenhuma referência de contato entre as duas redes. Dessa forma, pode-se inferir que não houve comunicação ou esta foi espaçada ou descontínua, conforme apresentamos como um dos indicadores. Porém, Enrique Daza (op. cit.), um dos entrevistados e coordenador da Recalca, declarou que desde o “Encontro de Havana estabelecemos uma comunicação muito próxima com todas as organizações da América Latina, que tinham estudo sobre a ALCA [...]”. O que se apresenta não é uma contradição entre o que não se encontra nos documentos das redes e a declaração de Daza, mas a comprovação de que a comunicação foi, de fato, esparsa, pois nenhum dos demais integrantes colombianos da Recalca fez qualquer referência de diálogos continuados.

Alguns capítulos exorbitaram em suas autonomias e pouco trabalhou para a mobilização regional em conjunto. Assim, os capítulos não só não aproveitaram a oportunidade de agregar força social e política regional, mas também deixaram de contribuir para o avanço da democracia na América do Sul. Em um ambiente de oportunidades pode-se avaliar o quanto as pautas locais se sobrepuseram às pautas regionais. Nas entrevistas o que se percebe é que esta foi a grande perda do movimento social.

As limitações de estruturas desequilibram as oportunidades dos capítulos e, internamente, dos seus integrantes, mesmo considerando que toda atividade empodera o capítulo nacional. O processo de obtenção de poder em uma situação de conflito depende muito da legitimidade que uma instituição possui junto à sociedade ou a comunidade. No movimento pelos direitos sociais dos negros nos Estados Unidos, por exemplo, as organizações de negros que iniciaram o conflito foram perdendo protagonismo e a legitimidade para as igrejas negras, que mobilizavam os seus fiéis em maior número<sup>77</sup>.

O empoderamento pode ser de um líder ou de uma organização. Mandela, por exemplo, se tornou um líder não somente porque se opôs ao *apartheid*, mas porque foi apoiado pelo Congresso Nacional Africano e porque o governo segregacionista ficou isolado na comunidade internacional.

Pode-se inferir, portanto, que o capítulo nacional, assim como as igrejas negras, que possui mais recursos financeiros, uma estrutura organizacional mais competente e profissional tem mais possibilidades de empoderamento. Isso não quer dizer, em absoluto, que uma pequena organização ou um líder de base não pode ter uma atuação significativa que o empodera.

A Aliança Social Continental, apesar de desarticulada, ainda é um referencial importante, visto que foi uma construção social única, enquanto diversidade de organizações agrupadas sob uma mesma temática, em termos de América Latina. Mesmo reconhecendo que seu ciclo de mobilização terminou, ou está em profundo descenso, a ASC ainda se mantém como um referencial de luta continental. A

---

<sup>77</sup> “Animados pelo êxito do que se havia planejado como um protesto simbólico de uma jornada, os líderes negros decidiram fazer do boicote algo mais permanente. Em uma reunião na igreja batista de Dexter Avenue, os organizadores do boicote criaram a Associação para a Melhora de Montgomery e elegeram o seu primeiro presidente, um tal Martin Luther King jr, de 26 anos (McAdam et al., 2005:44, tradução nossa).

Aliança Hemisférica, como muitos a chamam, faz parte do imaginário de resistência latino-americano e é um parâmetro para as mobilizações futuras. O movimento social não comporta o termo “passado” na medida em que toda atividade fica registrada como experiência vivida no processo de luta. Os movimentos regionais que virão a se organizar terão como sacar do repertório de mobilização aquelas ações que foram exitosas ou reinventar as que fracassaram em uma determinada conjuntura. A estas últimas poderão ser dadas nova vestimenta que as transformem em ações bem sucedidas. Por isso, ou em nome de um vir-a-ser, os capítulos nacionais mesmo reconhecendo a fragmentação da ASC, a impossibilidade de recompô-la ou recriá-la, em razão da mudança conjuntural, ainda se mantém como memórias históricas em reverencia aos avanços conquistados e aos que ainda tem a conquistar.

A terceira dimensão visa perceber como a atuação das redes influenciam a política externa dos governos e os modelos de integração. Para tal é necessário uma definição estratégica de como abordar nacionalmente os governos e como fazer desta abordagem um trampolim para uma aproximação junto às instituições regionais. Sem uma ação coordenada os resultados serão pouco eficazes e desmotivadores. Algumas organizações da Rebrip sentiram esta frustração ao trabalharem junto ao MERCOSUL e as da Recalca sentiram o mesmo ao atuarem junto a CAN.

A ACS foi organizada para estabelecer diretrizes às mobilizações e não para tutelá-las. Os princípios e as posturas políticas definidas no Conselho Hemisférico têm como função orientar os capítulos nacionais para que se mantenham alinhados sob o objetivo de impedir os avanços das negociações da ALCA. A Aliança é um centro articulador, agregador, mesmo não tendo a competência de intervir nas agendas dos capítulos nacionais. Cada capítulo tem sua autonomia e se responsabiliza pelos seus atos políticos e sociais. Essa articulação que tem um centro que descentraliza a responsabilidade das atividades locais aos capítulos nacionais. É uma inovação no âmbito continental, mas não o é em nível nacional onde se pode listar diversos movimentos centralizados-descentralizados, como os de combate a fome, por exemplo. Mobilizações descentralizadas semelhantes ocorreram no Brasil e sustentaram o sucesso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

quando foram formados milhares comitês da Ação da Cidadania<sup>78</sup>.

Os capítulos nacionais, brasileiro e colombiano, tiveram pouco envolvimento com as instituições regionais. Houve participação em uma ou outra instância da UNASUL e do MERCOSUL, mas nada que indique uma constante incidência. Mesmo porque após o bloqueio das negociações da ALCA, em 2005, a ASC e seus capítulos nacionais ou se voltaram para as agendas específicas, como a Recalca com o TLC ou a Rebrip com a OMC. Neste sentido, o debate sobre a integração regional não se sustentou na agenda da ASC e de alguns capítulos nacionais. Neste sentido, Brasil e Colômbia são países ensimesmados em suas subalternidades, no sentido de que estão de costas para a América do Sul e voltados um para a Europa e o outro para os EE.UU.

Não é competência de a Aliança designar atividades para os capítulos, mas indicar as diretrizes para que cada capítulo elabore sua agenda em conformidade com a conjuntura de seu país. Os desafios da Recalca são diferentes dos da Rebrip e para responder às ameaças e oportunidades conjunturais as agendas são desiguais. As entrevistas demonstram que as duas redes pouco se comunicaram - ainda impera a mudez - o que as impediu de localizarem pontos comuns de atuação conjunta.

As agendas dos capítulos nacionais são definidas em assembleias gerais. Porém, não há uma agenda regional que oriente as ações conjuntas que deveriam ocorrer. A falta de orientação e convocação por parte da ASC para que os capítulos atuassem juntos nas mobilizações regionais e com uma estratégia definida junto às instituições de integração regional, pode ser avaliada como omissão em relação à responsabilidade de pautar a questão da integração regional, que é um tema da agenda da Aliança.

A incidência sobre as instituições de integração regional foi inserida na agenda da ASC em decorrência do bloqueio das negociações da ALCA, que era o foco que sustentava as organizações enquanto rede. A temática da integração incorpora a pauta da Aliança mais para cobrir o espaço deixado pela ALCA do que por um entendimento estratégico comum entre os capítulos nacionais. Hiatos como esse comprometeram o desenvolvimento da Aliança e levaram os capítulos a

---

<sup>78</sup> “Esse fato, aparentemente paradoxal, parece sugerir que muitos indivíduos e grupos encontraram formas de tornar perenes e atualizar suas práticas de colaboração e solidariedade social através da Ação da Cidadania. Nesse aspecto, a experiência do comitê da Freguesia, na Ilha do Governador é ilustrativa” (Magalhães, 2002:130).

desmobilização. Em algumas falas, há uma culpabilidade das agências de cooperação que mudaram seus focos de prioridade para a América Latina, o que é compreensível, mas isso somente comprova a dependência de algumas organizações sociais face aos recursos financeiros vindos da cooperação internacional ou de instituições de países centrais.

Algumas organizações dos capítulos incidiram sobre as instâncias da UNASUL, como o Fórum de Participação Social ou o Banco do Sul, mas atuaram como organizações específicas que integravam a Rebrip ou a Recalca. O nome da ASC pode utilizada como referência, porém não era ela a representada. Isso porque o capítulo fala em seu nome a partir de diretrizes gerais da ASC, contudo não pode dizer que esta incidência foi uma decisão estratégica da Aliança.

O que se percebe a partir das entrevistas é que o processo de fragmentação da representação dos capítulos indica o enfraquecimento da Aliança Social Continental. A ASC deixa de ser um polo centrípeto e passa a ser um processo centrífugo. Nestas condições, a Recalca deixa de atuar em dupla escala porque se restringe a atuar sobre os TLCs em que a Colômbia está envolvida. A Rebrip ainda mantém uma atuação em dupla escala ao incidir sobre as reuniões da OMC, UNASUL e G20, mas não na mesma dimensão em que operava nos anos posteriores. Isso significa que, para alguns capítulos, operar em dupla escala não dependia da ASC, mas é uma escolha estratégica da organização social.

Os fatores que levaram à fragmentação da Aliança Social Continental, mesmo sendo tantos e tão polemizado, foram de ordem macro e microconjuntural. A disputa de modelos de integração ocorre entre e no interior das organizações sociais e o debate ideológico impacta os capítulos nacionais. Há testemunhos de organizações e movimentos sociais que saíram dos capítulos, deixaram de frequentar suas reuniões ou mesmo não atenderam mais as convocações de mobilização, por questões de visão de mundo. Não se podem criticar essas decisões, pode-se sim ponderar que as consequências das defecções.

A UNASUL, que no início da pesquisa emergia como uma instância importante de articulação, vai desaparecendo no processo de consulta e entrevista. Espaços regionais, como a CAN, onde são debatidos os TLCs ganham importância. O MERCOSUL segue a UNASUL e percorre o mesmo trajeto para o esquecimento

porque, segundo as entrevistas, tem pouco impacto na política brasileira. Mesmo assim, a criação do Banco do Sul tem recebido apoio significativo da sociedade civil, pois sua criação é compreendida como uma instituição financeira que se contrapõem ao FMI.

A ALBA surgiu como um contraponto ao MERCOSUL e a CAN, que passaram a ser identificados como instituições que se dispõem a estabelecer uma área de livre comércio nos moldes neoliberais. Como a Colômbia está integrada na Comunidade Andina, o debate que confronta a ALBA e o MERCOSUL não passa pela Recalca, que apoiam o Movimento da ALBA. A fragmentação da CAN facilita esta tomada de posição por parte da Recalca. Mesmo com restrições ao processo de criação da ALBA a rede colombiana prossegue sua trajetória política.

A Rebrip sentiu o impacto da criação da ALBA. Muitas organizações, como o MST e o Jubileu Sul<sup>79</sup>, fizeram pressão para que a Rebrip se integrasse ao Movimento da ALBA. A Coordenação, depois de alguns debates, avaliou que o lócus de atuação da Rede era o MERCOSUL por razões deste ter uma estrutura organizacional aberta a participação social e pelo fato do governo brasileiro não estar vinculado à ALBA. Mesmo assim, a coordenação para manter a Rede unida, preferiu liberar as organizações para atuarem nos dois modelos de integração. Apesar deste esforço algumas organizações se afastaram, porém não saíram da Rebrip. O cenário expressa uma quebra das relações de confiança entre as organizações integrantes da Rebrip. Essa fratura é significativa e se mantém como um percalço mal resolvido.

A conjuntura atual aponta para um momento de inversão de oportunidades de uma atuação progressista para um reagrupamento das forças conservadoras contrárias a integração regional, favoráveis aos tratados de livre comércio. As perdas apontadas nas entrevistas consideraram esta reviravolta no cenário político e as dificuldades que a sociedade civil do campo democrático terá que encarar se quiser responder coletivamente ao atual desafio. Ao ser questionado como enfrentar o desafio presente o atual mantenedor da Recalca, Enrique Daza, respondeu que:

---

<sup>79</sup> “Somos uma rede ampla e plural de movimentos sociais, organizações populares e religiosas, política, comunidades e campanhas na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico. Trabalhamos juntos no desenvolvimento de um movimento global pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas, internas, e exigindo a reparação e restituição do imenso dano que provoca aos países endividados... e ao desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos mesmos” (Jubileu Sul. Acessado em 12/01/2017: <http://www.jubileusul.org.br/quem-somos>).

É muito difícil retomar a ASC por muitos fatores. Um, porque não há vontade política e a ASC necessita de organizações internacionais que lhe deem estrutura, como foi o sindicalismo [...]. Precisa ter organizações continentais que tenham sedes em vários países que possam dar certa coerência e isto não existe (ENRIQUE DAZA, op. cit. Colômbia)

A tabela 3 sumariza os temas que foram abordados e desenvolvidos acima. A sistematização é importante porque proporciona uma visão, ainda que parcial, das posições das duas redes, que foram trabalhadas durante o processo de pesquisa.

**Tabela 3 – Sumária dos Temas abordados nas entrevistas da Rebrip e da Recalca**

TEMAS	REBRIP	RECALCA
<b>Contexto</b>	Combinação do processo de resistência ao neoliberalismo e aos TLCs. O estímulo para criar a Rebrip veio de fora do Brasil.	A criação da Recalca foi um fenômeno nacional. A conjuntura e as Ongs nacionais e internacionais favoreceram o seu desenvolvimento.
<b>Recursos</b>	Contribuíram: Oxfam, ActionAid, Cristian Aid e Fundação Ford e Fundação Friedrich Ebert.	No início recursos das organizações, depois apoio financeiro internacional da Oxfam e entre outras agencias.
<b>Expectativas</b>	As organizações tinham expectativas de êxito contra a ALCA porque tinham sabiam o que estava em negociação somado ao sentimento antiamericanista.	A estrutura organizativa saiu do Fórum, mas foi o entusiasmo das organizações que deu a ideia da criação da Recalca,
<b>Experiências</b>	Só as ONGs e os sindicatos que lidavam da questão internacional tinham uma formação de política e da cooperação internacional.	Só ILSA tinha olhar mais global. As organizações tiveram que aprender. A reunião com as organizações internacionais trouxe a experiência da RMALC/México.
<b>Alianças</b>	Rebrip foi um chamado dos sindicalistas do Norte e da CUT, que alertaram que o NAFTA poderia se estender a América Latina.	Recalca agregou os movimentos de base popular, setores produtivos e vários parlamentares liberais e conservadores.
<b>Influência</b>	Rebrip é reconhecida pelo governo e pelo Itamaraty como a grande rede que trabalha com os temas das relações externas nos temas de comércio.	A criação da Recalca ocorreu no auge da repressão do governo Uribe. Existia espionagem contra as organizações e criminalização das organizações sociais.
<b>Comunicação</b>	Rebrip tinha uma lista de e-mails e as teleconferências telefônicas. Não havia Skype, Whatsapp, etc. Algumas experiências não se pode mais replicar porque a conjuntura tecnológica mudou muito.	Recalca se comunicou com as organizações da América Latina. Tinha uma produção de estudos e um espaço na página WEB do Ministério, onde colocava as análises, estudos e documentos com aportes variados.
<b>Rebrip/Recalca/ALCA</b>	Sem a ameaça da ALCA não haveria a ASC e nem Rebrip. O Brasil tinha redes nacionais com conexão regionais e internacionais.	Recalca limitou seus objetivos a pauta da ALCA e aos TLCs. As posições ideológicas e políticas das organizações se constituíram em uma das fortalezas da Rede.

<b>Integração</b>	Integração entra na agenda como alternativa. Debate sobre a integração regional vem como um elemento alternativo.	A integração regional era proposta alternativa, estimulada pela vitória dos progressistas e o documento da ASC "Alternativa para as Américas".
<b>Rebrip/ MERCOSUL e Recalca/CAN</b>	MERCOSUL não ganha força que se esperava ganhar. Passa a ser mais um bloco comercial que se expressa como um bloco de integração.	Enfraquecimento da CAN fortaleceu a Recalca como a perspectiva de resistir ao processo neoliberal. CAN começou negociar os TLCs. Saída da Venezuela e Bolívia Isso significou a destruição política da CAN.
<b>MERCOSUL ≠ ALBA</b>	Rebrip era Secretaria-Geral da ASC. ALBA trouxe o debate da integração regional. A questão do chavismo criou resistência a esse modelo.	O MERCOSUL era um tema longínquo. ALBA apareceu, para alguns setores do movimento como uma alternativa a própria a ASC.
<b>Rebrip/Recalca/ ALBA</b>	O debate entre movimentos sociais e ALBA afetou a história da ASC e acabou por afetar a Rebrip, porque a ALBA quebra o movimento continental.	Recalca avaliava positivamente a ALBA, mas não participou da criação do Movimento Social da ALBA, porque não houve um processo de socialização coletiva.
<b>Rebrip e Recalca/UNASUL</b>	A UNASUL sem recursos e sem definição de nova Cumbre deixa de ser um atrativo para a Integração regional. A UNASUL não era um lócus ou tema que as organizações incorporavam na agenda.	Recalca apoiou a UNASUL e tentou construir mecanismos de participação. Os governos de esquerda não defenderam a causa da sociedade civil que considerasse os direitos humanos.
<b>ASC</b>	Rebrip era Secretaria-Geral da ASC e influenciava na agenda. Quando a Secretaria-Geral vai para a Colômbia a influência da Rebrip se reduziu.	ASC trazia informações e a Recalca se inteirava das lutas em andamento. ASC permitia acesso aos documentos que se publicavam nos EE.UU e nos sítios WEB e nos ministérios.
<b>Crise das Redes</b>	Movimento da ALBA quebrou a autonomia das organizações. ALBA não dividiu a Rebrip, mas a ASC tomou rumo diferente. O contexto modificou e a Rebrip começou a incluir outros temas na agenda.	A luta contra a ALCA termina e toma força os TLCs bilaterais. Surgiram na ASC duas correntes: uma queria mudar na metodologia e o enfoque da luta; outra manter a tradição do consenso. Isso levou a uma fratura entre esses setores.
<b>Ganhos e Perdas</b>	Ficou a experiência da luta contra a ALCA, a OMC e antiglobalização. O ambiente de resistência aproximou as organizações. Processo de resistência facilitou a identificação coletiva. Não teve sucesso no tema a integração regional.	Recalca trouxe a discussão sobre os TLCs. Criou um movimento que não existia. Impediu o TLC-EE.UU por quatro anos. Depois da firma do TLC-EE.UU a Rede perdeu a dinâmica e a agenda era outra.



## **CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta tese teve como objetivo pesquisar as percepções dos atores sociais, que integraram a Rebrip e a Recalca, em relação às ações em dupla escala junto aos governos nacionais e às instituições regionais, em um contexto de emergência de novas formas de organizações da sociedade civil, sob a ótica das teorias dos movimentos sociais, em um período marcado pela criação, desenvolvimento e fracionamento das redes nacionais.

O processo de exploração do tema dos movimentos sociais tendo como foco as redes brasileira e colombiana em uma perspectiva transdisciplinar não foi uma escolha metodológica, mas uma exigência da abordagem do ator coletivo que é social, histórico e cultural. Ou seja, a formação de um coletivo decorre de fatores estruturais, conhecimentos herdados e reações emocionais. Por esse motivo foi importante trabalhar com o conceito de percepção que se adequou às categorias explicativas da teoria culturalista, proposta por James Jasper (2010). As categorias subjetivas do ponto de vista da interpretação estruturalista ortodoxa não são consideradas formadoras de atores sociais nem de identidades coletivas. Atualmente, os teóricos do processo político, da mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais, estão repensando suas abordagens e integrando novas perspectivas, como a da subjetividade.

A junção disciplinar – sociologia, história, ciência política e psicologia – para este trabalho foi frutífera e comprovou a sua eficiência no tratamento de atores coletivos mobilizados em redes de organizações e movimentos sociais. Ao situar processo histórico dos países sul-americanos no âmbito do sistema-mundo, em especial o Brasil e a Colômbia, a análise não pode se restringir à sujeição territorial dos Estados nacionais, mas teve que ressaltar e explorar a hierarquização que caracteriza os espaços periféricos dependentes dos países hegemônicos ou centrais, no caso os Estados Unidos e a União Europeia. Esses dois países disputam o domínio cultural e comercial das áreas sul-americanas por meio de propostas de tratados de livre comércio, que são estratégias impositivas revividas e adaptadas dos repertórios utilizados durante a apropriação da África e do Oriente Médio, durante a transição do século XIX e XX.

A ação de dupla escala, utilizada pela Recalca e pela Rebrip, é um tipo de estratégia mobilizadora de pressão e lobby semicircular, que vem de um repertório anterior preservado na memória histórica, como o dos movimentos abolicionistas<sup>80</sup>. Ao empregar esta categoria teórica a análise pôde ilustrar como as dinâmicas das redes colombianas e brasileiras foram operadas para atingir certos objetivos ao jogar com os interesses dos governos nacionais e com os das instituições regionais de integração.

Operar o conceito de percepção em relação a outros conceitos estabelecidos na teoria do movimento social foi um desafio, mesmo tendo como base o trabalho de diversos pesquisadores reconhecidos como especialistas no campo da psicologia e da filosofia. Foram surpreendentes os resultados obtidos no sentido de comprovar que a percepção não é apenas um devaneio, portanto, se trabalhado de forma crítica pode-se identificar uma construção lógica do pensamento, que recupera uma experiência vivida. Somente quando esta categoria analítica se evidenciou é que se pôde tomar como provas concretas, tal como os documentos e outras evidências materiais, as entrevistas dos atores sociais, que vivenciaram a experiência da Rebrip e da Recalca.

Envolver a categoria “percepção” no denso debate da teoria dos movimentos sociais, mesmo considerando as observações dos jasperianos, poderá parecer a muitos eruditos uma heresia. Mas, a análise segue sob o conselho de Riobaldo, que quando atravessamos um rio a nado sempre vamos nos encontrar em um ponto bem mais abaixo do que pensamos inicialmente (Guimarães Rosa, 1994, p.42). Assim foi a travessia da tese que, em muitos momentos, se viu levada pela correnteza da composição das categorias teóricas, mas o aprofundamento permitido pelas leituras trouxe o trabalho ao leito comum das incertezas. Operar com a categoria “percepção” abriu um leque de oportunidades de interpretação que, caso não fossem restringidas pelas categorias do processo político, da mobilização de recursos e as dos novos movimentos sociais, poderiam ser tão ampliadas que se diluiriam.

---

<sup>80</sup> “Nabuco foi central na construção de um vínculo entre o movimento abolicionista brasileiro e a rede abolicionista transnacional ainda ativa no final do século XIX, ao operar o que na literatura sobre redes sociais chama de “*brokerage*”, isto é, simultaneamente afiliado a diferentes redes, Nabuco funcionou como mediador e conector entre elas” (ALONSO, 2010, p.3).

Ao comparar as entrevistas pôde-se inferir a concretude das afirmações e das negações em relação ao processo de criação e desenvolvimento das redes, bem como foi significativo o impacto das mudanças político-conjunturais da América do Sul sobre o movimento social.

Esses impactos, ou a falta deles, ficam evidentes quando se aborda a questão da integração regional, que não foi absorvida na medida necessária para ser associada às outras temáticas, nem pela Rebrip nem pela Recalca. A Rebrip, mesmo considerando importante atuar sobre o processo sub-regional de integração, não impulsionou as iniciativas das organizações a ela integradas. O MERCOSUL continuou sendo, para muitas organizações, apenas um espaço mercantil e não um bloco político-comercial, que poderia ser suporte ao processo maior de integração continental ao impedir ou inibir que as práticas neoliberais se aprofundassem e contaminassem os governos do Cone Sul. A Recalca, diante da desintegração da CAN, voltou-se para sua agenda de resistência interna contra os TLCs. A Rede percebeu a importância política da ALBA, porém o domínio da proposta pelo chavismo comprometeu sua ampliação não só na Colômbia, mas igualmente nos demais países andinos. As críticas de que a ALBA é uma proposta de governo e não uma proposição da sociedade civil enfraqueceu a adesão por parte de algumas organizações que integravam a Recalca e a Rebrip. Dessa forma, a posição política da esquerda tradicional sul-americana, que preza pelas suas certezas, não contribuiu para que a Aliança Bolivariana emergisse como uma alternativa possível no âmbito de um panorama que permitia o avanço das forças progressistas em um subsistema-mundo.

A Aliança Social Continental, após a derrota da ALCA, perdeu-se entre as agendas nacionais, que retomaram as atividades locais. O enfraquecimento da ASC e sua desagregação não obscurecem o seu trajeto de organização da resistência latino-americana; nem descarta as experiências de mobilização que continuam fomentando novas iniciativas como repertório organizativo de lutas. Como a história não se movimenta pela desmemorialização das construções sociais e sim pela manutenção delas enquanto repositório vivo de experiências humanas, a ASC continua como referência tanto para a Recalca como para a Rebrip.

O mais inquietante no processo de mobilização coletiva foi constatar a fragmentação de ambas as redes e o mais dramático tem sido a dedicação dos capítulos nacionais

em não deixar que suas memórias sejam arrastadas pelo esquecimento. Transformaram-se de mediadores organizativos em tradutores de uma conjuntura que se articula contra os movimentos sociais em razão do avanço das forças conservadoras e de direita. Para algumas organizações a Recalca é dada como inexistente enquanto rede de mobilização, mas respeitam sua história e reconhecem a importância das atuais análises sobre os TLCs, que são elaboradas em nome da Rede pelo Cedetrabajo. As organizações brasileiras ainda reconhecem a existência da Rebrip e, mesmo identificando um processo de desmobilização, avaliam positivamente a sua permanência, mas não se encontra nas entrevistas processos de retomada das atividades e recomposição da Rede.

Nas entrevistas, tanto com atores brasileiros como colombianos, não se antevê a esperança de retomada dos capítulos nacionais – até mesmo porque a ASC está desativada – uma vez que foram construções conjunturalmente datadas. A desagregação das redes abriram espaços que estão sendo ocupados por mobilizações “espontâneas” dirigidas por grupos de direita ou por setores estudantis, que rejeitam a participação política, e por setores patronais vinculados a produção. A atual situação de retomada do poder político pelas forças conservadoras é capaz abrir espaços de oportunidade e criar ameaças que podem servir como estímulos a uma reação coletiva organizada. Há que considerar o momento de mobilização por direitos, porém existe uma grande perda de confiança nas instituições do Estado e nas representações político-partidárias, que leva a confrontos localizados que não estão conectados com as necessidades reais dos setores produtivos menos capitalizados, consumidores e populações empobrecidas, para que se construa uma agenda coletiva de resistência.

A pesquisa demonstrou que há uma experiência acumulada em repertório de mobilização e de confronto na sociedade civil sul-americana que pode ser ativada caso a sociedade reaja à repressão a qual está submetida. A teoria dos movimentos sociais, assim como a história das revoltas e revoluções, nos ensina que há um momento de condensação da insatisfação social onde a ruptura radical pode aflorar. A guerrilha na história da Colômbia demonstra essa hipótese, contudo no Brasil as descontinuidades políticas têm sido resolvidas por acordos de elites. Porém, não se pode silenciar que nos dois países as revoltas encabeçadas por setores populares foram violentamente reprimidas.

O que este trabalho registra não são memórias pessoais, mas percepções vivas de experiências que estão entesouradas na memória coletiva. As entrevistas não significaram apenas opiniões seletivas, mas representações concretas de um tempo de resistência por parte da sociedade civil brasileira e colombiana. A transdisciplinaridade possibilitou esta narrativa e, com certeza, abre espaço para um leque de novas investigações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABERS, R. e Von Bülow, M. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** SOCIOLOGIAS DOSSIÊ. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84
- ALMEIDA, W. **A trajetória das instituições financeiras multilaterais e suas relações com as políticas públicas.** Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, p.173-188, jul./dez. 2005.
- ALONSO, A. **O Abolicionista Cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional.** 34º. Encontro Anual da Anpocs. Mesa-redonda Joaquim Nabuco: política e ideias. 25 a 29 de outubro de 2010.
- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx** (Pour Marx). Zahar Editores, 2ª edição, 1979.
- AMARAL, I. **Morre Gabriela Leite, fundadora da grife Daspu.** 2013. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2013/10/morre-gabriela-leite-fundadora-da-grife-daspu/> Acesso em: 26/12/2016.
- AMIN, S. **Capitalismo, imperialismo, mundialización.** Rebelion, 2001.
- ARANA, R.G. **Movimientos sociales, movilización y violencia política en colombia. Historia y economía.** Boletín del the Taller de historia económica. No. 04. Pontificia Universidad Católica del Ecuador – Facultad de Economía. Quito, mayo / (junio) de 2011.
- ARAÚZ, C.A. **Un sueño de siglos: El Canal de Panamá.** En publicación: Revista Tareas no. 123. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos, Justo Arosemena, Panamá: Panamá. Mayo-agosto. 2006.
- ARCHILA, M. **Colômbia: Paradoxos na construção da democracia colombiana.** In SORJ, B.,e OLIVEIRA, MD. eds. *Sociedade civil e democracia na América Latina: Crise e reinvenção da política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2007. pp. 95-146.
- ARCHILA, M. **Los movimientos sociales latinoamericanos al inicio del siglo xxi: El caso colombiano.** SUR/versión 1 - julio-diciembre 2011/ pp 177-206. ISSN:2244-7946
- ARCHILA, M. **Luchas sociales y democracia en Colombia, 2001-2005.** In Movimientos sociales, Participación y democracia. International IDEA. International Institute for Democracy and Electoral Assistance 2009.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo.** Copyright renovado 1979 by Mary McCarthy West Published by arrangement with Harcourt Brace Jovanovich, Inc. [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_arendt\\_origens\\_totalitarismo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf) Acesso em: 26/12/2016.
- ARCHILA, M. **Los movimientos sociales latino-americanos al inicio del siglo XXI: El caso colombiano.** Publicada en la revista Labor, 8 (1), primavera de 2011.
- Archila, M. **Idas y venidas, vueltas y revueltas. Protestas sociales en Colombia, 1958-1990,** Bogotá, Cinep/Icanh. 2003.

AYERBE, L.F. **Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 27, N° 2, julho/dezembro 2005, pp. 331-368.

BACHA, M.L. **Realismo e verdade** – temas de Peirce, 2003.

BARBOSA, G.C. e HAINES, L.F. **O Caso das Papeleras**. Observatório de Negociações Internacionais da América Latina. Análise semanal das negociações internacionais da região. Abril 22, 2013.

BARROS, J.D. **Materialismo histórico e determinismo: revisitando uma polêmica**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. V.1, n.1, jan./jun. 2011. ISSN: 2237 – 0579.

BAUMANN, M., PEREIRA, L.F.A., CAVALCANTI, M. BRUM, M., AMOROSO, M. **O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n° 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.

BERRÓN, G. **Identidades e estratégias sociais na arena internacional: o caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas**. Tese de Doutorado no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

BÉRRON, G. **A captura corporativa na política externa brasileira**. Rebrip, 12/08/2015. <http://www.rebrip.org.br/noticias/a-captura-corporativa-na-politica-externa-brasileira-5151/>

BLOOM, J.; MARTIN, Jr., WALDO E. **Blacks Against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013. 540p.

BORON, A. **Derrota del imperio: Venezuela ingresó al Mercosur**. Artigo de 31.7.2012, in <http://www.atilioboron.com.ar/2012/07/derrota-del-imperio-venezuela-ingreso.html> Acessado em: 26/12/2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Estado e Desenvolvimento Industrializado: esboço de uma economia política periférica**. Editora Braziliense, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Da política de elites à democracia de sociedade civil**. In João Paulo dos Reis Velloso, org. (2000) *Brasil 500 Anos Futuro, Presente, Passado*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000: 517-538.

BRUM, E. **Os novos “vândalos” do Brasil**. El País, Espanha, 2013. [http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473\\_348730.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html) Acessado em: 26/12/2016.

CABELEIRA, M.M. **UPP e UPP Social: novas políticas, outras polícias**. Ecopolítica, 5: jan-abr, 169-174. 2013.

CASTIGLIONI, L. **La nueva arquitectura financiera regional**. Clacso, Buenos Aires, 2013.

CALDERÓN, F. **Movimientos culturales y la emergencia de una nueva politicidad**. Revista Política & Sociedad. Volume 10 – N°18 – abril de 2011

CASAS, A.C. y CORREA, M.E. **¿Qué pasa con la Comunidad Andina de Naciones – CAN?** Papel Político Bogotá (Colombia), Vol. 12, No. 2, 591-632, julio-diciembre 2007.

CASTRO, I.C. **Genocidio político: el caso de la unión patriótica en Colombia.** Publicado en *Revista Cetil*, Año I, No. 2, septiembre de 2006, pp. 101-112.

CEPRID - Centro de Estudios Políticos para las Relaciones Internacionales y el Desarrollo. **Alvaro Uribe Vélez: presidente paramilitar de la narcodemocracia colombiana.** Tribunal dignidad, soberanía, paz contra la guerra, Domingo 21 de marzo de 2010. <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article783> \_Acessado em: 26/12/2016.

CECEÑA, A.E. **La batalla de Afganistán.** In *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial.* Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.

CECEÑA, A.E. **La dominación de espectro completo sobre América.** Revista de Estudos & Pesquisa sobre as Américas. Vol. 2, N° 4, 2014.

CERQUEIRA, D. IPEA e FBSP. **Atlas da Violência 2016.** Brasília, março de 2016.

CHASE-DUNN, C.e GRIMES, P. **World-Systems Analysis.** Annual Review of Sociology, Vol. 21. (1995), pp. 387-417.

CHAVES, W.S. **O Partido dos Panteras Negras.** Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 359-364, jan./jun. 2015.

CLEMENS, E.S. **Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 161-218.

COUTINHO, A.D.S. **A teoria da percepção de Charles S. Peirce.** Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica, UNICAMP

COUTINHO, J. **As ONGs\_origens e (des)caminhos.** In WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.* São Paulo: Boitempo, 2003.

COUTINHO, M.C. **Incursões marxistas.** In: *Estudos Avançados.* São Paulo, vol. 15, nº 41, 2001.

COUTINHO, M. **Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea.** Dossiê política internacional: temas emergentes. Revista Sociologia e Política, N° 27 Curitiba Nov. 2006

CRUZ-STEFANI, K. **Boaventura: Contra o golpe parlamentar no Brasil.** Entrevista concedida ao Blogdaboitempo, conduzida por Kalynka Cruz-Stefani, 2016. <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/02/boaventura-contra-o-golpe-parlamentar-no-brasil/>

DA HORA PEREIRA, L.J. **A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia.** Dissertação de Mestrado. Orientadora Dra. Yara Adário Frateschi. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAP, 2012.

DAZA, E. **Recalca: persistir en la unidad contra el ALCA.** In *De la indignidad a la indignación.* Recalca, 2006.

DAZZANI, M.V.M. **O pragmatismo de Peirce como teoria do conhecimento e da aprendizagem**. Caderno Seminal Digital, Ano 14, Nº 10, V 10 (Jul/Dez 2008) – ISSN 1806-9142

DE LA TORRE, V. **De las alternativas para las amélicas, de la Alianza Social Continental, a la Alternativa Bolivariana**. Nueva Época. Año 22. Num. 59. Argumentos, UAM-X • México. Enero-abril 2009.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Tradução Manuel do Rego Braga. Edição Abril Cultural, 1983.

DOBB, M. **A Transição do feudalismo para o Capitalismo**. Tradução de Isabel Didonnet. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

EL ESPECTADOR. **¿Cómo le fue a Colombia cuatro años después de TLC con Estados Unidos?** 15 MAYO 2016. <http://www.elespectador.com/noticias/economia/le-fue-colombia-cuatro-anos-despues-de-tlc-estados-unid-articulo-632394>

EL GRUPO DE CARTAGENA. **La participación argentina en los organismos multilaterales**. Historia General de las relaciones exteriores de la República Argentina. <http://www.argentina-rree.com/14/14-091.htm> Acessado em: 26/12/2016.

ESCOBAR, A. **“El final del Selvaje: naturaleza, cultura y política em la antropología contemporânea”**. CERES, Bogotá, 1999, nota de rodapé 4, pg. 39.

ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. En Daniel Mato (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31. 2005

FASE. **O fracasso da rodada anti-desenvolvimentista de Doha**. 03/08/2006. Acessado em 28/12/2016. <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/o-fracasso-da-rodada-de-doha-da-omc/>

FEDES. SOACHA: **Falsos positivos e impunidade**. Fundación para la Educación y el Desarrollo (Fedes). Ediciones Ántropos Ltda. S/data.

FERNANDES, F.L. **Violência, medo e estigma: Efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro, março de 2009.

FICO, C. **O "Movimento pela Ética na Política" de 1992**. Matéria retirada do Blog Brasil Recente no dia 22 de agosto de 2011. Publicada: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/agosto/o-movimento-pela-etica-na-politica-de-1992> Acessado em: 26/12/2016.

FLEURY, S. **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.

FONTENELE, C. **Mineração na Colômbia: riscos, ilegalidade e pobreza**. Brasil de Fato, dezembro de 2014. <https://www.brasildefato.com.br/node/30832/> Acessado em: 26/12/2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

FREEMAN, L.C. **The development of social Network analysis - A study in the sociology of science**. Library of Congress Control Number: 2004111710. Publisher: BookSurge, LLC. North Charleston, South Carolina. ISBN 1-59457-714-5 Vancouver, BC Canada Empirical Press, 2004.

GARCÉ, M. **Los movimientos sociales en América Latina en el actual contexto**. Escuela de Trabajo Social. Universidad Nacional de Córdoba, 20 de junio de 2003.

Garretón, M.A. La transformación de la acción colectiva en América Latina. Revista da Cepal, 76, abril 2002.

GARRETÓN, M.A. **¿En qué sociedad vivi(re)mos? Tipos societales y desarrollo en el cambio de siglo**. <http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/tipos%20societales%20de%20Garreton.pdf> Acessado em: 26/12/2016.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 (pp. 333 – 512).

GOHN, M.G. **Sociedade civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGs**. Revista NÓMADAS, N.º 20 - Producción de conocimiento, hegemonía y subalternidade - Abril de 2004 [https://www.ucentral.edu.co/images/editorial/nomadas/docs/nomadas\\_20\\_12\\_sociedad.PDF](https://www.ucentral.edu.co/images/editorial/nomadas/docs/nomadas_20_12_sociedad.PDF) Acessado em: 26/12/2016.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Editores Vozes, 6 Edição, Rio de Janeiro, 2013.

GÓMEZ-QUINTERO, J.D. **Organizaciones no gubernamentales y entidades sin ánimo de lucro en Colombia Despolitización de la sociedad civil y tercerización del Estado**. Volumen XXIII . Número 2. II Semestre de 2014 . PP. 359-384 Gestión y Política Pública 359

GRABNER-KRÄUTER, S. & BITTER, S. **Trust in online social networks: A multifaceted perspective**. Forum for Social Economics. Vol. 44, No. 1, 48–68. 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/07360932.2013.781517>

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Tradução de Manuel Slindes. SEARA NOVA, 1976

ROSA, J.G. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Aguilar, 1994.

IANNI, O. Teorias da globalização. – 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Subnormais Informações Territoriais**. Censo 2010. [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000001516481120\\_2013480105748802.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000001516481120_2013480105748802.pdf) Acessado em: 26/12/2016.

IELA/UFSC. **A batalha contra a mineração na Colômbia**. 29 de Novembro de 2015. <http://www.iela.ufsc.br/povos-originarios/noticia/batalha-contra-mineracao-na-colombia> Acessado em: 26/12/2016.

INESC. **Bancada ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional.** Brasília, outubro 2007 - Ano VII - nº 12.

JACOBI, P.R e MONTEIRO, F. **Redes Sociais e Instituições.** In Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antônio Ferraro Junior. MMA – Departamento de Educação Ambiental, Vol. 2, 2007.

JAIMES, G.E.N. La Guerra Revolucionaria del M-19 (1974-1989). Tese apresentada como requisito parcial para obter o título de Magister em Historia. Universidad Nacional de Colombia Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Historia Bogotá, Colombia, 2012

JARAMILLO, M. **Cambio constitucional y capacidades institucionales: un análisis de la protesta social en Colombia.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 1, Junho, 2007, p.124-147.

JARAMILLO, M. **Cambio institucional y protesta social em Colombia 1964-2000: análisis de series de tempo.** *Colombia Internacional* 63, ene - jun 2006, 70-87.

JASPER, J.M. **¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas.** *Sociológica*, año 27, número 75, enero-abril de 2012, pp. 7-48.

JASPER, J.M. **Social Movement Theory Today: Toward a Theory of Action?** *Sociology Compass* 4/11 (2010): 965–976.

KECK, M. e SIKKINK, K. **Transnational advocacy networks in international and regional politics.** UNESCO, 1999.

KECK, M. e SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics.** Cornell University Press, Ithaca London, 1998.

LABANCA, A.A.S; VASCONCELOS, E.B; CAPANEMA, S.C. **Pioneirismo em parcerias público-privadas: o modelo alternativo de atendimento ao cidadão no governo de minas gerais.** V Congresso CONSAD de Gestão Pública. Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF – 4, 5 e 6 de junho de 2012.

LACLAU, E. y MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia.** Siglo XXI, Madrid, 1987.

LACLAU, E. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social.** Texto apresentado no *workshop* promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título "Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina". Publicado originalmente na revista do CEDLA, *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo.

LACLAU, E. **La razón populista.** Traducción de Soledad Laclau. Fondo de Cultura Económica. 2004.

LANDIM, L. **A invenção das ongs: Do serviço invisível à profissão impossível.** Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

LAROSA, M.J. y MEJÍA, G.R. **Historia concisa de Colômbia (1810-2013).** Ministerio de Cultura y Pontificia Universidad Javeriana. 2014.

- LATOUCHE, S. **A Ocidentalização do Mundo**, Vozes, 1994.
- LAVALLE, A.G. e VON BÜLOW, M. **Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes**. Política e Sociedade. Florianópolis Vol. 13, Nº 28, Set./Dez. de 2014.
- LONDOÑO, S.Q. **O processo de paz da Colômbia também é acompanhado no Brasil**. Marcha Patriótica da Colômbia, capítulo Brasil. Brasil de Fato, 23 de Setembro de 2016. <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/23/artigo-o-processo-de-paz-da-colombia-tambem-e-acompanhado-no-brasil/> Acessado em: 26/12/2016.
- LOPES, J.C.S. **FARC-EP: a imagem da guerrilha através de textos redigidos por guerrilheiros**. Revista Medições, Londrina, V. 10, N. 2, P.91-104, JUL./DEZ. 2005
- MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos et al. Abril S.A. Cultural e Industrial, 1982.
- MAGALHÃES, R. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):121-137, 2002.
- MARCUSE, P. **Enclaves Yes, Ghettoes, No: Segregation and the State**. This paper was written for and presented at a Lincoln Institute course titled, "International Seminar on Segregation in the City," held from July 26-28, 2001.
- MÁRQUEZ, G.G. **La soledad de América Latina**. Discurso de aceptación del Premio Nobel 1982.
- MARTINS, C.E. **A América Latina e a economia mundial: conjuntura, desenvolvimento e prospectiva**, in Governança global e integração da América do Sul, IPEA, 2011.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Volume I. *Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe*. Editora Nova Cultural Ltda. 1996.
- MAXWELL. **O Método Cartesiano**. PUC-RIO. Certificação Digital Nº 0210596/CA. [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6393/6393\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6393/6393_3.PDF) Acessado em: 26/12/2016.
- MCADAM, D., TARROW, C., y TILLY, C. **Dinámica de la contienda política**. Editorial Hacer, 2005.
- MCKNIGHT, D. H.e CHERVANY, N. **The meanings of Trust**. University of Minnesota, 1996.
- MEDEIROS, MA; SARAIVA, MG. **Os atores subnacionais no Mercosul: o caso das Papeleras**. Lua Nova, São Paulo, 78: 77-108, 2009.
- MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Martins Fontes, 2 Ed. - São Paulo, 1999.
- MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** In movimentos sociais: questões conceituais artigos. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Lua Nova nº.17 São Paulo jun. 1989.
- MELUCCI, A. **The New social movements: a theoretical approach**. Social Science Information, n.19, p. 199-226, 1980.

MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA Y TURISMO. **Abc del acuerdo de promoción comercial entre Colombia y Estados Unidos.** <http://www.mincit.gov.co/publicaciones.php?id=637>

MONCAYO, H. **La rebelión contra el Librecomercio.** In De la Indignidad a la Indignación: la verdad sobre las negociaciones del TLC. Recalca, 2006.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: Repensar a reforma e Reformar o pensamento.** 8ª edição. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORRIS, A. **Black Southern Student Sit-in Movement: An Analysis of Internal Organization.** Author(s): Published by: American Sociological Association. American Sociological Review, Vol. 46, No. 6 (Dec., 1981), pp. 744-767

MOUSINHO, P. **Redes.** In Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antônio Ferraro Junior. MMA – Departamento de Educação Ambiental, Vol. 2, 2007.

MRE, Ministério das Relações Exteriores. **América do Sul. Integração Sul-americana** (Item a), Balanço de Política Externa 2003-2010, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011.

NEVES, M.C.P. **Professor da UnB denuncia: STF está no golpe. Professor titular de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.** Entrevista ao Sul21, 29/maio/2016. <http://www.sul21.com.br/jornal/stf-esta-envolvido-no-processo-do-golpe-afirma-professor-da-unb/> Acessado em: 26/12/2016.

NOGUEIRA I. **O lugar da China na economia-mundo capitalista wallersteiniana.** Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e doutoranda em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. UNICAMP, novembro 2007.

NOVAIS, F.A. **O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial.** In Brasil em Perspectiva. SP: DIFEL, 1969.

NOVAIS, F.A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Colonial – 1777/1808.** Editora Hucitec, São Paulo, 1989.

PETRAS, J. **ONGs y movimientos sociopolíticos.** Proyecto de Desobediencia Informativa. Enero de 2000. [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org)

POCHMANN, M. **Reconfiguração do sistema mundo e o espaço do Brasil.** Este artigo é cópia fiel do publicado na revista Nueva Sociedad especial em português, setembro de 2013.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** Escrito em 1949, como introdução ao Estudio económico de la América Latina, 1948 (E/CN. 12/89), e posteriormente publicado in CEPAL, Boletín económico de América Latina, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile, 1962.

Preciado, J. **América latina no sistema-mundo - questionamentos e alianças centro-periferia.** Dossiê. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268, Maio/Ago. 2008.

PRINA, A. **La guerra de Vietnam: historia desde abajo.** Ocean Press y Ocean Sur, 2008.

RANINCHESKI, S. e MORENO, R. **Resistindo a partir do discurso e da cultura - Indígenas no conflito armado colombiano: uma outra visão sobre guerra e paz no país.** *Latin American Research Review*, Vol. 45, No. 2. © 2010 by the Latin American Studies Association.

REBRIP. **Sétima Assembleia Geral, 2016.** <http://www.rebrip.org.br/noticias/setima-assembleia-geral-da-rebrip-d4b3/> Acessado em: 26/12/2016.

RECALCA. **De la Indignidad a la Indignación: la verdad sobre las negociaciones del TLC.** Recalca, 2006.

RECALCA. **Acuerdo alianza del pacífico es un paso gigante en la quiebra del agro y la industria. Carta a los Honorables Congresistas de la República de Colombia.** Bogotá. 17 de junio de 2014. Acessar: <http://www.recalca.org.co/acuerdo-alianza-del-pacifico-es-un-paso-gigante-en-la-quiebra-del-agro-y-la-industria/> Acessado em: 26/12/2016.

RESENDE, P.A. **Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 22/05/2013.

RIBEIRO y ESCOBAR. **Antropologías del mundo. Transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder.** Primera edición en español: febrero de 2008.

SANAHUJA, J.A. **Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR.** In El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012.

SÁNCHEZ, C.M. **Medellín, entre a inovação e o ressurgimento de uma violência esquecida.** <Http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/08/03/medellin-entre-a-inovacao-e-o-ressurgimento-de-uma-violencia-esquecida.htm> Acessado em: 26/12/2016.

SANT'ANNA, A.R. **Daslu e Daspu. Contos, Crônicas e Poesias - Literatura brasileira, 2013.**

SANTAELLA, L. **Novos Desafios da Comunicação.** Lumina - Facom/UFJF - v.4, n.1, p.1-10, jan/jun 2001.

SANTAELLA, L. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano.** Revista FAMECOS. Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre, nº 22, dezembro 2003.

SANTAELLA, L. **Semiologia Aplicada.** São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica.** Coleção Primeiros Passos nº 103. Editora Brasiliense.

SANTAELLA, L. **Realismo e Verdade – temas de Peirce.** Sem data.

SANTOS, A. **O que é transdisciplinaridade.** Publicado no periódico Rural Semanal, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, agosto de 2005.

SOUSA SANTOS, B. **Los nuevos movimientos sociales.** Revista Debates, OSAL, septiembre, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008

SILVA, A.A. **O capitalismo tardio e sua crise: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas.** Campinas, SP: [s.n.], 2012

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SCOTT, Alan. **Ideology and the New Social Movements.** Londres: Unwin Hymán, 1990

STOVEL, K., GOLUB, B.e MILGROM, E.M. **Stabilizing brokerage.** This work was first presented at the National Academy of Science's 2010 Sackler Colloquium.

SUDBRACK, U.G. **O extermínio de meninos de rua no Brasil.** São Paulo em Perspectiva, 18(1): 22-30, 2004.

TARROW, S. **El poder en movimiento: Los movimientos sociales,** la acción colectiva y la política. Versión española de Herminia Bavia y Antonio Resines. Ed. cast.: Alianza Editorial, S. A., Madrid, 1997.

TERRON, S. **População em favelas na cidade do Rio de Janeiro.** *Política & Dados*, 2012. <http://www.jaironicolaublog.com/2012/06/populacao-em-favelas-na-cidade-do-rio.html> Acessado em: 26/12/2016.

THIOLLENT, M. **Maio de 1968 em Paris - testemunho de um estudante.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2); 63-100, outubro de 1998.

TOURAINÉ, A. **Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado.** Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TRUJILLO, R.A. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010).** Universidad de los Andes, 2011.

UGARTECHE, O. y VALENCIA, T. **¿Cómo va el mundo al 2016?** In América Latina en la coyuntura mundial, nº 511, año 40, 2ª época, marzo Ecuador 2016.

ULRICH, K. e CAULY, F. **Tempos difíceis para os países emergentes.** Carta Capital, publicado 18/08/2015. <http://www.cartacapital.com.br/economia/tempos-dificeis-para-os-paises-emergentes-1880.html> Acessado em: 26/12/2016.

UNODC. **Global study on homicide 2013: Trends, contexts, data.** Supervision of Jean-Luc Lemahieu, Director of DPA, e Angela Me, Chief of RAB. United nations office on drugs and crime, Vienna. United Nations, March 2014.

VON BÜLOW, M. **Transnational Networks of Non-State Actors and their Impacts: A Comparison of Trade Union Strategies in the Mercosul and NAFTA cases.** Paper prepared for presentation at the 44<sup>th</sup> Annual International Studies Association Convention, Portland-OR, February 25-March 1, 2003.

VON BÜLOW, M. **Transnational Collective Action and Regional Integration: the dynamics of civil society networks.** A previous version of this paper was presented at the 2008 Globalization Studies Network (GSN) Conference, held in Waterloo, Canada.

- VON BÜLOW, M. **Sociedade civil e negociações comerciais: A construção de um novo campo de ação nas Américas**. Revista Crítica de Ciências Sociais 86 (2009). Número não temático.
- VON BÜLOW, M. **Atores não-estatais e os Estudos Internacionais na América Latina: do casillero vacío às redes transnacionais**. In Relaciones Internacionales: los Nuevos Horizontes. Grace Jaramillo, compiladora. FLACSO, Sede Ecuador. Quito, Ecuador, 1ª. edición: enero, 2009.
- VON BÜLOW, M. **Sociedade civil e negociações comerciais: A construção de um novo campo de ação nas Américas**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Número não temático 86/2009.
- VON BÜLOW, M. **The Politics of Scale Shift and Coalition Building: The Case of the Brazilian Network for the Integration of the Peoples**. In **Transnational Activism and National Movements in Latin America: Bridging the Divide**. Edited by Eduardo Silva. First published 2013 by Routledge. (pp. 56-80).
- ZAGNI, R.M. **Maus vizinhos? As relações entre estados unidos e argentina na vigência da “política da boa vizinhança”**. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.
- WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2016 - Homicídios por armas de fogo no Brasil**. FLACSO Brasil.
- WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976.
- WALLERSTEIN, I. **Análisis de Sistema-Mundo: Una introducción**. Siglo Veintiuno Editores, s/data.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. **Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia brasileira**. e-cadernos CES, 17, 2012: 56-84.
- WHITEFIELD, B. **The Tian Zu Hui (Natural Foot Society): Christian Women**. In China and the Fight against Footbinding. Southeast Review of Asian Studies Volume 30 (2008), pp. 203–12.
- WIGGERS et al. **As FARC e o governo colombiano: meio século de conflito**. Observatório de negociações internacionais da América Latina. Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), Brasil, May 8, 2014. <https://onial.wordpress.com/> Acessado em: 26/12/2016.
- WOODS, A. **A revolução francesa de maio de 1968**. Portuguese translation of The French Revolution of May 1968 – Part One and Part Two (May 1, 2008). <http://www.marxist.com/revolucao-francesa-maio-1968.htm> Acessado em: 26/12/2016.

## ENTREVISTADOS

### **Adhemar S. Mineiro**

Brasil.

Economista, técnico do DIEESE e assessor da REBRIP e da SRI/CUT.

Entrevista realizada em 13/07/2016.

### **Angélica Chaparro**

Colômbia.

Periodista y comunicadora social, con énfasis en comunicación institucional, con 14 años de experiencia en el trabajo con organizaciones de Derechos Humanos Civiles, Políticos y Económicos, Sociales y Culturales, DHESC. Amplia trayectoria en el diseño y ejecución de estrategias de comunicación y creación de medios institucionales para organizaciones sociales, así como en investigación periodística y sistematización de experiencias. Tallerista y conferencista sobre libre comercio y derechos de las mujeres, . Experiencia en radio comercial, comunitaria, prensa alternativa.

Entrevista realizada em 27/07 e 23/09/2016.

### **Daniel Bonilla**

Colômbia. Doutor em Ciência Política da Universidade de los Andes. Entrevista realizada em 21/09/2016.

### **Enrique Daza**

Colômbia. Director del Centro de Estudios del Trabajo, secretario de la Alianza social continental hasta 2012, director de la revista Deslinde. Coordinador de la Recalca.

Entrevista realizada em 12/07 e 19/09/2016.

### **Gonzalo Berrón**

Brasil. Participou da Coordenação da Rebrip. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Foi Assessor de relações internacionais da Central Sindical das Américas (CSA). É assessor da Fundação Friedrich Ebert (FES)

Entrevista realizada em 12/09/2015.

### **Graziela Rodriguez.**

Argentina. Participa da Coordenação da Rebrip. Coordenadora do GT Gênero da Rebrip. Coordenadora do Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental (ASC). Coordenadora Global do International Gender and Trade Network (IGTN). É Diretora do Instituto Equit, no Rio de Janeiro. Foi coordenadora do Ser Mulher (1989-2003).

Entrevista realizada em 12/09/2015 e 30/06/2016.

### **Hector Moncoya**

Colômbia. Foi um dos coordenadores da Recalca. Trabalha no ILSA – Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos. Foi um dos coordenadores da Recalca.

Entrevista realizada em 22/09 de 2016.

**Hector Mondragón**

Colômbia. Professor de Economia na Universidade Pontifícia Católica de São Paulo. Foi o coordenador dos Grupos de Trabalhos da Aliança Social Continental. Entrevista realizada em 27/07 de 2016.

**Iara Pietricovsky**

Brasil. Graduada em Antropologia e mestra em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Atriz. Participa da Coordenação da Rebrip. Faz parte do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Entrevista realizada em 28/06/2016.

**Jocélio Drummond**

Brasil. Médico, sindicalista no setor Saúde. Atualmente secretário do Sindicato Mundial Internacional dos Serviços Públicos, sendo o responsável pelas Américas e membro da coordenação da Rebrip, a Rede Brasileira de Integração dos Povos. Entrevista realizada em 26/07 de 2016.

**Kjeld Jakobsen.**

Brasil. Participou da Coordenação da Rebrip. Presidente do Instituto Observatório Social desde 2006, com sede em São Paulo. Foi Secretário de Relações Internacionais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) entre os anos de 1994 a 2003. Secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo (2003-2004). Entrevista realizada em 29/06/2016.

**Laura Rangel Fonseca**

Colômbia. Abogada defensora de los derechos laborales y derechos de las mujeres. Integrante del equipo de trabajo de Recalca. Entrevista realizada em 20/07 e 20/09 de 2016.

**Maurren Santos**

Brasil. Participou da Coordenação da Rebrip e foi coordenadora do GT de Serviços. Trabalha na Heinrich Boll Stiftung (BOLI). Entrevista realizada em 21/07 de 2016.

**Tatiana Samay Andia Reys**

Colômbia. Professora de sociologia na Universidade de los Andes. Doutora em sociologia Brown University. Maestría/Magister London School of Economics and Political Science MSc in Development Studies (2005); Pregrado/Universitario Universidad De Los Andes – Uniandes Economía (2002).

## ANEXOS

### **ASSEMBLEIA da REBRIP**

7-8 de novembro de 2013  
Rio de Janeiro  
Colégio Assunção

Os três anos passados desde a nossa última assembleia transcorreram rápidos, e foram marcados pela continuidade do ambiente da crise internacional, por um cenário interno em que predominaram os temas nacionais e por alguma instabilidade da nossa política externa. No caso do funcionamento da REBRIP, o processo de mudança da Secretaria Executiva, apontado na última assembleia, foi completado com muitos percalços e, agregado a alterações importantes no funcionamento da organização, como aconteceu com muitos dos grupos de trabalho, resultou em uma operação que custou a engrenar, e que só nesse último ano tem se recolocado a andar mais objetivamente.

Apesar disso, as mudanças no cenário internacional e as demandas que mais uma vez aparecem fortemente para a discussão de temas da agenda internacional do Brasil mostram que a continuidade de uma rede como a REBRIP é fundamental, e esta a importância de nossa assembleia neste momento.

#### **1. Conjuntura**

##### **Balço do período 2011-2013**

###### • Conjuntura internacional

A conjuntura internacional foi marcada pela extensão do cenário da crise iniciada em 2007/2008, uma crise multifacetada que tem no seu aspecto financeiro a sua área mais sensível e volátil, mas que incorpora muitos outros elementos. A crise poderia ser resumida no esgotamento do modelo de funcionamento anterior da economia capitalista, baseada em três pilares: a liberalização financeira, a liberalização comercial e a desregulação. Nesse quadro, avançaram desde os anos 1990 as negociações de comércio que a REBRIP acompanhou de perto desde sua organização.

Entretanto, a crise fez com que em um primeiro momento se estancassem as negociações de comércio, e em um segundo momento, a partir de 2010, elas de alguma forma alterassem de perfil, com uma insistência muito maior em processos fora do âmbito multilateral. Dessa forma, a OMC enquanto instância de debate da liberalização comercial perdeu muito de seu papel, com as negociações praticamente estancadas desde a última tentativa séria de fechamento da Rodada de Doha, em julho de 2008, em Genebra. É nesse quadro de negociações estagnadas que não apenas se concluíram os mandatos do francês Pascal Lamy no cargo de diretor-geral da OMC, mas também que se inicia o novo mandato do brasileiro Roberto Azevedo, após sua escolha para o cargo neste ano de 2013.

Um aspecto interessante é que a crise se desenvolve com tempos diferentes e intensidades diversas em distintas partes do mundo. Assim, de um epicentro inicial nos países desenvolvidos, a crise se aprofundou muito na Europa, se relacionando

com o próprio futuro da União Europeia, por um lado, e teve uma resposta mais rápida do ponto de vista de políticas econômicas nacionais e desempenho em países como EUA, Canadá e Japão. Os países emergentes, que passaram em um primeiro momento pela crise com razoável sucesso, são em um segundo momento atingidos pelos novos velhos mecanismos da especulação, como a especulação com os preços das commodities e das taxas de câmbio, e países como México, Índia, África do Sul, Turquia, Indonésia, Brasil e outros são atingidos por fortes turbulências financeiras em 2013, restringindo suas possibilidades de crescimento e fragilizando suas situações de balanço de pagamentos.

#### • **Conjuntura nacional**

A situação do Brasil desde 2011 está marcada pela gestão governamental do novo governo de Dilma Rousseff, que assume neste período. É um governo que, ao menos até o primeiro semestre de 2013, operava com maioria congressual, enorme popularidade, e uma ênfase “administrativista” e voltado para uma tentativa de retomar o chamado desenvolvimento, entendido este como uma retomada de taxas de crescimento do PIB mais robustas, sem grande discussão conceitual da qualidade do desenvolvimento. Essa tentativa, entretanto, não obteve uma resposta positiva, e a política econômica, ênfase do Executivo federal, foi encurralada pelos interesses financeiros a partir de 2013, com a retomada da subida das taxas de juros, e a pressão por uma série de projetos de infraestrutura com ênfase em aspectos financeiros (possibilidades de aplicação financeira, taxas de rentabilidade, participação de capitais privados em concessões, etc.).

Em meados de 2013, o país é surpreendido com uma explosão de mobilizações, com reivindicações centradas na ampliação e melhoria de qualidade dos serviços públicos e garantia da extensão de direitos, em especial a partir dos protestos contra o aumento das tarifas de transporte e os gastos relativos a megaprojetos esportivos, como Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas. Embora pouco possa ser dito sobre os desdobramentos desse movimento no futuro próximo, o fato é que os temas particularmente relativos a serviços públicos ficam muito mais sensíveis de serem tratados a partir daqui.

A outra grande questão é imaginar qual a influência dessa mudança, se conjuntural ou mais estrutural, no processo eleitoral amplo que vai ocorrer no próximo ano. Dentro desse quadro, voltam a avançar discussões como a ampliação dos mecanismos de transparência e participação popular, o que abre um importante espaço para uma velha proposta da REBRIP que é da construção de um Conselho para a discussão da formulação da política externa brasileira, de acordo com a proposta construída na nossa última assembleia, em 2010.

#### • **Conjuntura e comércio internacional**

O quadro de continuidade da crise representou não apenas uma desaceleração dos números do crescimento do comércio internacional a partir de 2008, mas uma volta em vários momentos de táticas protecionistas por parte da maioria dos países para lidar com a crise. Essa discussão foi permanentemente citada em documentos do chamado G20, onde os líderes do grupo expressavam preocupação com o tema. Por outro lado, como levantado anteriormente, a discussão de comércio, travada no âmbito multilateral, seguiu com desdobramentos em acordos bilaterais, bi-regionais, ou de novas áreas regionais, como a discussão da Parceria Trans-Pacífico (TPP, na sigla em inglês). Nessas tentativas, se buscam não apenas consolidar algumas das

discussões já existentes no âmbito da OMC, como também aprofundar alguns pontos, particularmente em áreas sensíveis como investimentos, propriedade intelectual e serviços, que poderiam ser entendidos na prática como uma nova geração de acordos de livre-comércio, agora buscando configurar uma nova hegemonia dos EUA (TPP, acordo EUA-UE, discussões do Arco do Pacífico na América Latina), e buscando escantear de alguma forma em especial os países do grupo chamado BRICS.

#### • **Outros aspectos relevantes da política externa brasileira**

À mudança ministerial ocorrida na passagem do Governo Lula ao Governo Dilma, com a substituição do Min. Celso Amorim pelo Min. Patriota, se associa não apenas uma mudança de nomes, mas fundamentalmente uma mudança de perfil, com uma política geral que busca menos protagonismo e criatividade, e mais a consolidação de espaços de articulação construídos e/ou conquistados no período anterior, como BRICS, G20 e outros.

As articulações do período anterior permitem, entretanto, consolidar o protagonismo brasileiro em uma série de instituições internacionais, como a FAO, a OEA, e a própria OMC, muitas vezes com a chegada de brasileiros a postos importantes e/ou de direção das instituições. Por outro lado, a sensação é que a ocupação desses espaços apresenta uma falta de articulação com as políticas no nível nacional, e em especial com os movimentos sociais brasileiros, o que desse modo reforça a necessidade de um fórum de discussão e formulação da política externa brasileira onde seja possível fazer esses movimentos.

A troca ministerial ocorrida no período recente no Itamaraty deve ser discutida dentro dessa perspectiva de alteração das relações entre a área diplomática do governo, as políticas públicas nacionais e as articulações com os movimentos sociais que cada vez mais buscam espaços de interlocução e ampliação de influência em temas de política externa.

#### • **A Rebrip e a conjuntura – aspectos gerais**

Com uma série de debilidades, e refletindo suas fragilidades organizativas, a REBRIP buscou influir na realidade em curso através de sua definição mais geral da última assembleia de se configurar como uma rede que trata dos temas gerais da política externa brasileira, indo além dos temas tradicionais com os quais estruturava o seu trabalho, como comércio e integração regional.

Além disso, a crise e uma série de demandas abriram um espaço para a incorporação dos temas financeiros às ações da rede. Além das discussões sobre as transformações das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) em função da crise, os temas do Banco do Sul e da nova arquitetura financeira regional, os temas da crise e da regulação financeira no G20, as discussões sobre o Banco dos BRICS e do acordo contingencial de reservas no âmbito dos países BRICS, a articulação entre os créditos do BNDES e a expansão das empresas brasileiras no exterior e seus impactos, as discussões e articulações sobre a Taxação de Transações Financeiras (TTF), acabaram por incorporar o tema financeiro ao cotidiano da rede.

Finalmente, vale ressaltar que a REBRIP e várias instituições da rede se incorporaram ativamente na discussão da implementação de uma proposta aprovada em 2010 na rede, que é a do Conselho de Política Externa, objeto de

discussão em diferentes âmbitos, e particularmente reforçada a partir da conferência sobre política externa ocorrida em julho de 2013 na UFABC.

## **2. Avaliação do funcionamento da Rebrip – balanço interno**

Além disso, é fundamental tomar em consideração que a estrutura de funcionamento da REBRIP, onde os grupos de trabalho pré-estruturados acabam refletindo de certa forma a estrutura negociadora dos acordos de comércio (agricultura, NAMA, serviços, propriedade intelectual), acabou trazendo para o funcionamento da rede as mesmas dificuldades vividas nas negociações de comércio. Assim, por certo pragmatismo, muitos dos temas que efetivamente estavam em discussão crescente (BRICS, integração regional, G20, temas financeiros, etc.) foram sendo incorporados pelo chamado GTAEI, que acabou operando politicamente como uma espécie de secretaria-executiva da rede. Esse movimento, se de alguma forma dinamizou e permitiu manter o dinamismo da REBRIP, e também sua importante articulação internacional, de outro lado concentrou de forma superlativa os temas estratégicos em apenas um grupo de trabalho, de certa forma contribuindo para esvaziar o funcionamento dos demais grupos.

## **3. Propostas de estruturação e funcionamento da Rebrip**

### **• Prioridades**

É fundamental a definição de prioridades de atuação para o próximo período, de modo a que não dispersemos as forças limitadas que temos para influir na conjuntura do período entre até a próxima assembleia. O trabalho nos últimos três anos apontou para alguns temas fortes nos quais deveríamos nos concentrar.

O primeiro diz respeito a fazer voltar a funcionar de forma ágil e politicamente articuladora a secretaria-executiva da rede, completando de certa forma o processo de transição iniciado na última assembleia, e que já se estendeu para além do que deveria. Do ponto de vista nacional, existe um espaço aberto para a consolidação de alguma forma da nossa proposta apresentada em 2010 de uma estrutura como um fórum de debates e formulação da política externa brasileira, no qual podemos e devemos jogar peso. Além disso, ainda no plano nacional, apesar de todas as debilidades a REBRIP é uma referência importante do debate com o Estado brasileiro em seus vários níveis sobre os temas da política externa brasileira, e é fundamental manter viva e operando essa referência, o que significa formular e debater permanentemente, assim como manter os canais de comunicação.

No âmbito temático, o período recente apontou a relevância de nosso acompanhamento e participação em ao menos cinco temas estratégicos: integração regional, BRICS/G20, as discussões de propriedade intelectual e saúde, os temas financeiros (incluído aí o tema da TTF, mas também os investimentos brasileiros no exterior) e os velhos temas de comércio.

### **• Propostas de articulações com outros movimentos/redes**

O último período desde a assembleia de 2010 mostrou a fragilidade que pode ter a REBRIP para, isoladamente, tentar tratar dos temas considerados estratégicos. Assim, isso reforça a ideia da importância da articulação com outras redes e movimentos, o que tivemos uma razoável dificuldade de fazer avançar no último período pelas próprias debilidades internas da rede.

Assim, o próximo período deve servir para, superadas as nossas próprias debilidades, que a REBRIP possa voltar a ter um papel protagônico em viabilizar

articulações importantes com outras redes e movimentos sociais que estão fora do âmbito da REBRIP, buscando dessa forma as sinergias que nos permitam multiplicar a nossa capacidade de interferir nos rumos dos acontecimentos.

As articulações em torno de atividades durante a próxima reunião dos BRICS, prevista para acontecer em Fortaleza, no segundo bimestre do ano que vem, podem ser um novo importante teste neste sentido.

#### • Estruturação dos GTS

Os grupos de trabalho sempre foram a alma do funcionamento da REBRIP, assim como a estrutura que permitiu a capilaridade da rede. Entretanto, no último período, um processo de atrofia e hipertrofia acabou caracterizando os diferentes GTs da rede, mostrando que a forma como hoje se encontra estruturada esse núcleo fundante e funcional da REBRIP atravessa problemas graves do ponto de vista operativo.

A assembleia pode ser um importante momento para discutir essa realidade, e a estruturação dos GTs pelos temas estratégicos pode ser pensada como uma forma de articulação possível para voltar a dar vida e dinamismo à rede e a estrutura dos GTs.

1) Em ordem de preferência, quais devem ser os temas de atuação da REBRIP?

- integração regional,
- BRICS,
- G-20,
- propriedade intelectual,
- nova arquitetura financeira internacional,
- investimentos financeiros,
- paraísos fiscais,
- mudanças climáticas,
- questões de gênero,
- serviços,
- transnacionais,
- TLCs,
- cooperação,
- outros (*especificar*)...

<http://www.rebrip.org.br/noticias/convocacao-para-assembleia-geral-da-rebrip-7856/>

### **Avaliação da Política Externa do Brasil – REBRIP (2010)**

A REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos – acompanha e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. A partir de nossa atuação colocamos ao debate com as organizações, movimentos sociais, redes e articulações parceiras, bem como aos candidatos presidenciais de 2010, um balanço dos avanços, continuidades e lacunas do governo Lula e os seguintes pontos de avaliação e propostas para o próximo período:

- Desde o primeiro ano do governo Lula foram realizados movimentos indicativos de descontinuidades em relação ao período FHC. Ao assumir o governo, as negociações para a criação da ALCA andavam a passos largos rumo à assinatura de um acordo que colocaria o Brasil em risco de perder a capacidade de formulação

de políticas autônomas em áreas cruciais como agricultura, indústria, propriedade intelectual, serviços, investimentos, compras governamentais, além do perigo de se tornar, junto com toda a América Latina, ainda mais subordinado à hegemonia dos Estados Unidos. A iniciativa do Brasil de esvaziar as negociações da ALCA, atendendo a fortes pressões de uma Campanha Continental contra a ALCA que teve forte adesão da sociedade brasileira – vide o plebiscito aqui realizado que colheu 10 milhões de assinaturas – foi uma primeira sinalização de que os movimentos que o Brasil faria na arena externa poderiam se posicionar na disputa por um sistema internacional mais democrático e em prol da redução das assimetrias econômicas e de poder.

- Corroborando com isso, também em 2003, durante a reunião ministerial da OMC em Cancun, o Brasil junto com a Índia convocou a criação do G20, o que resultou em um empate na correlação de forças até então existente, onde Estados Unidos, Europa e Japão constituíam o núcleo decisório. Este empate no jogo de forças visava incluir novos países no processo decisório, porém a agenda do G20 refletia interesses contraditórios, que ao mesmo buscavam introduzir temas como a defesa da agricultura familiar (por interesse da Índia) e a busca de maior liberalização e abertura de mercados para as exportações do agronegócio brasileiro. Ou seja, no período subsequente onde foram feitas todas as tentativas possíveis de conclusão da Rodada de Doha, ficou claro que apesar de ter criado uma nova correlação de forças, o Brasil manteve-se fiel à velha agenda de interesses do agronegócio – refletindo assim o imenso peso político que o latifúndio tem no plano interno -, apostando nas teses da liberalização e estando disposto a barganhar a capacidade do país ter uma política industrial em troca de abrir mais mercados para a agronegócio exportador. Também nas negociações comerciais bilaterais e regionais o Brasil insiste em fazer avançar tratados de livre comércio, cuja fórmula já se revelou claramente contrária ao caminho da conquista de direitos, de políticas públicas sociais, agrícolas e industriais, e sobretudo do direito dos países terem espaço para formularem suas próprias políticas.
- Na América Latina, fruto de décadas de lutas sociais e de um forte movimento antineoliberal, a região elegeu um novo ciclo de governos mais sensíveis às demandas populares. O Brasil passou a tomar iniciativas que pareciam indicar um investimento político no fortalecimento da coordenação e concerto regional, ao mesmo tempo em que o fato dos Estados Unidos terem refluído sua presença na região contribuiu para que houvesse mais espaço para que a região retomasse a capacidade de iniciativa com alguma autonomia. O Brasil adotou uma postura pró-ativa na construção de seu papel de liderança, buscando uma solução negociada e pacífica com a Bolívia no conflito envolvendo a presença da Petrobrás naquele país enquanto as forças conservadoras clamavam pelo recrudescimento, buscando trazer a Venezuela para o Mercosul, trazendo Cuba de volta às instâncias de concertação regional, se negando a reconhecer as soluções golpistas em Honduras, renegociando parcialmente o Tratado de Itaipu, além da controversa liderança assumida através da MINUSTAH no Haiti.
- Existem motivações contraditórias nestes movimentos, desde raciocínios hegemônicos ligados ao interesse brasileiro por uma vaga no Conselho de Segurança até anseios genuínos de fortalecimento dos laços e da integração econômica, política, cultural e social da região. Mas é preciso assinalar pelo menos duas lacunas fundamentais: em primeiro lugar a presença das empresas brasileiras públicas e privadas na região mantém um padrão de falta de transparência e de debate público acerca dos objetivos e ações que sejam condizentes com a

construção de um novo projeto de desenvolvimento regional; e em segundo lugar, ao fazer estes movimentos políticos o Brasil não os traduziu em investimentos concretos, nem no fortalecimento da institucionalidade regional – um exemplo disso é o fato do Mercosul estar paralisado – nem nos mecanismos financeiros regionais que poderiam alavancar a disputa por um outro modelo de desenvolvimento – o Banco do Sul não mereceu até hoje a devida atenção e prioridade do Brasil, que preferiu doar U\$ 10 bilhões ao FMI ao invés de investir estes recursos na coordenação financeira no âmbito da América do Sul.

- O esforço no campo institucional não foi a tônica da política externa no período, nem no plano interno nem no externo. No plano interno, houve avanços significativos nas consultas e processos de ampliação da participação de organizações e movimentos sociais nas agendas de negociações internacionais. Nunca antes na história desse país houve tanta participação deste campo de organizações em delegações oficiais, seja nas negociações da ALCA, OMC ou mais recentemente na COP15. Foram abertos espaços para a divulgação de informações sobre as posições do Brasil nestes fóruns internacionais, foram realizadas inúmeras consultas setoriais, mas os esforços de consolidação e fortalecimento institucional desta participação ficaram muito aquém do necessário. Processos como o Mercosul Social e Participativo ficaram longe de se posicionar no núcleo central do processo decisório. O resultado deste frágil arcabouço institucional é que os setores empresariais que historicamente consideram o processo de tomada de decisão sobre política externa algo do domínio privado deles continuaram exercendo pressão real por dentro dos gabinetes, ministérios e salas fechadas.
- As violentas reações contrárias de setores adversários e da grande mídia à proposta de criação do Conselho Nacional de Política Externa reflete os interesses destes setores em manter o processo decisório em ambiente privado e a mercê dos interesses do latifúndio e das grandes empresas. A REBRIP não somente apóia integralmente a criação do Conselho Nacional de Política Externa como formulou esta reivindicação desde o início do governo Lula. Na proposta da REBRIP o Conselho teria como membros representantes da diversidade de setores e interesses envolvidos na formação da política externa, o que garantiria um espaço democrático de processamento destes interesses. O Itamaraty continua sendo o órgão que decide, e com o Conselho seu poder de decisão ganharia mais legitimidade, evitando assim que a formação da política externa seja privatizada pelo restrito clube dos que se sentem donos do país e que têm sistematicamente tentado esvaziar o poder de decisão do Itamaraty.
- No plano externo o Brasil tampouco contribuiu para a democratização das instituições internacionais. Em diversas arenas de negociação e atuação o Brasil apostou suas fichas muito mais em coalizões informais e pontuais do que na construção de uma nova arquitetura institucional verdadeiramente democrática. O Brasil jogou peso nos G20s financeiro e da OMC e nas salas fechadas da COP15. Acreditamos que pelo papel que tem hoje o Brasil na política internacional deveria ser feito um esforço prioritário no esvaziamento das atuais instituições – como o sistema de Bretton Woods - que não refletem mais as necessidades e a correlação de forças atualmente existentes. A ordem internacional tem passado por intensas transformações nas últimas duas décadas, tendo saído de uma ordem bipolar do período da Guerra Fria para um breve ciclo unipolar caracterizado pelo suposto “fim da História”, e agora se encontra em clara disputa e transição para um sistema onde os interesses e identidades são múltiplos, estando o Sul construindo interesses diversificados e alianças heterogêneas.

- As articulações via BRICs e IBSA, embora potencialmente bem-vindas, ainda precisam mostrar se se limitarão a pleitear mais espaço e poder de voto para os seus países membros nas instituições atuais, ou se buscarão transcender a velha agenda do sistema de Bretton Woods e tentarão disputar novos conteúdos, novas políticas e novas instituições. E se pensam em incorporar os temas prioritários para os povos e sociedades de seus países, relacionados aos direitos territoriais, segurança alimentar, ambiental, climática, e aos direitos humanos.
- As alianças Sul-Sul onde o Brasil tem investido esforços refletem visões ultrapassadas e equivocadas sobre quais seriam os desafios para a democratização do sistema internacional, e sobre qual é a natureza mesma da questão democrática e das grandes questões envolvendo a segurança internacional. A aliança com o Irã não expressa apenas o desejo do Brasil de encontrar uma solução pelo não-isolamento daquele país e de se evitar soluções de força. Reflete também a prioridade do Brasil em ampliar suas exportações para o Oriente Médio, e ter tecnologia nuclear como recurso de poder - uma visão que não incorpora o fato de que a segurança internacional hoje passa centralmente pela defesa dos direitos humanos (algo desprezado absolutamente pelo Irã), da segurança alimentar, ambiental e climática. E que a energia nuclear já provou ser uma gravíssima ameaça à segurança do planeta.
- Neste contexto o Brasil deveria apostar na transição para um novo multilateralismo, que expresse uma nova agenda e uma nova correlação de forças. Ao invés de ser ordenada de acordo com os interesses militares, financeiros e comerciais das grandes potências e corporações, um novo multilateralismo democrático deveria priorizar o enfrentamento da transição a um novo modelo de desenvolvimento, das imensas desigualdades entre Norte e Sul, mas também no interior dos países, da garantia dos direitos, da construção de soluções reais para as mudanças climáticas e outros conflitos socioambientais. Neste novo multilateralismo as finanças e o comércio estariam submetidos ao atendimento dos direitos e da transição a um novo modelo de desenvolvimento. Se o Brasil continuar a apostar nas coalizões fechadas e informais estará contribuindo para adiar o enfrentamento das questões prementes que necessitam uma esfera democrática para a sua resolução.
- A dimensão ambiental foi uma imensa lacuna na formação das posições de política externa. As opções de política interna calcadas nas obsoletas premissas desenvolvimentistas se refletiram no baixíssimo perfil que teve a agenda ambiental nas posições externas do Brasil. O Brasil em muitos casos ainda considera que a agenda ambiental é argumento protecionista do Norte para barrar as exportações brasileiras e, portanto mantém uma postura defensiva. No caso da COP15, os compromissos voluntários lá apresentados - sem dúvida um avanço que foi fruto da pressão da sociedade - ainda precisam ser cotejados com a forma como serão reduzidas as emissões, e isso será objeto de disputa na sociedade brasileira. Por exemplo, a redução das emissões por desmatamento estará ancorada nas propostas empresariais de expansão de monocultivos em larga escala sob o argumento de que estes capturam carbono, na venda de créditos no mercado de carbono, na compensação das emissões dos países do Norte, ou priorizará a transição para sistemas agroecológicos e a valorização e reconhecimento das práticas produtivas dos pequenos produtores e populações tradicionais?
- Sabemos que esta agenda só se tornará importante na arena externa quando for importante no plano interno. Portanto estamos convencidos da importância de disputarmos, no debate sobre projetos para o Brasil, uma nova matriz energética para o país baseada na diversificação, descentralização e em fontes limpas, uma

nova política agrária e agrícola que priorize a agricultura familiar e camponesa e a agroecologia, uma nova relação campo-cidade, onde as políticas de abastecimento e de consumo invistam no encurtamento de circuitos entre produção, distribuição e consumo; na gestão pública da água e no controle social dos seus usos. A política externa brasileira parece ainda não ter compreendido que estes temas, antes vistos como questões menores, hoje se tornaram os verdadeiros temas estratégicos.

### **Assembleia da REBRIP**

Outubro de 2007

Balanço do período 2005-2007

Roteiro para avaliação e debate

#### ***Um breve retrospecto e uma avaliação do cenário no período 2005-2007***

A IV Assembleia Geral da REBRIP ocorre em meio a uma conjuntura marcada por mudanças significativas no ambiente dos movimentos sociais, das campanhas e das redes, e também nas agendas de negociações comerciais e de integração regional. Fazendo um rápido retrospecto, o período entre 2001 e 2003, quando se realizou a nossa II Assembleia, foi marcado por intensas negociações de livre comércio (ALCA e OMC, principalmente, e UE-Mercosul secundariamente), tendo produzido um quadro no qual houve uma ampliação das lutas sociais no Brasil, na América Latina e a nível global tendo a resistência ao livre comércio como tema central destas lutas. A Campanha contra a ALCA no Brasil e no continente teve neste período seu momento de culminância, e o plebiscito de 2002 foi o retrato da forte mobilização produzida em torno do tema. Este foi o período em que a REBRIP deslançou: participamos ativamente da coordenação da Campanha, produzimos muitos materiais de formação, e nosso vínculo com a Aliança Social Continental (ASC) nos deu um sólido referencial político, ao mesmo tempo em que nos colocou o imenso desafio de sediarmos a secretaria continental da ASC em seu período de maior mobilização. Neste mesmo período avaliamos que também deveríamos ampliar nossa atuação para o âmbito multilateral da OMC, estabelecendo os nexos entre as negociações de livre comércio no continente e no sistema global. Ao final deste período ocorreram importantes eventos oficiais – sobre a ALCA (Quebec e Miami) e sobre a OMC (Cancun) – além de ter ocorrido a eleição do primeiro governo Lula, com todas as suas repercussões (que já debatemos amplamente) sobre a paralisação da ALCA e sobre a alteração do processo negociador da OMC devido à criação do G 20.

No período de 2003 a 2005, nossa III Assembleia se debruçou mais fortemente sobre o cenário de mudanças ocorridas na América Latina, com a eleição de governos mais sensíveis às demandas dos movimentos sociais e mais dispostos a questionar a hegemonia do neoliberalismo na região. Aqui no Brasil, com o início do governo Lula em 2003, a REBRIP seguiu seu compromisso com as mobilizações do lado de fora, mas passou a também jogar o jogo do lado de dentro, diante da possibilidade aberta pelo governo de participarmos de instâncias nacionais e de delegações oficiais nas negociações continentais e multilaterais. O cenário naquele período foi fortemente marcado pelas posições do governo Lula em seu primeiro ano de mandato em Cancun (OMC) e em Miami (ALCA), e também pela intensificação das negociações do acordo UE-Mercosul, que resultou, da nossa parte, em uma importante articulação com redes, campanhas e movimentos sociais do MERCOSUL em oposição ao avanço das negociações.

## OMC

No plano global, fomos consolidando nossa participação na Rede Nosso Mundo Não Está a Venda (sigla em inglês OWINFS) na mesma proporção em que íamos ampliando nossa capacidade de enfrentamento dos temas em negociação na OMC. No final de 2005, nossa atuação frente a reunião ministerial da OMC em Hong Kong não deixou dúvidas que havíamos nos tornado uma rede brasileira, latino-americana, porém com fortes vínculos com o movimento global, com consistência e legitimidade para acompanhar e incidir sobre a agenda da OMC. A reunião de Hong Kong cristalizou o cenário aberto em Cancun, tanto em relação aos bloqueios na agenda quanto em relação ao papel do grupo de países médios liderados pelo Brasil e pela Índia, que se tornaram atores centrais. Porém, ao contrário do que ocorreu em Cancun, onde o conjunto dos países do Sul articulou uma voz comum de rejeição ao processo decisório concentrado em poucos países do Norte, em Hong Kong a OMC voltou a centralizar e fechar o processo decisório, consolidando um núcleo fechado que tem tentado conduzir o processo, composto por Brasil, Índia, EUA e UE.

A posição do Brasil na OMC já é bastante conhecida por nós, e pode ser resumida em poucas palavras no interesse do governo Lula em obter algum acordo no nível multilateral da OMC, para responder às pressões do agronegócio e dos setores nacionais que não perdoam o Itamaraty por ter esvaziado as negociações da ALCA, e também em certa medida por não ter aceitado os termos de negociação impostos pelos europeus no acordo UE-Mercosul. Ou seja, o Brasil tem uma grande necessidade comercial e política de fechar um acordo na OMC e, portanto, persegue como prioridade máxima de sua política comercial um acordo nesta instituição, mesmo que seja vazio de conteúdo (em termos de ganhos concretos para os setores exportadores); e quando há negociações substantivas segue adotando o método de barganhas entre improváveis ganhos para as exportações do agronegócio em troca de concessões importantes em NAMA (tarifas e direito a ter política industrial) e em Serviços. Essa lógica reflete a hegemonia de um bloco de poder na sociedade brasileira, e sobre esta lógica as ações da REBRIP, se estiverem isoladas de uma necessária recomposição de forças muito mais amplas do que a nossa rede, têm muito pouca capacidade de alteração, já que não somos hegemônicos na sociedade brasileira.

Por mais que tenhamos desenvolvido capacidade de incidência, de mobilização, de monitoramento técnico das negociações, este conjunto de ações ainda não é suficiente para alterar a correlação real de forças existente na sociedade brasileira, que se espelha nas prioridades da política comercial, que é um elemento chave da estratégia de política externa do governo Lula. A este respeito, a REBRIP experimentou momentos de diálogo intenso com seus parceiros no plano regional e global – tendo culminado em importantes debates do FSM de Caracas, realizado logo após Hong Kong, e na Assembleia Geral da OWINFS realizada em São Paulo – que tinham a expectativa que o Brasil pudesse liderar posições de resistência na OMC, e que, portanto, esperavam que a REBRIP pudesse ter um papel decisivo para impedir que as negociações avançassem.

Após anos de embates na OMC e de tantas tentativas frustradas de desbloqueio da rodada de Doha, parece claro que há uma ampla e profunda crise de legitimidade da agenda privatizante e liberalizante da OMC, que sempre foi apontada como a mais poderosa instituição global do neoliberalismo, a instância onde as opções

liberalizantes dos governos nacionais são transformadas em compromissos de caráter definitivo, sujeitos a pesadas sanções caso não sejam observados. Sua crise reflete, desta forma, a crise do próprio ideário neoliberal, que nos anos 1990 dominou o debate político, mas que na entrada do século XXI dá sinais de quebra de hegemonia, sobretudo na América Latina. A questão que devemos explorar é como aproveitar este momento para fazermos avançar o debate sobre alternativas ao atual sistema global de comércio, construindo um conjunto de questões a serem enfrentadas que vai desde o questionamento da visão do governo Lula de que multilateralismo seria necessariamente sinônimo de OMC, até a discussão sobre qual o papel, o tamanho e a natureza que deve ter o comércio internacional na formulação de um modelo de desenvolvimento fundado na sustentabilidade, na soberania dos povos e no enfrentamento das imensas desigualdades econômicas e sociais atualmente existentes.

No que diz respeito à incidência, o período foi marcado por uma consolidação de nossa interlocução com o governo em diversos níveis, com destaque para nossa participação no Conselho da CAMEX (CONEX), para o diálogo permanente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), para a participação em diversos níveis de consulta com o Itamaraty, para a interação com a Secretaria Geral da Presidência (e os temas a ela relacionados, como a criação do Conselho Sociedade Civil sobre negociações internacionais e a Cúpula Social do MERCOSUL), e para a consolidação de nossa interlocução com a Missão Brasileira em Genebra. Sempre buscamos fazer as atividades de incidência refletir os acúmulos das mobilizações e das avaliações construídas nas redes e campanhas. Mesmo que não tenhamos conseguido alterar a lógica que estrutura a formação das posições do governo brasileiro, a REBRIP cumpriu um papel importante no sentido de defender as posições das organizações e movimentos sociais, tensionando os negociadores e obrigando-os a assumirem publicamente os custos políticos de optarem por posições que favorecem o agronegócio e as grandes empresas em detrimento dos direitos econômicos e sociais.

### ***Sobre as diretrizes na Assembleia anterior***

Na III Assembleia aprovamos importantes diretrizes, entre elas a necessidade de avançarmos em duas frentes adicionais: a relação entre os acordos de livre comércio (TLCs) e o modelo de desenvolvimento dominante, e a necessidade de acumularmos debate no que diz respeito a integração regional como alternativa ao livre comércio. Outra diretriz fundamental foi a decisão de atuarmos priorizando, por um lado, formação e construção de lutas sociais e, por outro, disputa e incidência junto ao governo. É preciso que a IV Assembleia faça uma atualização do debate sobre o investimento a ser feito em cada um destes campos, diante da conjuntura política atual.

No que se refere à relação entre os acordos de livre comércio e o modelo de desenvolvimento, se no plano dos debates conseguimos explicitar de forma permanente os vínculos entre política comercial e política econômica, no plano das iniciativas de capacitação, de campanhas e de incidência ainda temos que ampliar nossas ações. A sensibilidade média do debate na coordenação da REBRIP parece apontar para a necessidade de reconhecermos que obviamente não temos hegemonia na sociedade para transformar nossa crítica ao modelo em mudanças reais, e que por isso o melhor caminho seria identificar pontos concretos a serem criticados tomando o modelo de desenvolvimento como pano de fundo. Alguns

exemplos: os lucros das grandes empresas resultantes da estratégia exportadora, as articulações entre o agronegócio e as transnacionais, a ausência de política industrial e em especial o não-estímulo a indústria farmacêutica nacional (que no mundo todo sobrevive de compras dos governos, mas no Brasil está ameaçada porque o governo compra da Índia e China, utilizando o barateamento resultante dos fluxos ultra liberalizados de comércio), e a privatização da água e suas consequências para a qualidade, preço e acesso dos cidadãos.

Tivemos uma excelente oportunidade de fazer avançar esta frente por ocasião do evento Enlazando Alternativas II, promovido pela ASC em Viena (paralelo a Cúpula de Presidentes UE-América Latina). Uma das atividades centrais foi o Tribunal das Transnacionais, no qual a REBRIP investiu muitos esforços para a apresentação de diversos casos junto com parceiros. Aquele foi sem dúvida um ótimo ponto de convergência dos acúmulos e iniciativas dos GTs da REBRIP sobre transnacionais e da nossa articulação com parceiros. Tínhamos a expectativa de dar seguimento a oportunidade aberta pelo Tribunal, desencadeando ações sobre as transnacionais que fossem capazes de criar áreas de articulação permanentes entre os GTs e com outras campanhas e redes. Fizemos tentativas nesta direção, mas que até agora não resultaram em algo com a consistência desejada. Apesar de nossas ações sobre as transnacionais terem resultado em ótimos frutos – como as publicações do GT Serviços, do GT Gênero, do GT Agricultura, ações do GTPI super-eficazes contra os lucros abusivos da indústria farmacêutica, entre outros – ainda não conseguimos construir as sínteses necessárias para avançarmos neste debate a ponto de chegarmos à meta de focalizar as empresas transnacionais como o foco central dos interesses aos quais as negociações de livre comércio respondem. Temos uma nova oportunidade de tentar avançar, no processo preparatório para Lima em maio de 2008, quando se realizará a próxima Cúpula de Presidentes UE-AL e um novo Tribunal das Transnacionais.

Em termos de cenário para os próximos dois anos, parece estar claro que neste segundo governo Lula, para a política econômica adotada, o comércio voltado para o mercado externo continuará sendo chave para as metas de crescimento econômico. Nesse sentido, o aumento do comércio exterior deverá ocorrer através de acordos de liberalização, que ativam as pautas de exportações dos grandes grupos econômicos (sobretudo aqueles ligados a cadeia do agronegócio e os setores exportadores de matérias primas).

No que se refere à integração regional, em primeiro lugar é preciso reconhecer que avançamos muito neste terreno, incorporamos totalmente o debate à nossa agenda, obviamente tendo sido facilitados pelo embalo da evolução da conjuntura na região e dos desdobramentos da mesma para a agenda dos movimentos sociais e da ASC. No ambiente da REBRIP e da ASC as percepções são de que as chances da conjuntura na América do Sul têm a ver com uma combinação entre quebra de hegemonia do neoliberalismo, ie, formação de um ambiente distinto dos anos 90, ascensão de movimentos de resistência que se traduziram na eleição de governos mais permeáveis e sensíveis às demandas populares, e o fato do imperialismo dos EUA estar preocupado com o Oriente Médio. Estes fatores abrem na região um momento sem precedentes, que nos desafia a pensar em um projeto contra-hegemonico no plano regional, e que, sobretudo, nos obriga a dialogar com as perspectivas e propostas concretas que estão sobre a mesa e não mais com debates em tese. O problema da necessidade de reagirmos em torno de iniciativas concretas, que estão em curso na região, nos coloca a responsabilidade de atuar em

um patamar totalmente novo e distinto em relação ao período anterior, quando analisávamos as questões à distância e a frio. Porém, ao mesmo tempo temos a autonomia como valor máximo de nossa organização. A questão parece ser a necessidade de percebermos, tanto governos como movimentos e organizações sociais, que não há saída para nenhum país isoladamente, e que é preciso gerar uma vontade política comum. E que, para ser de fato contra-hegemonico, devemos incluir no debate as questões centrais para o imperialismo, como é o caso do tema energético. Mais recentemente, é preciso registrar que as diferenças entre alguns governos da região sobre o sentido estratégico, os rumos, as alianças, e os projetos políticos em disputa parecem estar convertendo este ambiente, que há bem pouco tempo atrás parecia ser de grandes potencialidades e de convergências, em uma conjuntura de incertezas e lacunas acerca das possibilidades futuras.

Especificamente sobre o MERCOSUL, decidimos ingressar em suas instâncias institucionais – hoje somos membros do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) e participamos da Cúpula Social do MERCOSUL, embora avaliemos que o processo de constituição e convocação da Cúpula não está em consonância com o “espírito” criado em Cochabamba, que combina a existência de uma dinâmica autônoma da sociedade civil com momentos de diálogo e concertação com os governos. Nossos GTs têm participado ativamente da REAF e da REM e têm monitorado a evolução do Parlamento do MERCOSUL. Nós nos encontramos em um ponto em que é preciso que tenhamos uma estratégia de conjunto para o MERCOSUL, que reúna e recolha as ações dos GTs, e que seja capaz de construir uma estratégia mais coesa, que inclua todos dos GTs. Devemos também ter em mente que o MERCOSUL deverá passar por mudanças substantivas com o ingresso da Venezuela, incluindo novos componentes do ponto de vista geopolítico - dando ao bloco uma característica mais atlântica e amazônica -, ampliando sua potencialidade política, incorporando novos elementos na agenda e fortalecendo seu potencial financeiro. Portanto, a agenda de discussões abre novas possibilidades e por isso a coordenação tem avaliado que nossa atuação frente ao MERCOSUL deve incluir pelo menos as seguintes dimensões: monitorar as negociações, ter acesso às informações, acompanhar o Parlamento do MERCOSUL através do GT Parlamento; capacitar os GTs e dar coesão às suas iniciativas setoriais (REAF, REM, Aquífero Guarani, etc.), participar e incidir nas instâncias oficiais, investir na articulação regional entre movimentos sociais e capítulos nacionais da ASC, acumular debate sobre alternativas ao livre comércio via integração regional e dialogar com os governos a partir do modelo criado em Cochabamba.

Porém, ainda há dimensões de nossa atuação sobre integração regional que precisam ser aperfeiçoadas. Uma é sobre como e com quem realizar o debate dentro do Brasil. Ainda há dificuldades de absorção da agenda de integração regional na pauta dos fóruns, redes e movimentos sociais, dada a ainda pouco clara relação entre a dinâmica regional e as lutas setoriais e nacionais. Isso se reflete na dificuldade de constituirmos um espaço nacional comum, acolhido por todos, para processar a evolução da dinâmica regional.

O GT Integração, composto por Rede Brasil, REBRIP, FBOMS e Rede de Justiça Ambiental, é um esforço importante, mas que ainda deve enfrentar desafios e debates relacionados a diversidade de perspectivas com que os diversos campos de atores tratam da agenda de integração regional; neste ambiente, o debate ora enfatiza a necessidade de investirmos e aprofundarmos a integração regional por motivações políticas, geopolíticas, estratégicas, sociais, econômicas e culturais, e

como alternativa mais autônoma em relação ao capitalismo global, e ora se desloca ao questionamento dos gravíssimos impactos socioambientais decorrentes de algumas iniciativas de integração puxadas por grandes empresas e por alguns governos. Em especial, os projetos de infraestrutura e de energia precisam ser debatidos por nós com maior profundidade. Há que se registrar os permanentes esforços de socialização, nivelamento e convergência que têm sido realizados pelas redes e campanhas tanto no âmbito nacional como regional. Ainda há que se explorar as possibilidades de aproximação entre o debate processado no GT Integração e as agendas de espaços como o da Coordenação dos Movimentos Sociais, da Assembleia Popular e espaço antes composto pela Campanha Brasileira Contra a ALCA. No caso específico da REBRIP, nosso espaço político de definição das estratégias sobre integração regional é a ASC. Da parte da Campanha, a REBRIP e outras organizações fizeram diversos esforços no sentido de tentarem que o debate sobre integração regional ganhasse aderência e organicidade e os resultados destes esforços deverão ser colhidos no futuro próximo. Realizamos, entre outras iniciativas, uma Plenária sobre Integração Regional, publicamos uma cartilha também sobre o tema, uma declaração a favor do ingresso da Venezuela no bloco, e o GT Agricultura realizou uma atividade de capacitação em Foz do Iguaçu. Mas algumas questões de fundo permanecem pendentes e precisam ser debatidas mais amplamente: se a integração regional é vista por nós como alternativa real ao neoliberalismo e ao imperialismo, qual modelo de integração queremos? Quais campanhas podemos desencadear sobre integração regional? Quais são nossas bandeiras sobre integração regional? É possível pensar em uma campanha unitária para a ASC nesta conjuntura? Como seguir combinando as necessárias ações de resistência com as de construção de alternativas?

Estas questões nos encaminham ao debate sobre a ASC. No mesmo mês da Assembleia, a secretaria da ASC se deslocará do Brasil para a Colômbia, colocando novos e importantes desafios para o futuro de nossa articulação continental. Muitos são os pontos de debate a este respeito, mas um é especialmente importante para nós, inclusive porque tem reflexos diretos na dinâmica dos movimentos sociais no Brasil: a ASC manterá seu foco de atuação nas lutas contra o livre comércio e a favor de alternativas ligadas a integração regional, ou buscará ser um ponto de convergência mais amplo, de aglutinação dos movimentos sociais do continente que ficaram sem um eixo unificador depois que o inimigo comum (ALCA) arrefeceu? O enfrentamento deste desafio se torna ainda mais urgente após a realização do VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos, realizado em maio em Havana, onde foi aprovada a ampliação da composição dos capítulos nacionais da ASC e de suas agendas.

Embora nossa prioridade política esteja localizada aqui na região através da ASC, no último período definimos a necessidade de investirmos também em articulações com parceiros em países do Sul, através da OWINFS, do processo FSM, e da iniciativa Peoples Dialogue. Esta nossa decisão tem a ver com o fato de que as relações Sul-Sul tornaram-se uma prioridade para o governo Lula por razões estratégicas e também para atender aos interesses das grandes empresas brasileiras. Da nossa parte, devemos definir com mais nitidez a nossa plataforma para as relações Sul-Sul, de forma a fazer avançar uma atuação mais substantiva nesta direção. Ao final do período, a coordenação da REBRIP tomou a decisão de sair do Peoples Dialogue, após um processo de avaliação que incluiu o exame de

problemas de natureza política, de procedimentos, e dificuldades de absorção para dentro da rede das agendas e dinâmicas desta iniciativa.

Nossa atuação no processo FSM merece registro, pelo compromisso permanente que uma articulação com as características e a pauta da REBRIP deve manter com um campo de articulação e de mobilização a nível global, e com uma aposta na recomposição do nosso campo no plano global. Por este motivo investimos muitos esforços na construção do FSM realizado em Caracas, e realizamos um conjunto de atividades e de articulação do FSM realizado em Nairóbi, entre elas uma atividade conjunta do GTPI com o GT Serviços (Em defesa dos serviços públicos de saúde).

### **Sobre o funcionamento da REBRIP**

Avaliamos que este cenário de transição vivido pelos movimentos sociais, pelas redes, pela dinâmica política na América do Sul, deve orientar nossa rede a seguir adotando um modo de funcionamento flexível, sem rigidez, que seja capaz de ir se adaptando às novas exigências apresentadas pela conjuntura. Antes nossa atuação era focada na resistência; agora, ela se equilibra entre ações de resistência e o campo de construção de alternativas no âmbito da integração regional. Somado a isso, nossos membros e nossos parceiros em outras redes e campanhas estão passando, assim como nós, por imensos desafios políticos e reposicionamentos decorrentes da crise de projeto existente no chamado campo democrático-popular. Devemos ser capazes, portanto, de adaptar nossos GTs, coordenação e planejamento a estes novos desafios.

Além disso, é importante termos em conta que a REBRIP é uma rede com fortes características de uma articulação. Vários de nossos membros são muito maiores (em termos de sua base social e de sua capacidade de atuação política) do que a própria rede. Isso significa que as estratégias gerais e as posições de muitos de nossos membros não são decididas no âmbito da REBRIP, mas sim em cada um destes movimentos ou entidades. Estes membros veem na REBRIP um espaço de articulação coletiva em torno de uma pauta e de objetivos comuns específicos – no caso barrar algum TLC ou rodada de negociações, defender alguma proposta de integração regional, realizar alguma mobilização ou atividade de capacitação – mas não como o lugar de estruturação de suas políticas de conjunto. Isso explica também em larga medida o que costumamos chamar de baixa formalização de filiação de nossos membros: na verdade, por serem maiores do que a rede, a política de vários de nossos membros não “cabe” dentro do arcabouço da REBRIP<sup>81</sup>.

Nosso modo de funcionamento segue buscando um equilíbrio entre quatro frentes: capacitação e formação; monitoramento; incidência; e mobilização. Temos desenvolvido razoavelmente bem todas estas frentes; no entanto, temos tido problemas no que diz respeito a articulação entre elas; por exemplo, fazemos um monitoramento das negociações que poderia se traduzir em mais materiais de

<sup>81</sup> Na avaliação do período 2001-2003, preparatória à Assembleia Geral de 2003, afirmamos que “a REBRIP deve enfrentar o debate sobre se deseja se aproximar mais do modelo criado pelo processo Fórum Social Mundial – ie, como um *espaço* para onde convergem as entidades que atuam sobre comércio para definirem algumas ações e iniciativas comuns – ou mais de uma dinâmica de rede, que mantém um mínimo de estrutura permanente de interação, de planejamento e de objetivos comuns, mesmo que não tenha todas as posições políticas unificadas.” Hoje chegamos a uma dinâmica na REBRIP que nos permite afirmar que somos tanto um espaço como uma rede. Não somos como o processo FSM, já que tomamos posições claras e atuamos orientados por elas, mas também não somos uma estrutura rígida que limita a autonomia de seus membros. Atuamos com posições claras, porém com o limite do mínimo denominador comum possível.

formação e capacitação, que por sua vez resultassem em mais mobilizações. Precisamos, ainda, ser capazes de produzir materiais que apresentem reflexões mais de fundo e sínteses mais amplas do que a conjuntura miúda das negociações, como é o caso de nossa tentativa de extrair da pauta de exportações brasileiras a análise dos grandes ganhadores (e perdedores) na estratégia primário-exportadora do governo – quem de fato define a política comercial brasileira, quem são os donos do poder, quais são as grandes empresas e sua articulação com as transnacionais no setor do comércio exterior. E, ao fazer isso, precisamos divulgar mais amplamente nossas análises e fazer a disputa de ideias na opinião pública mais amplamente (como é o caso da proposta de divulgarmos este tipo de análise no *Jornal Brasil de Fato*).

Frente a este conjunto de desafios, nossa opção desde o início da rede sempre foi de termos um coletivo de gestão composto por uma combinação entre coordenações temáticas (dos GTs), entidades de âmbito nacional, mantendo um equilíbrio entre movimentos sociais, entidades sindicais e ONGs, e buscando alguma distribuição regional. Este modelo tem se revelado adequado do ponto de vista político até momento.

É preciso reconhecer, no entanto, que no tocante a nossa organização interna há muito que melhorar no que diz respeito ao fluxo e socialização de informações e debates entre a coordenação e os GTs. Na verdade, muito do que se debate na coordenação não tem chegado aos GTs, criando algumas dificuldades à apropriação coletiva das discussões. Um exemplo disso é o debate sobre integração regional; no âmbito da coordenação tem sido uma prioridade permanente a avaliação da conjuntura regional e de nossa intervenção nos processos em curso, o que inclui a participação em uma série de dinâmicas envolvendo a agenda do MERCOSUL e da UNASUL, ao passo que o debate nos GTs fica frequentemente limitado ao seu respectivo recorte temático, resultando num descompasso nas percepções sobre por onde está caminhando a dinâmica de integração em seu conjunto.

Por outro lado, há dificuldades de apropriação das agendas dos GTs pelo conjunto da REBRIP. Muitas ações dos GTs que possuem enorme potencial de ampliação acabam ficando restritas somente a um GT. Apenas a título de exemplo, este foi o caso da ação do GTPI sobre o Efavirenz, que poderia ter sido trabalhada pelo conjunto da rede, favorecendo o desdobramento da iniciativa do GTPI em um debate sobre alternativas ao atual sistema de propriedade intelectual; este também foi o caso, pelo menos até o momento, da iniciativa do GT Agricultura de convocar o debate sobre o tema da agroenergia, e onde há a expectativa que a REBRIP em seu conjunto assuma este debate como algo estratégico para o conjunto e não somente para as organizações e movimentos sociais do campo. Esta questão é especialmente importante se levarmos em conta que é nos GTs que se realizam os debates de fundo, e que estes precisam se traduzir em posições e visões do conjunto da REBRIP.

Outra questão a ser revisitada diz respeito à organização dos GTs segundo a lógica dos acordos comerciais. Em alguns casos esta lógica coincide com a lógica de organização dos movimentos e organizações sociais, como é o caso de Agricultura, mas em outros ela acaba por colocar junto agendas que têm sido trabalhadas de forma específica pelas organizações e movimentos; este é o caso de Serviços, nome dado pelas negociações oficiais a algo que, do lado de cá, entendemos como um conjunto de lutas sociais contra a privatização da água, energia, educação,

saneamento, entre outros, lutas que possuem dinâmicas e fóruns específicos de articulação. Não tem sido fácil tentar processar, dentro do GT Serviços, dinâmicas que envolvem agendas e atores tão diversos. No caso de Propriedade Intelectual, nosso GT é o lugar de articulação das organizações que historicamente lutam pelo acesso a saúde e aos medicamentos, e que possuem um amplo acúmulo nesta área. Não devemos, portanto, querer introduzir artificialmente outros temas em uma dinâmica que funciona muito bem. Mas temos que enfrentar a questão de como trabalhar os outros temas envolvidos em propriedade intelectual – sementes, biodiversidade, cultura, conhecimento – sem alterar a dinâmica de funcionamento do GTPI. É preciso ressaltar que o GTPI tem feito importantes esforços de articulação com estas temáticas, tendo inclusive promovido em dezembro de 2005 um excelente seminário envolvendo atores de todas as áreas de propriedade intelectual, de onde resultou a publicação de um livro. Temos que avaliar qual seria o melhor caminho para dar sequência a esta iniciativa.

Há redes similares a nossa que têm encontrado outras formas de organização interna. Algumas redes nacionais da ASC, ao invés de atuarem em GTs temáticos, preferem se organizar segundo acordos (com EU, TLC com EUA, OMC, etc.). Na REBRIP, seria o caso de pensarmos nossos temas, como por exemplo, transnacionais, água, monocultivos, empregos, etc, e atuar de acordo com a lógica destas lutas? Sendo a transversalidade a nossa grande questão, precisamos pensar em como facilitar que ela ocorra, sem, no entanto desarticular os importantes acúmulos dos atuais GTs. Outro tema que demanda nossa atenção é a necessidade de ampliação da REBRIP. Precisamos enfrentar esta questão e aprovar uma estratégia.

É preciso, portanto, aprovar um plano de ação, e uma composição da coordenação e da secretaria executiva adequada a este cenário e a estes desafios. No caso da secretaria executiva, é preciso avaliar se o formato atual é ou não o mais adequado – onde a secretaria é sediada em uma das entidades membro e não num local contratado profissionalmente para tal. O critério da rotatividade também deve ser observado como algo fundamental para a vitalidade e renovação da rede.

Os debates e balanços realizados em assembleias anteriores apontam que, enquanto houver acordos de livre comércio e processos de integração regional, e estes forem objeto de mobilização das organizações e redes sociais, a REBRIP continuará fazendo sentido. Não sabemos ao certo como evoluirão as negociações no âmbito da OMC, do acordo UE-Mercosul, nem tampouco como evoluirá o processo de integração regional. Mas devemos tomar como referência as avaliações feitas no interior da REBRIP sobre a conjuntura nacional, que devem orientar nossas estratégias ao longo dos próximos dois anos: a equação política do segundo governo Lula se sustentará com uma inflexão mais ao centro e com crescimento econômico via aumento das exportações. No plano das nossas alianças na sociedade, o cenário do próximo período demandará a retomada do processo organizativo, pensando no acúmulo de forças no longo prazo, o que deverá ser tomado por esta Assembleia como critério para a priorização de nossas diretrizes futuras.

REBRIP – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos  
Coordenação  
Setembro de 2007

## **Carta da REBRIP a Celso Amorim**

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2007

Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, Vimos por meio desta mais uma vez manifestar nossa extrema preocupação com a falta de transparência, o conteúdo e a precipitação e com a qual se tenta chegar a uma conclusão da Rodada Doha de negociações na OMC. O caráter sigiloso e restrito que vem marcando a tentativa de se chegar a uma conclusão tem sido objeto de críticas não somente de organizações e movimentos sociais em todo o mundo, mas também por parte de vários governos dos países membros da OMC, revelando ampla insatisfação a respeito do processo de negociações restrito ao G-4. A nosso ver, ao integrar o núcleo central de um processo cuja legitimidade está tão amplamente questionada, o Brasil está pondo em risco sua própria legitimidade como ator na política internacional.

Além disso, o Brasil pode estar comprometendo outros processos de negociação e concertação cruciais para o futuro do país, particularmente os relativos à integração regional. Nos causa indignação também o fato do Parlamento brasileiro, das organizações da sociedade civil e da opinião pública de modo geral se encontrarem excluídas do debate sobre as propostas que estão sendo defendidas pelo Brasil neste processo, apesar do alto preço que será pago pela maioria do povo brasileiro caso a Rodada seja concluída nos termos em que está sendo negociada.

Somos organizações e movimentos sociais que representam os interesses de milhões de trabalhadores brasileiros rurais e urbanos, e de cidadãos e cidadãs que lutam pelo direito aos serviços públicos e ao desenvolvimento com distribuição de renda e sustentabilidade. Embora esse Ministério não nos tenha consultado, registramos aqui que para nós não é aceitável que o Brasil negocie como parâmetros para a conclusão da Rodada propostas que significam um enorme potencial de perdas para a agricultura familiar e camponesa, para o emprego e a renda de vários setores da indústria brasileira, e especialmente para os trabalhadores desses setores, além de tratar o setor de serviços como “oportunidades de negócios” para grandes empresas internacionais, e não como direitos a serem garantidos. Não podemos aceitar que, para defender os interesses de uma agricultura voltada para o setor externo, que favorece a concentração fundiária e bloqueia as possibilidades de realização da Reforma Agrária, o atual governo comprometa o nosso futuro e as perspectivas de que algum dia o país possa crescer beneficiando o mercado interno e a região, e possa garantir a segurança e a soberania alimentar.

Esperamos, portanto, que esse Ministério evite precipitações e passe a tratar a questão a partir do interesse dos cidadãos e cidadãs brasileiros, garantindo as regras de transparência e debate público que marcaram as relações entre esse Ministério e a sociedade civil brasileira desde 2003, e que esta, através de sua representação parlamentar e suas entidades organizadas, sejam mantidos informadas de quaisquer movimentos que possam limitar seus direitos de cidadania e desenvolvimento.

Atenciosamente,

REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)  
Tel: 55 21 25367350  
Rua das Palmeiras 90, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
<http://www.rebrip.org.br>

### **CUT à frente da Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip)**

*O membro da Executiva Nacional da CUT, Adeilson Telles, foi indicado para a secretaria da Rebrip (Rede Brasileira de Integração dos Povos)...*

*Escrito por: CUTRJ e Publicado em: 08/11/2010*

O membro da Executiva Nacional da CUT, Adeilson Telles, foi indicado para a secretaria da Rebrip (Rede Brasileira de Integração dos Povos), durante assembleia realizada no Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de novembro. A Rebrip, que foi criada há dez anos, reúne ONGs e entidades dos movimentos social e sindical, para acompanhamento e análise dos tratados internacionais de livre comércio.

Durante os seus primeiros anos, a Rebrip priorizou o combate à criação da Alca, tendo cumprido importante papel para evitar sua criação. Desde que foi fundada, a rede teve a Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) à frente da secretaria, na figura de Fátima Melo, que cumpriu brilhantemente sua missão.

*Fonte: Imprensa CUT-RJ - [marcelinho@cutrj.org.br](mailto:marcelinho@cutrj.org.br)*

### **Nota da Rebrip sobre a Unasul**

22/05/2008

"O processo de integração dos países da região vem sendo impulsionado com firmeza desde 2005, em especial depois da Cúpula de Mar del Plata, que enterrou a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, promovida pelos Estados Unidos". Assim começa a nota da Rede Brasileira pela Integração dos Povos sobre a União de Nações da América do Sul (Unasul)

<http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/nota-da-rebrip-sobre-a-unasul/>

---

O processo de integração dos países da região vem sendo impulsionado com firmeza desde 2005, em especial depois da Cúpula de Mar del Plata, que enterrou a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, promovida pelos Estados Unidos. Essa derrota é fruto de ampla mobilização e lutas de resistência dos povos da região, e a partir dos acúmulos destas lutas nos engajamos na construção de alternativas soberanas de integração dos povos. Este processo teve seu momento de síntese em Cochabamba, em dezembro de 2006, quando realizamos a Cúpula Social Pela Integração dos Povos e decidimos fortalecer os mecanismos de acompanhamento, incidência e disputa sobre os rumos da UNASUL.

Apesar dos povos terem obtido esta vitória, as estratégias comerciais, militares, diplomáticas, financeiras e políticas das grandes potências continuam ameaçando a integração soberana da região, que segue tensionada pelas negociações de TLCs

bilaterais e acordos de investimentos com os Estados Unidos e a União Europeia, somada aos interesses das corporações transnacionais na região, minando os esforços de construção de complementaridade regional.

Após a derrota da ALCA, a conformação de uma comunidade de nações, expressa na UNASUL – União de Nações da América do Sul –, vem se tornando uma das estratégias dos governos para a incorporação soberana da região nos âmbitos globais e pode vir a se constituir em um espaço de defesa dos interesses dos setores populares dos países envolvidos. Esse processo, no entanto, ainda não tem uma clara definição a favor dos interesses dos povos, o que indica a necessidade de disputarmos os rumos do mesmo, buscando alterar a lógica dos projetos em curso nas áreas de infra-estrutura, energia, transportes, telecomunicações e integração financeira, temas principais da agenda da UNASUL e sobre os quais se travam hoje importantes lutas sociais de resistência. Para a UNASUL se tornar um projeto transformador de integração, precisa se orientar pela primazia dos direitos humanos e coletivos, e incluir como princípios a soberania e segurança alimentar, a justiça socioambiental, a criação de empregos de qualidade, os direitos dos migrantes, a universalização da educação pública e dos serviços públicos essenciais, a redistribuição da riqueza superando as desigualdades, inclusive as de gênero, raça e etnia. Estes temas devem ser priorizados e colocados no centro da agenda.

A constituição da UNASUL deve fortalecer a democracia e os interesses dos povos da região. As políticas comerciais e de investimentos a serem adotadas regionalmente devem ser norteadas pela transformação do modelo produtivo primário-exportador – que expande os monocultivos, agrava a concentração fundiária, atende aos interesses do agronegócio e as transnacionais a ele articuladas – em uma estratégia de desenvolvimento a serviço dos povos, a partir da construção de uma infra-estrutura orientada pelas demandas locais, nacionais e regionais, garantindo assim o equilíbrio socioambiental e a intangibilidade dos territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais.

Sobre energia, ratificamos os princípios, políticas e programas que constam na Declaração de Movimentos, Organizações e Redes Sociais e Sindicais por ocasião da 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em Isla Margarita.

Sobre o Banco do Sul recentemente criado, esperamos que a UNASUL incorpore este debate em sua agenda como um mecanismo orientado não apenas ao financiamento de um projeto alternativo de desenvolvimento na região, como também capaz de estabelecer as bases para a superação das assimetrias existentes entre os países sul-americanos e no interior dos mesmos. Para isso, é preciso que além de mecanismos efetivos de participação popular e transparência, os países membros façam um esforço proporcional ao tamanho de suas economias para a composição do capital do banco, ao mesmo tempo em que estabeleçam mecanismos equânimes para a tomada de decisões. A participação dos países, no entanto, não deve estar condicionada à disponibilidade de recursos. Neste sentido, qualquer iniciativa de financiamento ao desenvolvimento precisa romper com a lógica perversa do endividamento – seja ela Norte-Sul ou Sul-Sul – que fere a soberania e autodeterminação dos povos. Para garantir que isso ocorra, é preciso implementar uma auditoria das dívidas dos países da América do Sul e das Instituições Financeiras Multilaterais que devem ser responsabilizadas pelos graves erros cometidos, pelo crescimento das dívidas financeiras e das dívidas ecológicas,

históricas e sociais das quais o Sul é credor, além de rever os tratados de investimento e a participação em instâncias como o CIADI.

Desde os movimentos e organizações sociais, reivindicamos que os governos façam essa construção não somente com transparência e participação da sociedade civil, porém, mais do que isso, que reconheçam que os povos da região vêm desenvolvendo processos populares de integração que fortalecem a presença de homens e mulheres do campo e da cidade, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras, povos originários, indígenas, juventude, em suma, toda a diversidade social, racial, étnica e de gênero de nosso continente nesta luta pela ansiada integração latino-americana e caribenha.

Rechaçamos de forma veemente a recente violação do território do Equador pelo governo da Colômbia, que em aliança com o governo dos Estados Unidos feriu vergonhosamente a soberania equatoriana e o Direito Internacional. Por um lado, a utilização do argumento da “guerra preventiva” e de tecnologias de uso militar norte-americano durante a invasão denuncia, sem sombra de dúvida, a intervenção do governo dos Estados Unidos neste episódio. A desestabilização da região e em particular dos governos que buscam transformações profundas para seus povos, como também a regionalização do Plano Colômbia, são alguns dos principais objetivos da ação militar colombiana. Por outro lado, o rápido e claro apoio de todos os governos da região ao governo do Equador é demonstração objetiva da rejeição unânime à atitude de Álvaro Uribe e dos profundos laços que tanto a história comum como também o processo integrador vão construindo entre os países.

Acreditamos que as negociações da UNASUL devem avançar buscando aprofundar os laços históricos e políticos entre os países, o que inclui a solução dos conflitos por meios pacíficos, o restabelecimento das relações diplomáticas e uma saída política e de diálogo para o confronto.

A oportunidade histórica para avançar na construção da verdadeira integração soberana dos povos não pode ser desperdiçada, e para tal a transparência e a participação social são cruciais. Ressaltamos que às vésperas da assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL os povos da região continuam sem conhecer seu conteúdo e seu Plano de Ação, contrariando a Resolução firmada entre os governos em dezembro de 2006, que afirma: “Na interação com a sociedade civil será levada especialmente em consideração à experiência adquirida na Cúpula Social de Cochabamba”.

A partir da acumulação propositiva de nossas lutas de resistência nos comprometemos com a urgente construção de políticas alternativas. Reafirmamos, pois, que a integração regional solidária não somente é necessária, como também urgente.

### **Assinam:**

Actionaid

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

ASC – Aliança Social Continental

ASC – Capítulo Bolívia

ASC – Capítulo Uruguai

ASC – Capítulo Venezuela

ATTAC Brasil

CEBRAPAZ – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz  
 CONECTAS Direitos Humanos  
 CORECON-RJ  
 CUT Nacional  
 Fundación Solón – Bolívia  
 FSBT – Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores y Trabajadoras – Venezuela  
 GAPA – SP – Grupo de Apoio a Prevenção à AIDS  
 GEMDAC – Piauí  
 IBISS – CO – Instituto Brasileiro de Inovações pró Sociedade Centro Oeste  
 INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos  
 Instituto Equit  
 IGTN – Rede Internacional de Gênero e Comércio  
 Iniciativa Paraguaya de Integración de los Pueblos – Paraguai  
 MMM – Marcha Mundial das Mulheres  
 MMNEPA – Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense  
 MOSIP – Movimiento por la Soberanía y la Integración de los Pueblos – Argentina  
 ORIT – Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores  
 PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul  
 REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos  
 Red Sinti Techan – El Salvador  
 Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais  
 Rede Jubileu Sul  
 REMTE – Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia  
 SOF – Sempreviva Organização Feminista  
 SOS Corpo

## **Declaração da Rebrip**

*Pelo Direito a Promover o Desenvolvimento Sustentável, a Soberania e Segurança Alimentar e Proteger e Fortalecer a Agricultura Familiar e Camponesa*

### **Declaração do Seminário de Brasília – GT Agricultura REBRIP**

Outubro, 2005

Nós, participantes do Seminário Nacional “Negociações Internacionais de Comércio: o Direito de Proteger a Agricultura Familiar e Camponesa e a Segurança Alimentar e Nutricional”, organizado pelo Grupo de Trabalho de Agricultura da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), ocorrido em Brasília de 5 a 7 de outubro de 2005, vimos expressar publicamente nossa posição conjunta pelo direito a promover o desenvolvimento sustentável, a soberania e segurança alimentar e proteger a agricultura familiar e camponesa no contexto das negociações comerciais internacionais.

A maioria dos participantes do seminário são trabalhadores e trabalhadoras, representando os diversos movimentos sociais do campo brasileiro, tais como CNMTR, CONTAG, FETRAF, MAB, MMC, MMTR-NE, MPA e MST. Essa declaração representa, portanto, a manifestação conjunta das análises, posições e

reivindicações dos agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras sem terra, assalariados rurais e atingidos por barragens, assim como de diversas ONGs, que também assinam esse documento.

Conforme o Censo Agropecuário 1995/1996, existem no Brasil 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares. Por outro lado, há 554.501 estabelecimentos patronais, ocupando uma área de 240 milhões de hectares. Os agricultores familiares e camponeses representam 85,5% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VPB), apesar de receberem apenas 23,5% do financiamento destinado à agricultura. Para além desses números, a agricultura familiar e camponesa representa um modo de vida que assegura a reprodução social dessas famílias nos territórios de origem, a preservação e desenvolvimento das culturas locais, uma relação harmonizada com o meio-ambiente, a conservação e o desenvolvimento sustentável da biodiversidade, o abastecimento da maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, a geração de ocupação no meio rural e a geração e distribuição de renda. Enfim, trata-se do modo de vida que permite assentar as bases de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, baseado na justiça socioambiental e econômica e na preservação cultural.

A esse modo de vida se contrapõe um modelo, patrocinado pelo patronato rural em geral, a velha oligarquia latifundiária, e a grande agricultura comercial de negócios, articulada aos interesses das empresas transnacionais que controlam o circuito internacional da produção e comercialização de mercadorias agrícolas, e que vêm dominando, com seu poder político, e há muito tempo, a política agrícola brasileira. Esse modelo de desenvolvimento agrícola, baseado na monocultura, em grandes extensões de terra, na utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos e até no trabalho escravo, reproduz a desigualdade e a dominação desses setores.

Consideramos que é chegado o momento de reverter esse domínio e estabelecer a primazia da soberania e segurança alimentar, da distribuição de renda e riqueza e do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa sobre os interesses agroexportadores daqueles setores. Essa primazia se concretiza no direito a promover o desenvolvimento sustentável, a soberania e segurança alimentar e proteger e fortalecer a agricultura familiar e camponesa.

A busca a qualquer preço da ampliação das exportações agrícolas resume a política comercial dos setores hoje hegemônicos no campo. A liberalização ocorrida na década de 90 contribuiu para uma redução acentuada da renda dos agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas. São conhecidos os impactos sociais dos surtos de importação de produtos lácteos, alho, cebola, arroz e milho ocorridos naquela década e que excluíram milhões de pequenos produtores. Sem dúvida a liberalização comercial foi uma das causas para que entre 1986 e 1996 cerca de um milhão de estabelecimentos agrícolas tenham deixado de existir, dos quais 96% eram estabelecimentos familiares. A liberalização comercial reapresentou também a exclusão social mundo afora. O dogma do livre comércio com suas regras injustas comprometeu a renda de 12 milhões de produtores de algodão do oeste africano, o acesso de pessoas vivendo com HIV/AIDS ao tratamento na África, eliminou milhões de empregos na indústria de países asiáticos e flexibilizou os direitos das mulheres trabalhadoras nas montadoras centro-americanas.

Ressaltamos que o livre comércio, em todos os setores, afeta principalmente as mulheres.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem sido o motor desta liberalização indiscriminada, servindo aos interesses das multinacionais que vêm utilizando o livre comércio para ampliar seus lucros, poder e dominação. A esses interesses associam-se de forma subordinada setores das elites nacionais que buscam seus interesses particulares em detrimento da maioria da população. A OMC vem perpetuando, ainda, mecanismos injustos do sistema comercial como a possibilidade das empresas dos países ricos praticarem o dumping.

Entretanto essa hegemonia sobre a agenda comercial vem sendo questionada nos últimos anos. Os movimentos sociais do campo veem incorporando às suas pautas tradicionais elementos de políticas comerciais, tendo como perspectiva a inserção em uma outra dinâmica diferenciada, justa e baseada na soberania e segurança alimentar e na solidariedade entre produtores e consumidores.

Em 2003 observamos uma importante inflexão com a criação do G-20 e uma política de alianças com outros países “em desenvolvimento” que convivem com elevados níveis de exclusão social no campo. Pela primeira vez a ênfase do governo brasileiro não se limitava ao acesso a mercados agrícolas, mas se referia a necessidade de justiça social e de tratamento especial e diferenciado para os países “em desenvolvimento”. Não por coincidência, esse mesmo ano marca também a realização de um importante seminário internacional organizado pelo GT Agricultura da Rebrip, deixando claro ao novo governo que outros setores teriam que ser ouvidos quando o tema fosse agricultura e negociações comerciais.

Embora reconheçamos que a defesa da agricultura familiar e camponesa e da soberania e segurança alimentar começaram a integrar a agenda comercial do governo atual, estamos seguros que ainda há um longo caminho até que a ênfase em acesso a mercados seja revertida. Na realidade trata-se de uma disputa de modelos de desenvolvimento. Os representantes dos setores dominantes do campo, mesmo no governo Lula, insistem na manutenção do acesso a mercados a qualquer custo. Mas a pressão dos movimentos sociais e a interlocução com o governo fazem com que setores deste se aproximem de posições da sociedade. Apesar da sensibilidade de alguns setores governamentais, está claro que a nossa capacidade de mobilização e autonomia são os caminhos para mudanças estruturais na política comercial.

A cada dia vemos os setores hegemônicos do campo propugnarem uma maior liberalização do acesso ao mercado brasileiro (agrícola e não agrícola) em troca de supostos ganhos em exportações de soja, açúcar, suco de laranja, carnes e demais commodities. Observamos uma absoluta indiferença quanto aos possíveis impactos sobre a agricultura familiar e camponesa e a soberania e segurança alimentar. Ademais, os limites do posicionamento desses setores vão além do campo. Na luta pela miragem de novos mercados o agronegócio não hesita em pressionar para que o governo faça mais concessões na redução de tarifas não agrícolas, comprometendo as possibilidades de uma política industrial e ameaçando milhares de empregos hoje existentes na indústria nacional. Faz ainda pressão para que o governo seja mais generoso em suas ofertas de liberalização de serviços, em que pesem as consequências danosas da liberalização de setores como saúde e educação, água, saneamento, previdência, transportes e outros.

Nesse contexto, as organizações abaixo assinadas consideram que os interesses da sociedade como um todo devem ser colocados em primeiro lugar na posição do governo brasileiro. Deve-se garantir a defesa e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a promoção da soberania e segurança alimentar, através de:

1. O governo brasileiro deve recusar qualquer medida que limite as atuais políticas públicas de apoio à agricultura familiar e camponesa, de desenvolvimento rural, crédito, reforma agrária, pesquisa, segurança alimentar, assistência técnica e extensão rural.

2. O governo brasileiro deve priorizar a expansão substancial dessas políticas.

3. O governo brasileiro deve recusar qualquer medida que limite sua capacidade em proteger a agricultura familiar e camponesa de importações que afetem e desestrutem esse setor e que venham a comprometer a soberania e a segurança alimentar. O governo deve resguardar a possibilidade da aplicação de quaisquer medidas de defesa comercial, inclusive a ampliação de tarifas.

4. O governo brasileiro deve lutar pela eliminação do dumping.

5. O governo deve recusar qualquer acordo de propriedade intelectual que limite o acesso e o controle dos agricultores e agricultoras sobre as sementes, a biodiversidade e outros recursos. Deve-se buscar compromissos que criem o espaço político inclusive para a revisão das atuais leis de patentes e cultivares de forma a assegurar os direitos dos agricultores e agricultoras.

6. O governo brasileiro deve recusar as trocas cruzadas na barganha de interesses nas negociações comerciais, onde a oferta de ganhos ilusórios para alguns é trocada por perdas efetivas para milhões.

7. O governo brasileiro deve garantir a manutenção, ampliação e qualidade dos serviços públicos que são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, tais como saneamento, energia, educação, saúde, previdência e seguridade social, água, entre outros.

8. A sociedade civil brasileira, em especial os agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, devem ter plenamente assegurados os seus direitos de participar de todos os processos de decisão do mandato negociador dos representantes brasileiros nas negociações e acompanhar os seus desdobramentos.

Brasília, 7 de outubro de 2005.

**ASSINAM:**

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH)

ActionAid Brasil

Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER)

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)

Food, Trade and Nutrition Brasil (FTN)

Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC)  
Instituto Terra Azul  
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)  
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)  
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)  
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)  
Movimento Sem Terra (MST)  
Oxfam Internacional Brasil  
Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)

## **SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL DA REBRIP**

28/09/2016

<http://www.rebrip.org.br/noticias/setima-assembleia-geral-da-rebrip-d4b3/>

Após dois dias de discussões, REBRIP lança moção com os resultados da Sétima Assembleia Geral.

### **Moção**

A Sétima Assembleia Geral da REBRIP acontece em um momento particular da vida política nacional. A ruptura institucional articulada pelos setores conservadores conectados ao grande capital transnacional – com o respaldo da estrutura de poder real no país (bancos, federações empresariais, mídia, sistema de justiça e maioria parlamentar, entre os principais) – visa atacar direitos conquistados, em especial a partir da redemocratização brasileira e da Constituição de 1988.

Assim, se reproduz aqui, com sotaque nacional, o programa conservador que avança a nível mundial, com as políticas de cortes de gastos e redução de direitos, com garantias máximas aos investidores e limitações às demandas populares, colocando em questão a própria democracia brasileira. É no desenrolar dessas disputas estratégicas e possíveis rupturas institucionais que estaremos nos movendo nos próximos anos.

Os próximos anos serão de resistência, em uma estratégia de enfrentamento à retomada da agenda neoliberal, que irá requerer a unidade dos diversos setores apesar de terem distintas avaliações das duas décadas e diferentes experiências na sua relação com o Estado nesse último período.

No cenário internacional, a grande marca é a continuidade da crise que teve seu momento mais agudo entre 2008 e 2009, e que a partir daí se desenvolve de forma crônica. Expressando essa situação, uma segunda geração de acordos de comércio aprofunda a estrutura criada pela OMC e por tratados binacionais, plurilaterais e regionais na primeira fase da liberalização comercial, a partir dos anos 1990. Os pilares, nesse segundo movimento, são áreas como serviços, propriedade intelectual, compras de governo e investimentos, com um impacto muito maior sobre as possibilidades de garantias de direitos às populações de cada país, e colocando gigantescas e quase perenes limitações ao desenvolvimento de políticas públicas de interesse social e econômico no interior de cada um dos países. Através desses acordos, o poder das grandes corporações transnacionais e do 1% mais rico do mundo se impõe às grandes majorias sociais, colocando em risco não só a garantia

de direitos conquistados nas legislações nacionais, mas a própria democracia, uma vez que através dessa nova estrutura institucional, o poder da riqueza e da propriedade se impõe ao poder das maiorias, deslegitimando o próprio regime democrático, especialmente os mais participativos.

Evidentemente, nesse cenário em que os poderosos se impõem, fecham-se as possibilidades para a construção de alternativas a nível nacional, e mais ainda no que diz respeito aos processos de integração regional, como o MERCOSUL, que em algum momento abriram espaço para uma discussão sobre a integração dos povos.

Não é a toa que a rediscussão da inserção do Brasil no Mundo toma tanto esforço dentro da agenda conservadora no Brasil, ambas absolutamente coordenadas. Integração subordinada às cadeias de valor internacional hegemônicas pelas empresas transnacionais e ênfase negocial em temas como propriedade intelectual, compras de governo, garantias aos investidores internacionais e desregulamentação; privatização e internacionalização em serviços se articulam com a agenda de desregulamentação da seguridade social, da educação dos direitos das/os trabalhadoras/es, camponesas/es, povos indígenas, quilombolas, mulheres e população LGBT, de expansão e internacionalização do agronegócio e da mineração, da busca de investidores externos, do ajuste fiscal e dos cortes de gastos e direitos sociais.

A REBRIP denuncia nesse momento a ruptura institucional no país e se coloca na resistência a esse processo, e em particular ao programa conservador de redução de direitos e de uma nova inserção internacional subordinada que ele representa, se propondo a juntar forças com amplos setores da sociedade brasileira nesse processo de enfrentamento estratégico no próximo período no país.

## **Carta abierta a los presidentes de UNASUR**

*Alianza Social Continental*  
27/08/2009

A raíz de la reunión de Quito del 10 de agosto de 2009 enviamos a ustedes una carta en la cual manifestamos nuestras inquietudes sobre los acontecimientos que afectan la estabilidad del continente y las perspectivas de integración materializadas en procesos como el de UNASUR.

Efectivamente, entre la reunión de Quito y la de Bariloche el gobierno de Colombia firmó con EE.UU el otorgamiento, del permiso de operación sobre 7 bases militares a las tropas de EE UU, en un acuerdo cuyo texto final se ha mantenido en secreto pero presumiblemente autoriza toda clase de operaciones en el interior y exterior del país.

Esto significa, junto con el despliegue de la IV Flota, el incremento de la presencia militar de Estados Unidos en una región estratégica desde la cual se pueden lanzar operaciones sobre todo el continente. Colombia al signar este acuerdo da inmunidad a los militares y contratistas estadounidenses, con lo cual les garantiza la impunidad y se los coloca por fuera de los controles judiciales nacionales e internacionales. Al mismo tiempo el uso de las bases significa una intervención en los asuntos internos de Colombia y una amenaza contra los procesos democráticos en toda la región.

Por ejemplo, la base militar Soto Cano en Honduras ha sido un espacio para el apoyo estadounidense a los golpistas de ese país.

Esta utilización, que da amplias facilidades al ejército estadounidense, se constituye en una interferencia en los procesos de integración, un estímulo a las corrientes que quieren desestabilizar los procesos democráticos y una fuente de conflictos en una región que ha hecho avances en el logro de su autonomía y en la búsqueda de caminos propios para su desarrollo. Las declaraciones en Brasil del asesor de seguridad de la Casa Blanca de que “nuestra misión es ayudar en el entrenamiento de sus fuerzas de frontera” y sobre que el gobierno de Venezuela no hizo mucho para combatir la presencia de las FARC en dicho país, demuestran el propósito de Estados Unidos de terciar en las diferencias y contradicciones entre los países de la región. En este mismo sentido, la Secretaria de Estado Hillary Clinton reconoció en el acto de firma del Acuerdo que el objetivo del mismo es la “seguridad regional”.

La presencia de estas bases se ha justificado con el pretexto de la lucha contra el terrorismo y el narcotráfico, pero en realidad representan una pieza del dispositivo militar global de Estados Unidos y patrocinan un enfoque militar y unilateral de estos problemas, impidiendo el tratamiento regional, social, político, autónomo y multilateral de tales problemas. Enfoques, que con el Plan Colombia y la Iniciativa Mérida, han demostrado su ineficacia y su alto potencial de desestabilización regional y cuya aplicación en Colombia y en las zonas fronterizas ha contribuido a agravar la crisis humanitaria, ambiental y social de vastas regiones.

Estas bases, junto con los Tratados de Libre Comercio, se constituyen en nuevos obstáculos para avanzar en la integración sudamericana tan apreciada por los pueblos de la región.

Aunque es una victoria de los esfuerzos integracionistas que UNASUR sea el foro en el cual se debata este tema, la posición del gobierno colombiano quiere quitarle a esa organización toda capacidad de definir acciones en materia de seguridad y facilitar la interferencia de Estados Unidos en los procesos de la región.

Consideramos que la reunión de UNASUR en Bariloche debe pronunciarse al respecto, rechazar la instalación de estas y cualquier base militar en Suramérica, condenar la interferencia en los asuntos de la integración regional y avanzar en la búsqueda de soluciones políticas a través del diálogo de los diferentes asuntos de controversia entre los países dentro del espíritu de convivencia pacífica, ayuda mutua y respeto a la soberanía, la cual se vulnera al entregar el territorio colombiano a las operaciones militares estadounidenses y no con la discusión fraternal en el seno de UNASUR.

Acompañamos la movilización en rechazo a las bases militares y a la presencia militar estadounidense en el continente.

Alianza Social Continental  
<http://www.alainet.org/es/active/32647>

## **UNASUR debe servir para fortalecer integración de Suramérica**

*Alianza Social Continental*  
29/05/2008

Suramérica está dividida como resultado de las pretensiones económicas, políticas y militares del imperio estadounidense y de las transnacionales de las principales potencias. Esta situación ha profundizado los conflictos entre nuestros países, por las diferencias entre gobiernos alineados con los dictámenes de Washington y aquellos con proyectos nacionalistas que buscan derrotar al neoliberalismo. Estados Unidos, con el apoyo incondicional de los gobiernos de Álvaro Uribe y Alan García, ha impulsado una estrategia divisionista que amenaza con el fraccionamiento de naciones y la desintegración de los procesos unitarios que se han construido y fortalecido por décadas.

En este difícil contexto político, los pueblos suramericanos esperamos que la propuesta de UNASUR fortalezca la integración en beneficio de las comunidades y no esté orientada a promover el modelo exportador de materias primas y productos básicos, la extracción de recursos naturales, la promoción de los agrocombustibles y el modelo energético no sustentable, que mantienen en el atraso, la miseria y el hambre a millones de habitantes.

En la declaración constitutiva hay significativos avances que se reflejan en la reivindicación del multilateralismo, la preservación y defensa de la soberanía nacional, la integración en todos los niveles, el bienestar de los pueblos, la reducción de las asimetrías y la vigencia de la democracia, así como una agenda social que busca la superación de los desequilibrios, la ciudadanía suramericana y el reconocimiento de la diversidad étnica y cultural. No obstante, deja sin resolver palpitantes problemas sobre la forma como los diferentes mecanismos de integración subregionales serán incorporados al proceso.

El Tratado Constitutivo, firmado en Brasil el 23 de mayo de 2008, prevé la adhesión al mismo según el ritmo y la realidad de cada país y al mismo tiempo propone una participación consensuada en los escenarios internacionales, la cual será muy difícil dados los diversos enfoques. Ésta habla de la erradicación de la pobreza, la defensa de la biodiversidad, la integración y la cooperación, pero lo que hacen a diario los gobiernos neoliberales del Continente es todo lo contrario ¿Cómo puede haber unidad suramericana de esta forma?

Las organizaciones sociales vemos en UNASUR una posibilidad de crear un espacio autónomo, con participación de la sociedad y que sirva para afrontar los problemas reales de nuestros pueblos. Sin embargo, es preocupante que este proceso se viene adelantando a espaldas de los mismos -que son el objetivo central del proyecto- sin información, consultas y ninguna participación; sin respuestas a la exigencia de replantear el modelo neoliberal que muchos gobiernos promueven, sin establecer prioridades en los acuerdos de tal manera que se de énfasis a los compromisos en materia de derechos humanos y sin establecer mecanismos que impidan la continuación de una injusta participación del Suramérica en la división internacional del trabajo. Las organizaciones sociales y los movimientos populares suramericanos demandamos un espacio real de decisión en el diseño e implementación de UNASUR.

Al tiempo que vemos una oportunidad de ensayar mecanismos alternativos de integración, llamamos a los pueblos del Continente a luchar por los cambios

estructurales que se requieren para lograr el desarrollo.

### **ALCA y TLC, el espejismo del libre comercio**

Conclusiones del Foro sobre el ALCA y TLC, realizado en Bogotá el 13 y 14 de junio de 2003.

Durante los días 13 y 14 de junio sesionó el Foro "ALCA y TLC, el espejismo del libre comercio, los verdaderos efectos sobre la sociedad colombiana". El recinto del Centro de Convenciones de la biblioteca Luis Ángel Arango permaneció lleno durante los dos días con una asistencia de aproximadamente mil quinientas personas. La mesa directiva en el acto de instalación del Foro estuvo presidida por 30 importantes personalidades de todos los sectores de la vida social y política del país entre los cuales se encontraba el ex ministro de Hacienda Abdón Espinosa Valderrama, Monseñor Fabián Marulanda, secretario general del Secretariado del Episcopado Colombiano, Fabio Arias, presidente encargado de la Central Unitaria de Trabajadores, CUT, el industrial Emilio Sardi, Marta Virginia Diago Castro, Codirectora del Partido Liberal, Raúl Alameda, Secretario Perpetuo de la Academia de Ciencias Económicas, Héctor Moncayo, economista e investigador de ILSA, varios senadores e importantes dirigentes sindicales y agrarios.

Los diferentes conferencistas analizaron la experiencia mexicana y los dañinos efectos que sobre la sociedad colombiana tendría este acuerdo; el segundo día, en paneles temáticos más de 45 expositores desmenuzaron los principales aspectos del acuerdo.

En su intervención en la instalación, el doctor Enrique Daza coordinador del evento denunció que los que promueven el ALCA lo hacen sin estudios, ni diagnósticos y alimentados por una fe tozuda e inmovible en las virtudes del libre mercado y que no están defendiendo el desarrollo sino las ganancias de las multinacionales y que consideran que el aumento de estas incrementa automáticamente el crecimiento económico.

La importancia del evento radicó en el contenido profundo de sus análisis, la masiva asistencia de personas de todos los sectores sociales, la pluralidad de enfoques críticos que se expresaron y en el hecho de que con independencia del gobierno se comienza a constituir una alternativa de oposición a este acuerdo.

Como desarrollo de las conclusiones del Foro se constituyó a mediados de agosto la Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio y el ALCA, Recalca, organización que busca aglutinar a los críticos del ALCA en una sola voz de la sociedad civil que realice tareas de educación, divulgación y movilización.

El Foro "ALCA y TLC, el espejismo del libre comercio" ilustró detalladamente el devastador impacto económico y social que le acarrearía a Colombia su incorporación al Área de Libre Comercio de las Américas, ALCA. Se examinó la experiencia internacional, particularmente la mexicana, y se tomó nota de las lecciones correspondientes.

A pesar de que en el Tratado de Libre Comercio de las Américas, TLCAN, suscrito en 1994 y que ya completó 9 años de vigencia, México triplicó sus exportaciones, mantiene un superávit comercial con Estados Unidos y ha recibido un fuerte cúmulo

de inversión extranjera, su tasa de crecimiento ha sido la menor en 60 años –menos del 1% del PIB anual por habitante en los últimos 10 años–, aumentando apenas 6% en los últimos 20 años y manteniendo una balanza comercial negativa, lo que demuestra que el incremento de las exportaciones no implica un aumento automático del crecimiento y empleo, puesto que la utilización generalizada de insumos importados y la disminución del componente nacional de la producción manufacturera han hecho que el aumento de las exportaciones corresponda a un incremento aún mayor de las importaciones y que los sectores que se desarrollan sean islas desconectadas del resto de la economía, produciéndose una desintegración de las cadenas productivas y una desnacionalización de la industria.

Las empresas exportadoras desde México en su mayoría son extranjeras y las definiciones del TLCAN no garantizan un contenido nacional de las exportaciones, regulando las compras estatales pero no las gigantescas compras intrafirmas de las multinacionales e impidiendo al Estado cualquier intervención económica en pos de la industrialización. No se exige al capital extranjero contribuir al desarrollo nacional y se permite que agrave los desequilibrios regionales. Si el Estado mexicano quisiera desempeñar un papel activo, violaría las definiciones en materia de políticas de competencia determinadas por el TLCAN.

En México la inversión extranjera no desarrolló nuevos proyectos sino se limitó a adquirir las empresas existentes. En la industria manufacturera hay menos empleos que en 1993 y es notorio la insuficiencia del empleo para reponer el destruido, al paso que los empleos indirectos se crean en el extranjero y no en el país y apenas el 36% de los trabajadores del sector formal cuentan con mecanismos de seguridad social. Ahora hay menos y peores empleos y el tipo de desarrollo ha degradado el medioambiente y aumentado el ritmo de agotamiento de los recursos naturales. Las exportaciones crecen pero no la economía, sino las ganancias de las empresas multinacionales.

En el terreno agrario los resultados no podían ser peores: la duplicación de las importaciones agrícolas, incluyendo el maíz y frijol, esencia de la dieta mexicana, han causado la pérdida de la autosuficiencia alimentaria y quebrado a miles de campesinos.

En lugar de preparar al agro para la competencia internacional, los últimos gobiernos disminuyeron la inversión en el sector y el declive de los aranceles –además de mermar los ingresos del Estado – ha condenado a la ruina sectores antaño prósperos, mientras que Estados Unidos aumentó sistemáticamente los subsidios a sus agricultores.

La pobreza rural se ha disparado y la crisis agraria ha determinado la iniciación de gigantescas movilizaciones que exigen, entre otros aspectos, renegociar el Tratado de Libre Comercio de América del Norte.

Mientras que predica el libre comercio, Estados Unidos protege su economía, preserva su soberanía alimentaria y – ante el hecho de que la globalización ha agravado las desigualdades mundiales y es criticada por doquier– hace todo lo posible por mantener su hegemonía, impedir que sus competidores se fortalezcan y afianzar su control sobre todo el continente, disminuyendo en él la influencia europea y asiática, para lo cual utiliza propuestas como el ALCA o la creciente militarización de la región.

En Colombia los apologistas de los tratados de libre comercio han ocultado estos resultados y la experiencia mexicana, los cuales en lugar de mostrar las supuestas bondades de los mismos constituyen una prueba de los peligros que amenazan a Colombia, dado que la estructura básica del ALCA significaría extender el TLCAN a toda América.

El ALCA se convierte en una especie de Constitución supranacional que asegura los intereses de los inversionistas, no de los Estados ni de la población, siendo una garantía para las multinacionales del mantenimiento de la política neoliberal aún en caso de cambios en las cúpulas gobernantes. Aspectos fundamentales del ALCA, como la reglamentación en materia de propiedad intelectual, impiden la transferencia de tecnología y el desarrollo científico de los países menos desarrollados y representan una grave amenaza para la salud pública, pues protegen los derechos de los inversionistas y las multinacionales y no los de la población, quien requiere – por ejemplo– acceso a medicamentos baratos, al tiempo que se utiliza la propiedad intelectual como un mecanismo para preservar monopolios y eliminar la competencia y no como una palanca del desarrollo.

El Foro demostró que en Colombia la incorporación al ALCA significará la continuación y profundización de las políticas de privatización y liberalización que han llevado al país a la ruina, que la eliminación de los aranceles condenará ramas enteras de la producción a desaparecer, que se perderá definitivamente la soberanía alimentaria, que la salud, la educación y demás servicios sociales serán más inaccesibles para la población al regirse por el afán de lucro, que Colombia se desindustrializará, convirtiéndose en el paraíso de las multinacionales, y que el Estado perderá toda posibilidad de influir y moldear el desarrollo.

Se resaltaron los perversos efectos de la apertura en el agro, pero se señaló que en los últimos diez años la industria sufrió en Colombia un descalabro similar o peor. La eliminación de los aranceles, prevista en el ALCA, determinará la desaparición de renglones enteros de la producción.

Los defensores del ALCA se basan en una teoría errónea, la cual supone que Colombia se especializaría en aquellos productos en los cuales es más eficiente, desconociendo el hecho de que esto llevaría a abandonar cualquier esfuerzo industrializador y a depender de la producción de unos cuantos cultivos tropicales de bajo precio, sin valor agregado y superproducidos por el Tercer Mundo.

También se ilustraron las ilusiones de un desarrollo basado en unas exportaciones de productos básicos de bajo valor agregado, sacrificando cualquier intento de fortalecer y ampliar el mercado interno.

El Foro analizó como el ALCA determinará un deterioro sensible del bienestar de la población, aumentando la pobreza, poniendo a los países del continente a competir sobre cuál ofrece mano de obra más barata y con menos garantías laborales.

El ALCA hace imposible el acceso a medicamentos baratos, disminuye los derechos e ingresos de los asalariados, aumentando las disparidades regionales, imposibilitando el desarrollo científico y tecnológico autónomos y sacrificando la soberanía nacional, ya que este tratado, propuesto por Estados Unidos y negociado a marchas forzadas por medio de la presión y el chantaje, implica la total imposición de los dictados de los organismos internacionales de crédito y del gobierno norteamericano.

Se explicó que el gobierno no ha adelantado los estudios sectoriales sobre los impactos del ALCA, ha permitido la intromisión de las multinacionales en la definición de la posición colombiana en las negociaciones, ha manejado el asunto a puerta cerrada, ha sobrestimado el efecto del ATPA sobre el empleo y la producción y ha adoptado medidas unilaterales desde comienzo de la década pasada que – entre otras cosas – han arrojado un multimillonario déficit comercial el cual ha tenido que financiarse con endeudamiento externo, exponiendo el país a las presiones de la banca internacional.

El ALCA significa sacrificar la producción nacional ante un hipotético y no demostrado acceso al mercado estadounidense, más difícil aun si se tiene en cuenta la comprobada falta de competitividad de nuestra economía, que exporta a Estados Unidos solamente bienes primarios, mientras que se perdería el mercado de la Comunidad Andina, el único en el que han crecido nuestras exportaciones de manufacturas.

Las negociaciones del ALCA, que ya llevan varios años, se acercan a un momento crucial, los últimos gobiernos las han adelantado sin tener en cuenta los intereses de los afectados y las posiciones detalladas presentadas por el país no son accesibles, no solamente al público sino aún a los sectores afectados. Las posiciones que Colombia lleva a las mesas de negociación internacionales no son publicadas anticipadamente, se elaboran con participación de las multinacionales y se quiere conducir al país aceleradamente, con presiones y sin estudios sobre el impacto del acuerdo, a una situación que supeditaría el desarrollo nacional a acuerdos internacionales desiguales e irreversibles.

El certamen debatió cómo se impondrán estándares educativos y profesionales ajenos a las necesidades del país, se perderá la posibilidad de utilizar los recursos naturales y la riqueza biológica, se sujetará cualquier posibilidad de crecimiento a los intereses de las multinacionales y la justicia colombiana perderá jurisdicción sobre los asuntos económicos más importantes, dejándose en manos de tribunales internacionales.

El Foro no realizó una crítica ciega y sin propuestas. Planteó que Colombia debe fortalecer su mercado interno, defender su soberanía, promover la industrialización, elevar el nivel de vida de la población, dar prioridad en sus relaciones comerciales a la Comunidad Andina y al Mercosur, y diversificar sus relaciones comerciales fomentando las relaciones con Europa y Asia.

Bienvenido el capital extranjero que contribuya al desarrollo nacional, fortalezca el desarrollo tecnológico propio, se supedite a las metas de desarrollo productivo y social del país y no se concentre en comprar las empresas existentes sino en crear nuevas. Debemos evitar los flujos de capital especulativo de corto plazo y el gobierno debe contar con herramientas para controlarlo.

Muchas de las definiciones contenidas en el ALCA se han venido adoptando en Colombia o están dentro de la agenda gubernamental. Las medidas orientadas en esta misma dirección y adoptadas en los últimos doce años, han mostrado su efecto perverso sobre el desarrollo económico; la realidad ha demostrado que aun las preferencias del ATPA tuvieron poco impacto sobre el empleo y concurren con un período de grave decrecimiento de la economía colombiana.

Cuando el Foro examinó tanto el tema del ALCA como el acuerdo bilateral de libre comercio con Estados Unidos – tan anhelado por el gobierno – tuvo presente que se

trata de un proyecto concreto de asociación permanente entre la superpotencia más fuerte y arrogante de la historia y una economía débil como la nuestra. Consideró que es un acuerdo que reforzará la dependencia de Estados Unidos.

Por estas y muchas otras razones debatidas ampliamente y respaldadas con una importante base documental y analítica, el Foro consideró tajantemente que Colombia no debe suscribir el ALCA. En consecuencia, propuso una gran coalición entre todos aquellos que quieran defender la Nación; apreció todos los esfuerzos encaminados a lograr este objetivo por las fuerzas vivas del país y llamó a defender el bienestar de la población, la producción y la preservación de la soberanía nacional.

El Foro resaltó así mismo el hecho de que no nos encontramos solos en este empeño; formamos parte de un torrente de luchas que se vienen dando en todo el continente. En primer lugar, de la campaña que se ha tratado de coordinar globalmente y que cuenta con formas organizativas tan importantes como la Alianza Social Continental. De otra parte, y al igual que en Colombia aunque con mayor desarrollo, se registran significativas resistencias nacionales como en Brasil, México, Argentina y Ecuador, para citar apenas algunos países, pero también se observan luchas locales que enfrentan directamente proyectos derivados de la política general del llamado "libre comercio" como en la "Guerra del Agua" en Bolivia.

En el Foro se hizo finalmente una apreciación sobre las perspectivas de esta lucha. Sin duda, en el nivel en que nos encontramos predomina todavía el aspecto de la crítica, pero ya aparecen alternativas.

En el marco de la acción continental se ha formulado una contrapropuesta de integración. No obstante, cabe allí la inquietud de si no sería mejor avanzar en una integración solamente latinoamericana y del caribe, dado que estamos enfrentando precisamente un plan de expansión y recolonización por parte de los Estados Unidos. En cualquier caso habría que redefinir el lugar de los desarrollos nacionales y sus posibilidades efectivas, lo cual suscita discusiones sobre la noción misma de desarrollo, teniendo en cuenta los replanteamientos que hoy en día se hacen desde el punto de vista del trabajo, del medio ambiente y de la diversidad cultural. De acuerdo con el sentimiento expresado en el Foro, sin embargo, la complejidad de esta discusión y la diversidad de puntos de vista no debe ser motivo de preocupación. Al fin y al cabo, las alternativas adoptadas dependerán en realidad de la cantidad y la calidad de las fuerzas sociales y políticas que logremos reunir.

El certamen propuso una agenda inmediata que, junto a la articulación de los esfuerzos ya en curso de muchas organizaciones, incluye:

1. Convocar en noviembre de 2003 una Asamblea Nacional de Defensa de la Nación frente al ALCA, que coincida con la Reunión Ministerial de Miami y a la cual se lleven pronunciamientos de todos los sectores gremiales, académicos y sociales, los cuales deben aprobarse en el curso del segundo semestre del año.

2. Adelantar una Jornada Nacional en septiembre, coincidente con la reunión de la OMC en Cancún,

que critique "el espejismo del libre comercio" y se sume al torrente que en toda América protestará contra el ALCA.

3. Promover comités amplios y pluralistas que en todas las ciudades adelanten actividades de educación y divulgación sobre el nefasto contenido del ALCA y, con ese mismo fin, desarrollen tareas entre todos los sectores sociales.

4. Consideramos indispensable la constitución de una organización estable, amplia, incluyente y democrática que dirija este proceso y esté integrada por representantes de todas las organizaciones participantes en el Foro y otras que se vinculen.

El Foro hace un llamado a la sociedad para que debata y asuma una posición crítica ante este grave problema que afectará el desarrollo del país durante décadas; al Parlamento para que vigile y discuta desde ahora y en forma minuciosa los pasos que adelanta el gobierno, y para que adopte pronunciamientos consecuentes con los intereses nacionales; a los intelectuales, académicos y centros de investigación para que les den sustento a estas posiciones; a los medios de comunicación para que reconozcan la existencia de otras voces y difundan sus planteamientos, y a las organizaciones sociales y gremiales de todos los estamentos para que asuman un papel activo en defensa de la soberanía y los intereses de la nación y la sociedad colombiana.

Medidas como la liquidación de Telecom. y del Seguro Social y las amenazas sobre Ecopetrol, no hacen más que llevar el país por la vía de entregar la nación a las multinacionales y deteriorar la capacidad económica del Estado. Recogemos las múltiples iniciativas concretas propuestas por diferentes organizaciones durante el Foro, las cuales deben contribuir a la realización de la Asamblea Nacional de noviembre.

## **DECLARACION DE LA CONVENCION CONTRA EL ALCA**

<http://www.accionecologica.org/libre-comercio/127-documentos/72-declaracion-de-la-convencion-contra-el-alca>

Primera Convención Nacional Contra el ALCA  
Quito 24 y 25 de Mayo 2002

### DECLARACION

Las organizaciones campesinas, y los pueblos y nacionalidades indígenas, afro ecuatorianas y de la sociedad civil del país, reunidas en Quito los días 24 y 25 de Mayo en la primera Convención contra el ALCA, bajo el lema de Otra Integración es Posible, después de un proceso de análisis y reflexión, manifestamos:

- Que el ALCA responde al interés de los grupos económicos aliados al capital transnacional, a las oligarquías nacionales, los banqueros y gobiernos corruptos y al Departamento de Estado Norte americano y no a las necesidades de las mayorías empobrecidas de nuestra América.
  - Que el ALCA, lejos de solucionar los problemas sociales (salud, educación), los agudiza, destruye la producción nacional, genera desempleo y migración, destruye la economía familiar, genera desintegración familiar y cultural, desestabiliza las democracias y amplía la brecha entre las

mayorías desposeídas y las minorías que tienen poder y, obviamente, incrementa la deuda externa.

- Que con el ALCA se constituye un Estado supranacional en el cual se pierden los derechos indígenas, laborales, sociales, y el medio ambiente.
- Que el Plan Colombia y la Iniciativa Regional Andina son el brazo armado del ALCA y con ello se busca el control político y de recursos naturales del continente, queriendo convertirnos en una colonia Norte americana.

Resuelven:

4. Rechazo total a llamado Area de libre Comercio de Las Américas.
5. Rechazo al Plan Colombia y exigir al gobierno la salida inmediata de los mercenarios de Dyncorp y los militares norteamericanos de la base de Manta.
6. Declararnos en movilización permanente contra el ALCA.
7. Ratificar a todas las organizaciones presentes en esta primera convención como comité permanente contra el ALCA.
8. Rechazar la forma secreta en que se llevan las conversaciones sobre el ALCA y exigir al gobierno que se consulte al pueblo los acuerdos.
9. Trabajar en el proceso de elaboración de una consulta sobre el ALCA para después de la reunión de ministros que se llevará a cabo en Quito.
10. Impulsar las jornadas de resistencia y rechazo contra el ALCA, el pago de la deuda externa y la militarización.
11. Impulsar la formación de comités provinciales contra el ALCA.
12. Resolvemos hacer un levantamiento nacional frente a la reunión de ministros en Quito Octubre y Noviembre.
13. Impulsar acciones previas de movilización para la preparación del levantamiento nacional (festivales artísticos y otras formas de difusión y convocatoria).
14. Hacer un llamado a todos los sectores de la sociedad civil para integrar la campaña contra el ALCA.
15. Manifestar nuestra solidaridad con Cuba y Venezuela.

Por otra integración que es posible, por una vida digna, por una paz con dignidad, por la soberanía, por una economía solidaria, por un medio ambiente sano, por la soberanía cultural, por una América Nueva e Iracunda, invitamos a todas las organizaciones nacionales e internacionales, unirnos a la campaña continental contra el ALCA y convocamos a todos las hermanas y hermanos del continente, a

las jornadas de lucha y resistencia en Octubre y noviembre.

Porque el ALCA no pasará!  
No al Plan Colombia, No al ALCA  
Si a la vida.

Campaña Nacional contra el Alca

## **Carta abierta a cumbre del Mercosur**

Febrero 3, 2014

A las Señoras Presidentas y Señores Presidentes de los Países Miembros del MERCOSUR

Con la mayor consideración:

Los abajo firmantes, ciudadanos y organizaciones sociales, nos dirigimos a Uds. con el propósito de manifestar inquietudes ante el proceso en marcha entre el MERCOSUR y UNIÓN EUROPEA (UE) para la concreción de un amplio acuerdo económico y comercial, que se lleva adelante en forma altamente reservada.

Por lo pronto, al no existir la debida transparencia informativa, nos preocupa que la presión de grupos minoritarios de interés, la falta de estudios y debates públicos, o aun el mero desconocimiento de alternativas y consecuencias por parte de los negociadores puedan conducir hacia un acuerdo contrario a los propósitos de desarrollo económico independiente. Es éste el que proclaman los gobiernos, reclaman en forma reiterada los pueblos y el que se destaca en forma orgullosa en el antecedente unitario histórico del MERCOSUR de haber impulsado el rechazo a una propuesta de acuerdo similar, el ALCA con EE.UU., en el 2005.

Aun siendo que no se llegara a denominar el acuerdo como de “libre comercio” (TLC), sino de “cooperación económica” (ACE), como es posible reconocer en muchos recientes entendimientos entre países centrales y periféricos (Norte- Sur) el uso de eufemismos no podrá ocultar que, de no tomarse recaudos imprescindibles, podría alcanzarse un compromiso desequilibrado entre regiones con desarrollo y competitividad muy distintas.

Mucho tememos que, pese a poder otorgar algunas concesiones marginales o realizar promesas, la UE seguirá sosteniendo subvenciones y protección a su sector agrícola. Se privaría así a los países del MERCOSUR poder alcanzar el beneficio comercial esperado más importante, a cambio de una apertura inédita masiva de los mercados locales a una competencia abierta de una economía más desarrollada, sobre todo evidente para muchísimos productos industriales y servicios, aun si se contemplaran algunas salvaguardas circunstanciales. Se repetiría, en un grado mayor, un escenario de graves descompensaciones que hoy observamos en la misma Europa por las asimetrías entre los países del norte respecto a los de sur y del este, pero también en el MERCOSUR entre países y regiones con distinta envergadura económica.

Sabemos que el acercamiento MERCOSUR-UE no constituye solamente una negociación comercial, sino que la mayor parte de los temas en discusión son de carácter estructural y comprometen el conjunto de la economía en aspectos críticos

tales como: servicios, patentes, propiedad intelectual, compras públicas, inversiones y competencia. La eventual provisión del tratamiento de “nación más favorecida” a los países de la UE, aun si se incluyeran salvaguardas de excepción, vulneraría los muy proclamados objetivos de defender y priorizar el fortalecimiento de empresas regionales y la diversificación de matrices productivas planteados en muchas de vuestras manifestaciones públicas. Aun de continuar los discursos industrialistas, se inhibirían para los países del MERCOSUR estrategias y políticas públicas elementales de desarrollo económico, utilizadas históricamente también por los países europeos, como ser: la sustitución de importaciones, priorizar el comercio nacional, brindar créditos diferenciales para el desarrollo de regiones o sectores nacionales más desfavorecidos.

En lo inmediato, es preciso contraponer ultimatismos (ej: afirmar que debe negociar ahora o nunca), posibles maniobras (ej: eventuales amenazas de proponer negociaciones “multiparte” en forma independiente, tal como lo hizo con la Comunidad Andina, para romper la unidad del MERCOSUR), o la lisa y llana distorsión de la realidad (ej: no aclarándose que las consecuencias económicas reales de la finalización de preferencias arancelarias por parte de la UE a partir del 1° de enero para Argentina, Brasil, Uruguay y Venezuela serán marginales y pueden ser asimiladas sin dificultad).

De forma de poder decidir qué tipo de entendimiento con Europa es posible y conveniente para el MERCOSUR, resulta imprescindible que vuestros gobiernos convoquen inmediatamente a la más amplia participación democrática para el análisis y debate de los efectos estructurales de corto y largo plazo -generales, nacionales y sectoriales- y se planteen alternativas superadoras de negociación.

Saludamos a Uds. con la mayor consideración.

Fuente: [http://www.peticiones24.com/negociaciones\\_mercosur-union\\_europea](http://www.peticiones24.com/negociaciones_mercosur-union_europea)

## **RECALCA PARTICIPARÁ EN COALICIÓN NACIONAL NO AL TLC CON COREA**

Diciembre 13, 2011

Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio, Recalca

Página Web: [[www.recalca.org.co](http://www.recalca.org.co)->[www.recalca.org.co](http://www.recalca.org.co)]

Correo electrónico: [[recalca@etb.net.co](mailto:recalca@etb.net.co)-><mailto:recalca@etb.net.co>]

Bogotá, 13 de diciembre de 2011

Comunicado de Prensa

Las organizaciones que conforman Recalca, proceso de articulación que desde el año 2003 ha liderado las acciones de lucha contra los tratados de libre comercio, se sumó en el día de hoy a la coalición de empresarios, trabajadores y demás organizaciones que han decidido unirse para frenar las negociaciones del TLC con Corea del Sur.

La reunión tuvo lugar en el Hotel Centro Internacional, convocada por los empresarios de Proindustria, que reúne a autopartistas, ensambladoras y comercializadores de la industria automotriz. Los empresarios estuvieron con las dos centrales obreras más importantes del país: CUT y CTC, y un número importante de sindicatos de esta cadena, que conjuntamente trabajarán en esta coalición.

Los senadores Armando Benedetti del partido de la U, Jorge Enrique Robledo del Polo Democrático Alternativo y Luis Fernando Velasco del partido Liberal, asistieron a la reunión y se comprometieron a invitar a todos los partidos políticos del país, sin importar diferencias ideológicas, a trabajar unidos por esta causa que tiene como propósito defender la producción industrial y el trabajo del país en áreas como electrodomésticos, calzado, farmacéutico, agropecuario y, por supuesto, automotriz.

El TLC con Corea del Sur se está negociando desde el año 2009 sin que el gobierno nacional tenga un solo estudio sobre los impactos que tendrá en la industria colombiana. De concretarse, la cadena automotriz se vería enfrentada a competir con una de las poderosas del mundo. Una sola planta de Hyundai, por ejemplo, produce 11 veces más que todas las ensambladoras del país.

Recalca hace un llamado para que otros sectores de la sociedad colombiana, académicos, empresarios y gremios de la producción se unan a la coalición. Para dar a conocer su conformación, objetivos y acciones, se realizará una rueda de prensa el jueves 15 de diciembre a las 3:00 p.m. en el Capitolio del Congreso de la República.

### **Declaración en apoyo al Paro Nacional que se adelanta en Colombia: ASC**

Las organizaciones internacionales que firmamos esta declaración, manifestamos nuestro apoyo a los hombres y mujeres de los sectores agricultores, pequeños ganaderos, pequeña minería y ciudadanía colombiana que dirigen y participan en el Paro Nacional, iniciado el pasado 19 de agosto.

Consideramos que las razones del paro son válidas, justas y loables. Los Tratados de Libre Comercio y sus medidas neoliberales están provocando la quiebra de la pequeña y mediana producción en nuestros países, a causa de las importaciones masivas de alimentos y manufacturas. Al mismo tiempo, los gobiernos otorgan enormes beneficios tributarios a las multinacionales, con la falacia de que así se atrae inversión, y como consecuencia no se generan los recursos fiscales suficientes y urgentes, lo que hace imposible atender las necesidades de las gentes.

A estas alturas, consideramos que es evidente que el paro es por la dignidad de los colombianos. Es difícil encontrar hoy en Colombia, a excepción de los sectores más retardatarios, alguien que no apoye tanto las causas como el desarrollo mismo del paro.

Hacemos un llamado al gobierno del presidente Juan Manuel Santos para que atienda adecuadamente las justas exigencias que está haciendo el campesinado y otros sectores del pueblo Colombiano y entienda que la protesta social es un derecho de la ciudadanía, evitando atropellos de la fuerza pública hacia las personas manifestantes. En este sentido, no criminalizar ni reprimir es un deber del Estado colombiano. Invitamos a las organizaciones de derechos humanos, de desarrollo y de justicia fiscal de América Latina a dar seguimiento a los hechos que se vienen presentando en Colombia como una resistencia legítima de quienes sienten en carne propia los rigores de un modelo de libre comercio como el que se implementa actualmente en el país.

Deseamos que el Paro Nacional en Colombia logre cumplir con su propósito de defender a los productores locales, defender la soberanía alimentaria y buscar una mejor calidad de vida para sus habitantes en general.

Atentamente,

Alianza Social Continental.

Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo,

Instituto Nicaragüense de Investigaciones y Estudios Tributarios, Iniet.

Decidamos: Campaña por la expresión ciudadana, Paraguay.

Coordinadora Civil, Nicaragua.

Jubileo 2000, Red Ecuador.

Instituto de Estudios Socioeconómicos, Brasil.

Fundación SES, Argentina.

Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales en Guatemala, Avancso.

Instituto de Estudios Estratégicos y Política Pública, Ieepp, Nicaragua.

Comisión Nacional de Enlace, Costa Rica.

Instituto Justicia Fiscal de Brasil.

Centro de Derechos Económicos y Sociales, CDES, Ecuador.

Foro Social de la Deuda Externa y Desarrollo de Honduras, Fosdeh.

Tluk Kim Pop, Guatemala.

Asociación Nacional de Centros, Perú.

Caritas, Honduras.

Centro de los Derechos del Campesino, Cedecam, Nicaragua.

Fundación Jubileo, Bolivia.

Auditoría Ciudadá da Deuda, Brasil

Sindicato Mexicano de Electricistas.

Minga-TLC, Estados Unidos.

Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, RMALC.

Colombia Report.

Bia´lil, Asesoría e Investigación, A.C., México.

Asociación Ecuatoriana de Libre Pensamiento.

Common Frontiers, Canadá.

Centro de Derechos Económicos y Sociales, CDES, Ecuador.

Frente Auténtico del Trabajo, México.

Centro de Estudios y Taller Laboral, A. C. México.

Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Rebrip.